

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GABRIEL TERRA PEREIRA

**ENTRE A DIPLOMACIA E A HISTORIOGRAFIA: A VISÃO DE MUNDO DE
HÉLIO LOBO (1908-1939)**

**FRANCA
2013**

GABRIEL TERRA PEREIRA

**ENTRE A DIPLOMACIA E A HISTORIOGRAFIA: A VISÃO DE MUNDO DE
HÉLIO LOBO (1908-1939)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresa Maria Malatian.

**FRANCA
2013**

Pereira, Gabriel Terra.

Entre a diplomacia e a historiografia : a visão de mundo de
Hélio Lobo / Gabriel Terra Pereira. –Franca : [s.n.], 2013
221 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade

Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Teresa Maria Malatian.

1. Diplomacia. 2. Historiografia. 3. Biografia

I. Título.

GABRIEL TERRA PEREIRA

**ENTRE A DIPLOMACIA E A HISTORIOGRAFIA: A VISÃO DE MUNDO DE
HÉLIO LOBO (1908-1939)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.
Área de concentração: História e Cultura Política.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.^a Dr.^a Teresa Malatian

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2013.

Às minhas famílias.

AGRADECIMENTOS

É difícil encontrar algo tão significativo para um historiador quanto o ato de voltar ao passado, ainda que em um sentido figurativo. Embora não haja qualquer pretensão filosófica no trabalho aqui apresentado, penso ser indispensável fazer algumas reflexões sobre o que se passou nos últimos anos. Nesse sentido, a ordem de pessoas e lugares mencionados não segue estritamente uma ordem de relevância. Por outro lado, mostram a dimensão coletiva de um esforço individual.

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Teresa Malatian, que me acompanha como orientadora há quase uma década. Desconheço exemplo maior de honestidade intelectual e comprometimento com o ofício do historiador. A cada página escrita, a cada ideia colocada no papel, suas indicações vinham-me à mente não como obstáculos, mas como referências indispensáveis à elaboração de um trabalho coerente.

Agradeço também à CAPES pelo apoio financeiro. Os recursos para as viagens necessárias para a execução do projeto de pesquisa foram imprescindíveis. Se esta tese está sendo apresentada no prazo, um dos motivos foi, sem dúvida, o apoio de tal instituição.

Aos professores doutores Marcos Alves de Souza e Mariza Saenz Leme agradeço os apontamentos feitos ao trabalho por ocasião do exame de qualificação. O agradecimento se estende à professora doutora Ana Raquel Portugal, que me possibilitou crescer enquanto professor e aos funcionários da UNESP campus Franca. Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e do Arquivo Histórico do Itamaraty, agradeço pela presteza e atenção.

Entre 2010 e 2013 convivi com amigos com quem aprendi e pude compartilhar sentimentos. Paulo Roberto Oliveira, Moisés Antiqueira, João Paulo Soares, Rafael Prianti, David Sá e Aender Guimarães colaboraram direta ou indiretamente para que a serenidade não me abandonasse.

Agradeço também ao meu irmão, João Marcos, que me faz feliz simplesmente por existir e à minha irmã, Letícia, que irradia felicidade e me ensina a cada instante como é ser uma pessoa carinhosa. À minha mãe, devo inúmeros conselhos e um infinito carinho que não pode ser dissociado daquele que meu pai, Jademir, sempre me ofertou. Sem meu pai, não conseguiria lecionar e cumprir meus compromissos acadêmicos em dois Estados diferentes. Tudo em um só dia.

À Éliidi Cristina Tinti, agradeço por compreender a importância deste trabalho na minha vida, ainda que às custas de muita distância. Te amo muito.

Ser espirituoso é metade de ser diplomata. (...) O espírito move tudo e não responde por coisa alguma: ele é a eloquência da alegria, e o entrincheiramento das situações difíceis: salva uma crise fazendo sorrir: condensa em duas palavras a crítica de uma instituição: disfarça às vezes a fraqueza de uma opinião, acentua outras vezes a força de uma ideia: é a mais fina salvaguarda dos que não querem definir-se francamente: tira a intransigência às convicções, fazendo-lhes cócegas: substitui a razão quando não substitui a ciência, dá uma posição no mundo, e, adotado como um sistema, derruba um império. E, sobretudo pelo indefinido que dá à conversação, ele é a arma verdadeira da diplomacia.

Eça de Queiroz

RESUMO

No contexto de republicanização das instituições e dos agentes políticos do Brasil no final do século XIX e início do século XX, a diplomacia brasileira, capitaneada pelas reformas empreendidas na gestão de Rio Branco, intensificou o processo de americanização, representada pela aproximação progressiva aos países do continente, notadamente os Estados Unidos. Hélio Lobo (1883-1960), cooptado pelo chanceler na esteira de renovação dos quadros do Itamaraty, foi um expoente dessa política de americanização ao trabalhar pelo entendimento político e jurídico dos Estados americanos em diversas ocasiões, como as Conferências Americanas (1910 e 1923) e nos consulados de Nova Iorque (1920-1926) e Montevidéu (1926-1930). Paralelamente, o diplomata se destacou ao elaborar obras de caráter histórico, focando-se na diplomacia brasileira e na origem do monroísmo/pan-americanismo ao longo do século XIX. A dedicação a essa carreira e os elogios a Rio Branco como o “salvador” e “representante da idade de ouro” da diplomacia brasileira, possibilitou-lhe o reconhecimento necessário para ingressar no IHGB e na ABL, redutos tradicionais da intelectualidade brasileira e de onde pode publicar novos estudos focados na defesa do Brasil. Entende-se que Hélio Lobo foi um agente profundamente comprometido com a diplomacia das oligarquias, característica da Primeira República, ao passo que o estabelecimento do Governo Provisório em 1930 legitimou sua “saída” do corpo diplomático. À época, Hélio Lobo negou-se a comprar e enviar munição para o governo no Rio de Janeiro, que a utilizaria contra os paulistas-constitucionalistas no conflito de 1932. As tentativas de regresso ao Itamaraty não foram bem sucedidas até 1960, quando faleceu. Ao fim, observam-se na trajetória do diplomata-historiador alguns pontos relevantes que permitem delinear sua visão de mundo, a saber: a referência constante ao Direito como elemento legitimador da negociação diplomática - postura vista nas obras sobre a história diplomática brasileira e na prática profissional - e o apego constante ao pan-americanismo - iniciado por Rio Branco - em busca de novas definições ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930. O recorte cronológico da pesquisa parte do ingresso de Hélio Lobo na carreira diplomática (1908) e finda com a publicação de *O pan-americanismo e o Brasil* (1939), a obra mais representativa do autor por conter a análise histórica sobre o tema que coincidiu com sua trajetória. Para o cumprimento da pesquisa foram analisados relatórios ministeriais, correspondência pessoal e diplomática de Hélio Lobo, bem como suas obras produzidas no período em questão e bibliografia selecionada.

Palavras-chave: diplomacia, historiografia, biografia, pan-americanismo.

ABSTRACT

In the context of republicanization institutions and political actors in Brazil in the late nineteenth and early twentieth century, Brazilian diplomacy, led by reforms in the management of Rio Branco, intensified the process of Americanization, represented by the progressive approach to the countries of continent, notably the United States. Hélio Lobo (1883-1960), elected by the Chancellor in the wake of renewed frameworks of the Foreign Ministry, was an exponent of the policy of Americanization to work for political and legal understanding of American States on several occasions, such as the American Conference (1910 and 1923) and consulates in New York (1920-1926) and Montevideo (1926-1930). In parallel, the diplomat said the elaborate works of historical character, focusing on the Brazilian diplomacy and origin of Pan-Americanism throughout the nineteenth century. The dedication to this career and compliments the White River as the "savior" and "representative of the golden age" of Brazilian diplomacy, enabled him recognition necessary to join the IHGB and ABL, traditional strongholds of Brazilian intellectuals and where may publish new studies focused on the defense of Brazil. It is understood that Hélio Lobo was deeply committed to diplomacy oligarchies, characteristic of the First Republic, while the establishment of the Provisional Government in 1930 legitimized their "output" of the diplomatic corps. At the time, Hélio Lobo refused to buy and send ammunition to the government in Rio de Janeiro, which would use against the Paulistas-constitutional conflict in 1932. Attempts to return to the Foreign Ministry were not successful until 1960, when he died. At the end, we observe the trajectory of the diplomat-historian some relevant points that enable outline their worldview, namely the constant reference to the law as a legitimizing element of diplomatic negotiation - posture seen in the works of the Brazilian diplomatic history and practice professional - and constant attachment to pan-Americanism - initiated by Rio Branco - in search of new definitions throughout the 1910s, 1920s and 1930s. The chronological cut of the research part of the entrance of the diplomatic Hélio Lobo (1908) and ends with the publication of Pan Americanism and Brazil (1939), the most representative work of the author to contain historical analysis on the topic that coincided with its trajectory. To fulfill the research were analyzed ministerial reports; personal and diplomatic correspondence of Hélio Lobo and his works produced in the period in question, and selected bibliography.

Keywords: diplomacy, history, biography, pan-Americanism.

RESUMEN

En el contexto de la republicanización de las instituciones y actores políticos en Brasil a finales del siglo XIX y principios del siglo XX, la diplomacia brasileña, liderada por las reformas en la gestión de Rio Branco, se intensificó el proceso de americanización, representada por el acercamiento progresivo a los países de continente, especialmente en los Estados Unidos. Hélio Lobo (1883-1960), elegido por el canciller tras renovados marcos de la Cancillería, fue un exponente de la política de americanización para trabajar por el entendimiento político y jurídico de los Estados Americanos, en varias ocasiones, como la Conferencia Americana (1910 y 1923) y consulados en Nueva York (1920-1926) y Montevideo (1926-1930). Al mismo tiempo, el diplomático dijo que los trabajos elaborados de carácter histórico, centrándose en la diplomacia brasileña y el origen de monroísmo / panamericanismo lo largo del siglo XIX. La dedicación a esta carrera y se complementa con el Río Branco como el "salvador" y "representante de la edad de oro" de la diplomacia brasileña, le permitió el reconocimiento necesario unir las fortalezas IHGB y ABL, tradicional de los intelectuales brasileños y donde podrá publicar nuevos estudios se centraron en la defensa de Brasil. Se entiende que Hélio Lobo estaba profundamente comprometido con la diplomacia de las oligarquías, características de la Primera República, mientras que el establecimiento del Gobierno Provisional en 1930 legitimó su "salida" del cuerpo diplomático. En ese momento, Hélio Lobo se negó a comprar y enviar armas al gobierno de Río de Janeiro, que utilizaría en contra del conflicto constitucional en 1932. Los intentos de volver a la Cancillería no tuvieron éxito hasta 1960, cuando murió. Al final, se observa la trayectoria del diplomático e historiador algunos puntos relevantes que permiten delinear su visión del mundo, es decir, la constante referencia a la ley como un elemento de legitimación de la negociación diplomática - la postura se ve en las obras de la historia de la diplomacia brasileña y la práctica apego y constante para panamericanismo - - profesional iniciada por Rio Branco - en busca de nuevas definiciones a través de los años 1910, 1920 y 1930. El corte cronológico de la investigación parte de la entrada de la diplomática Hélio Lobo (1908) y termina con la publicación del panamericanismo y Brasil (1939), la obra más representativa del autor para contener análisis histórico sobre el tema que coincidió con su trayectoria. Para cumplir con la investigación se analizaron los informes ministeriales, correspondencia personal y diplomática de Hélio Lobo y sus obras producidas en el período en cuestión y bibliografía seleccionada.

Palabras -clave: la diplomacia, la historia, la biografía, el panamericanismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
APM	Arquivo Público Mineiro
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RABL	Revista da Academia Brasileira de Letras
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 REPUBLICANISMO E AMERICANIZAÇÃO: AS BASES DA VISÃO DE MUNDO DE HÉLIO LOBO	16
1.1 Republicanismo e contestação: substratos políticos na formação de uma visão de mundo.....	17
1.2 O processo de americanização: Rio Branco, Estados Unidos e o ingresso na carreira diplomática.....	38
CAPÍTULO 2 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA	62
2.1 A Quarta Conferência Internacional Americana em Buenos Aires em 1910 e a produção na Revista Americana	62
2.2 O ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	75
2.3 A Grande Guerra e os novos rumos da carreira	93
CAPÍTULO 3 AS (RE)LEITURAS DA POSIÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO REGIONAL E GLOBAL	113
3.1 A participação na Conferência de Versalhes e o ingresso na ABL.....	113
3.2 Nos Estados Unidos.....	123
3.3 Na América do Sul: entre Montevideu e o Rio de Janeiro.....	151
CAPÍTULO 4 CONTRA O GOVERNO PROVISÓRIO E O RETORNO AO PAN-AMERICANISMO	162
4.1 Os novos tempos e o exílio.....	162
4.2 O retorno aos estudos históricos	176
4.3 Os últimos anos	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS	207

INTRODUÇÃO

O campo político do Brasil no início do século XX estava marcado por dois processos políticos, a saber, de grande impacto na ação diplomática: a republicanização das instituições e a americanização, entendida como aproximação aos países do continente e especialmente os Estados Unidos.

Esses processos, em curso desde os eventos de novembro de 1889, provocavam debates acalorados não somente nos círculos extraoficiais como a imprensa, mas dentro da esfera estatal. Entende-se que, de ambos os lados, a intenção era compreender e avaliar o comportamento do país diante das demandas domésticas e, igualmente, das internacionais. Um dos desafios nessa última esfera era gigantesco, pois significava resolver as questões do Brasil com diversos Estados sul-americanos que reclamavam a ausência de documentos que demarcavam precisamente as fronteiras entre eles. Dessa esteira, despontava uma demanda mais profunda: capacitar um corpo diplomático ainda atordoado com a mudança das instituições em 1889, e carente de diretrizes objetivas.

Rio Branco chegou ao Ministério das Relações Exteriores justamente para sanar esse problema, que com o passar do tempo, acabou sendo resolvido. Vieram as vitórias que definiram as fronteiras do país e por conseguinte, “acalmaram” a diplomacia, que cresceu em número e preparo. Hélio Lobo foi um produto desse processo de evolução da diplomacia e da política externa brasileiras, sendo cooptado por Rio Branco em 1908 para participar das atividades do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano, no contexto da redefinição das fronteiras bilaterais. Embora o ingresso na carreira diplomática não fosse exclusivo a Hélio Lobo, haja vista que outros indivíduos também o fizeram, entende-se que as especificidades de sua trajetória familiar fortaleceram sua entrada no Itamaraty e em outros espaços de sociabilidade, somadas às suas tomadas de posição analisadas ao longo desta tese.

Nesse sentido, a fundamentação historiográfica do trabalho persegue objetivamente os pressupostos defendidos por René Remond em sua “história política”¹, nos quais se valorizam as decisões estatais articuladas com as questões econômicas, sociais e culturais. Desdobrando-se dessa perspectiva, surgem novas possibilidades de estudo em temas “tradicionais”, como a biografia.

¹ REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

As pulsações da política externa brasileira no contexto internacional, tanto em momentos de racionalização quanto de defesa ideológica apaixonada foram obra da trajetória de diplomatas como Hélio Lobo, justificando-se a relevância do estudo de suas origens e sua carreira.

Para cumprir essa pretensão, foi trabalhado ao longo do texto a noção de campo, presente na obra de Pierre Bourdieu². Considerando-o como o terreno onde ocorrem as lutas por dominação e determinação de visões de mundo em uma sociedade e que existem campos específicos – como o cultural, o econômico e o político – foi de fundamental importância cotejar tais pressupostos com a estruturação da política brasileira no início do século XX. Assim, o foco deste trabalho reside no campo político do país, que precisava se modificar face às necessidades que iam aparecendo seja nos aspectos econômico ou cultural. No esteio de Bourdieu, é possível perceber o quão relevantes as batalhas pela construção de determinadas “imagens” estavam presente nos textos, discursos e práticas de indivíduos como Hélio Lobo, um propugnador da linearidade das boas relações brasileiro-estadunidenses, da neutralidade do país em querelas internacionais, bem como da mitificação da figura de Rio Branco.

Vista em conjunto, essa visão de mundo de Hélio Lobo pode ser compreendida não como algo acabado e homogêneo, mas como o produto de um processo de aprendizado nomeado de *socialização política*³, traduzido pelo conjunto de experiências vividas pelo diplomata brasileiro ao longo de sua trajetória. Nesta tese foram observadas três etapas, sendo a primeira nomeada de *orientação para a comunidade*, quando inicia a carreira diplomática e historiográfica, a segunda *orientação para o regime*, por ocasião da formação dos vínculos com as oligarquias no poder durante a Primeira República e a terceira, *atitude em relação aos representantes políticos e suas decisões*, que representou seu rompimento com o campo político brasileiro após a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

A escolha deste instrumental metodológico correspondeu à necessidade de apontar qual era o caráter distintivo das ações de Hélio Lobo na diplomacia e na historiografia brasileiras e complementarmente, fornecer explicações acerca das relações internacionais do Brasil no recorte cronológico escolhido, o período de 1908 a 1939. Esses anos marcaram momentos de grande significado para Hélio Lobo, sendo o primeiro o de ingresso no Itamaraty e o segundo, de publicação de sua *Magnum opus*, “O pan-americanismo e o Brasil”. Contudo, os estudos não

² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

³ OPPO, Anna. *Socialização Política*. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 2007, 2º vol.

ficaram restritos aos marcos cronológicos estabelecidos, partindo-se do pressuposto de que o conhecimento sobre o passado deve possuir balizas, mas não ser compartimentado.

Nesse sentido, o passo inicial foi encontrar as bases da visão de mundo de Hélios Lobo presentes no primeiro capítulo, que apresenta um mapeamento do republicanismo brasileiro por meio da trajetória de seu pai, Fernando Lobo. Participante do movimento republicano mineiro, Fernando Lobo chegou a ser Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o conturbado governo de Floriano Peixoto e possibilitou indiretamente a ascensão de seu filho à carreira diplomática na medida em que o passado familiar indicava o compromisso com o novo regime. Foi nesse contexto que Hélios Lobo se formou e passou a apontar a via jurídica como mecanismo de compreensão e resolução dos problemas políticos brasileiros e defendeu a unificação do código de processo penal civil e militar em razão das turbulências nos tempos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Essa postura chamou atenção de integrantes do campo político por não caracterizar-se como uma postura republicana romantizada e sim adequada às necessidades de Rio Branco, chegado ao Ministério das Relações Exteriores em 1902 para colocar em prática um plano de modernização das estruturas do Itamaraty. Hélios Lobo encaixava-se nesse pressuposto e admirava a importância que Rio Branco vinha conferindo ao Direito na resolução dos problemas políticos brasileiros. A participação do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano em 1908 veio concretizar a relação entre os dois.

O chanceler brasileiro encarnava a outra face do processo de republicanização das instituições brasileiras: a americanização. Por meio de sua gestão, o Brasil aproximou-se dos países latino-americanos e principalmente dos Estados Unidos, do qual aproveitou para conseguir apoio político, embora os estadunidenses valorizassem mais os ganhos comerciais com o país. A relevância da gestão de Rio Branco, embora notada enquanto estava vivo, ganhou força com sua morte em 1912. A diplomacia brasileira, então fiel a sua liderança e enquanto buscava seu substituto, iniciou o processo de mitificação de sua figura, sendo Hélios Lobo um dos responsáveis pelo processo. O chanceler era o “salvador” da política exterior do país e gerador da “idade de ouro” da diplomacia brasileira, atributos que lhe garantiram elogios em rios de tinta por meio dos periódicos dentro e fora do Estado brasileiro.

O segundo capítulo procura mostrar como foi o processo de inserção de Hélios Lobo na diplomacia, exemplificado por sua participação na IV Conferência Internacional Americana realizada em Buenos Aires em 1910. No certame, o jovem diplomata brasileiro vivenciou o *modus operandi* da diplomacia interamericana, não se descuidando em publicar suas impressões sobre os debates travados. Essa valorização da escrita por Hélios Lobo sobre as

relações diplomáticas logo ganhou força e revelou um traço comum aos diplomatas do século XIX e início do XX: o de historiador.

Imerso nos arquivos do Itamaraty, os escritos do diplomata logo ganharam notoriedade, possibilitando seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1912 após a morte de Rio Branco. Os temas de seus livros incidiam majoritariamente sobre a história diplomática do Brasil, focalizando-se na evolução da Doutrina Monroe até a ação recente de Rio Branco, o que garantiu-lhe prestígio crescente no Itamaraty por valorizar e defender o bom relacionamento com os Estados Unidos.

No terceiro capítulo, são problematizados três temas, a saber: a participação de Hélio Lobo na Conferência de Versalhes em 1919 bem como a eleição na Academia Brasileira de Letras, que indicavam seu crescente prestígio nos círculos de poder brasileiros e internacionais; a nomeação em 1920 para o consulado de Nova Iorque, de onde pode examinar a configuração da economia e política estadunidenses e as possibilidades do governo brasileiro se aproveitar desse cenário e por fim, a remoção para Montevidéu em 1926, representando a reaproximação com a economia sul-americana.

O quarto capítulo tem por objetivo expor os motivos que levaram à decadência da carreira diplomática de Hélio Lobo, esses centralizados na queda da Primeira República, em 1930 no Brasil, e nos conflitos decorrentes como a Revolução Constitucionalista em 1932. Como seu compromisso era junto às elites retiradas do poder no período, após recusar-se a atender ordem do Governo Provisório foi exonerado e voltou-se aos estudos históricos. Seu último lampejo foi na publicação de *O pan-americanismo e o Brasil*, de 1939, obra de síntese que o tornou conhecido no meio historiográfico brasileiro posteriormente.

Até 1960, ano em que faleceu, tentou por diversas vezes retomar a carreira diplomática, sem sucesso efetivo. Suas atitudes, por outro lado, não contribuíam para que os políticos do Estado Novo lhe nutrissem confiança: mantinha contato com políticos da Primeira República e divulgava obras que criticavam o *status quo* do país.

Cabe notar, ainda, que esta tese pode ser compreendida em três camadas centradas na figura de Hélio Lobo. A primeira é a diplomacia, carreira na qual iniciou sua vida pública e que lhe possibilitou reconhecimento intelectual e político. A segunda é a política externa, que exigiu de Hélio Lobo ao longo do período estabelecido uma constante postura de adaptação e reflexão. A terceira é o conjunto das relações internacionais, que em maior ou menor escala determinaram os princípios da política externa e a conduta diplomática do Brasil.

A contribuição deste estudo, destarte, é procurar fornecer uma compreensão centrada na história. A história de um período, a história dos interesses de um Estado, a história de uma

trajetória. Através desta vinculação é que se procura elucidar os valores defendidos por Hédio Lobo entre 1908 a 1939.

CAPÍTULO 1 REPUBLICANISMO E AMERICANIZAÇÃO: AS BASES DA VISÃO DE MUNDO DE HÉLIO LOBO

O início da República no Brasil foi permeado por turbulências nos campos político, social e econômico. Internamente, a (des) organização dos quadros administrativos, a luta contra as forças contestatórias ao regime e a necessidade de cercar as suspeitas sobre a possibilidade de o país não honrar suas dívidas, tornaram significativo um cenário complementar: o plano externo. O regime republicano carecia de reconhecimento político junto aos países vizinhos, potências europeias e os Estados Unidos, constatação que se manifestou em batalhas pela construção de ideias e ações que atenuassem a gravidade da transição política e garantissem a estabilidade geral do país.

No *front* de batalha, os diplomatas apareciam como agentes fundamentais para o cumprimento não só do reconhecimento formal por outros países, questão resolvida nos primeiros anos da República, mas em linhas gerais, da efetivação dos princípios da política externa do Brasil. Esses princípios foram elaborados ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) e permaneceram na agenda política republicana, segundo Magnoli⁴, em razão de sua relevância para o Estado brasileiro. Assim, percebe-se que os tópicos das negociações diplomáticas eram pautados pelo *controle da política alfandegária e comercial* do país, consequência imediata dos diversos acordos efetuados com a Inglaterra, França e Estados Unidos, de onde provinham altas rendas para o Brasil, portanto, um campo de grande interesse estratégico; *o estímulo à imigração*, principalmente após a Lei Áurea, uma *política de limites*, na qual o país procurou consolidar seu território e a *pretensão de hegemonia regional*, ponto de sustentação e enfrentamento político, econômico e cultural com seus vizinhos sul-americanos.

Entre os diplomatas que lutaram pela manutenção desses princípios, destacou-se Hélio Leite Pereira, nascido em 27 de outubro de 1883 na cidade de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais. Filho de Fernando Lobo Leite Pereira e Maria Barroso Lobo, passou a assinar “Hélio Lobo” pela tradição do sobrenome paterno e a partir do ingresso na vida acadêmica no início do século XX, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, quando começou a publicar artigos sobre Direito Penal e Internacional, que chamaram atenção de Rio Branco e, posteriormente, de espaços de sociabilidade como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Uma vez integrado a esses círculos, Hélio Lobo pode construir uma volumosa obra como historiador da diplomacia brasileira sobre os

⁴ MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997, p.205.

séculos XIX e XX que, somada à prática diplomática, elaborou uma visão de mundo não discutida pela historiografia das relações internacionais brasileiras. Para compreendê-la e contextualizá-la torna-se necessário percorrer a construção do republicanismo e da americanização da política externa do Brasil e como tais processos influenciaram Hélio Lobo ao longo de sua trajetória.

1.1 Republicanismo e contestação: substratos políticos na formação de uma visão de mundo.

Entre a data de divulgação do Manifesto Republicano em dezembro de 1870 e a proclamação da República em novembro de 1889, a retórica republicana assumiu diversas feições e inseriu-se difusamente na sociedade brasileira, atraindo liberais radicais, militares descontentes e indivíduos marginalizados pelo poder político.

Em sua origem, o republicanismo localizava-se dentro do campo político monárquico. A conhecida pessoalidade na distribuição de recursos entre as províncias feitas pelos Gabinetes nomeados pelo Imperador, prática reforçada pelo exercício de seu Poder exclusivo – o Moderador – acabava definindo a participação de uma minoria da população na esfera pública, não o seu inverso. A ordem jurídica confirmava e legitimava tal contexto, elitizando o debate e a inserção no campo político⁵. Ao exposto, somou-se uma crescente transformação da economia brasileira especialmente a partir de 1850, quando capitais estrangeiros e a diversificação do comércio impulsionaram um surto de industrialização. A conjunção desse processo ao de elitização do campo político, já consolidado, resultou no republicanismo forjado nas hostes radicais do Partido Liberal, após a dissolução do Gabinete do partido em 1868 em favor dos Conservadores, fragilizando o ajuste interpartidário vigente. Posteriormente iria crescer o desejo de participação política ao ponto de os republicanos questionarem os fundamentos do regime monárquico, aventando mudanças radicais⁶. “O fato é que no interior de um quadro

⁵ Os artigos 98 e 99 relativos ao Título 5º da Constituição imperial eram suficientemente claros: “Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais Poderes Políticos. Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito à responsabilidade alguma”. BRASIL, Constituição (1824).

Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em 25 de outubro de 2011.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: II. O Brasil Monárquico: Do Império à República.** Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2005, p.81-84; LYRA, Heitor. **História da queda do Império.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, p.80-82 e TASINAFIO, Célio Ricardo. Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira; PRADO, Maria

partidário confuso, os antigos progressistas e liberais históricos se uniram para abrir fogo contra os conservadores que subiam ao poder”⁷.

O republicanismo nascente organizou-se de forma independente e manteve ligações com o regime monárquico ainda que elas servissem para criticar a composição dos gabinetes imperiais, como na Guerra do Paraguai (1864-1870), evento que representava o quão frágil era o Exército brasileiro, apesar da vitória. A tal retórica somaram-se os militares ao final do conflito na bacia platina. Além da luta por reconhecimento social, reivindicavam a melhoria dos equipamentos que utilizavam. O retorno ao padrão e status social anteriores ao conflito não era mais possível, pois “já não era aquele Exército de uma passividade absoluta”, mas um grupo pronto a discutir os atos do governo⁸.

Nesse contexto, foi fundado no Rio de Janeiro o Clube Republicano, em dezembro de 1870, por Saldanha Marinho, Salvador de Mendonça, Lopes Trovão, Aristides Lobo e outros publicistas que procuraram aproveitar as oportunidades apresentadas pelo momento político e ampliar as esferas de influência e reconhecimento através da propaganda escrita e de discursos públicos. O clube construiu de forma relativamente eficaz um espaço para canalizar críticas à política imperial, apesar da fragilidade teórica do movimento.

Os grupos da geração 1870 que se mobilizaram não estavam preocupados com a constância doutrinária porque não visavam formar escolas nativas de pensamento. Assim, seu interesse por novas teorias pode ser melhor entendido como busca por argumentos e justificativas para expressar seu dissenso e imaginar projetos de reforma em termos novos, distantes da maneira de pensar e das formas de expressão da tradição imperial. (...) Estamos diante de um movimento político-intelectual de contestação, formado por grupos sociais díspares em origem social, mas vivendo uma comunidade de experiência: marginalizados pela dominação saquarema⁹.

Paralelamente à fundação do Clube, iniciou-se a publicação do periódico “*A República*”, do qual saiu o Manifesto amplamente conhecido, redigido por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, também em 1870. O texto fazia referência ao federalismo, tema vetado nas discussões no Parlamento e que contrariava o centralismo vigente. Apesar da simplicidade do texto, que não pode ser qualificado como um programa político-partidário, era possível perceber um elogio indireto às instituições políticas americanas, considerando a

Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política e a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, p.115-130.

⁷ TASINAFO, op. cit., p.124.

⁸ HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares no Brasil: 1889 – 1898**. São Paulo: Pioneira, 1975, p.26-27.

⁹ ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil - Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.162.

especificidade do regime político brasileiro, única Monarquia do continente. O argumento que reforça essa visão era o método arvorado pelos republicanos para se construir a República: a via reformista que negava a forma violenta da contestação política¹⁰. A circulação do periódico do Clube chegou à casa dos dez mil exemplares em algumas províncias, onde as elites reformistas adaptaram a retórica de acordo com as relações de poder estabelecidas. Tal feito combinado com a proliferação de comícios e tendo como pano de fundo a crise do Império ajudou a manutenção do status do grupo em meio às mudanças conjunturais.

Na província de São Paulo, o republicanismo foi importante porque os paulistas omitiram o problema da escravidão, pois alguns de seus representantes eram grandes proprietários de cativos. Ali, a República e o abolicionismo eram assuntos antagônicos, ao passo de adotarem uma postura conciliadora: os republicanos não se opunham à ideia da escravidão, mas também não se pronunciavam contra ela. O problema da escravidão era considerado social e não político, algo que admitia soluções regionais e descentralizadas, cabendo aos proprietários resolver acerca de sua mão de obra e de sua incorporação na sociedade. Paradoxalmente, a deliberação do grupo republicano era mais política do que social¹¹.

Em São Paulo, as riquezas advindas da produção cafeeira contrastavam com a centralização monárquica que por consequência, na visão de suas elites, impedia a urbanização e o progresso material da província. Um dos veículos criados após o impacto do Manifesto e das ideias ali presentes foi o periódico “A Província de São Paulo”, precisamente em 4 de janeiro de 1875. Na primeira página já se estampavam as críticas ao poder pessoal do Imperador e os ‘males’ dele decorrentes:

Os fatos parecem apontar apenas um desvio, - o poder pessoal. D’ele e só d’ele espera-se que partam, e de facto partem, os atos com que a credulidade e o desespero de causa pretendem que se ha de vencer a impetuosidade da onda invasora. Em apoio real na opinião, sem apoio no equilíbrio normal dos partidos políticos, sem o prestígio das instituições que lhe deram o ser e por ele próprio desdenhadas, o poder pessoal só conta com a energia do arbítrio, reduzido assim ao triste expediente de mistificar a todos começando por mistificar-se a si. (...) Enfraquecido pela própria amplitude ditatorial das atribuições que exerce; fugindo à responsabilidade direta, que é entretanto a única virtude das ditaduras; receando com infantil timidez o influxo da efetiva liberdade; conservador por índole, por educação e interesse; cioso das tradições, das quais tenta tirar consequências que já não tem razão de ser e antes ofendeu a consciência dos povos livres; com razão todas as reformas assustam-no, e só as concede deficientes, particularizadas a um ou outro ponto, mas contrárias em regra ao desenvolvimento

¹⁰ BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à República: história do partido republicano no Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura e Educação, s/d, p.216-217; AZÊDO, Maria N. C. **Imprensa republicana antes do 15 de novembro**. Niterói, UFF, 1975, dissertação de mestrado, p.68; ALONSO, op. cit., p.262.

¹¹ LYRA, op. cit., p.83-85; BOEHRER, op. cit., p.73-76.

moral e liberal do país. Cede pouco, e incompleto. Somente para não perder tudo. É n'este mesmo terreno estreito e de convenção que os partidos aplaudem ou reprovam a marcha governamental, receando comprometer seu futuro com a indicação e discussão de reformas sérias, radicais, ditadas entretanto pelo simples bom senso e sobretudo pelos interesses nacionais¹².

A “Província” não era um órgão oficial, mas era a demonstração da força com que se alastraram as ideias sobre o reformismo, como o jornal homônimo dos estudantes da Faculdade de Direito, criado em 1876, com colaboradores de várias partes do país¹³.

No nordeste e no sul do país, figuras como Silvio Romero, Tobias Barreto, Carlos Assis Brasil e Júlio de Castilhos procuraram, em linhas gerais, defender o regime republicano como uma forma moderna de governo, justificando tal atributo na promoção de uma elite política ilustrada e reformista. A longo prazo novos temas foram incorporados ao rosário republicano nessas regiões. Entre eles o abolicionismo omitido pelos paulistas, que contribuiu para a heterogeneidade do movimento e seu posterior enfraquecimento¹⁴.

Em Minas Gerais, o Manifesto de 1870 despertou certo adesismo na imprensa provincial, que aglutinava as lutas políticas, e promoveu a formação de diretórios republicanos em diversos centros urbanos. Em Diamantina, o periódico “O Jequitinhonha” declarou apoio ao Manifesto mirando o regime republicano brasileiro no dos Estados Unidos. Já na cidade de Campanha, Lúcio de Mendonça, que era um republicano histórico, escrevia contra a Monarquia e o oportunismo daqueles que, mesmo sendo adversários políticos, assumiam cargos e tarefas dentro do regime¹⁵. Lúcio era contrário à política de alianças entre liberais e conservadores, que a seu entender, prejudicava o republicanismo no país¹⁶. Essas práticas eram-lhe bastante próximas: Salvador de Mendonça, irmão de Lúcio, havia sido cooptado pelo Império para ser representante do Brasil nos Estados Unidos em 1875 e Lafaiete Rodrigues Pereira, político e advogado mineiro, integrou o Ministério da Justiça do Gabinete Sinimbu em 1878¹⁷.

O que se pode entrever a partir dos impactos dessas ideias em Minas Gerais em comparação com as demais regiões do país é que os republicanos da província não hesitavam em desprezar as diretrizes do movimento coletivo no Rio de Janeiro, em favor de necessidades

¹² A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 04 de janeiro de 1875. Disponível em <<http://almanaque.info/ProvinciaSP/PROVINCIAASP.htm>>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

¹³ BOEHRER, op. cit., p.79-94; AZÊDO, op. cit., p.21-25.

¹⁴ LYRA, op. cit., p.95-103.

¹⁵ ANDRADE. Marisa Guerra de & HANRIOT, Renata Notas sobre "O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)". **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n.2, maio/ago. 1990, p.94.

¹⁶ MOURA, Antônio de Paiva. O Movimento Republicano em Minas Gerais. **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 14 de novembro de 1998.

¹⁷ LYRA, op. cit., p.125.

locais, como notadamente o fizeram os paulistas. A instabilidade ideológica do republicanismo pode ser percebida nas diversas reuniões realizadas entre 1870 e 1887. A cada encontro, percebiam-se as dificuldades em atingir o consenso, dadas as disparidades socioeconômicas regionais, incluindo a disseminação do positivismo entre os militares, que passaram a considerar sua participação política como uma necessidade para “salvar o país”¹⁸. Um dos únicos laços que uniam o republicanismo, a despeito das lutas internas, era o federalismo. O tema pautava discursos, manifestos e estava direcionado não aleatoriamente para os Estados Unidos, que pela trajetória política e crescimento econômico recente não passavam despercebidos aos republicanos brasileiros.

Pelo seu conjunto, na análise das décadas de 1870 e 1880, tem-se um comportamento político pautado em um repertório comum: as críticas às estruturas monárquicas e a necessidade de reformas progressivas no seio do Estado que construiriam a República. O ponto de partida havia sido a marginalização no Parlamento e o aproveitamento das oportunidades políticas. Em outras palavras: havia uma coesão entre as formas de pensar e agir dos republicanos, ainda que fossem significativamente heterogêneos¹⁹.

O substrato ideológico do movimento fora construído a partir dos problemas da conjuntura interna, mas carecia de consistência. E o adensamento desse republicanismo adveio do exterior, especialmente da França (o Positivismo de Comte) e dos Estados Unidos. O primeiro vinha sendo incorporado gradativamente pelos alunos da Escola Militar, desenvolvendo certo voluntarismo político pautado nos acontecimentos recentes da França²⁰. Já a referência aos Estados Unidos se pautava na reivindicação interna do federalismo, símbolo de distinção da Monarquia centralizadora do Brasil. O próprio Manifesto de 1870 trazia a ideia de que:

A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira²¹.

¹⁸ CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

¹⁹ ALONSO, op. cit., p.36-45.

²⁰ Em meados de 1870 iniciava no território francês o período conhecido como “Terceira República”, que havia contido o movimento de restauração monárquica e significou alto fortalecimento do grupo republicano do país.

²¹ PESSOA, Reinaldo X. C. **A idéia republicana através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p.39-62.

A federação era abordada, portanto, como umas das soluções possíveis para a incapacidade política do regime monárquico atender às demandas regionais, das quais a família Lobo Leite Pereira era caudatária. Essa constatação pode ser percebida no único registro sobre a genealogia da família Lobo Leite Pereira, elaborado pelo próprio Hélio Lobo em 1937, com o objetivo de rememorar a vida de seu pai, Fernando Lobo.

A trajetória da família certamente influenciou no seu direcionamento posterior na carreira diplomática e na formação de sua visão de mundo, possibilitando notar na biografia sobre o pai a construção de uma identidade familiar sintonizada com o republicanismo dos tempos do Império e da República nascente. É o que Ângela de Castro Gomes interpreta como um espaço fundamental para a constituição de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas²² e Vavy Pacheco Borges, citando Phillippe Lejeune, qualifica como a “pretensão de biografia”, na qual o autor conheceu o biografado e constrói seu texto com base nos documentos pessoais e da época²³.

A publicação da obra se deu em 1937, pela Companhia Editora Nacional na conhecida coleção *Brasiliana*²⁴. À época, Hélio Lobo era um diplomata conhecido no país pela representação em diversas legações e internamente, pelo trabalho no serviço de documentação do Itamaraty, além de destacar-se na publicação de artigos e livros sobre a história da política exterior do Brasil, abordados posteriormente neste trabalho. O campo político brasileiro, nesse contexto, estava permeado por tensões que ameaçavam o regime instaurado pelo grupo de Getúlio Vargas em 1930, que culminaram com a instalação do Estado Novo e de uma nova Constituição. O momento era, portanto, bastante diverso daquele em que Hélio Lobo construía sua carreira diplomática, a Primeira República, especificamente no ano de 1908 por ocasião do ingresso no Tribunal Arbitral Boliviano-Brasileiro. O campo intelectual na década de 1930 e a instabilidade política recente haviam levado ao surgimento de diversos estudos sobre a realidade nacional e o regime republicano, fato do qual se aproveitou Hélio Lobo para discutir

²² GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 21.

²³ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.213.

²⁴ A coleção *Brasiliana* “foi idealizada por Octales Marcondes Ferreira, presidente da Companhia Editora Nacional, como a “quinta série” de uma coleção mais ampla, intitulada Biblioteca Pedagógica Brasileira. Lançada logo após a Revolução de 1930, sua abrangência se estendia pelas principais áreas do conhecimento como a História, Geografia e Política. A ação da Companhia Editora Nacional foi seguida por inúmeras outras iniciativas do gênero, como as coleções Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio, Azul, da Editora Schmidt, Reconquista do Brasil, da Editora Itatiaia, Memória Brasileira, da Melhoramentos, Corpo e Alma do Brasil, da Difel, Dimensões do Brasil, da Vozes, Retratos do Brasil, da Civilização Brasileira”. Atualmente as publicações vêm sendo digitalizadas e colocadas à disposição do público via internet. Disponível em < <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>. Acesso em 30 de out. de 2011.

ao mesmo tempo a trajetória política de seu pai e a transição da Monarquia para a República no país²⁵. Assim, sua obra representava o que Pierre Bourdieu aponta como uma “ação simbólica”, na medida em que a ação do diplomata-historiador se baseava em uma forma de expressão cultural sustentada pela posição social que ocupava e era reconhecidamente destacada²⁶. Além da obra sobre o pai constituir uma valiosa fonte de estudo da trajetória familiar, traz informações que indiretamente justificam a inserção do autor na carreira diplomática e suas impressões sobre a política interna do Brasil no final do século XIX.

Para cumprir esse percurso, Hélio Lobo optou por omitir detalhes da vida íntima de sua família ao priorizar a vida pública, espaço onde diversos integrantes haviam se inserido, como o próprio pai biografado e o tio, Américo Lobo, que chegou a ser ministro do Supremo Tribunal Federal. Além disso, fica explícito na condução da narrativa o objetivo de expor o processo de republicanização pelo qual o Estado de Minas Gerais e o Brasil perpassaram no final do século XIX, um dos valores que sustentavam sua visão de mundo.

Em outras palavras, falar da recepção do republicanismo em Minas Gerais através da figura paterna era uma tentativa de construir um perfil adequado ao campo em que ele próprio havia trabalhado: o político. Como diplomata e historiador e conforme será exposto adiante, Hélio Lobo batalhou pela legitimidade da postura conciliadora do Estado brasileiro atrelada fundamentalmente à legalidade, postura que por um lado garantiu-lhe acesso a espaços privilegiados, mas também rendeu limitações e dissabores por ocasião do advento do Governo Provisório de Getúlio Vargas na década de 1930, quando foi colocado em disponibilidade no contexto da Revolução Constitucionalista²⁷. Em síntese, ainda que o foco fosse a atuação do pai, *Fernando Lobo* é uma tentativa de esclarecer trajetórias visando conferir licitude à carreira de Hélio Lobo no campo político.

Assim sendo, o autor esclarecia, na abertura do livro, na seção “Duas palavras”, o que significava falar de seu pai, que viveu e participou de um período de transição política do Brasil:

Deu-se, por isso, a este ensaio, uma feição objetiva, na qual depõem de preferência os documentos. Perde o livro talvez em originalidade pessoal, mas ganha certamente em exatidão histórica. Fernando Lobo aparece, além disso, esquivo, quase anônimo, no fundo do quadro em que se desenvolveram os acontecimentos. É mais de acordo com o papel que desempenhou e mais em harmonia com seu temperamento, todo de penumbra. Entretanto figurou numa época incandescente, a que vai da proclamação da República, em Minas Gerais, à sua consolidação, sob Floriano Peixoto, no Rio de

²⁵ A década é suficientemente rica quanto à produção de interpretações sobre o Brasil. Destacam-se os pensadores Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, conforme distinção consagrada de Antonio Cândido.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. SP: Perspectiva, 2009, p.16-22.

²⁷ O processo de exoneração de Hélio Lobo será abordado no quarto capítulo da tese.

Janeiro. Antes, fora a propaganda individual, depois com exceção de breve estágio no Banco do Brasil e no Senado Federal, um afastamento perene, no qual, aliás, nunca desapareceu o cidadão zeloso da coisa pública²⁸.

A obra é composta por duas partes, distribuídas em vinte quatro capítulos. A primeira, intitulada “Mineiros e federais”, reporta à proclamação da República em Minas Gerais e como a família Lobo Leite Pereira, especialmente Fernando e Américo Lobo, comportaram-se diante do fato, expondo ao fim o republicanismo em Minas Gerais. Já a segunda, “Na aurora do regime”, analisa o período de crise da República entre os anos de 1889 e 1894, a retirada de Fernando Lobo da política e o ingresso na burocracia estatal.

No tocante à trajetória familiar e suas conexões com o campo político e ideológico, Cláudia Viscardi, ao referir-se ao republicanismo em Minas Gerais, considera que esse foi notadamente estereotipado pela historiografia brasileira de meados do século XX, chegando-se a classificar a elite mineira como a “carneirada”, dada a força do adesismo à República e a postura conciliadora²⁹. Fernando Lobo foi biografado a partir desse contexto, sendo possível notar a intenção do autor em elaborar a figura de um homem comprometido com o “espírito público” estadual e federal e avesso às polêmicas da política.

A família era de origem portuguesa e havia emigrado para o Brasil entre 1731 e 1735, estabelecendo-se em Minas Gerais, local de exploração mineral à época. Os ascendentes de Fernando Lobo ocuparam diversos cargos na administração colonial e membros da família vivenciaram a eclosão da Inconfidência Mineira e de incipiente “sentimento republicano” em 1789³⁰.

Joaquim Lobo Leite Pereira, pai de Fernando Lobo, teve ao lado de Ana Leopoldina Araújo mais três filhos: Américo, Francisco e Joaquim.

O primogênito, Américo Lobo, nasceu em 1841 e lançou-se aos estudos em São Paulo na Faculdade de Direito, graduando-se em 1862, para voltar a Minas Gerais e assumir em algumas localidades o cargo de juiz e advogado. Politicamente, Américo Lobo aproximou-se do Partido Liberal e no fim da década de 1860 conseguiu eleger-se deputado pela província na 13ª legislatura (1867-1870), sendo que durante o exercício do mandato houve a dissolução da Câmara, de onde mais tarde surgiu o grupo dos liberais radicais, posteriormente

²⁸ LOBO, Hélio. **Um verão da República: Fernando Lobo. A proclamação do regime em Minas, sua consolidação no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. III. (Coleção Brasileira, vol.88, série 5ª).

²⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. **Revista do APM**, ano XLII, n.º1, janeiro/junho de 2006, p.50-51.

³⁰ LOBO, op. cit., 1937, p.4-7. Cf. O descobrimento de Minas Gerais. **RIHGB**, tomo XXIX, 1ª parte, jan./mar., 1866, p. 41-47.

metamorfosados em republicanos “históricos”. No esteio de tais fatos, Américo desligou-se do Partido e retomou o contato com colegas que já estavam realizando a propaganda, entre eles, Lúcio de Mendonça e Salvador de Mendonça, que conheceu por intermédio do Clube Central Republicano com sede em Leopoldina, Minas Gerais³¹.

O segundo filho, Francisco Lobo Leite Pereira, formou-se em ciências físicas e matemáticas na Escola Central do Império. Assumiu diversos cargos na instituição e foi nomeado chefe das obras de construção da estrada de ferro de São Paulo a Sorocaba, não se envolvendo diretamente no campo político.

O caçula, Joaquim Lobo Leite Pereira, tornou-se médico na Bahia e contribuiu na publicação do Boletim “Imprensa Médica da Corte” em 1872, além de ocupar o cargo de vereador na Câmara Municipal de Cataguases, Minas Gerais entre 1887-1889.

Fernando Lobo Leite Pereira, nascido em 1851, seguiu os estudos jurídicos como o irmão Américo, com quem trabalhou no município de Leopoldina até transferir-se para Juiz de Fora, ambas em Minas Gerais. No capítulo dedicado à formação de seu pai, Hélio Lobo compôs a imagem de um indivíduo reservado e pouco afeito à escrita, porém politicamente ativo com contribuições regulares no jornal “Farol”. Digno de destaque fora a ação de Fernando Lobo no Fórum do município em prol do reconhecimento jurídico do regime republicano proclamado em 15 de novembro de 1889 e do Governo Provisório, gerando uma onda de adesismo nas elites locais.

Em tese defendida em 2012, Fábio Castilho aponta que a família Lobo teve grande importância na difusão do republicanismo em Minas Gerais, embora defenda a hipótese de que o grupo dos republicanos históricos, do qual Fernando Lobo filiava-se, tenha perdido importância durante o processo de transição da Monarquia para a República para os adesistas, dos quais se destacou Silviano Brandão, no sul do Estado³².

No entanto, o processo de republicanização na região de Juiz de Fora foi marcado por polêmicos episódios. Nas palavras de Hélio Lobo, “não faltaram os excessos da hora, inocentes para gente tão pacata, mudando-se o nome do morro do Imperador para o de Estado de Minas”³³. O caráter simbólico de tal processo de adesão era o que Maria de Lourdes Mônaco Janotti sinaliza como uma postura comum a tais indivíduos à época, pois para eles, “a República

³¹ LOBO, op. cit., 1937, p.11-14. Cf. MENDONÇA, Carlos Sussekund de. **Lúcio de Mendonça**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, p.100.

³² CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó : as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Franca: [s.n.], 2012.

³³ LOBO, op. cit., 1937, p.34-35. O argumento apresentado pode ser encontrado na obra de PORTO, Manoel Ernesto de Campos. **Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 407-408.

configurava fato consumado e irreversível, não havendo clima para movimento restaurador, que por sua vez, só traria intranquilidade à nação”³⁴.

A necessidade de organização institucional do regime republicano podia ser percebida na busca por instrumentos que o legitimassem interna e externamente. No primeiro plano, dois pontos merecem problematização: a convocação da Constituinte em 1890 e a consequente promulgação da primeira Constituição republicana em fevereiro de 1891; e o surgimento, no período posterior à mudança do regime, do movimento monarquista, que contribuiu na elaboração de críticas à República e aos políticos que assumiram o poder.

A elaboração de uma Constituição era a atitude que colocava em prática as ideias defendidas pelo grupo republicano desde 1870, principalmente o federalismo e o presidencialismo, que forneceria respectivamente a autonomia aos Estados e a interdependência do Poder Executivo e do Legislativo. Nas palavras de Hélio Lobo, havia em “todos os chefes republicanos a preocupação do presidencialismo e da federação; ela ia vingar na Constituição de 24 de fevereiro e sob ameaça da volta da Monarquia, sua revogação era o que se temia”³⁵. O temor apontado pelo autor não era o único. Além de indefinir um pacto político preciso para instituir os novos limites do campo político, o constitucionalismo republicano brasileiro fundava-se num conflito de poderes, dada a herança monárquica do Poder Moderador e o Parlamentarismo “às avessas”. Nesse esteio, a candidatura e eleição do Marechal Deodoro da Fonseca, então chefe do Governo Provisório, suscitava desconfianças entre os próprios republicanos que temiam ações autoritárias. Elas vieram se concretizar no decorrer do ano de 1891, quando a oposição no Congresso aprovou uma lei que limitava os poderes de Deodoro, que contra-atacou com o golpe em 3 de novembro do mesmo ano. Após divulgar nota³⁶ justificando sua ação, o presidente acusava os adversários de atribuírem a ele uma imagem desproporcional à realidade, fazendo romper os laços de solidariedade da República. O desfecho dessa crise resultou na saída de Deodoro da presidência e consequente ascensão de Floriano Peixoto, fazendo surgir novos problemas institucionais.

No que diz respeito aos referenciais teóricos da carta constitucional, era inevitável a comparação com os Estados Unidos, cada vez mais influentes no Brasil. Ainda no período monárquico e no campo econômico, os laços bilaterais se aprofundaram ao ponto de os

³⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.18.

³⁵ LOBO, op. cit., 1937, p.38.

³⁶ CARONE, Edgard. A Primeira República: texto e contexto. São Paulo: DIFEL, 1969, p.19-21 e SOUZA, Maria do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, p.162-170 e LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales e as bases da decadência da Primeira República brasileira**. São Paulo: Vértice/ Rev. dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p.69.

estadunidenses comprarem dois terços da produção do café brasileiro, postura que se consolidou na República. A vinculação aos estadunidenses possuía um sentido simbólico e prático para os brasileiros, pois revelava o esforço em prol do rompimento com o passado monárquico e expunha a importância do mercado daquele país para o principal produto de exportação interno, o café. Hélio Lobo manifestava-se sobre o início da República chamando a atenção para os desafios daquele momento, entre eles a ausência de “tecido social e educação cívica”, que engendrariam um comportamento político comum na primeira década pelos dirigentes do país: a americanização, entendida como aproximação aos Estados Unidos e, internamente, republicanização das instituições.

A Constituição, chave mestra, devia marcar época nova e salutar. Belo sonho que não dependia de leis, mas dos homens. Isto é, de um corpo eleitoral na altura das esperanças republicanas. Os dias que se seguiram, iam mostrar que só com o tempo podiam ter precário remédio sob uma fachada sedutora, os costumes políticos brasileiros. País sem tecido social, sem educação cívica, o Brasil inspirava-se na democracia norte-americana sem advertir que o processo histórico era ali diverso³⁷.

Em Minas Gerais, os ecos das lutas por poder na capital federal durante a finalização da Constituição foram percebidos em duas frentes: a primeira, na rivalidade entre Ouro Preto e Juiz de Fora, que representavam, segundo Hélio Lobo, respectivamente, o posto deodorista no Estado e posto de desconfiança do presidente eleito; complementada pela atuação de Cesário Alvim, presidente estadual e ministro do interior do Governo Provisório, além de aspirante a uma cadeira no Senado. Alvim era definido pelo editorial do jornal “O Farol” de Juiz de Fora, como aquele que pretendia o aniquilamento da cidade, manifestando rotineiramente suas hostilidades à posição política dos líderes locais, entre eles Fernando Lobo, que defendia a projeção de seu irmão Américo na mesma legislatura³⁸. As afrontas acirraram-se na elaboração da Constituição mineira, quando se formou a “dissidência de Juiz de Fora”, grupo contrário à ação de Cesário Alvim, que privilegiava políticos de Ouro Preto e “entregava” o controle do Estado às mãos de Deodoro, segundo o jornal³⁹.

A aliança entre os presidentes estadual e federal foi quebrada justamente com a crise em novembro de 1891, quando a “dissidência” ganhou projeção política: após Constantino Paleta ter declinado o cargo de Ministro das Relações Exteriores, indicou Fernando Lobo para assumi-lo.

³⁷ LOBO, op. cit., 1937, p.42.

³⁸ **O FAROL**, Juiz de Fora, Ódio a Juiz-de-Fora, 1 de fevereiro de 1891.

³⁹ **O FAROL**, Juiz de Fora, Protesto digno, 25 de janeiro de 1891.

Fernando Lobo era representante do republicanismo histórico de Minas Gerais e sua chegada ao cargo era simbólica por significar uma estratégia que extrapolava sua aspiração pessoal, projetando o desejo das elites mineiras em garantir seu predomínio e minimizar as disputas no estado. Marcava também outro ponto da dissidência, haja vista que Cesário Alvim poderia ser “atacado” não somente a partir da imprensa estadual, mas do governo federal⁴⁰.

Durante a candidatura de Floriano Peixoto teve início um período de agravamento da instabilidade política, passível de percepção na composição ministerial. Durante seus quase três anos de governo, a pasta de Relações Exteriores foi ocupada por praticamente dez ministros, entre interinos e efetivos⁴¹, o que expunha a dificuldade de manutenção institucional e na formulação de diretrizes eficazes em momento ainda de desconfiança do país no estrangeiro. As ações diplomáticas, por exemplo, ganharam notoriedade nos jornais por serem negociadas sem instruções ou decididas por indivíduos sem experiência no assunto. A cada fato noticiado a esse respeito, o governo brasileiro preocupava-se em “justificar” a ação removendo representantes, agravando a crise política.

Nessa esteira, Fernando Lobo assumiu o cargo que lhe fora ofertado e no qual ficou pouco menos de três meses. No Itamaraty encontram-se poucos arquivos sobre sua atuação, sendo a maioria despachos de gastos diversos e de recepção de correspondência diplomática relatando a rotina nas legações do país. Hélio Lobo justificava a saída afirmando que o pai não possuía preocupações nem aspirava a um “cargo tão alto”, contornando a situação. Essa postura pode ser percebida em alguns trechos quando o autor evita a polemização ao fornecer ao leitor motivos que induzissem à fragilidade do pai em meio aos acontecimentos. Mas para além da instabilidade que partia da centralização administrativa de Floriano Peixoto, o que gerava atritos com seus ministros, outro motivo pode auxiliar no entendimento da questão. Em nota de “O Farol” de 2 de dezembro de 1891, Constantino Paleta respondeu à acusação de pedir a deposição de Cesário Alvim como condição para assumir o cargo no Ministério das Relações Exteriores, argumentando que não teria sido chantageador ao indicar um amigo, Fernando Lobo, ao cargo oferecido a ele⁴². Ainda que a inexistência de correspondência específica de Fernando Lobo

⁴⁰ CASTILHO, op. cit., p.60-62.

⁴¹ A lista inicia-se com Constantino Paleta, que não aceitou o cargo e é seguida por Custódio de Melo (23 a 28 de novembro de 1891, interino); Fernando Lobo (23 de novembro de 1891 a 10 de fevereiro de 1892); Serzedelo Corrêa (12 de fevereiro a 22 de junho de 1892); Custódio de Melo (22 de junho a 17 de dezembro de 1892, interino); Antônio F. de Paula Souza (17 de dezembro de 1892 a 22 de abril de 1893); Felisberto Freire (22 de abril a 30 de junho de 1893, interino); João Felipe Pereira (30 de junho a 7 de outubro de 1893, interino); Carlos Augusto de Carvalho (7 a 26 de outubro de 1893) e Cassiano do Nascimento (26 de outubro de 1893 a 15 de novembro de 1894). Informações disponíveis no **ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY**, diversas pastas.

⁴² **O FAROL**, Juiz de Fora, 2 de dezembro de 1891.

impeça um total delineamento da questão, indiretamente a continuação da querela entre a dissidência mineira, liderada por Constantino Paleta contra Cesário Alvim no Rio de Janeiro, induziu a saída de Fernando Lobo, devido a um desgaste de ambos os lados. O então presidente de Minas Gerais recusava-se a entregar o cargo após a chegada de Floriano Peixoto ao poder, invocando a autonomia do Estado perante a federação.

Nesse ínterim, foi atribuído à dissidência e também a Fernando Lobo e outros líderes políticos mineiros um projeto de separação de Minas Gerais em dois Estados, justificado pelo comportamento do então chefe do Poder Executivo estadual. A ideia era formar de um lado uma Minas Gerais “legalista” e pró-Floriano, em oposição à resistência em Ouro Preto, de Cesário Alvim. No Rio de Janeiro, podia se ler sobre o assunto na imprensa. Quintino Bocáiuva, no jornal “O País”, dizia:

Se nesta capital, que foi o foco da elipse da revolução, há alguém quem mais mereça essa suspeita de ter acoroçado o movimento separatista, esse alguém não é nenhum dos presos ou desterrados políticos, sequestrados violentamente ao julgamento dos tribunais; é antes uma pessoa, que está no gozo de todas as garantias constitucionais e que faz parte do gabinete do Sr. Floriano Peixoto, é o Secretário ou Ministro da Justiça, o Sr. Fernando Lobo⁴³.

Cesário Alvim chegou a publicizar na imprensa mineira o receio de que Fernando Lobo fosse o responsável pelo movimento separatista, haja vista as ligações do ministro com Floriano Peixoto e Martiniano Brandão, um dos líderes do movimento. Em suas palavras,

Eu tinha motivos para acreditar na interferência, senão do governo da União, ao menos de um dos membros do ministério. (...) O cidadão que a si próprio nomeou-se presidente da junta governativa do novo Estado (Martiniano Brandão) que ia criar é parente próximo do ilustre ministro das relações exteriores (Fernando Lobo). Esteve sempre na capital federal em contato íntimo com s. ex. e dali partiu com o seu programa de governo formulado e que foi distribuído em avulso por todos os pontos da zona sul-mineira⁴⁴.

A polemização do projeto de divisão estadual na imprensa aliada às disputas por poder no campo político federal levou a uma reorganização ministerial, conduzindo Fernando Lobo à pasta da Justiça e de Negócios Interiores em 10 de fevereiro de 1892. Em Minas Gerais, o principal produto do contexto foi a queda de Cesário Alvim e o encerramento do movimento separatista sem muito alarde, o que reforçou a ideia de que sua existência era incompatível em um cenário sem o presidente deposto⁴⁵.

⁴³ BOCAIUVA apud LOBO, op. cit., 1937, p.105.

⁴⁴ ALVIM apud CASTILHO, op. cit., p.63.

⁴⁵ CASTILHO, op. cit., p.67-68.

Nesse ínterim, a dinâmica entre os problemas estaduais e os da federação foi mais uma vez, colocada à prova. A política intervencionista de Floriano Peixoto fez com que o grupo oposicionista a seu governo invocasse um dispositivo constitucional para justificar sua remoção do poder: o artigo número 42 do capítulo 1 da Constituição Federal de 1891, dizia que “no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á nova eleição”⁴⁶.

Esse foi o argumento defendido na Carta-Manifesto dos Treze Gerais, que denunciava a desorganização do país devido a ação de Floriano Peixoto e solicitava o respeito à lei convocando novas eleições à presidência da República⁴⁷. A resposta oficial foi a prisão de parte dos envolvidos e a transferência para outras regiões do país. Na biografia do pai, Hélio Lobo procurou legitimar tal ação dizendo que “Floriano deu um golpe de força para sustar a guerra civil iminente; mas ao mesmo tempo, deixou claro que não abusaria de suas atribuições”, nem era um ambicioso do poder⁴⁸. Nada mais justificável tendo em vista o cargo que Fernando Lobo ocupava naquele momento.

As mudanças que se operaram na sociedade brasileira nos primeiros anos do novo regime foram muito rápidas para serem absorvidas por todos os grupos da sociedade. Fazendo parte de um processo mais amplo que se iniciara na década de 1870, tensões acumuladas foram pouco a pouco aparecendo, testando o republicanismo brasileiro. Nas palavras de Janotti,

Jamais o país presenciara tal acúmulo de inovações na esfera político-administrativa e nas relações sociais. Desorganizara-se o antigo estamento burocrático e o Exército tornara-se, com Floriano, senhor do Estado. Desarticulava-se o antigo sistema parlamentar do Império, introduzindo-se novas relações entre os poderes. Contudo, ainda não se firmara o federalismo bem como nenhuma conquista democrática, partiram contestações ao regime do seu próprio interior⁴⁹.

E foi do plano interno que surgiram dois movimentos fundamentais de contestação ao regime: a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, que ocorreram no período do governo de Floriano Peixoto.

Em fevereiro de 1893, no Rio Grande do Sul, os conflitos se deram entre o governador Júlio de Castilhos e Gaspar da Silveira Martins, seu adversário, organizador do partido denominado Federalista e defensor de uma revisão constitucional com vistas no retorno do

⁴⁶ BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

⁴⁷ Carta – Manifesto dos Treze Gerais (31/3/1892) apud CARONE, op. cit., 1969, p.25-26.

⁴⁸ LOBO, op. cit., 1937, p.127.

⁴⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A República: oposições e consolidação. In: LAPA, José Roberto do A. **História Política da República**. Campinas: Papirus, 1990, p.54.

parlamentarismo. Tal objetivo chocava-se com o presidencialismo da Carta de 1891, gerando conflitos para além do campo político, forçando a intervenção de Floriano Peixoto a favor de Castilhos, deposto por apoiar o golpe em novembro de 1891 e reeleito em janeiro de 1893. Mas o deslocamento de reforços para o sul do país era algo dispendioso financeiramente, fato que obrigava a aprovação de recursos junto ao Congresso, local onde Floriano Peixoto já não contava com o apoio dos tempos de Deodoro. A oposição se espalhava até pelos gabinetes ministeriais descontentes, que eram liderados por Custódio de Melo, contra-almirante da Marinha e ministro da Guerra, que renunciou ao cargo e exigiu a saída do presidente em exercício⁵⁰. Interpreta-se a posição de Melo como uma manifestação dos abalos constantes do campo político brasileiro à época, sustentado por uma divisão entre atores históricos e sua origem social: a disputa da Marinha *versus* Exército fundamentava-se em razão do primeiro ser um reduto elitista e o segundo um espaço de nível socioeconômico baixo, justificando a tese de que a mudança do regime político ainda não fora absorvida por todas as camadas sociais.

Foi essa clivagem social e política que forjou outro movimento, a Revolta da Armada, em setembro de 1893 no Rio de Janeiro. Liderada pelo mesmo Custódio de Melo e correligionários da Marinha, objetivava-se a deposição de Floriano Peixoto à custa de um bombardeio aos prédios do governo diretamente da baía de Guanabara, cercada pelos rebeldes.

Sobre os conflitos, Hélio Lobo procurou se posicionar atacando Custódio de Melo e Silveira Martins. Para ele, o contra-almirante era motivado por uma disputa pessoal com Floriano Peixoto e não teve “visão política” ao longo do conflito, mesmo tino que faltara a Silveira Martins, no sul. Essa visão política nada mais significava do que a racionalidade necessária para cooptar pessoal e negociar com o governo, conduzindo às derrotas para as tropas federais. No caso de Melo, somava-se, nas palavras de Hélio Lobo, a figura de Saldanha da Gama, que não tinha nenhuma identificação com os propósitos do movimento. O contra-almirante Saldanha da Gama participou da Revolta da Armada a partir de dezembro de 1893, quando Custódio de Melo foi auxiliar os movimentos militares no sul do país⁵¹.

A análise do diplomata permite ao leitor compreender como ele se posicionava diante de um novo comportamento percebido na circulação de ideias e referências: o monarquismo. Para Hélio Lobo, o descrédito pelo futuro do regime republicano, a inexperiência e os desmandos do novo governo eram parte do credo desse grupo que se organizou difusamente após a proclamação em 1889 e teve na intelectualidade um ponto de apoio suficientemente ácido. Organizou-se de tal forma porque as divisões internas da época da Monarquia ainda não

⁵⁰ HAHNER, op. cit., p.72.

⁵¹ LOBO, op. cit., 1937, p.150-152.

havia sido resolvidas, impedindo a congregação entre Liberais e Conservadores que se culpavam reciprocamente pela queda do regime⁵². Os críticos viam um despreparo gritante do governo brasileiro ao recorrer à violência e ao exterior para sustentar a República, que sob Floriano Peixoto, iria atingir um nível mais elevado de desenvolvimento na chamada americanização do Brasil, ao passo de os Estados Unidos intervirem diretamente, na resolução do conflito doméstico brasileiro. Parte desse processo estava no mapeamento histórico apresentado por Hélio Lobo:

Dos dezenove navios ancorados no porto, pertencentes a nove nacionalidades diferentes, só ficaram, no fim, dois portugueses, um inglês e um norte-americano. A estação naval dos Estados Unidos da América, essa ia aumentar. É que a inclinação monárquica de Saldanha, no seu manifesto de adesão à Revolta, alarmara a democracia *yankee*. Salvador de Mendonça, sempre dentro dos preceitos internacionais acima referidos, gabou-se de ter obtido esse intervenção⁵³.

À propósito do conflito, estabeleceu-se um movimento de mão dupla e que a historiografia ajudou a reforçar ao longo do século XX. De um lado havia a contenção de qualquer manifestação monarquista pelo governo e seus sectários, chegando ao ponto de inflar a inserção do tema nos movimentos contrários a ele, e de outro, a atuação dos próprios monarquistas, que procuravam se inserir nos flancos deixados pelos contestadores, como Saldanha da Gama. Mesmo não explicitando suas convicções monarquistas na nota⁵⁴ em que justificava seu ingresso na Revolta da Armada, deixava uma margem de interpretação aproveitada pelo grupo. Para Carone, houve auxílio financeiro centralizado em Eduardo Prado, responsável em arrecadar junto aos “restauradores” fundos para a manutenção do conflito⁵⁵. De outra perspectiva interpretativa, Arias Neto aponta para um esforço do grupo republicano em se incutir a bandeira monarquista nos movimentos contestatórios, ação justificada por um paradigma salvacionista recorrente no século XIX e XX, de acordo com as necessidades e o “inimigo” do governo⁵⁶.

⁵² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.83.

⁵³ *Ibidem*, p.164-165. Cf. MENDONÇA, Salvador de. **A situação internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1913. Sobre a atuação de Salvador de Mendonça, cf. PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

⁵⁴ Proclamação do Contra-Almirante Custódio José de Melo (6/9/1893) apud CARONE, op. cit., 1969, p.26-28. Contemporâneos do contra-almirante eram sintomáticos ao qualificar Saldanha como monarquista, ainda que na nota essa preferência política não fosse clara.

⁵⁵ CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: DIFEL, 1971a, p.102-103.

⁵⁶ ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. OLIVEIRA, Cecília H. S. de; PRADO, Maria Lígia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes M. (orgs.). **A história na política e a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, p.161-163.

Ainda que se possa questionar o grau de participação efetiva dos monarquistas nos movimentos contestatórios, no campo intelectual, indivíduos como Eduardo Prado se destacaram apontando as fraquezas do *status quo* e defendendo um modelo político interno e sustentado por referenciais distintos dos republicanos. Eduardo Prado era filho de uma tradicional família paulista e cedo se alçou à crítica literária e política, seara na qual encontrou a perseguição e a censura. No tocante ao tema, duas de suas obras de caráter antirrepublicano demonstram o teor de sua repelência e do monarquismo no país: “Fastos da Ditadura Militar no Brasil”, de 1890 e “A ilusão Americana”, de 1893. No primeiro, apontava suas flechas para o Governo Provisório, dotado de comportamento atroz tanto no seio militar quanto civil.

Todos os homens de espírito limpo, de alma decente, em todos os países onde chegar a notícia da reação bárbara efetuada hoje nos costumes políticos do Brasil, hão de estigmatizar o procedimento dos membros do Governo Provisório. Será, porém, injusto quem só condenar os militares; menos dignos e mais andáveis nas valentias sem perigo, são os bacharéis-ministros, antigos advogados e jornalistas encanecidos na prática inveterada do artigo em favor de todas as liberdades e do arrazoado em defesa dos direitos do homem, em geral (e dos raros clientes, em particular) ⁵⁷.

Os argumentos de Eduardo Prado mostram-se coerentes com a visão do autor de *Fernando Lobo*. Ao longo do capítulo dezoito, intitulado “Ministro da Ordem”, o filho-biógrafo apresenta um Ministro pouco à vontade no cargo, tendo enviado várias vezes, no ano de 1893, a carta de demissão do cargo, escrita em “estilo seco, duas ou três palavras no máximo, encobrendo divergências graves referentes à sua pasta ou à defesa das prerrogativas dela”, ou seja, o gabinete da presidência ⁵⁸. Floriano Peixoto pode ter sido representante, segundo aponta a historiografia, de um “presidencialismo autoritário consolidador do regime republicano”, postura que o aproximava das ditaduras latino-americanas que se contentavam com a centralização administrativa ⁵⁹. Na leitura da documentação selecionada, fica nítida a relação conflituosa entre Floriano Peixoto e Fernando Lobo, como, por exemplo, no Relatório Ministerial datado de 15 de abril de 1893. Ali, Fernando Lobo recomendou a separação dos ministérios da Justiça e do Interior, pois acreditava que as atribuições eram demasiadamente complexas para um só ministro, ao passo que escasseavam os recursos financeiros. Após a

⁵⁷ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil** (1890). Disponível em < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=484&sid=356> >>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

⁵⁸ LOBO, op. cit., 1937, p.178.

⁵⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.151, 179. Cf. também os artigos de BUENO, Clodoaldo. A diplomacia da “consolidação”: A intervenção estrangeira na Revolta da Armada. (1893/94). **História**. São Paulo: UNESP, v. 3: 1984, p.50 e BENTO, Cláudio Moreira. A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada. **RIHGB**, v. 378/9. Rio de Janeiro, 1993, p.268.

discordância agravar-se, pediu exoneração da pasta e seguiu para Minas Gerais, em dezembro de 1893, com a Revolta da Armada em plena efervescência.

Outra obra de Eduardo Prado tornou-se mais difundida justamente por ter sido confiscada pelo governo brasileiro na ocasião de sua publicação, em 1893. Em “A Ilusão Americana”, a intenção do autor era criticar o processo de aproximação do Brasil com os Estados Unidos após 1889, guiado por militares sem qualquer conhecimento da política nacional e internacional. A “fraternidade americana”, jargão usado pelos republicanos no período para justificar a aproximação, não existia segundo Eduardo Prado: seria um erro acreditar na coexistência pacífica entre os países americanos somente em função de um regime político. Como bom monarquista, não faltavam elogios implícitos aos tempos de Império, como “após setenta anos de liberdade, o grande erro foi cometido em 1889, quando os brasileiros quiseram impor ao Brasil artificialmente a fórmula norte-americana”⁶⁰. Não era só para a ilusão política que Eduardo Prado apontava: o Brasil também era seduzido pelo capitalismo monopolista dos Estados Unidos, por assinar acordos aduaneiros sem critérios:

Tratados de comércio! Eis aí a grande ambição norte-americana, ambição que não é propriamente do povo, mas sim da classe plutocrática, do mundo dos monopolizadores que, não contentes com o mercado interno de que eles têm o monopólio contra o estrangeiro [...] que se vê privado do grande benefício que a concorrência universal lhe traria com o forçado abaixamento dos preços⁶¹.

As críticas ao processo de aproximação do Brasil com os Estados Unidos na Primeira República da qual Eduardo Prado foi um dos representantes mais significativos, foi tema recorrente nas palavras e manifestações de indivíduos como Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto), que execrou o “advento da ditadura militar no Brasil” e Joaquim Nabuco, que apesar de externalizar simpatias pela República e pelo monroísmo, posteriormente, “lastimava a atitude suicida” de uma geração que acreditava precipitadamente na República⁶². De acordo com Ângela Alonso, a “indignação contra a proeminência, tanto na sociedade como na política, de novos grupos sociais, encharcados de valores e atitudes que confrontavam a tradição imperial”, ditavam o tom das críticas monarquistas, contrapostas às dos republicanos como Lauro Sodré, Raul Pompéia e Teixeira Mendes⁶³. Esses homens se alinhavam ao jacobinismo, movimento

⁶⁰ PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. São Paulo: Brasiliense, 1958, p.46-50. Cf. JANOTTI, op. cit., 1986, p.80 e HAHNER, op. cit., p.105-110.

⁶¹ Ibid., p.124.

⁶² ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v.85, novembro de 2009, p.140.

⁶³ Ibidem, p.141-144.

que ganhou força durante o governo de Floriano Peixoto balizando-se no culto à sua figura e defendendo o modelo republicano como o único possível. Portanto, os monarquistas “eram o principal inimigo a combater”, pois se corria o risco permanente dos derrotados voltarem⁶⁴.

A vitória do governo na Revolta da Armada, em março de 1894 e na Revolução Federalista em agosto de 1895, foram fundamentais para dar força à República, internamente e contra o movimento monarquista. Na baía de Guanabara, o conflito fora dissipado em razão de duas ações: a compra de uma “Armada” nos Estados Unidos e a intervenção da Marinha dos Estados Unidos no bombardeio de parte das embarcações brasileiras. A pedido do governo, ambas foram intermediadas por Salvador de Mendonça, cônsul em Washington, e geraram grande celeuma à época, inclusive no debate entre republicanos e monarquistas⁶⁵. Acusava-se o governo de ter “negociado a soberania” com as potências estrangeiras e ter formado a chamada “Esquadra de Papelão”, dada a precariedade do material adquirido para combater a Revolta. O conflito ainda rendeu problemas diplomáticos: abrigados pelos navios portugueses que não consideravam os revoltosos beligerantes, as reclamações do governo brasileiro levaram ao rompimento temporário das relações com os portugueses⁶⁶. Na região sul do país, os federalistas contavam com o apoio do contra-almirante Custódio de Melo, que havia se deslocado para fortalecer o movimento e contra-atacar Floriano Peixoto, mas não resistiram aos ataques das tropas oficiais, somadas à derrota dos marinheiros no Rio de Janeiro.

Seguindo um estilo historiográfico pautado nos “grandes nomes” da história, Hélio Lobo destacou a atuação de Gomes Carneiro, que comandou o Cerco da Lapa no Paraná contra os federalistas.

Não se tendo unido Melo e Saldanha no Rio para a ofensiva, na qual Santos e pois, São Paulo representariam papel preponderante, a Revolução Federalista estava morta. Só a salvaria o avanço para o norte, rápido, decisivo, com a Lapa e Itararé como acesso, mesmo sem a ligação fracassada com o mar. (...) Era preciso deter, pois, o avanço federalista, com homem à altura, pronto a todo sacrifício. Esse homem foi o General Carneiro. (...) Vitoriosas, as tropas federalistas espalhavam-se pelo Paraná visando São Paulo, ocupação que, a efetuar-se, levaria o Governo Federal a gravíssima posição. Barrou-lhe Carneiro o caminho, durante um mês, na Lapa, à frente de uma tropa bisonha, mas heroica⁶⁷.

⁶⁴ QUEIROZ, op. cit., p.88-90.

⁶⁵ Há uma vasta bibliografia disponível sobre a intervenção estrangeira na Revolta da Armada. O estudo de BUENO, Clodoaldo. **A República e sua Política Exterior**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, é um dos mais completos e atuais. Como ilustração do debate à época, cf. as obras de FREIRE, Felisberto. **História da Revolta da Armada de 1893**. Brasília: Editora da UnB, 1982 e NABUCO, Joaquim. **A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Civilização Brasileira, 1939.

⁶⁶ HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil – Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007, p.5; PEREIRA, op. cit. P.128-130.

⁶⁷ LOBO, op. cit., 1937, p.169.

Entre o término das revoltas e a eleição de Prudente de Moraes, em Minas, a família Lobo aproximava-se cada vez mais dos círculos de poder da República, ambiente para o qual o menino Hélio seria posteriormente encaminhado. Américo Lobo foi indicado a Ministro do Supremo Tribunal Federal em decreto de 15 de outubro de 1894 e Fernando Lobo indicado para concorrer ao Senado pelo Estado de origem⁶⁸.

Na esfera federal, o primeiro presidente civil fora eleito com a esperança de que as lutas arrefecessem. Entre os problemas que Prudente de Moraes deveria lidar, a clivagem político-social era um dos mais graves: militares contra civis, marinha contra exército, jacobinos contra monarquistas representavam lados de uma identidade política extremamente heterogênea e indefinida. Para conter o agravamento dessas divisões, o presidente eleito procurou desmilitarizar o governo redefinindo cargos, o que gerou o esperado descontentamento. No Congresso, os setores do Partido Republicano Federal atacaram suas deliberações e criticavam a política financeira do país, que havia herdado enormes dívidas e déficits agravados pela queda a nível internacional dos preços do café. No fundo e somado ao crescimento do jacobinismo, qualquer medida anti-florianista era atacada, heroicizando a figura do ex-presidente e sua obra de “consolidação da República”⁶⁹.

Em eleição processada no mês de janeiro de 1896, Fernando Lobo foi eleito senador por Minas Gerais, recebendo cerca de 31 mil votos. Curiosamente, renunciou após pouco menos de um ano no cargo, sem dar explicações objetivas. Nos anais do Senado, encontram-se escassas referências à atuação do senador, ressaltando-se somente um requerimento⁷⁰ para a formação de uma comissão que organizaria juridicamente os direitos dos estados acerca da exportação de mercadorias em relação à União, debates sobre assuntos ordinários e a nota em 1898, comunicando o afastamento definitivo do cargo⁷¹. O silêncio acerca da renúncia era confirmado por Hélio Lobo:

Falariam os amigos, a imprensa de ostracismo; o que havia, porém, era uma renúncia espontânea, definitiva à política na sua feição militante. Que importava esta, se o grande passo estava dado, não se podendo retroceder? O que repugnava a Fernando Lobo, na Monarquia, não era o velho Imperador, que sabia patriota e digno, mas o princípio dinástico, intolerável num continente democrático. Além disso, nossa imensa área territorial não podia suportar por mais tempo um regime centralizador, aproximando-se na solução, muito mais dos Estados Unidos da América, que dos

⁶⁸ Ibidem, p.212-213.

⁶⁹ LESSA, op. cit., p.69-70.

⁷⁰ BRASIL, **Anais do Senado Federal** (1896), livro 1, p.192.

⁷¹ Ibidem, (1896), livro 2 pp. 267, 296, 298, 299, 301, 305; livro 3, p.270; livro 5, p.5; livro 6, p.5 e (1898), livro 1, p.37.

sistemas europeus que nos pareciam falar melhor à índole política. (...) A pequena política, com efeito, lhe não estava no temperamento⁷².

De forma semelhante analisou a trajetória do pai no fim do livro, por ocasião de seu falecimento em 20 de fevereiro de 1918: “A nação, de certo modo, está nessas células de trabalho retraído, de dedicação silenciosa. Do bom cidadão, a boa nacionalidade”⁷³.

No conjunto da obra de Hélio Lobo, a biografia sobre seu pai seria pouco referida na imprensa se comparada às demais⁷⁴. Contudo, considera-se sua análise legítima porque o recorte cronológico de “Fernando Lobo” se insere no período que preparou seu ingresso na carreira diplomática. Assim sendo, como membro de uma família que havia participado do campo político, ainda que em tempos turbulentos, as trajetórias - especialmente - de Fernando e Américo Lobo contribuíram como requisitos essenciais para Hélio Lobo pleitear o ingresso na vida pública em meio a um processo de republicanização do campo político brasileiro.

Ao mesmo tempo, pode-se tomar a biografia paterna como sua interpretação do período e, portanto, elemento constituinte da visão de mundo que Bourdieu entende ser integrante do campo intelectual fundamental a todo indivíduo imerso nas relações de poder.

Em outras palavras, quando se trata de explicar as propriedades específicas de um grupo de obras, a informação mais importante reside na forma particular da relação que se estabelece objetivamente entre a fração dos intelectuais e artistas em seu conjunto e as diferentes frações das classes dominantes. À medida que o campo intelectual e artístico amplia sua autonomia, elevando-se, ao mesmo tempo, o estatuto social dos produtores de bens simbólicos, os intelectuais e os artistas tendem progressivamente a ingressar por sua própria conta, e não mais apenas por procuração ou por delegação, no jogo dos conflitos entre as frações da classe dominante⁷⁵.

O que Bourdieu aponta é para a autonomia crescente que o intelectual pode adquirir à medida que percorre sua trajetória, produzindo bens sintonizados com as características do grupo em que está inserido⁷⁶. Valem nesse sentido duas observações: a primeira é a de que as intenções de Hélio Lobo estão obviamente condicionadas pela relação de parentesco com o biografado e não podem ser desconectadas do *habitus* de seu grupo, o que significa aparecerem ao longo da obra certa heroicização de entidades coletivas, individuais ou abstratas, como os valores republicanos e federalistas aos quais se filiava seu pai. A segunda observação

⁷² LOBO, op. cit., 1937, p.227-228.

⁷³ Ibidem, p.249.

⁷⁴ Com o fito de se divulgar a obra, foram publicados excertos na imprensa. Cf. LOBO, Hélio. O Varão da República. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de dez. de 1936, disponível no Arquivo da Academia Brasileira de Letras (ABL), pasta 7, referente ao acadêmico Hélio Lobo.

⁷⁵ BOURDIEU, op. cit., 2009, p.191.

⁷⁶ Idem. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.78-80.

complementa a primeira: o ângulo da história construído por Hélio Lobo é legítimo, mas incorre numa armadilha antiga onde a visão subjetiva nunca representa todas as relações no qual faz ou fazia parte⁷⁷. Daí a razão em tratar a obra de forma dupla: como objeto e instrumento de análise.

O prosseguimento do contexto referido e vivido por Hélio Lobo na biografia paterna foi o segundo passo que preparou sua entrada na vida pública: a gestão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, a consolidação da relação com os Estados Unidos, perceptível no processo de americanização da política exterior do Brasil e finalmente, o convite para servir na casa onde o pai servira: o Itamaraty.

1.2 O processo de americanização: Rio Branco, Estados Unidos e o ingresso na carreira diplomática.

A primeira década do século XX representou para os republicanos brasileiros uma importante mudança em relação à política externa do país. Extremamente heterogênea no tocante à formação e à experiência administrativa, a classe política brasileira tropeçou frequentemente ao procurar se distanciar das diretrizes diplomáticas do Império, ao mesmo tempo em que recorria aos Estados Unidos para legitimar internacionalmente suas ações. As turbulências internas não permitiam a formulação ou muito menos a manutenção de diretrizes externas, acentuando a *presença dos Estados Unidos no Brasil*, conforme título da obra referencial de Luiz Alberto Moniz Bandeira⁷⁸ e alertada pelo corpo diplomático. De Washington, Salvador de Mendonça dizia que a americanização do país era inevitável e efetuar-se-ia por *inundação* ou *infiltração* e Assis Brasil, seu substituto, chegou a propor a integração do Brasil com a Argentina, Chile e Uruguai, com o fito de ver a balança de poder equilibrada entre as “duas Américas”, a do Sul e a do Norte. E Oliveira Lima descreveu a enorme popularidade dos Estados Unidos no Brasil, país que era considerado “um modelo para as aspirações federativas dos brasileiros”⁷⁹.

De forma não planejada, ao final da década inaugural da República, o país estava imerso em uma rede de dependências para com os Estados Unidos, que ficavam cada vez menos frouxas em função da exportação do café e de sua postura militar no continente, que em 1898 assistiu à guerra contra os espanhóis e à expansão rápida de suas zonas de influência na América

⁷⁷ ALONSO, op. cit., 2002, p.338.

⁷⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

⁷⁹ Ibidem, p. 166-167 e LIMA, M. de O. **Memórias: estas minhas reminiscências...** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p.143-144.

Central nos anos seguintes. Em meio a esse tempo de acomodação internacional e dotado de relativa paz interna, o Brasil procurou organizar o serviço diplomático e justapor-se aos Estados Unidos e aos sul-americanos, espelhando-se com reservas em relação aos primeiros e estabelecendo alianças (nem sempre eficazes) com os demais. Nessa empresa figurou um dos *founding fathers* da política exterior do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que conduziu Hélios Lobo ao Itamaraty⁸⁰.

Filho do Visconde do Rio Branco, importante político do Império, Paranhos Júnior nasceu em 1844 no Rio de Janeiro, onde cursou o tradicional Colégio Pedro II, até transferir-se para Recife com o objetivo de graduar-se em Direito. Tendo-o feito em 1866, logo manifestou interesse pela história e geografia, passando a colaborar até em missões com o pai na região do Rio da Prata, o qual o influenciou para a iniciação na carreira política. Eleito deputado pelo Partido Conservador em 1869, ocupou o cargo até se transferir para Liverpool, em 1876, de onde passou a escrever regularmente para o Brasil⁸¹.

Em dezembro de 1902, Rio Branco ingressou no Ministério das Relações Exteriores com status de herói nacional. Colega do então presidente Rodrigues Alves no tradicional Colégio Pedro II na década de 1860, ele aceitou voltar ao Brasil após vinte e seis anos de ausência para posicionar o país na questão do Acre, região boliviana que havia contemplava turbulências envolvendo seringueiros brasileiros e o governo daquele país. Em carta enviada ao então presidente do Brasil, chegou a alegar problemas de saúde, dificuldades financeiras e até falta de vocação política, justificativas que não convenceram Rodrigues Alves⁸².

Os brasileiros já o conheciam por ter participado diretamente, porém do exterior, da comissão que entre 1893 e 1895, havia conseguido o arbitramento favorável dos Estados Unidos ao Brasil no contencioso diplomático com a Argentina, que reclamava uma porção de terras a oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. A “vitória” brasileira perante o vizinho na então chamada “Questão de Palmas” fez com que se erguessem bustos e que instituições fossem nomeadas em sua homenagem pelo país⁸³.

⁸⁰ Para fins de padronização adotar-se-á neste trabalho a nomeação “Rio Branco”. Após a proclamação da República em 1889 os títulos nobiliárquicos que faziam alusão ao Império foram abolidos, apesar do próprio José Maria da Silva Paranhos Júnior manter o “Barão” antes de seu nome político em sua correspondência oficial. Cf. VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008, p.15 e LINS, Álvaro. **Rio Branco: biografia pessoal e história política**. São Paulo: Alfa Ômega/FUNAG, 1996, p. 23.

⁸¹ LINS, op. cit., p. 87-90.

⁸² BRANCATO, Sandra M. L. O retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa. **Cadernos do CHDD**, Brasília: FUNAG, 2002, ano I, n.1, 2º semestre de 2002, p.98.

⁸³ BITTENCOURT, Manuel Liberato. In: **O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913** / org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2002, p.85-86. Cf. VIANA FILHO, op. cit., p.200.

No campo político, a convocação de tal personalidade era margeada pelo que se convencionou nomear “política de governadores”, medida que mantinha o poder nas mãos civis na esfera federal, afastando os elementos turbulentos (então associados aos militares) em nome da governabilidade e autonomia das elites estaduais. Apesar desse padrão de política administrativa ter sido fundamental para organizar não só o plano interno, mas a política externa brasileira e aprofundar o relacionamento com os países do continente, o conjunto de pessoas, instituições, práticas e ideologias que circundavam o Estado não permitiam a definição de uma identidade que poderia e deveria ser “exportada” como oficial, fato que dificultava a ação diplomática brasileira sob a República. Se a Monarquia era europeizada e afastada dos valores americanos, a República ainda não havia formulado para si sua imagem.

Ainda que tal discussão extrapole os objetivos deste trabalho, toma-se essa imagem como uma construção político-ideológica marcada pela alteridade, ou seja, pautada pela forma que se define um povo em relação a seus valores culturais, sociais e, fundamentalmente, aqueles ligados ao poder político⁸⁴. Portanto, é relevante atribuir à política exterior brasileira, liderada por Rio Branco, o processo de definição de uma identidade para o país e para o exterior, construída desde os tempos monárquicos e que fora abalada pela eclosão da República, quando o contato com os países americanos – *os outros* – deixou de ser marcado pela diferença da formação histórica tripartite do continente: portuguesa, espanhola e inglesa para dar lugar a uma suposta “simpatia internacional”.

Um dos espaços significativos e que auxiliam o entendimento desse processo foram as conferências interamericanas organizadas ao longo do século XIX sob as matrizes ideológicas do Bolívarismo e do Monroísmo⁸⁵, nas quais o Brasil não se “encaixava” e consequentemente imprimia suas particularidades e estratégias de diferenciação em relação aos países do continente.

Na porção de colonização hispânica da América, o processo de independência resultou na fragmentação territorial, que se justificava pelo fortalecimento econômico e político das elites regionais, o que dificultava a centralização de uma forma geral. Na porção setentrional,

⁸⁴ O debate é extremamente vasto na historiografia. Em SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O dia em que adiaram o carnaval: política externa e construção do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, apresenta-se um debate sobre o tema relacionando-o ao Brasil.

⁸⁵ Bolívarismo é o conceito utilizado para fazer referência às ideias de Simón Bolívar (1783-1830), que no esteio do processo de independência das colônias hispânicas, defendia além da desvinculação às metrópoles, a formação de blocos de países com objetivos políticos e econômicos engendrando uma América hispânica unida. O Monroísmo é a atribuição dada ao desenvolvimento da Doutrina Monroe, política baseada no discurso do presidente James Monroe (1757-1831) que defendia a não intervenção dos países europeus colonizadores na América. Os estadunidenses passaram a referenciar-se nesse argumento para justificar, ao longo do século XIX e XX, diversas intervenções nos países americanos.

os anglo-saxões forjaram uma sociedade distinta, marcada pela racionalização e pelo pragmatismo que, observados à luz da política, inauguraram as ideias contemporâneas de República e democracia⁸⁶.

No Brasil, ao longo do Primeiro Reinado (1822-1831), marcaram-na a definição de limites territoriais, as pressões pelo fim do tráfico negreiro e o conflito com a Cisplatina, soma de fatores que catalisaram o desgaste do Imperador D. Pedro e forçaram-no a abdicar e delinear a ideia de que ser brasileiro era cada vez mais não ser português. A sucessão dinástica foi intervalada pelas regências e pela multiplicação de revoltas em quase todas as regiões do país, que não permitiram a implantação de políticas coerentes, vistas a partir de 1845, quando se conseguiu a pacificação interna do Estado brasileiro.

No pano de fundo, era possível perceber que a imagem e os valores associados ao Brasil era um processo que se construía em oposição aos dois outros paradigmas, reforçando a ideia de que o Estado fora uma construção sem demanda popular e se vinculava a um modelo tradicionalmente europeu: a Monarquia parlamentarista como antítese da República americana. Não espanta saber, portanto, que o país não havia comparecido (mesmo tendo recebido os convites) a nenhuma das iniciativas bolivarianas de reunião: política e culturalmente distinto dos outros, não cabia no entendimento dos gabinetes ministeriais participar dos debates os republicanos da América do Sul⁸⁷. Nessa tarefa, a oposição entre os princípios que legitimavam os novos Estados americanos (princípios democráticos) conflitavam-se com os do Brasil (princípios dinásticos), que se via “civilizado e europeu, e assim, de uma natureza distinta daquela de seus vizinhos anárquicos. Integrar-se a eles seria por em risco a própria essência de sua identidade”⁸⁸.

O comportamento do Império alterou-se apenas em 1888, quando o governo dos Estados Unidos resolveu organizar, *a seu modo* em Washington, uma reunião entre os países americanos, e o Brasil aceitou o alvitre. O promotor do evento era o Secretário de Estado estadunidense James Gillespie Blaine, que se aproveitou dos ideais da Doutrina Monroe como justificativa para intensificar as relações comerciais no continente. Na mesma época surgiu o termo “pan-americanismo”, a representação ideológica e política que significava a transição da hegemonia britânica para a estadunidense, e que viria a se consolidar na primeira década do

⁸⁶ Cf. TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2010.

⁸⁷ No século XIX foram convocadas sete reuniões sob o espírito das ideias de Bolívar: Em 1826 o Congresso do Panamá; em 1847 em Lima; 1856 em Santiago, novamente Lima em 1864-5; em 1883, Caracas; pela terceira vez em Lima (1877-9) e em 1888-9 em Montevideú.

⁸⁸ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p.28.

século XX, já sob o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909) e na chancelaria de Rio Branco (1902-1912)⁸⁹.

O evento foi comentado com desconfiança pelo Conselheiro João Alfredo, Ministro da Fazenda em 1889:

A Conferência é exclusivamente americana e o seu plano parece conduzir até certo ponto a uma limitação das relações políticas e comerciais dos Estados independentes da América com os da Europa, dando ao Governo Americano o começo de protetorado que poderá crescer em prejuízo dos outros Estados. O Brasil não tem interesse em divorciar-se da Europa; bem ao contrário, convém-lhe conservar e desenvolver as suas relações com ela, quando mais não seja para estabelecer um equilíbrio exigido pela necessidade de manter a sua forma atual de Governo⁹⁰.

A despeito da suspeição brasileira, na prática, a Conferência proposta pelos Estados Unidos possuía um sentido diferente das iniciativas anteriores. Primeiro porque o fantasma da intervenção europeia fazia parte da retórica dos países hispano-americanos e a participação maciça no certame em Washington, poderia sinalizar a construção de uma aliança política e econômica, até então fracassada. Em segundo lugar, os Estados Unidos estavam carentes de mercados para o escoamento de seus produtos e viam na necessidade política dos outros uma oportunidade comercial. À somatória desses fatores o Brasil parecia continuar estranho se não fosse, durante o evento, a proclamação da República, fato que imediatamente alterou a posição de suspeição para a de simpatia perante o continente e os ideais debatidos ali.

É possível afirmar que o advento do novo regime sinalizava a transição da identidade imperial para o defendido desde o Manifesto Republicano em 1870, com a possibilidade de ser colocada em prática. No que dizia respeito aos valores definidos em relação aos outros países, tal identificação não poderia ter outro fundamento senão o do americanismo, consequência do republicanismo. Mais do que nunca fazia sentido reafirmar o velho bordão “somos da América e queremos ser americanos”. Assim, a delegação brasileira reverteu o posicionamento sobre o arbitramento obrigatório nos conflitos interamericanos e votou favoravelmente ao item, diferentemente das instruções dadas pelo Império, e buscou paralelamente o reconhecimento do regime pelos Estados Unidos⁹¹.

⁸⁹ SANTOS, op. cit., 2004, p.64 e BUENO, op. cit., 1995, p.15-19. Cf. MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997, p.198-199.

⁹⁰ AZEVEDO, José A. Mendonça de. **Vida e obra de Salvador de Mendonça**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971, p.189.

⁹¹ SANTOS, op. cit., 2004, p.113-114. PEREIRA, op. cit., p.59-60.

Entende-se que essa postura internacional delineou todo o período de acomodação do regime republicano no Brasil, que priorizava os benefícios políticos de um apoio estadunidense e secundarizava os ganhos econômicos, ao passo que do outro lado, os polos invertiam-se. Foi esse contexto que Rio Branco encontrou quando chegou ao Brasil, permeado de expectativas sobre a manutenção ou alteração do quadro de americanização vigente. “Contrário à descentralização do poder”, ele orgulhava-se do fato de o Brasil ser diferente no continente, um bloco de países abalizados pelo nível cultural e civilizacional, além da honestidade de seus governos. Por ocasião da proclamação da República, enviou carta a D. Pedro II com a finalidade de se solidarizar, e recebeu como resposta do Imperador o pedido de permanência no corpo diplomático brasileiro⁹².

Em 1902, e no tocante aos Estados Unidos, o Chanceler se interessava sobre o crescimento do poder do país no continente e especulava os benefícios que o Brasil poderia obter em abraçar o credo da Doutrina Monroe. Respeito e temor eram posturas que os estadunidenses deveriam provocar nas potências europeias, impedindo qualquer tentativa de intervenção na América⁹³. Ao mesmo tempo, a visão de Rio Branco era desafiada pela força dos acontecimentos que expunham o grau de comprometimento dos ianques, como nos que engendraram a “Doutrina Drago” (1902), manifestação do diplomata argentino Luís Maria Drago, contrário à intervenção europeia liderada pelos ingleses na Venezuela a fim de cobrarem-se dívidas comerciais. Na ocasião os Estados Unidos não se posicionaram oficialmente, o que indicava certa relativização dos princípios da Doutrina Monroe.

No caso do Brasil e pouco tempo antes, a missão clandestina da canhoneira *Wilmington* em março de 1899 concorria para incendiar a hipótese de ocupação dos Estados Unidos na região. Navegando pelo Rio Amazonas, ela chegou até Iquitos, no Peru, e provocou diversos protestos da parte do governo brasileiro, que entendia ter sua legislação desprezada por uma embarcação militar. Do Secretário de Estado John Hay, ouviu-se apenas que fora um mal-entendido e não havia qualquer interesse imperialista na região, argumentos que não serviram para acalmar a imprensa brasileira, já em estado de alerta em razão dos acontecimentos no Acre, território boliviano e ocupado majoritariamente por brasileiros. A suspeita da assinatura de um acordo bilateral entre bolivianos e estadunidenses, mote das críticas da imprensa brasileira, foi complementada pela proclamação do Estado Independente do Acre em julho de 1899, convergindo a atenção do Estado brasileiro para o assunto. De acordo com a correspondência

⁹² BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.128-132.

⁹³ BANDEIRA, op. cit., p.168.

diplomática trocada entre Olinto de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, e Assis Brasil, os bolivianos passaram a pedir a intervenção dos Estados Unidos na questão, ouvindo desses que só interviriam caso as partes o requisitassem. A querela arrastou-se até 1901 quando empresários estadunidenses e o governo boliviano assinaram o protocolo em que o Acre seria administrado pelo *Bolivian Syndicate*. Previsivelmente o ato gerou descontentamento no Brasil, onde se acusava o governo de Campos Sales de inércia na questão⁹⁴.

Em oposição ao *Bolivian Syndicate*, organizou-se um levante militar de seringueiros brasileiros residentes no Acre contra tropas bolivianas, sob o comando do brasileiro Plácido de Castro. A reação ofensiva do governo de La Paz tornou o território litigioso. Para Rio Branco, que acabara de assumir o cargo oferecido pelo presidente brasileiro, a questão deveria ser interpretada de modo distinto ao de Olinto de Magalhães, passando a reivindicar a posse da região através das negociações diplomáticas. Na primeira fase de negociação, o governo boliviano concordou com a cessão e ocupação do Acre pelo Brasil e afastar o *Syndicate* da questão, após Rio Branco oferecer o pagamento de 110 mil libras para os agentes da instituição. Na segunda e última etapa, consolidada com o Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903), o Acre foi incorporado ao território brasileiro em troca de indenização à Bolívia e estabeleceu-se o compromisso de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, associada à dinamização das atividades econômicas na bacia amazônica⁹⁵.

O caso do Acre revelava-se um passo para a definição de uma “certa ideia de Brasil”, imagem da qual se filiava Rio Branco. Moldada a partir da concepção de que a política externa deveria ser alvo de atenções maiores se comparada à política interna, o Chanceler brasileiro manifestava-se em prol do interesse do país e não em função de uma preferência ideológica, o que permite apontar a *Realpolitik* – decisão fundamentada no interesse nacional e em avaliações racionais pragmáticas – como norteadora de suas ações⁹⁶. Além dessa fundamentação, a utilização de conhecimentos históricos, geográficos e jurídicos para além de doutrinações

⁹⁴ Ibidem, p.153-160, BUENO, op. cit., 2003, p.308-312. Cf. AHI, despachos de 30 e 31/5/1899; 3/6/1899 e 5/9/1900.

⁹⁵ “Seguindo uma trilha brilhante, apoiou a reinterpretação na jurisprudência internacional que confere o direito ao trecho superior de um rio ao país que tem a soberania do trecho inferior, quando a área não se encontra ocupada”. Por essa via, requeria-se a “linha vermelha”, que daria ao Brasil a área dos formadores do Purus e do Juruá. Cf. MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997, p.270-271.

⁹⁶ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.225. O quadro de análise das decisões em política externa montado por Duroselle apresenta diversos exemplos e serve como referência. Cf. WEHLING, Arno. Visão de Rio Branco: o homem de Estado e os fundamentos de sua política. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (orgs.). In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p.101-103.

abstratas, revelava uma habilidade que reforçava sua posição de prestígio no campo intelectual brasileiro.

Os anos seguintes no Ministério das Relações Exteriores foram decisivos para a diplomacia brasileira: era preciso recuperar o prestígio do Brasil na América do Sul, consolidar sua liderança e definir as fronteiras do país. Para tanto, Rio Branco possuiu carta branca do governo brasileiro para tomar decisões, ao mesmo tempo não se envolvendo na política interna do país. Observada a política exterior do Império, não se encontram diferenças agudas no que diz respeito aos objetivos traçados pela República, o que de certa ótica era algo coerente, dada a convicção político-intelectual do ministro⁹⁷.

Para o embaixador Rubens Ricupero, Rio Branco pode ser considerado um herdeiro dos traços do partido conservador do Império, pois

Pessoalmente, era homem de valores já superados na própria época. [...] em algumas características chegava a ser quase um saquarema, na tradição do Partido Conservador da fase do regresso, da reação à Regência, da centralização do poder. É o que se vê, por exemplo, de sua rejeição à federação à americana, com governadores eleitos, e quando afirma que aquilo de que precisávamos, [citando Rio Branco] “depois de tantas reformas precipitadas e inconsideradas”, era fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, por termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional”⁹⁸.

A modernização da política exterior brasileira se encaminhou em duas frentes: na negociação pelo aumento do corpo diplomático estrangeiro presente no Rio de Janeiro, a fim de torná-lo o mais numeroso da América Latina, e na reorganização do Itamaraty, que à época possuía 27 empregados no Rio de Janeiro (em 1859 eram 38) em uma repartição com arquivos, mapotecas, biblioteca e consultores jurídicos que iriam ser agentes irradiadores dos interesses brasileiros⁹⁹. Conforme aponta Bradford Burns,

(...) o novo Ministro aumentou regularmente o seu quadro de pessoal, para habilitá-lo a enfrentar maior carga de trabalho (...) bibliófilo, criou uma biblioteca, que o Itamaraty não tinha e procedeu à organização do arquivo. Essas reformas e inovações, assim como o aumento dos salários e gratificações, criaram um *esprit de corps* elevado entre os funcionários do serviço exterior, tanto no Brasil como nos postos fora do país. Rejuvenescido pela infusão de sangue jovem, o quadro de funcionários demonstrou grande entusiasmo e dedicação ao executar a política exterior de Rio Branco¹⁰⁰.

⁹⁷ BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil – Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003, p.52-55. Cf. SANTOS, op. cit., 2010, p.160-161.

⁹⁸ RICUPERO, R. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (orgs.). In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p.80-83.

⁹⁹ Ibidem, p.84; BUENO, op. cit., 2003, p.135-136.

¹⁰⁰ BURNS, op. cit., p.55-56.

Foi na esteira da “infusão de sangue jovem” que Hélio Lobo procurou se inserir no campo político-diplomático brasileiro. Como residia no Rio de Janeiro desde a infância, em razão do cargo assumido pelo pai, foi nessa mesma cidade que pode terminar os estudos secundários, realizados no Colégio Alfredo Gomes, reduto de filhos da elite carioca, e ingressar na Faculdade Livre de Direito, tendo se formado em dezembro de 1904.

No mundo acadêmico Hélio Lobo procurou elaborar uma postura de forma a adquirir o *habitus* que o marcou e o conduziu ao Itamaraty, embora não tenha manifestado qualquer pretensão de se alocar nesse campo antes de 1908¹⁰¹. Porém, sabe-se que a aquisição de maneiras associadas e próprias às camadas superiores da sociedade (as elites políticas), representava a manifestação simbólica que serviria como estratégia de distinção na inserção e legitimidade individual em algum reduto das elites brasileiras¹⁰².

Ao se analisar a trajetória inicial de Hélio Lobo, entende-se que o fato de manter-se no Rio de Janeiro, mostrava-se como um dos passos dessa tática de obtenção de prestígio e que poderia ser multiplicada em razão das oportunidades que a capital da República oferecia, em contraste com outros centros urbanos do país àquela época. De forma complementar, frequentar instituições tradicionais e conseqüentemente, formar uma rede de contatos que o aproximasse das esferas de poder, poderia representar o ato de consolidação de sua estratégia.

No entanto, a escassa documentação disponível sobre Hélio Lobo nesse período permite entrever que não havia qualquer intenção *a priori* de chegar ao Itamaraty ou em espaços de sociabilidade não oficiais, haja vista que um ano após sua formatura voltou a Juiz de Fora, cidade natal de sua família, e passando a colaborar com a Gazeta Jurídica de São Paulo, onde conseguiu publicar um ensaio intitulado “Da unificação do Direito Penal”. Nesse, defendia um código de processo único para civis e militares, ao passo que sua diferenciação abria brechas para o estabelecimento de insurgências, como as que houveram ao longo da primeira década republicana e no início de 1906. Desdobrando-se no mesmo tema, publicou “A criminalidade militar e a Escola Positiva” e “Os tribunais militares e a lição dos fatos” na Revista Forense de Belo Horizonte¹⁰³.

¹⁰¹ MARQUES, Maria Cristina da Fonseca. O centenário de Hélio Lobo. **RIHGB**, N. ° 342, 1984, p. 248.

¹⁰² BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p.64-65.

¹⁰³ MARQUES, op. cit., p.249-250. Cf. LOBO, Hélio. Da unificação do Direito Penal. **Gazeta Jurídica: Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Imprensa do Estado, Março-Abril de 1905; LOBO, Hélio. A criminalidade militar e a escola penal positiva. **Revista Forense**. Belo Horizonte, 1906.

O caminho trilhado pelo menos até meados de 1905 era a vida acadêmica, na qual se inseriu e conseguiu a publicação de *Sabres e Togas*, seu primeiro livro, onde se aprofundou na tese de unificação do direito civil e militar. Nas palavras do autor,

Ora, somos, neste ponto, inflexíveis. Os reclamos da ciência jurídica em prol da exclusão da autonomia militar repressiva não param na paz. Vão até à guerra, à luta. A diferença está em que, sob o império d'esta, o maquinismo da *justiça civil ou ordinária* deve abster-se de determinadas exigências de direito judiciário, tornando-se mais *rápida*, direi mesmo, *mais injusta*. (...) A criminalidade que medra junto aos quartéis é considerável. Impotente, ineficaz, para reprimi-la, a justiça do soldado. Sob a forma que existe nos países modernos, a organização d'essa justiça, autônoma, administrada pela farda, é uma ilusão¹⁰⁴.

Para legitimar a tese que defendia, Hélio Lobo evocou Herbert Spencer e sua perspectiva evolucionista, na qual “o mundo caminharia sempre para uma integração”. Daí despontava a ênfase na convergência das áreas civil e militar do Direito, que dissociadas, impediam seu aperfeiçoamento. Para demonstrar a aplicabilidade da tese spenceriana à realidade jurídica brasileira, Hélio Lobo empregou a história como ferramenta de análise, mostrando a evolução tanto do Direito Romano quanto a do *Common Law* inglês, exemplos que procuravam induzir a possibilidade do mesmo acontecer no país. Em tom de alerta, dizia:

A nós mesmos, brasileiros, aproveita a lição, nós que há bem pouco tempo quisemos lançar ao jugo dos tribunais militares, meros paisanos, cúmplices de militares em motins políticos, — nós que possuímos como código penal da Armada — uma das maiores deformidades de toda a nossa vida de povo livre. (...) Desse estado de coisas surgiu o conflito, a antítese, entre os códigos e as cortes militares, que sempre buscaram arrogar-se a jurisdição exclusiva sobre os regimentos, e a lei, os tribunais civis, que sempre procuraram encurtar o arbítrio d'essa jurisdição fardada. (...) Basta manejar as páginas, compulsáveis a qualquer momento, das revistas jurídicas brasileiras, da mais veneranda d'elas—do *Direito*. Ler-se-á, então, o acúmulo de interpretações de que se há lançado mão com o fito de se arrastar para a lei punitiva militar as infracções as mais pronunciadamente comuns¹⁰⁵.

Embora as críticas se direcionassem às ordens militares brasileiras, o que se subentende na obra de Hélio Lobo é o temor da instabilidade política provocada pelo desrespeito ao Direito. Sob o ponto de vista de sua trajetória, valorizar e associar a legitimidade política com a legalidade arrogada pelo Direito, era algo que vinha de encontro com ao projeto de renovação na diplomacia brasileira, sob a chancelaria de Rio Branco, a partir de 1902.

¹⁰⁴ LOBO, Hélio. **Sabres e Togas: a autonomia judicante militar**. Rio de Janeiro: Tipografia Bernard Freres, 1906, p.43 e 154.

¹⁰⁵ Ibidem, p.43 e 78.

Durante a execução desse projeto, Rio Branco encontrou nos argentinos competidores que não se calaram diante dos sucessos do Brasil nas questões de fronteiras e no processo de aproximação com os Estados Unidos. Um dos fatos significativos dessa busca por prestígio iniciou-se em 1905 com a criação da primeira embaixada do Brasil, sediada em Washington e que teria como característica a mesma ação por parte dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, embora já possuísem legações em ambas as cidades. A ação almejava dar maior visibilidade ao Brasil do que seus vizinhos, especialmente a Argentina e o Chile, capazes de aproximarem-se dos Estados Unidos. Como aponta Clodoaldo Bueno, a imprensa brasileira recebeu a notícia de forma heterogênea, oscilando da reverência ao ato do governo, como o fizeram “O Paiz” e o “Jornal do Commercio”, à crítica severa do imperialismo estadunidense presente no “Jornal do Brasil”, no “Commercio” de São Paulo e na Argentina, onde criticou-se a política inaugurada por Rio Branco, acusado de não objetivar a paz continental¹⁰⁶. Em despacho reservado ao substituto de Assis Brasil em Washington, Rio Branco explicava as intenções do ato que provocou a imprensa brasileira e argentina, afirmando que não se tratava de subordinação ou adesão aos Estados Unidos, mas uma associação em termos e igualdade baseada na aproximação comercial iniciada ainda em tempos monárquicos: “Não há de ser com uma política de alfinetadas, tornando-nos desagradáveis aos Estados Unidos (...) que poderemos inutilizar em Washington os esforços dos nossos contendores”¹⁰⁷.

Apesar de Rio Branco desaprovar a diplomacia baseada em concepções abstratas e priorizar o pragmatismo, referenciava-se na Doutrina Monroe para levar a cabo sua política continental e, em outra frente, precaver-se contra as pressões políticas e comerciais europeias, especialmente da Inglaterra. Foi esse o critério tanto para atenuar as críticas dos países vizinhos, esforçando-se na criação de uma aliança tríplice entre Argentina, Brasil e Chile, quanto para manter a liderança ao modo estadunidense, na América do Sul. O debate e as complicações adjacentes à criação dessa aliança arrastaram-se de 1903 até 1915, quando um Tratado de não agressão, consulta e arbitragem foi assinado em 25 de maio daquele ano¹⁰⁸.

Para referendar a política que iniciava à frente do Ministério, Rio Branco convocou Joaquim Nabuco, com quem já havia entrado em contato anteriormente para servir ao Brasil nas lides diplomáticas. A primeira vez foi em 1902, para assumir e acumular legações na Itália e na Inglaterra, recusando o convite. A segunda, em 1904, quando já simpático ao regime

¹⁰⁶ BUENO, op. cit., 2003, p.155-160.

¹⁰⁷ AHI, Ofício reservado 31/01/1905. Cf. BANDEIRA, op. cit., p.169.

¹⁰⁸ MALATIAN, Teresa. Brasil, Argentina e o Pan-americanismo: de Monroe ao ABC. In: MATHIAS, Suzeley K.; VILLA, Rafael Duarte (orgs.). **Ensaio latino-americanos de relações internacionais**. São Paulo: Adalberto & Rothschild, 2007, p.53.

republicano, foi convidado a assumir a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo havia nascido no Recife em 19 de agosto de 1849. Da mesma forma que Rio Branco, era filho das elites do Império brasileiro, sendo seu pai, Nabuco de Araújo, um dos mais ativos senadores durante o Segundo Reinado. O lastro familiar lhe permitiu obter a educação comum à posição social que ocupava: do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro foi estudar Direito em São Paulo, onde iniciou a formação jurídica. Mais tarde ingressou na carreira diplomática, indo conviver com Salvador de Mendonça nos Estados Unidos em 1876, de onde se transferiu para a Inglaterra em 1877. Voltou ao Brasil no ano seguinte em função do falecimento do pai, ao passo que, posteriormente, procurou ingressar na vida política, elegendo-se deputado em 1879, em 1884 e novamente em 1887. Nesse ínterim colaborou intensamente na imprensa em prol do abolicionismo, criando a “Sociedade Brasileira contra a Escravidão” e defendendo a Monarquia Federativa, fatos que o conduziram ao retraimento após o 13 de maio em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte.

As trajetórias de Rio Branco e Joaquim Nabuco convergiam no início do século XX para um novo contexto, marcado pelo que José Honório Rodrigues nomeia como *deseuropeização* da política externa brasileira. Vista inicialmente com desconfiança por Nabuco, um crítico severo da intervenção estrangeira na Revolta da Armada em 1894 e agora um “convertido”, essa nova fase era encarada de forma realista por Rio Branco, o novo Chanceler¹⁰⁹. Nabuco e Rio Branco reconheciam a importância estratégica que a diplomacia tinha, conferindo aos estadunidenses a liderança de um subsistema internacional de poder, mas discordavam em linhas gerais acerca dos métodos para lidar com a situação. O Chanceler não acreditava em subordinação, mas em uma relação de igualdade com os Estados Unidos, ao contrário de Joaquim Nabuco, entusiasta que via na Doutrina Monroe a força de ligação política do continente em oposição à Europa.

A Doutrina Monroe, impõe aos Estados Unidos uma política externa que se começa a desenhar, e, portanto a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter. Precisamos de atividade, de clarividência, resolução e organização de um serviço diplomático em Washington, onde está a chave das nossas relações diplomáticas ¹¹⁰.

¹⁰⁹ Em 1899, Nabuco participou da delegação brasileira na Questão da Guiana, contencioso contra a Inglaterra. Após o laudo arbitral e as negociações terminarem dividindo igualmente a região (norte do Brasil), Nabuco entendeu que os interesses ingleses eram imperialistas, recorrendo progressivamente à Doutrina Monroe para defender a posição brasileira. Cf. também NABUCO, op. cit., 1939.

¹¹⁰ NABUCO apud BUENO, op. cit., 2003, p.167.

Ao contrário do realismo de Rio Branco, a postura do embaixador brasileiro beirava a adulação aos estadunidenses, rendendo-lhe críticas de intelectuais e diplomatas como Oliveira Lima, que o censurava pelos gastos excessivos nos banquetes oferecidos naquele país, e de Salvador de Mendonça, que o acusava de ter se autoproclamado como pioneiro no relacionamento de “amizade” bilateral ao lado de Rio Branco, esquecendo-se da obra que realizara uma década antes em Washington¹¹¹.

O evento que exibiria as posições do governo brasileiro foi a realização da III Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro, entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906. O certame era um dos pontos altos do relacionamento com os Estados Unidos e em relação ao Monroísmo, que fora testado pelo Brasil meses antes. Em novembro do ano anterior, um incidente envolvendo marinheiros alemães que desceram no território brasileiro para capturar um rebelde, sem autorização, provocou reação enérgica de Rio Branco. O caso, conhecido como o da “canhoneira *Panther*”, nome da embarcação alemã, levou o Ministro brasileiro a requerer do recém-empossado embaixador Joaquim Nabuco a escrita de artigos monroístas contra a violação de soberania brasileira, além de audiências com o Secretário de Estado Elihu Root. Após as conversações, a contenda foi resolvida com um pedido de desculpas dos alemães¹¹².

A Conferência foi presidida pelo Secretário Elihu Root e seguida por Joaquim Nabuco, vice. As diretrizes de Rio Branco visavam não negociar ou sacrificar os interesses brasileiros no certame, com o objetivo de fazer prevalecer ideias caras ao Brasil e ao mesmo tempo, evitar debater temas controversos. Tal argumento pode ser percebido no discurso de abertura no qual Rio Branco explicita os objetivos da reunião interamericana e em despachos enviados a Nabuco, nos Estados Unidos. No primeiro caso e para o chanceler, existiam dois modelos de multilateralismo: os que servem a hegemonia e os que servem à igualdade, sendo o primeiro aquele onde os fortes impõem a vontade aos fracos e o segundo, aquele onde se atende por igual o direito do mais fraco com o do mais poderoso.

A noção de igualdade defendida por Rio Branco amparada no Monroísmo encontrava na Conferência um espaço de aperfeiçoamento conceitual e prático. Se em 1889 o objetivo era a substituição da polaridade britânica pela americana como instrumento legitimador das ações internas, com Rio Branco, a absorção da influência estadunidense foi crescente, passando a

¹¹¹ LIMA, O. op. cit., p.145-155. Cf. MENDONÇA, op. cit., p.101, BANDEIRA, op. cit., 171 e PEREIRA, op. cit., p.195.

¹¹² No clímax do fato chegou-se a cogitar o bombardeio da *Panther* e a ação de Nabuco nos Estados Unidos provocou celeuma na imprensa brasileira, que entendia haver mais um pedido de intervenção estrangeira. Cf. BUENO, op. cit., 2003, 326-327 e BANDEIRA, op. cit., p.172.

concepção de mundo e doutrina diplomática¹¹³. No segundo, nas instruções encontradas na seção relativa à III Conferência, ficam nítidas as justificativas de Rio Branco ao requerer da delegação brasileira que se evitasse aprovar o arbitramento obrigatório nas pendências interamericanas, pois seria interessante dar aos governos a liberdade de escolha quanto ao modo de resolver a questão. Os despachos completam-se com observações sobre os Estados Unidos, onde pode ser desvendada a visão um tanto ambígua do Ministro acerca do pan-americanismo. De um lado, parecia atender a um esquema de cooperação e defesa mútuas, e, de outro, justificar as possibilidades de intervenção em questões domésticas nos casos de instabilidade política¹¹⁴.

Compreendem-se a partir desse apontamento as noções realistas de Rio Branco sobre o sistema americano de poder, justificando a não polemização e o deferimento das posições estadunidenses. Assim, no programa da Conferência, não constaram sugestões polêmicas do Brasil, que era o anfitrião, e foram contornadas questões complexas como a proposta pelo Peru envolvendo fronteiras com vizinhos, a da Bolívia ressentida contra o Chile desde a Guerra do Pacífico no final do século XIX e a da Argentina de Drago, que desejava ver tais tópicos debatidos. Como Rio Branco concordava com a reinterpretação do Monroísmo feito por Theodore Roosevelt, o Brasil colocava-se em situação delicada por endossar a chamada política do *Big Stick*, na qual os Estados Unidos acreditavam-se no dever de assumir o papel de polícia no mundo ocidental. Embora o evento tenha sido mascarado pela retórica elogiosa, havia uma razão para se evitarem as polêmicas: o estabelecimento de protetorados em Cuba e no Panamá e o controle de rendas alfandegárias na República Dominicana pelos estadunidenses ajudavam a aumentar a desconfiança de alguns países sobre o país da América do Norte, fatores que poderiam engendrar situações constrangedoras no evento organizado pelo Brasil. Portanto, a norma era acalmar os ânimos. Finalmente, o programa da Conferência foi aprovado contendo quatorze itens desde a construção de uma estrada de ferro pan-americana, leis aduaneiras e consulares, questões gerais de direito internacional público e privado, até a criação da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas¹¹⁵.

O evento interamericano, sem grandes debates políticos, representou mais um passo na aproximação entre Brasil e Estados Unidos, que via inúmeras vantagens comerciais no relacionamento, ao passo que para os brasileiros os ganhos se davam majoritariamente em

¹¹³ MAGNOLI, op. cit., p.207.

¹¹⁴ RIO BRANCO apud FONSECA JÚNIOR, Gelson. Rio Branco e o Pan-americanismo: anotações sobre a III Conferência Internacional Americana. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (orgs.). In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p.395-401. Cf. Despachos da III Conferência Interamericana, 1906, AHI.

¹¹⁵ Ibidem, p.403 e BUENO, op. cit., 2003, p.58-63.

termos políticos. À época, o certame foi apresentado pela imprensa brasileira como o mais importante, pois contou pela primeira vez com a presença do Secretário de Estado dos Estados Unidos Elihu Root, demonstrando o prestígio do Brasil e de Rio Branco no continente. Na prática, a consequência econômica direta do encontro foi formulação de um projeto de lei que previa a redução de tarifas de produtos importados dos Estados Unidos, privilegiados no tocante às exportações para o Brasil¹¹⁶.

No plano interno, no final do ano de 1906, realizaram-se eleições presidenciais no Brasil, elegendo-se no lugar de Rodrigues Alves, Afonso Pena. A despeito da mudança, Rio Branco continuou a operar livremente no Itamaraty sem interferências diretas do presidente, além de cooptar nomes de confiança para engrossar as fileiras da diplomacia, como mostra o Relatório ministerial¹¹⁷.

Na agenda da política exterior brasileira, dois eventos mostraram-se relevantes para pinçar a ação de Rio Branco frente à chancelaria brasileira, sendo o primeiro de relevância global e o segundo, regional. O primeiro evento foi a presença inédita do Brasil à 2ª Conferência de Paz em Haia, no ano de 1907. Para o certame, Rio Branco convidou para chefe da delegação Rui Barbosa, um dos ícones do pensamento liberal brasileiro e com formação específica para os debates que iriam se deslindar. Em Haia, Rio Branco desejava construir mais um andar de sua política, amparada na igualdade jurídica das nações, ponto defendido pelo país, mas que, paradoxalmente, visava obter maior prestígio na região. No desenrolar dos trabalhos, foi proposto o funcionamento de um Tribunal Arbitral Permanente em que os países seriam “classificados” de acordo com sua importância no contexto internacional, sendo que o Brasil foi contemplado como “terceira classe”, abaixo das potências e de países como a Turquia, Espanha e Holanda, consideradas de “segunda classe”. Em face ao proposto, assinar a criação do Tribunal era o mesmo que renunciar à soberania e ao princípio defendido na Conferência em 1906 acerca da igualdade entre as nações, argumentos nos quais Rio Branco e Rui Barbosa apegaram-se para justificar o papel de defesa dos países latino-americanos – em oposição aos Estados Unidos – no estabelecimento do Tribunal.

Consequentemente à intransigência das potências, o Brasil foi buscar apoio junto aos representantes nos países latino-americanos, objetivando a quebra da proposta e a projeção de

¹¹⁶ BURNS, op. cit., p.16-137.

¹¹⁷ Rio Branco não entregou os relatórios entre 1904 e 1910. No Relatório de 1911, é possível visualizar o número e nomes dos indivíduos que passaram a integrar o corpo diplomático brasileiro no período não anotado. Os cerca de vinte nomes estão disponíveis em BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911, p.16-30, anexo B. Cf. Castro, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I, p.215.

seu nome¹¹⁸. A ação não encontrou apoio principalmente da delegação argentina, que criticou Rio Branco por separar o desentendimento em Haia da *aliança não escrita* com os estadunidenses, conforme tese de Bradford Burns. De fato, era o que almejava o Chanceler, embora tenha afirmado que os sentimentos continuavam invariáveis e firmes, mantendo as mais estreitas e cordiais relações com os Estados Unidos¹¹⁹.

A segunda ocasião que testou a política exterior de Rio Branco foi a relação tortuosa com a Argentina ao longo de sua gestão. As diversas batalhas travadas na imprensa, nas relações comerciais e militares podem ser compreendidas se analisadas sob a ótica diplomática. Os métodos que Rio Branco utilizou no tratamento dado aos vizinhos foram relevantes ao exibirem sua visão de mundo, fundamental na formação da geração da qual Hélió Lobo se tornou caudatário.

Debate relevante foi travado entre Rio Branco e Estanisláo Zeballos, Chanceler argentino¹²⁰ conhecido por dar declarações polêmicas sobre o armamentismo argentino em contraposição ao crescimento brasileiro no continente e fomentar uma extensa campanha na imprensa platina contra a excessiva “ vaidade ” do Brasil. Zeballos era representante de um nacionalismo liberal cujas ideias envolviam o engrandecimento de seu país pelas vias econômicas e militares, encontrando no Brasil um obstáculo a ser transposto. A postura do argentino chegou ao limite em 1908, em meio às negociações para um acordo entre seu país, o Brasil e o Chile na questão do “ Telegrama nº9 ”. Oficialmente fora do Ministério em razão de declarações nacionalistas na imprensa argentina, Zeballos conseguiu uma cópia de um telegrama cifrado enviado do Rio de Janeiro e endereçado à legação chilena do Brasil, no qual estava exposta a postura imperialista do Brasil. A querela resolveu-se com declarações de Rio Branco, que desmentiu Zeballos em duas ocasiões por meio do Diário Oficial. Em 15 de novembro de 1908, o Chanceler brasileiro publicou a chave com que eram cifradas as comunicações do país, demonstrando que o telegrama nº 9, motivo da celeuma, havia sido interceptado e interpretado erroneamente. Diante do fato, Domício da Gama, chegou a cogitar o rompimento das relações entre os países, ao que Rio Branco recomendou prudência. O representante brasileiro não obteve posicionamento por parte do governo argentino, que

¹¹⁸ Cf. Despachos de 18/08/1907; 17/09/1907, AHI. Parte destes documentos está transcrita em BUENO, op. cit., 2003, p.354-356.

¹¹⁹ BANDEIRA, op. cit., p.174-175.

¹²⁰ Zeballos foi Ministro das Relações Exteriores da Argentina em três ocasiões: entre 1889-1890; 1891-1892 e em 1906-1908.

considerou o assunto não oficial, ao mesmo tempo, conduzindo Rio Branco a mais uma vitória contra Zeballos¹²¹.

Apesar de a questão ser abordada como uma querela pessoal, não se pode perder de vista que ela também possuía um forte peso no nível estatal, enquadrando-se na tentativa do país platino em recuperar uma projeção geopolítica perdida para o Brasil após a Guerra do Paraguai. De outro lado, tomada a visão do político argentino, o fundamento de suas críticas era uma leitura coerente com a postura de Rio Branco ao tencionar consolidar a liderança brasileira no contexto regional.

Em diversas questões voltou a atuar Rio Branco no sentido de consolidar o tripé da política externa brasileira, negociando com praticamente todos os países da América do Sul a demarcação de seu território: em 1904 com o Equador, em 1906 com a Guiana Holandesa, em 1907 com a Colômbia, em 1904 e 1909 com o Peru e em 1910, com a Argentina. O tema das fronteiras era uma realidade tão onipresente na imagem do Brasil republicano de Rio Branco que sua figura era sempre lembrada por estudiosos, diplomatas e pela opinião pública, que procuravam compreender o significado de suas ações na realidade brasileira. Nas redações de jornais, livrarias e cafés, enfim, nos pontos de encontro dos políticos, seu nome era sempre uma referência de dedicação ao país.

Os elogios à atuação de Rio Branco, no entanto, não se limitaram ao aspecto prático da diplomacia e da política externa, mas sim na formação de novos diplomatas. Por interesse pessoal do Ministro, formou-se um grupo de jovens para acompanhar em caráter extraoficial a dinâmica interna do Itamaraty, possibilitando o contato com a diplomacia e as letras. Entre esses jovens, foi convocado Hélio Lobo, que em sua vida acadêmica, havia se destacado na área do Direito Internacional, estava em harmonia com os anseios do chanceler, e de certa forma ansioso em ver esgotado o radicalismo (civil e militar) republicano dos primeiros anos da República. Contribuiu igualmente para chamar atenção de Rio Branco, o curso de especialização em Direito internacional feito pelo jovem Hélio Lobo no Rio de Janeiro, do qual participaram Araújo Jorge e Leão Veloso, todos cooptados pelo chanceler¹²².

¹²¹ A primeira havia sido na Questão de Palmas ou das Missões, arbitrada favoravelmente ao Brasil contra a Argentina pelo presidente estadunidense Grover Cleveland em 1895. BUENO, op. cit., 2003, p.262-266. Cf. uma visão argentina e atual sobre o tema é fornecida em LARRIQUETA, Daniel. Rio Branco e o eixo do Atlântico. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (orgs.). In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p.474.

¹²² Existem poucas informações sobre o curso de especialização mencionado e do qual Hélio Lobo participou. Em suas cartas, as únicas menções referem-se a um curso de pós-graduação em Direito Internacional Público e a alguns colegas. Cf. VALLADÃO, Haroldo. Hélio Lobo internacionalista. **RIHGB**, N.º 252, 1961, p. 228-250.

As credenciais de Héliio Lobo eram convenientes: defendia a unificação das penas para militares e civis e, além disso, acreditava na primazia do Direito como instrumento decisivo da política, teses que o próprio Rio Branco se baseou na assinatura de tratados de limites e Rui Barbosa defendera em Haia. Portanto, o principal responsável pelo ingresso de Héliio Lobo no Itamaraty parece ter sido o próprio Barão, secundado pelo sobrenome utilizado, conhecido na casa da diplomacia brasileira desde que Fernando Lobo havia ocupado a pasta das Relações Exteriores. Pode-se considerar esta hipótese como válida, pois as reformas empreendidas por Rio Branco no Itamaraty através do Decreto n.º 5.536, de 25 de maio de 1905 permitiram por um lado, a consolidação da prática que associava a diplomacia ao Direito, postura diferente da percebida durante a Monarquia, e por outro, a instalação de uma estratégia de seleção de indivíduos “mais convenientes ao novo regime”, garantindo certa homogeneidade no corpo diplomático. Se os compromissos clientelísticos próprios das oligarquias políticas do país, bem como, relações de amizade eram critérios de cooptação do Itamaraty, o ingresso de Héliio Lobo na casa era suficientemente plausível¹²³.

O jovem diplomata, inserido em meio às transformações da prática diplomática do período, foi um dos maiores responsáveis por participar do processo de “mitificação” da trajetória política de Rio Branco, que após sua morte, no início de 1912, passou a ocupar um espaço superior na diplomacia brasileira. Como se poderá observar adiante em diversos textos de Héliio Lobo, a referência a Rio Branco passou a ser tomada como baliza cronológica no estudo da história diplomática do Brasil, e sua gestão, como divisora de águas na manutenção da soberania externa brasileira. Essa postura foi importante para sedimentar valores que em maior ou menor escala fundamentaram sua visão de mundo, embora esta tenha se modificado em razão de circunstâncias políticas ao longo do tempo. Entre tais valores estavam o elogio ao pan-americanismo e a necessidade de manutenção da aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

Para cumprir a tarefa de analisar a atitude elogiosa de Héliio Lobo a Rio Branco e compreender seus impactos efetivos, torna-se necessário compreender o conceito de mito político enquanto instrumento de análise histórica. A utilização do conceito pode ser percebida no início do século XX, aparecendo na obra de Jean Sorel (1847-1922) “*Réflexions sur la violence*” (1905-1907) que definia a “greve geral proletária” como um mito recorrente no imaginário socialista. Considerando-se a noção de mito como uma noção imprecisa, de criação coletiva e por vezes não racional, Raoul Girardet chama atenção para as múltiplas

¹²³ MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, Edusc, 2001, p.82-83.

possibilidades, ressonâncias e significações que ele pode assumir em uma determinada sociedade, bem como em determinados grupos sociais, ao passo que sua associação ao campo político pode gerar enormes equívocos interpretativos¹²⁴.

Para justificar seu estudo, Raoul Girardet aponta que:

Os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito (...) dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo que a imprecisão de seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por vezes um no outro. Uma rede ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementaridade não cessa de manter entre eles passagens, transições e interferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição (...) O passo é rapidamente dado, por outro lado, da denúncia dos complôs maléficos ao apelo ao Salvador, ao chefe redentor; é a este que se acha reservada a tarefa de livrar a cidade das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação¹²⁵.

A década em que Rio Branco serviu ao Brasil foi fundamental na construção da imagem difusa e fluida de um líder, ou ainda, de um salvador; em maior ou menor escala, o período foi (e é) tomado como a ‘Era de Ouro’ da diplomacia brasileira. Apesar dos termos estarem impregnados de uma ideologia oficial, passível de ser lida na correspondência diplomática e quase sempre referendada por seus biógrafos, eles apresentam significações diretamente ligadas à trajetória de Hélio Lobo, iniciados na diplomacia pelo Chanceler. Deriva desse contexto a possibilidade de paralelamente, se debater a construção da carreira do jovem diplomata através da elaboração dos mitos políticos associados a Rio Branco.

Cabem aqui algumas observações que servem como precauções. As dificuldades encontradas no emprego do conceito “mito político” são várias. Como apontá-los, explicar seu surgimento e construção, bem como sua ressonância na sociedade, são desafios subjacentes a uma escolha que não pode ser feita aleatoriamente, caso contrário seria incorrer em uma metodologia anti-histórica e sem propósito. Em outras palavras, a tarefa de compreender o passado pode ser auxiliada e enriquecida pela utilização dos conceitos, desde que os mesmos não representem uma camisa de força para a pesquisa, ao mesmo tempo em que não sejam encaixados previamente aos fatos e processos analisados¹²⁶.

¹²⁴ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 10-14. As múltiplas definições sobre o que vem a ser um mito político podem ser encontradas em BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 2007, 2 vol., p. 754-762.

¹²⁵ GIRARDET, op. cit., 15.

¹²⁶ NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. da. (orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 26.

Com o objetivo de apontar a construção da figura de Rio Branco como um “salvador”, pode-se recorrer às ações que realizou em serviço ao Brasil tanto na primeira década republicana quanto à frente do Ministério. Como já foi observado, Rio Branco assumiu o cargo que lhe fora oferecido após insistência do próprio presidente e, pela opinião pública, gozava de alta reputação. A análise de sua atuação também conferiu estabilidade a um cargo que até então era ocupado quase que interinamente, tantos eram os homens de Estado que ali passavam, possibilitando uma gestão mais autônoma e desconectada das turbulências domésticas, que por sua vez já haviam se resolvido, comparativamente à década de 1890-1900. Assim, ao redor de um personagem privilegiado formou-se um rol de elogios cuja permanência e força não podem, neste trabalho, escapar a uma tarefa tripla: definir suas estruturas; interrogar-se sobre as modalidades de sua coerência e, por fim, conhecer as condições de sua gênese¹²⁷.

As estruturas do “mito Rio Branco” foram construídas com base na posição adotada pelo Brasil perante a América do Sul e os Estados Unidos. A busca por prestígio regional e continental, para além da consolidação territorial, foi diversas vezes amparada no discurso Monroísta/Pan-americanista, que servia para reforçar a retórica e as ações de Rio Branco no sentido de identificar e diferenciar o Brasil dos demais países da América, reconhecendo a esfera de poder estadunidense. Chama atenção as palavras de seus contemporâneos em relação a sua obra:

Em seu afã de congregar todos os brasileiros em torno da obra internacional que dirigia, apelava para todas as dedicações, inflamava aos tímidos, reanimava aos desfalecidos, inculcia novo ardor nos mais pugnazes, a todos comunicava seu próprio calor. (...) Tornou-se extraordinário como condutor de homens. (...) Como a chama de longínquo pouso – vacilante às vezes, oculta, mesmo, pela treva tempestuosa ou pelas voltas do caminho – vence afinal o negror inimigo e dirige os passos do viajante até a beira do fogo hospitaleiro, assim o pensamento egrégio de Rio Branco na calagem das horas difíceis, como no brilho radioso dos dias desanuviados, guiará, séculos a fora, os destinos do Brasil¹²⁸.

O chanceler eminente compreendeu que não podia ficar, como o Prometeu da lenda, amarrado ao cadeado constitucional, pelas correntes de uma pretensa indissolubilidade territorial que, segundo alguns, o pacto fundamental da República havia fixado com rematada imprudência, antes de saber positivamente até onde podia chegar a soberania brasileira, nas linhas divisórias que ninguém ainda havia determinado¹²⁹.

¹²⁷ GIRARDET, op. cit., p.71.

¹²⁸ CALÓGERAS, João Pandiá. Rio Branco e a Política Exterior. In: FUNAG/CHDD. **O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913** / org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2002, p. 190 e 209.

¹²⁹ ROCHA, Pinto da. O Barão do Rio Branco e o Direito Internacional. In: FUNAG/CHDD. **O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de**

As declarações acima foram redigidas por ocasião do falecimento do Ministro, em fevereiro de 1912, e publicadas em 1913. Embora fossem visões que confundiam o realismo caro ao chanceler com o sentimentalismo da perda recente, ambas transmitiam a imagem de que os problemas enfrentados ao longo de sua gestão não chegaram a abalá-lo em razão da “obra internacional que dirigia”. A força dessa imagem associada à sua atuação foi conferida sobretudo, por Hélio Lobo e outros jovens diplomatas, que garantiram a coerência desse “mito político”.

A reação da imprensa após a morte do Ministro, que chegou ao nível da veneração e obteve comoção da população, é o ponto em que se pode alcançar o terceiro nível explicativo, ou seja, da gênese do mito. Em razão do luto oficial, as tradicionais comemorações do Carnaval daquele ano, que se dariam em 17 de fevereiro, foram adiadas para 6 de abril. Figurar como *salvador da pátria* era algo justificável para um político que contribuiu na consolidação da identidade brasileira não através da literatura ou história, mas especificamente, através da política externa. A ação nesse campo foi essencial no fomento de valores constituintes da imagem do país, visto como exceção ao longo do século XIX por ser “planta exótica” no continente. Nas mãos de Rio Branco, a mudança dessa imagem, somada à intransigência da ideia de igualdade das soberanias estatais sem romantismos, possibilitaram-lhe certo tipo de protagonismo na diplomacia brasileira com ares míticos¹³⁰.

Se a linha entre a “fabulação legendária” e o relato histórico da época é algo relativamente fácil de demarcar, a questão está em saber como se opera a passagem de um para o outro, ou seja, como funciona o processo de *heroificação* que resulta na transmutação do real¹³¹.

Na análise da trajetória de Rio Branco, o ponto chave para compreender essa mudança se deu através da prática historiográfica e diplomática no período imediatamente posterior a morte do *Salvador*. Nas palavras de Álvaro Lins, a morte de Rio Branco “não era o fim, mas o começo de alguma coisa (...) contra a qual não teriam forças nem a morte, nem o tempo”¹³², argumento que se mostrava como uma resposta às expectativas e exigências atribuídas a ele, revelando o processo de construção do mito. Além desse ponto, o poder de decisão que o Chanceler possuía estava diretamente associado à confiança, engajamento e participação direta

1913 / org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2002, p. 49.

¹³⁰ SANTOS, op. cit. 2010, p.15-17.

¹³¹ GIRARDET, op. cit., p.71.

¹³² LINS, Álvaro. **Rio Branco: biografia pessoal e história política**. São Paulo: Alfa Ômega/FUNAG, 1996, p.442-443.

ou indireta nos certames diplomáticos como a Conferência em Haia e nas diversas disputas territoriais, postura que fortaleceu a fidelidade ao redor de sua figura, consolidando a visão e o modo de conceber a política externa brasileira.

No reforço deste entendimento, os atos de Rio Branco no caso do telegrama nº9 foram fundamentais para incrementar seu poder simbólico, pois, ao publicizar as acusações feitas por Zeballos e lançar mão da correspondência diplomática, o método de decifrá-las gerou reações a seu favor auxiliando na legitimação da visão de mundo que defendia. Destarte, Bourdieu aponta que “as lutas simbólicas ocorrem para produzir e fundamentar visões de mundo, legitimando uma em detrimento de outras”, reforçando a imagem negativa que Zeballos passou a ter perante a opinião pública brasileira e, por outro lado, aumentando o capital simbólico (e o grau de distinção) de Rio Branco¹³³.

O papel de *salvador* nas questões que envolvessem os interesses nacionais pode ser complementado pelo entendimento de outro mito político envolvendo Rio Branco: a de que sua gestão no Itamaraty representava a “Idade de Ouro”¹³⁴ da política externa e diplomacia do Brasil. Esse mito adquiriu força no meio intelectual ao opor o “passado de luz”, o tempo de antes da grandeza ao “presente de trevas” e de degradação das décadas seguintes onde se buscavam referências ao Ministro no exercício da diplomacia. Ainda que a concepção mítica de uma época de glórias possa contemplar certa nebulosidade, no caso da década 1902-1912 pode-se considerar exatamente o contrário, ou seja, a busca incansável por compreensão: o período foi estudado por diversas gerações de historiadores, biógrafos e diplomatas, o que autoriza dizer e também reforçar a imagem de uma era relevante para o Estado brasileiro. O que essa idade de ouro à brasileira revela, ao fim, é sua permanência no campo político nacional.

Sonho de limpidez, de comunhão, de efusão e de harmonia, o mito da Idade de Ouro revela-se mais uma vez sonho de permanência. Sua difusão, seu poder de atração continuam inseparáveis da visão – muito profundamente, muito intimamente vivida, sempre intensamente presente na pluralidade de suas expressões – de um tempo imobilizado, solidificado, cristalizado... O mundo da Idade de Ouro é o dos relógios parados¹³⁵.

O ponto de partida desse “mundo dos relógios parados” foi dado ainda durante a gestão de Rio Branco. Participando desse processo, Hélio Lobo pode acompanhar de perto a construção dessa imagem e, em outra frente, lutar por sua manutenção, postura que certamente

¹³³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.140-144. Para os comentários negativos sobre Zeballos, cf. LARRIQUETA, op. cit., p.473.

¹³⁴ GIRARDET, op. cit., p.100-104.

¹³⁵ Ibidem, p.129.

garantir-lhe-ia acesso a degraus mais elevados no campo político brasileiro. Na prática, ele já estava visível aos olhos oficiais, tanto pela participação em reuniões no Itamaraty quanto pela publicação de *Sabres e Togas*, elementos que contribuíram para sua nomeação como auxiliar no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano e posteriormente, no Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano através de decretos oficiais¹³⁶.

Ao lado de Graça Aranha, Eduardo Theiler, Pedro Leão Veloso Neto, Carlos Coelho Cintra, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Paulo Hasslocher e Heráclito Graça, esse último, presidente dos trabalhos nos referidos tribunais, Hélio Lobo pode acompanhar de perto as questões discutidas que objetivavam negociar e julgar reclamações feitas após o Tratado de Petrópolis, como a anulação do privilégio de navegação no Rio Madeira pelos bolivianos e problemas envolvendo autoridades brasileiras, peruanas e bolivianas nas regiões limítrofes¹³⁷.

A documentação do certame com os bolivianos foi compilada por Hélio Lobo e publicada em 1910, onde relatou o desenvolvimento dos debates entre os países¹³⁸. A leitura da obra – permeada de linguagem jurídica – detalhava cerca de uma centena de reclamações referentes ao Direito Internacional e revelava traços da visão que Rio Branco imprimiu no Itamaraty, da qual Hélio Lobo passou a reforçar: a valorização do Direito como instrumento de resolução de conflitos políticos. Por tais razões o jovem diplomata conseguiu rapidamente se inserir em um espaço dentro do Itamaraty amplamente frequentado por Rio Branco, a Seção do Arquivo. Ali, procurou lapidar sua compreensão da política exterior brasileira e aperfeiçoar-se na prática diplomática. Uma das primeiras impressões sobre o trabalho de Hélio Lobo no Itamaraty foi narrada por Luís Gurgel do Amaral, que ali havia ingressado em 1905:

Nos corredores do Itamaraty, procurando com passos pausados e firmes as salas contíguas à Biblioteca, onde funcionavam os Tribunais Arbitrais Brasileiro-Peruano e Brasileiro-Boliviano, para os quais fora sucessivamente nomeado auxiliar, já nos acostumáramos a ver a figura de Hélio Lobo, mocidade radiante conquanto serena, bela cabeça de pensador precoce, voz melodiosa e clara, sorrindo mais do que rindo, armazenando com seguro critério vasto cabedal para o futuro, agora tornado presente, coroado de tantos e merecidos êxitos nas letras nacionais e em todos os cargos de sua agitada vida pública, exercidos sempre com superior elevação e devotamento à Pátria estremecida. Quando Hélio Lobo entrou para a Casa em 1910, não fez mais que ingressar em definitivo no seu quadro permanente, pois seu lugar estava, como acontece com a escolha de certos nomes para a Púrpura cardinalícia, muito no peito de todos nós,

¹³⁶ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911, p.26, anexo B.

¹³⁷ Ibidem, p.82.

¹³⁸ LOBO, Hélio. **O tribunal arbitral brasileiro-boliviano**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, CORREA FILHO, Virgílio. Hélio Lobo. **RIHGB**, N. ° 248, p.81-91, jul./set. 1960.

a começar no do Barão, para terminar no do que ora escreve estas linhas com suavíssima ternura¹³⁹.

Adepto dos princípios do Barão, Hélió Lobo aproveitou e foi aproveitado pelas elites políticas e intelectuais do país. Estas, igualmente sintonizadas e permeadas pela ação do Chanceler, rapidamente perceberam que o “sangue jovem do Itamaraty” precisava ser cooptado para a tarefa de manter a força do “mito político” garantindo a manutenção de uma percepção inédita sobre o Brasil no mundo. Para essa empreitada, diplomacia e história passaram a trabalhar juntas.

¹³⁹ AMARAL, Luís Gurgel do. **O meu velho Itamarati: (de amanuense a secretário de legação: 1905-1913)**. Brasília: FUNAG, 2008, p 207.

CAPÍTULO 2 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA

2.1 A Quarta Conferência Internacional Americana em Buenos Aires em 1910 e a produção na Revista Americana

O ingresso de Hélio Lobo no Itamaraty se deu em meio a um contexto de inúmeras transformações científicas, culturais e militares ao redor do mundo, processos que estimularam o entrelaçamento da economia mundial em um quadro onde as relações comerciais capitalistas incrementaram as relações entre os Estados. O campo econômico mundial, dominado pelas potências europeias, passou a contar com um novo membro, os Estados Unidos, que após fortalecer seu mercado interno passou a formular ações no exterior. Se antes o comércio mundial concentrava-se na Europa, o início do século XX percebeu que o mesmo tornava-se pluralista, fato perceptível não só pela ascensão estadunidense, mas também dos alemães, que conseguiam fazer frente a ingleses e franceses¹⁴⁰.

Esse novo contexto econômico desdobrava-se no campo político mundial, engendrando novas diretrizes nas relações internacionais, nas quais o Brasil estava inserido. Como exportador de produtos agrícolas, o país havia conseguido manter sua importância no comércio do café - para citar o principal produto - graças ao processo de aproximação com os Estados Unidos no qual a diplomacia poderia ser responsabilizada. A mescla de interesses políticos e econômicos no continente americano era algo já existente no século XIX e continuou no século XX no apoio dos estadunidenses aos cubanos e porto-riquenhos contra a “opressão espanhola”, postura que acabou por se revelar colonialista em razão do potencial dos mercados consumidores dessas regiões. Foi nesse contexto que a dominação dos países banhados pelo mar do Caribe ganhou o sugestivo nome de “Mediterrâneo americano”, em alusão ao domínio das potências europeias à região europeia.

O crescimento da influência dos Estados Unidos na América subsidiado pela retórica da Doutrina Monroe foi atualizado em 1904 pelo presidente Theodore Roosevelt em sua mensagem anual ao Congresso, na qual defendeu a intervenção militar de seu país naqueles que não conseguissem organizar-se política e economicamente. A mensagem do presidente logo adquiriu o rótulo de “Corolário Roosevelt” e seria recorrente na imprensa da época, que já utilizava o termo *Big Stick* ou “Grande Porrete”, para se referir à política externa de Roosevelt,

¹⁴⁰ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.100.

na qual os Estados Unidos consideravam-se a “polícia” do mundo ocidental (entenda-se América)¹⁴¹.

Tanto o *Corolário* quanto o *Big Stick* traduziram-se em elementos de uma política da qual demandava aos países como o Brasil a reflexão e adequação de seus princípios de política exterior. Na consecução desse projeto, estavam permeados os processos de republicanização e americanização do país, temas que orientaram a trajetória de indivíduos como Hélio Lobo, tanto na diplomacia quanto na construção da história diplomática brasileira, campo no qual passou a se aventurar já no final de 1910.

A aspiração de Hélio Lobo em unir o exercício da diplomacia aos estudos históricos fundamentava-se em uma trajetória comum a diversos intelectuais da época, como Manuel de Oliveira Lima, um dos que além de se dedicar à diplomacia, se fez ouvir em relação à história da diplomacia brasileira¹⁴².

Polemista notório, Oliveira Lima teve sua formação inicial em Portugal e representou o governo brasileiro em legações na Bélgica, Alemanha, Japão e Estados Unidos, onde pode conhecer de perto o discurso pan-americanista. Em livro publicado em 1907¹⁴³, o diplomata declarou se opor ao posicionamento brasileiro pró-Estados Unidos de forma irrestrita, vendo-o como uma justificativa para a tutela do país sobre o sistema interamericano. Ainda que o tom de suas palavras fosse menos ácido do que o de Eduardo Prado, Oliveira Lima sabia que pela força das circunstâncias internacionais, a ascensão dos Estados Unidos comportava uma nova forma de representar as Américas, excluindo o Bolívarismo em torno da ideologia pan-americana liderada por Roosevelt, além do enfraquecimento das relações com o mundo europeu. Para além das generalizações sobre essa tese, é possível entrever no pensamento de Oliveira Lima uma distinção entre a postura de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, sendo que o primeiro não permitiria a submissão do Brasil aos Estados Unidos e o segundo, estaria “sempre de acordo” com a política ditada por Washington.

Além do ângulo político, as palavras de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco manifestavam sintomas de outra transição, voltada à intelectualidade e iniciada com a Geração de 1870 até a Primeira República. Entende-se que essa “Geração” representou a reunião de grupos

¹⁴¹ SARAIVA, José Flávio S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008, p.105-107 e SILVA, José Luiz Werneck da.; GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.129-130.

¹⁴² Sobre Oliveira Lima, cf. obras de MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, Edusc, 2001 e FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima: D. Quixote Gordo**. Recife: UFPE, 1970.

¹⁴³ LIMA, M. de Oliveira. **Pan-americanismo (Monroe - Bolívar - Roosevelt)**. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

originalmente distintos no tocante à interpretação da sociedade brasileira - havia positivistas, federalistas científicos e liberais - ao redor de uma motivação política comum, pautada essencialmente no reformismo das instituições monárquicas. Em tese, as diferenças ideológicas entre positivistas, liberais e federalistas os afastavam uns dos outros, porém, Angela Alonso aponta ser possível agregá-los em uma “Geração” que, alijada do poder político, pode criar oportunidades para se inserir e fazer críticas à Monarquia entre 1870 e 1889, quando o regime caiu¹⁴⁴.

Nesse sentido, o advento da República contribuiu para dissolver esse reformismo e acentuar disputas ideológicas, conduzindo indivíduos como o próprio Nabuco a um período de “silêncio” e alçando indivíduos como Salvador de Mendonça, Prudente de Moraes, Campos Sales e Assis Brasil aos patamares mais elevados do campo político. Um argumento que endossa essa hipótese está na análise das primeiras medidas do Governo Provisório, que não reproduziam os projetos dos grupos da Geração de 1870 por estarem pautadas mais pelo romantismo do que pela racionalização.

A enorme turbulência dos primeiros anos republicanos no Brasil abordada no primeiro capítulo não se restringiu a impactar somente o campo político (interno e externo). Além do Itamaraty, centros aglutinadores de intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 e a Academia Brasileira Letras iniciada em 1897, passaram a recepcionar os debates oriundos da esfera política, dado que muitos de seus membros eram diplomatas e/ou partícipes de algum dos três poderes. Assim, integrar os círculos de alguma dessas instituições, passou pouco a pouco, a ser a medida do *status* individual e o reconhecimento de uma posição política, elementos fundamentais na busca por distinção.

Os primeiros passos dessa busca, ou ainda, o espaço em que ele era dado, apontavam para o Itamaraty. Ali, a procura dos diplomatas por distinção através do debate intelectual foi uma postura estimulada diretamente por Rio Branco e por membros do Ministério das Relações Exteriores tendo em vista a necessidade de serem identificados os obstáculos para a consecução do projeto por ele instaurado: o de consolidação da hegemonia brasileira na América do Sul e a aproximação com os Estados Unidos. Sabendo das resistências históricas de países vizinhos, a busca por cooperação política e econômica foi amplamente realizada durante sua gestão. Destarte, a colaboração intelectual no continente foi incentivada na medida em que tornavam públicas as posições não meramente de pensadores das relações internacionais, mas de representantes de Estados, ou sejam, diplomatas.

¹⁴⁴ ALONSO, op. cit., 2002, p.323.

Os esforços nesse sentido puderam ser percebidos objetivamente na criação da *Revista Americana* em 1909, dirigida pelo diplomata Arthur Guimarães de Araújo Jorge, auxiliar de gabinete de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores desde 1905, além de Delgado de Carvalho, também diplomata e Joaquim Viana, jornalista¹⁴⁵. A publicação da *Revista Americana* se deu entre 1909 e 1919, agregando colaboradores brasileiros e de países vizinhos, manifestando no primeiro editorial seus objetivos:

A América conhecemo-la aos fragmentos. [...] Adite-se a tudo isso a convicção radcada em todos nós de que as ideias, para ser aceitáveis, necessitam trazer a marca europeia e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos; o descaso injustificável pelas coisas do nosso Continente; a indiferença pela sua história; o desamor às suas tradições [...] A *Revista Americana*, no intuito de divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir do mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução político-econômica, se apresenta especialmente como um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo¹⁴⁶.

Ainda que o discurso soasse ligeiramente vago, é possível notar que a publicação se propunha a revisitar temas desvalorizados pela intelectualidade europeia que mantinha a ideia de inferioridade “moral e espiritual” dos povos americanos, especialmente os de origem ibérica, além de procurar desconstruir a hipótese de que as diversas culturas americanas não se comunicavam. No mesmo espaço, o editor referia-se à posição de Rui Barbosa na Conferência de Haia em 1907, quando defendeu a igualdade de soberania entre os países e rejeitou sua hierarquização, afirmando que o periódico teria por função legitimar tal tese. Terminava defendendo a liberdade e pluralidade das posições que ali seriam publicadas e de “tudo quanto possa concorrer para a nobilitação e engrandecimento da América”¹⁴⁷.

No plano retórico, aparentemente a *Revista Americana* procurava projetar os valores da América, especialmente os brasileiros, no tocante aos campos social, cultural, histórico e geográfico. Mas compreende-se que na prática esses valores não estavam dissociados da perspectiva política, até porque o esforço de sua criação havia partido do Itamaraty, espaço do qual despontaram inúmeros colaboradores da *Revista*.

No período em que a publicação foi implantada, o contexto regional oferecia uma relevante “área de testes” para o que se pretendia, pois especialmente as relações com o governo da Argentina, sob a presidência de José Figueroa Alcorta, ainda repercutiam o polêmico

¹⁴⁵ CASTRO, Fernando Luiz Vale. **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2007 (tese de doutorado), p. 51.

¹⁴⁶ A *Revista Americana* (1909). In: **Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)**. Brasília: Senado Federal, 2001, p.19.

¹⁴⁷ Ibidem, p.20-21.

telegrama nº 9, entre outras questões relativas ao armamento naval. Todo esse cenário de disputa foi entrecortado pela participação de vários intelectuais latino-americanos, entre eles José Enrique Rodó, Francisco Bayón e Ramón Cárcano na primeira edição, em outubro de 1909. Entre os brasileiros estavam Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Hélio Lobo, oficialmente integrado aos quadros do Itamaraty como 3º Oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 1 de outubro de 1910¹⁴⁸.

O jovem diplomata havia se aproximado de Araújo Jorge, diretor da publicação, ainda nos tempos dos tribunais de arbitragem internacionais, onde construíram uma amizade pouco explicitada nos documentos encontrados apesar da intensa colaboração ao longo de todo o período de existência do periódico¹⁴⁹. Percebe-se que o incentivo a publicar na *Revista Americana*, vindo majoritariamente de Rio Branco, estimulou Hélio Lobo a perseguir novos rumos em sua carreira e tornando frequentes suas visitas aos arquivos do Itamaraty.

Em um mapeamento geral, os artigos enviados à publicação (no total de treze entre 1909 e 1919) seguiam um esquema propositivo e organizado de modo a indicar um caminho à atuação da diplomacia brasileira, postura que demonstrou um progressivo amadurecimento intelectual no período, possibilitando-lhe a distinção e a sintonia com os interesses do Itamaraty. Destarte, não é difícil entrever em seus textos a defesa de uma evolução harmônica da política e das instituições sul-americanas, ligada originalmente às proposições de Rio Branco.

Para Fernando Luiz Vale Castro, essa foi de fato a proposta da *Revista Americana*, que procurou mantê-la mesmo após o falecimento de Rio Branco e a nomeação de Araújo Jorge a uma missão diplomática na Europa. Em outras palavras,

A *Revista Americana*, deve ser compreendida como uma comunidade argumentativa, possuidora de opiniões divergentes, e de um sentido geral para a sua publicação, sentido este relacionado com a possibilidade de execução de um “lance” importante, a saber: a valorização da diplomacia como norteadora de um processo, o que passaria por uma aproximação cultural cujo objetivo último seria indicar os caminhos para o Brasil e a América do Sul no cenário internacional. Tais caminhos teriam como premissa pensar o continente sul-americano, a partir de uma moral e uma cultura próprias, apresentá-lo como um exemplo a ser seguido em uma época que se anunciava como altamente belicosa¹⁵⁰.

¹⁴⁸ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p.4 e 26, Anexo B.

¹⁴⁹ CORREIA FILHO, op. cit., p.83. Quase não há referências a Araújo Jorge nas cartas de Hélio Lobo, que apenas se referia a ele como um “querido amigo”.

¹⁵⁰ CASTRO, op. cit., 2007, p.14, 52-54.

Com base nas premissas supracitadas Hélio Lobo publicou seu artigo de estreia¹⁵¹ na *Revista*, intitulado “*George Canning ou James Monroe (página de história diplomática)*”, vindo a integrar a obra “*De Monroe a Rio Branco*”, publicada em 1912, pela Imprensa Nacional. No artigo, percebe-se sua adesão ao monroísmo ao reunir as ações de dois personagens ligados à origem do termo. De um lado, o *foreign secretary* da Grã-Bretanha George Canning, simpático a independência dos países sul-americanos na década de 1820 e de outro, o presidente dos Estados Unidos James Monroe, formulador da doutrina que rechaçava a intervenção europeia na América e que levou seu nome após 1823. Apesar do título do artigo sugerir apenas uma oposição, Hélio Lobo apresentou a tese de que ambos foram significativos para a formulação de uma iniciativa americana, pois o interesse inglês no mercado consumidor americano auxiliou a postura defensiva estadunidense. Assim a ação britânica incitou os Estados Unidos no processo de elaboração da Doutrina Monroe, complementada pela obra de Bolívar, que havia convocado uma reunião dos países americanos em 1826 para debater questões integracionistas e de defesa contra a eventual política recolonizadora europeia. Ao longo do artigo é possível perceber que Hélio Lobo procurou não distinguir as matrizes de integração americanas, possivelmente em razão dos objetivos da *Revista*, que almejava mais a homogeneização política e cultural do que seu inverso.

Se a bibliografia sobre o tema¹⁵² indica ter havido profundas diferenças ideológicas entre as concepções de Monroe e de Bolívar ao longo do século XIX, percebe-se no texto um direcionamento argumentativo voltado para unificá-los, pois ambos objetivavam a reunião dos países americanos. O projeto de Simón Bolívar (1783-1830) ligava-se às lutas em prol da independência das colônias hispano-americanas no início do século XIX, portanto destinava-se a um grupo restrito de países, ao passo que a Doutrina Monroe lançada em 1823, almejava a proteção estadunidense contra as intervenções europeias no continente americano, formulando um escopo de integração mais amplo. Hélio Lobo concluía o artigo considerando os benefícios já conquistados especialmente em 1889-1890, quando houve a convocação da Primeira Conferência Internacional Americana e manifestava-se favorável à continuidade da política integracionista, apesar de em 1909 ela possuir novas configurações, a saber, o projeto de hegemonia estadunidense nos campos político e comercial.

¹⁵¹ O artigo data de outubro de 1909.

¹⁵² Cf. SANTOS, 2004, op. cit. BANDEIRA, op. cit., MAGNOLI, op. cit., FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006, SCHOUTS, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: EDUSC, 2000 e CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: FUNAG, 2009, 2v.

No segundo artigo¹⁵³ publicado na Revista Americana, Hélio Lobo revisitou a história das conferências interamericanas, dado que o tema estava na agenda política dos países americanos por ocasião da Quarta Conferência que seria realizada em Buenos Aires em julho de 1910. Em “A assembleia do Istmo”, o autor retomou a tese de consonância dos projetos de integração americanos, com destaque para o papel de Bolívar na conferência do Panamá em 1826. No texto, Hélio Lobo mencionou a ausência do Brasil no certame, dadas as razões políticas e ideológicas da carta convocatória. Pouco tempo antes da reunião, em 1825, uma tensão entre o Império brasileiro e as repúblicas vizinhas complementava o cenário de afastamento e não autorizava qualquer entendimento ou integração política¹⁵⁴. Outrossim, o papel dos Estados Unidos foi fundamental, pois possibilitou um tipo de diálogo que até então não se efetivara entre o Brasil e seus vizinhos. James Blaine, de forma oportuna, havia conseguido centralizar a discussão interamericana nos Estados Unidos, que por sua vez procurava ampliar seu mercado consumidor e obter matérias-primas mais baratas ao sul do continente.

Na tentativa de apresentar uma visão unificada da história do pan-americanismo, Hélio Lobo lançou mão do discurso de Quincy Adams, secretário de Estado na presidência de James Monroe e propagador da ideia de integração americana sob o republicanismo. Adams apoiava a iniciativa de Bolívar de integração hispano-americana, apesar de não citá-lo diretamente.

Com relação à Europa, um só ponto há em que possam coincidir os nossos interesses e os desejos dos países sul-americanos, e esse é o de que sejam eles governados por instituições republicanas, independentes política e comercialmente dela. A qualquer confederação de províncias latinas deste hemisfério, visando tal escopo, daremos nossa aprovação e nossos cordiais votos de felicidade. Se mais nos pedirem, a respectiva proposta será favoravelmente acolhida e meditada consoante o merecimento que tiver¹⁵⁵.

O texto era um elogio à presença e ao poder estadunidense nos países americanos que se ampliava gradativamente. Ainda que as manobras para tal empreitada fossem feitas através da rotina diplomática, os encontros periódicos entre os países eram momentos que catalisavam

¹⁵³ LOBO, H. A assembleia do Istmo. (uma página de história diplomática americana). **Revista Americana**, maio de 1910.

¹⁵⁴ SANTOS, 2004, op. cit., p. 80-81, aponta o incidente de Chiquitos, na fronteira entre o Mato Grosso e o Alto Peru (atual Bolívia), como principal razão para o desencontro do Brasil com as Repúblicas sul-americanas. O governador da província de Chiquitos havia atravessado a fronteira e requisitado a proteção de D. Pedro até que a região fosse reconquistada pela Coroa espanhola. Antonio Jose de Sucre, revoltoso e companheiro de Bolívar, relatou a presença de sessenta soldados do Império brasileiro na região, fato que gerou mais desgastes políticos.

¹⁵⁵ ADAMS, Q. apud LOBO, H. George Canning ou James Monroe (página de história diplomática). **Revista Americana**, outubro de 1909, p.236. Cf. CASTRO, 2007, op. cit., p.89-92.

oportunidades comerciais para os Estados Unidos e negociação de apoio político por parte dos demais países, inclusive o Brasil.

Nesse sentido a Conferência de Buenos Aires, que seria realizada em julho de 1910 aparecia no horizonte político-econômico do continente como a chance de se manterem as relações relativamente estáveis entre os países da América Latina e os Estados Unidos. Pela primeira vez Hélio Lobo teve a chance de acompanhar *in loco* os debates interamericanos e aprofundar os estudos sobre a história diplomática brasileira. Para comparecer ao certame, ele foi nomeado primeiro secretário da delegação brasileira, acompanhado por Joaquim Murtinho, presidente do grupo, Gastão da Cunha, Domício da Gama, Herculano de Freitas, J. L. de Almeida Nogueira e Olavo Bilac¹⁵⁶.

O evento ocorreria na simbólica data que marcava o centenário do início do processo de independência argentina, fato que o Itamaraty julgava oportuno para serem debatidas questões como a autonomia política e comercial dos países americanos, alvo de críticas dos europeus e de argentinos, como Manuel Ugarte, diplomata crítico da política externa estadunidense para a América do Sul. No entanto, as críticas e as tensões da época também incluíam o Brasil, que na gestão de Rio Branco, percebeu certa deterioração no relacionamento com os argentinos, sobretudo em razão do “telegrama número 9” de 1908, ainda sentido na opinião pública brasileira e argentina e a possibilidade de Estanisláo Zeballos, pivô da contenda diplomática, integrar a comissão do governo argentino na conferência¹⁵⁷. Concorriam para complementar o quadro de tensões a criação - recíproca - das embaixadas de Brasil e Estados Unidos em 1905, e o processo de modernização da frota naval brasileira, iniciado em 1904. Sobre o tema,

Ficou prontamente positivado a Rio Branco o precário estado das Forças Armadas brasileiras, notadamente da Marinha, o que, a partir de então, procurou constantemente minorar, pela rápida aquisição de navios já construídos. Por isso, já antes do final da questão (31 de agosto) aventou ao Ministro Almirante Noronha a possibilidade de compra dos navios de guerra que a República Argentina mandara construir nos estaleiros italianos [...]. O cruzador era mais poderoso do que os nossos *Deodoro* e *Floriano* juntos e estava sendo oferecido por um milhão de libras esterlinas. Seria evidentemente uma solução paliativa, enquanto Noronha não concluísse e desse início a seu ambicioso programa naval¹⁵⁸.

A esse respeito escreveu Rio Branco a Domício da Gama,

¹⁵⁶ LOBO, H. A assembleia de Buenos Aires (uma página de história diplomática americana). **Revista Americana**, abril de 1911. In: **Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)**. Brasília: Senado Federal, 2001. No próximo capítulo serão analisadas obras em que Hélio Lobo discutia o pan-americanismo, utilizando assim, as informações coletadas da conferência de 1910.

¹⁵⁷ BUENO, op. cit., 2003, p.275-276. Sobre o “telegrama número 9” conferir o Capítulo 1 desta tese.

¹⁵⁸ GUEDES, Max Justo. O Barão do Rio Branco e a modernização da defesa. In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. RJ: EMC, 2002, pp.307-310.

Quanto ao nosso estado de defesa, é o mais lastimável possível.

Há dias verificou-se que nossa Esquadra está quase sem munições para combate. Telegrafou-se pedindo à Inglaterra com urgência esse elemento indispensável para alguma honrosa ainda que inútil resistência. [...] Por terra, não estamos em menos deploráveis condições. Linhas telegráficas em construção, estradas de rodagem, caminhos de ferro, miseráveis picadas, tudo é estratégico. As brigadas, na nova organização do Exército, também são chamadas agora estratégicas. E, com tudo isso, nada temos¹⁵⁹.

Além do ministro, o Poder Legislativo também lamentava a decadência da Armada, que poderia despertar impulsos agressivos dos vizinhos ou tornar o Brasil “uma nação oferecida à conquista”, conforme palavras de Rui Barbosa. Para o jurista brasileiro, o respeito dos países vizinhos passava pelo entendimento de que havia certeza recíproca do perigo em se transgredirem os direitos já estabelecidos e não respeitá-los, seria desconhecer a política internacional¹⁶⁰. O programa de modernização naval foi concluído apenas em 1910, sendo acompanhado pela imprensa argentina que oscilava da desconfiança da posição brasileira à crítica às pretensões de hegemonia regional do vizinho Brasil, caso dos periódicos *La Prensa* e *La Nación*. A primeira publicação defendeu com tamanha veemência a primazia argentina no continente que chegou a perturbar as relações oficiais entre os países, suscitando respostas do próprio Rio Branco na imprensa brasileira, que se justificava acerca da criação das embaixadas e da necessidade de modernização da frota naval do país. O *La Nación* entendia que a manutenção das cordiais relações com o Brasil não eram ameaçadas pelas circunstâncias armamentistas, mas reconhecia a necessidade de se manter o equilíbrio naval na América do Sul¹⁶¹.

Em face ao contexto, a não realização do congresso chegou inclusive a ser cogitada, tamanha eram as desconfianças entre os países. Hélio Lobo afirmava:

Mas vaticínios pessimistas multiplicavam-se em torno do projetado comício. A situação internacional assumia feição grave, fazendo pairar sobre o continente uma atmosfera de prevenções e de ódios. [...] Numa revista do outro lado do Atlântico rasgava-se o véu da situação. A América estava cortada de dissensões, e reunida em assembleia só podia dar ganho de causa à política imperialista do norte.

[...] O Congresso Internacional do Centenário parece destinado a converter-se em uma sementeira de desgostos. Não se sabe ainda se a Bolívia comparecerá. É possível que não. Agora o Peru a fazer tão somente ato de presença cortês na sessão inaugural, desistindo de assistir às outras. O Paraguai comparecerá, mas cheio de receios. Quanto à delegação brasileira é sabido que não vê com bons olhos a perspectiva

¹⁵⁹ Rio Branco a Domício da Gama, (15/12/1908) apud GUEDES, op. cit., p.322-325 e cópia no Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁶⁰ BARBOSA apud BUENO, op. cit., 2003, p.192.

¹⁶¹ A análise de BUENO, op. cit., 2003 é notadamente rica sobre as publicações que trataram do armamento brasileiro e argentino. O debate está presente na mesma obra entre as páginas 195-219.

de se encontrar no recinto com pessoas visivelmente desagradáveis. [...] Estamos, pois, em risco de ver que essa Conferência, destinada a mostrar-nos como campeões da fraternidade continental, só venha a ser uma demonstração do nosso isolamento¹⁶².

Ainda que às vésperas da Conferência e a leitura de Hélio Lobo traduzissem um campo impróprio para acordos multilaterais, o evento foi inaugurado em 12 de julho de 1910 com o discurso de Victorino de La Plaza, ministro das Relações Exteriores argentino, que deixou de lado (por ora) as lutas políticas intercontinentais. Para tanto, Hélio Lobo evocou alguns trechos do discurso do ministro argentino ao elogiar a Doutrina Monroe e o protagonismo dos países americanos na efetivação da solidariedade e da paz:

Esperamos e cremos que onde quer que seja como de fato ocorre entre as Repúblicas Americanas, que a amizade entre as nações se inspire no desejo de promover o bem estar da humanidade e o estabelecimento da ordem e da justiça; tal amizade não pode ser senão o instrumento de ideais cada vez mais elevados e um fator poderoso na difusão das bênçãos da paz não somente neste, nosso continente americano, senão também em outros países além dos mares e até os últimos confins da Terra¹⁶³.

A pauta da conferência retificava o clima - ainda que este soasse artificial - de paz entre os países americanos. Hélio Lobo anotou tal postura ao notar que “era um programa despido de todo fundo político”, deixando de fora propositadamente a discussão sobre a Doutrina Drago, que se chocava com a Doutrina Monroe - atualizada - sob o conceito de Pan-americanismo e ligava-se à codificação do Direito internacional público americano, na medida em que ambas referiam-se ao debate sobre a legalidade e a legitimidade das intervenções nos países do continente. Ao fim, foram priorizadas as congratulações e os eventos científicos¹⁶⁴.

No relato sobre a abertura dos trabalhos, conta o autor, foi destoante apenas o discurso do diplomata da República Dominicana, Américo Lugo, que pediu aos demais colegas da tribuna que definissem o que significava o espírito de “bem estar geral” do congresso, gerando certo constrangimento. O tom de ironia do diplomata dominicano justificava-se pelo caráter que as conferências vinham adquirindo desde 1889-1890 em Washington, reproduzido no México em 1901 e no Brasil em 1906, essencialmente comercial. Para Lugo, as questões políticas entre os países do continente, igualmente relevantes, não eram debatidas, postura que tornava a dominação econômica estadunidense como “natural”.

Assim, a suposta “apolitização” do programa foi confirmada na Assembleia que votou as resoluções dos comitês da Conferência, as aprovando sem qualquer discussão, ao mesmo

¹⁶² LOBO, op. cit., 2001, p.452-453.

¹⁶³ LA PLAZA apud LOBO, op. cit., 2001, p.459.

¹⁶⁴ LOBO, op. cit., 2001, p.461.

tempo em que foram apresentados votos de felicitações aos países americanos que celebravam o centenário de suas independências, prestadas homenagens aos diplomatas falecidos (como Joaquim Nabuco, morto em janeiro de 1910) e aumentado o número de comissões da Conferência, que passava de seis a quatorze, com a finalidade de debater os programas dos próximos eventos interamericanos. No mesmo espaço, o antigo *Bureau* comercial passou a ser denominado de “União Pan-Americana” e manteve-se sua função de agregar informações comerciais dos países integrantes com a finalidade de estimular o comércio de produtos e cultura¹⁶⁵. O espírito protocolar e diversionista preponderante do evento foram complementados pela suntuosidade dos jantares e celebrações organizadas pelo governo argentino, que chegaram a superar o do Rio de Janeiro em 1906 conforme relatos da imprensa daquele país.

De acordo com a documentação disponível, a manutenção desse contexto foi colocada à prova em três momentos, quando se tentou politizar a pauta da Conferência. O primeiro, veio da delegação paraguaia, que objetivava debater as regras para extradição entre os países. O segundo, oriundo dos chilenos, pretendia discutir em duas comissões, o direito internacional americano, tarefa que, no relatório de Hélio Lobo, “revolvia o eixo do pan-americanismo”. O terceiro foi a proposta da delegação venezuelana, que pretendia incluir nos anais da Conferência os debates políticos travados internamente nas comissões. Nenhuma das propostas foi aceita, engendrando críticas dos próprios venezuelanos, que afirmaram: “a história completa, oficial e autêntica da Quarta Conferência e o arquivo de seus verdadeiros debates, que não têm tido lugar nesta sala, não existem”¹⁶⁶.

Da comissão brasileira não houve tentativa de criar polêmicas, mas dela despontou uma postura de certa adulação aos Estados Unidos, sendo que se requisitava a aprovação de uma moção de congratulação pela importância decisiva que a Doutrina de 1823 teve na consolidação das independências latino-americanas. O rechaço da politização da conferência era tamanho que as delegações do Chile e da própria Argentina não apoiaram a proposta brasileira alegando não serem informados previamente.

Do Brasil, o velho diplomata Salvador de Mendonça, um dos pioneiros entusiastas do pan-americanismo, chegou a afirmar que a postura de argentinos e chilenos deveriam ser entendidas como uma recusa ao protetorado ofensivo que significava a ação dos Estados Unidos em relação às nações americanas, portanto, era preciso ter cautela na exposição dessa visão de mundo.

¹⁶⁵ AHI, Relatório da delegação brasileira à IV Conferência Internacional Americana – Buenos Aires, 1910.

¹⁶⁶ Ibidem. Cf. ZUMETA apud LOBO, op. cit., 2001, p.470.

Aos 60 anos, dos quais os últimos 26 foram quase todos passados em contato com esse povo e Governo, não tenho licença de ser visionário. [...] Nas mãos das Repúblicas Latinas está a escolha do modo por que esse encontro se tem de dar: por infiltração ou por inundação. Se por erro de política, nós outros latinos assumirmos atitude hostil, e, com nossos próprios receios começarmos a dar asas e a sugerir ambições porventura ainda não despertadas e cuja realização ainda não é necessária e oportuna, quando chegar seu tempo, achar-nos-emos todos diante de uma força avassaladora, a que nunca poderemos oferecer barreiras eficazes: a inundação virá poderosa e inelutável. Se porém, iniciarmos, ou melhor, prosseguirmos na obra de paz e boa harmonia, que durante nove anos mantive com a firmeza de convicção estar prestando ao Brasil o melhor serviço que podia prestar, se conseguirmos criar um tribunal arbitral americano, no qual cada nação do continente tenha voto igual e nele se dirimam todos os pleitos e se resolvam todas as diferenças, - tribunal que em futuro não remoto lançará as bases da grande Dieta Continental, onde só terão assento as nações sobreviventes; se, por tais processos, que não requerem exércitos ou armadas, mas diplomacia hábil e patriotismo esclarecido e muito senso prático, conseguirmos a grande obra de *canalização*, pela qual nos venham, em tempo próprio, capitais, braços, máquinas – e por que não dizê-lo? – a boa lição republicana, o respeito à lei e prática da verdade democrática, o contato se dará sem abalo, gradualmente, reguladamente, e essa infiltração só nos pode ser benéfica¹⁶⁷.

Diplomata nos Estados Unidos entre 1889 até 1898, Salvador de Mendonça, viveu em um período de mudança política e ideológica no contexto nacional e internacional. Foi um dos agentes principais no campo dessas transformações, atuando em meio a inúmeras agitações internas no Brasil e em contrapartida, recebendo as críticas decorrentes da ausência de um planejamento eficaz para a política externa, que se voltava acentuadamente para os Estados Unidos com o advento da República. A romantização e a escassa racionalização das ações da política externa do país frente aos Estados Unidos foram caracterizadas pelo entusiasmo e tornou polêmica a atuação diplomática de Salvador de Mendonça, exonerado em 1898. Até 1913, quando faleceu, o diplomata não integrou mais nenhuma missão diplomática do país no exterior, fato que o fez publicizar seu ressentimento para com Rio Branco¹⁶⁸.

Ainda que não se possa entrever uma postura acrítica acerca do monroísmo de Hélio Lobo na documentação diplomática nem no artigo sobre a Conferência de 1910, percebe-se que comparativamente às palavras de Salvador de Mendonça, seu posicionamento focava-se mais na finalidade do processo de aproximação com os Estados Unidos do que nos métodos em que ela se daria. Assim,

“O largo período decorrido desde a declaração da doutrina de Monroe habilita-nos a reconhecer nela um fator permanente da paz externa do continente americano” [citando o Sr. García Vélez, diplomata argentino].

¹⁶⁷ MENDONÇA, Carlos Sússekind de. **Salvador de Mendonça: democrata do Império e da Republica**. Rio de Janeiro: FNL, 1960, p.229-230.

¹⁶⁸ PEREIRA, op. cit., p.167.

Havia nada mais natural? Qualquer que seja o juízo sobre a mensagem do quinto presidente, não se pode esconder o benefício que prestou ao futuro do continente. A América, desassombrada do espectro europeu, forrou-se à cobiça das companhias estrangeiras. Festejando- o centenário de sua independência, seria demais uma palavra de comum reconhecimento?¹⁶⁹

Após cerca de dois meses e ao fim dos trabalhos, Américo Lugo voltou à tribuna e reiterou seus protestos sobre um “congresso que não havia contribuído para a integração americana”. Nas palavras do diplomata caribenho, “ao separar-nos, ficaremos quase tão desunidos como antes, quando poderíamos agitar-nos em um abraço indissolúvel”. Ele ainda lamentava a falta de atenção às suas palavras, que apontavam a falta de entusiasmo dos representantes nos debates e nas comissões e convenções assinadas, exprimindo uma obra que “não tinha aspecto continental, nem textura da época, nem selo de posteridade”. Terminou seu discurso de modo enfático: “vinte nações reunidas não puderam realizar um só dos trabalhos de Hércules”¹⁷⁰.

Nos documentos relativos à Quarta Conferência Internacional Americana presentes no Arquivo Histórico do Itamaraty, observa-se o mesmo espírito de desconfiança em relação ao evento. Da mesma forma, o comportamento dos diplomatas brasileiros, endossados pelas palavras de Hélio Lobo, confirmavam o clima de hesitação nos últimos dias das reuniões, quando houve o fechamento dos trabalhos. Para eles, a Argentina sempre havia se oposto à compreensão do pan-americanismo, rejeitando qualquer demonstração mais efusiva de simpatias aos estadunidenses. No entendimento dos portenhos, a construção do sentimento comum no continente estava cercada pela pretensão de dominação política e econômica, fatos que concorriam por exemplo, para a defesa de um direito internacional universal, aplicável a todos os continentes e não somente ao americano. Contudo, o tom do discurso de encerramento do representante argentino Carlos Rodrigues de Larreta não explicitou qualquer antipatia aos Estados Unidos. É o que se lê em um relatório transcrito por Hélio Lobo.

Nada se disse sobre os princípios de direito internacional, porque não creio que haja um direito internacional americano, creio que há somente um direito internacional civilizado, e desde que todas as Repúblicas da América têm sido convidadas às Conferências de Haia, devemos, a meu juízo, tratar essas questões com os demais países da Terra. Mas invoco outra vez a alma americana e os pergunto: Por que não haveriam de serem as nações deste continente herdeiras e propulsoras dessa vontade que vibra em todas as partes agitando o espírito das massas populares nas grandes nações: o desejo clamoroso da paz universal?¹⁷¹

¹⁶⁹ LOBO, op. cit., 2001, p.471.

¹⁷⁰ LUGO apud LOBO, op. cit., p.473.

¹⁷¹ LARRETA apud LOBO, op. cit., 2001, p.475. Cf. Documentos da delegação brasileira à IV Conferência Internacional Americana – Buenos Aires (1910), Relatório, p.3-4. O mesmo discurso presente no artigo de Hélio Lobo está destacado entre os documentos presentes no AHI.

Larreta terminou seu discurso com uma “homenagem” aos estadunidenses, afirmando que a comemoração do centenário de independência dos países de colonização hispânica era complementada pelo exemplo da “grande nação que iniciou estas conferências continentais, precedendo-os na Independência e na organização da República, que se tornou o escudo de proteção do continente” ¹⁷². Encerrava-se a Conferência com um discurso ligeiramente politizado, contradizendo as intenções iniciais.

Do lado brasileiro o discurso do representante argentino foi visto com ressalvas, pois o projeto de elaboração de princípios jurídicos internacionais no continente partiu da iniciativa da delegação brasileira. Ao defender o debate jurídico “com os demais países da Terra”, na visão do Itamaraty, os argentinos procuravam esquivar-se da questão no certame e invalidar as pretensões de liderança regional do Brasil. Apesar disso, a delegação brasileira não criticou o discurso argentino na Assembleia, “aguardando nova ocasião para debater o assunto” ¹⁷³.

A contribuição do evento para o desenvolvimento da visão de mundo de Hélio Lobo foi relevante por significar a primeira oportunidade de larga abrangência internacional para colocar à prova os princípios defendidos pelo Itamaraty e que progressivamente foram incorporados em seus textos.

2.2 O ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Em meados de 1910 as tensões relativas às fronteiras do território brasileiro com os países vizinhos haviam sido resolvidas. Sob a República, via arbitramento, definiu-se a Questão de Palmas (1890-1895) com os argentinos; a Questão do Amapá (1894-1900) com os franceses e a Questão da Pirara (1904) com os ingleses. Além dessas contendas, a Questão do Acre (1899-1903) e dos tratados de limites com a Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Uruguai (1908) e Peru (1909) engendraram uma estabilidade na formulação da política externa brasileira ao passo que Rio Branco, diretamente envolvido nas questões supramencionadas, adquiriu o *status* de herói nacional¹⁷⁴.

Nesse sentido, diversas instituições estimularam o debate sobre as fronteiras do Brasil valorizando diretamente a história diplomática, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 sob a regência de Pedro de Araújo Lima com o fito de preservar a

¹⁷² Ibidem, p.476.

¹⁷³ AHI, à IV Conferência Internacional Americana – Buenos Aires (1910), Relatório, p.5-6.

¹⁷⁴ MAGNOLI, op. cit., p.294-295.

cultura histórica e geográfica do país. No IHGB foram desenvolvidas e publicadas inúmeras pesquisas sobre o passado diplomático do país, especialmente a partir de 1912, por ocasião da morte de Rio Branco.

Durante o Segundo Reinado, nas páginas da Revista do IHGB, procurou-se lapidar um discurso histórico legitimador do Estado nacional, ao mesmo tempo em que, no âmbito do Estado, seus membros eram “recrutados”¹⁷⁵. Francisco Adolfo de Varnhagen, que havia sido diplomata e secretário do Instituto, associou frequentemente a história e as ações políticas na medida em que julgava que o conhecimento do passado poderia nortear e instrumentalizar o Estado brasileiro.

Na transição para a República, o IHGB - encarado por muitos próceres republicanos como uma herança dos tempos da Monarquia - enfrentou uma série de desafios por manter a postura de valorização da figura de D. Pedro II. A cadeira do Imperador havia sido mantida na sala de reuniões, suas atividades no exílio nunca deixaram de ser divulgadas nas reuniões e sua morte reforçou as demonstrações de apreço dos membros ao “Imediato Protetor da casa”. Contrariando o Decreto baixado pelo Governo Provisório que abolia os foros de nobreza e títulos nobiliárquicos, o IHGB continuou a designar seus sócios por seus respectivos títulos, postura que atraiu cada vez mais ex-integrantes da política e da burocracia do Segundo Reinado. Por outro lado, a “resistência” do Instituto ao regime republicano o fazia sofrer por conta das dificuldades financeiras, as quais forçaram a dispensa de funcionários e geraram problemas na impressão das publicações, até então feitas através da Imprensa Nacional. Para resolver o problema, em 1890 foi proposta a criação de uma nova categoria de sócios, os beneméritos, que deveriam contribuir com a quantia de dois contos de réis no ato de admissão, sugestão que, após ser aprovada, garantiu a sobrevivência do Instituto a despeito das críticas de parte dos seus membros, como o Visconde de Taunay¹⁷⁶.

No tocante ao campo político, percebe-se que o IHGB contribuiu progressivamente com o governo para reerguer-se somente após o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), quando houve a colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, na concessão de documentos relativos às fronteiras do país, recebendo em troca um aumento progressivo das subvenções estatais, que chegaram a se equiparar aos tempos de D. Pedro II. A guinada na reacomodação do IHGB foi dar-se de fato em 1908, quando Rio Branco foi eleito presidente da casa. Sócio desde 1867, o então Ministro das Relações Exteriores tinha um largo histórico de colaboração

¹⁷⁵ MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, Edusc, 2001, p.9-11.

¹⁷⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p.23-27.

com o Instituto, ora oferecendo livros e mapas, ora realizando doações, sua presidência foi marcada pela aproximação clara com o Itamaraty: recebia visitas do “secretário perpétuo” Max Fleiüss para mantê-lo informado, impôs regras mais rígidas na admissão de sócios e intensificou a internacionalização do IHGB¹⁷⁷.

Nesse contexto, as oportunidades de inserção no Instituto se abriram para Hélio Lobo, que conhecia a relevância do apadrinhamento e das relações interpessoais no processo de eleição dos sócios e que ao mesmo tempo, o ingresso no IHGB exigia a testificação acerca da inclinação do candidato aos estudos valorizados pela casa. Recentemente integrado aos quadros do Itamaraty, Hélio Lobo havia encontrado um ambiente favorável aos estudos acerca da história diplomática brasileira em razão dos trabalhos nos Tribunais Arbitrais Brasileiro-Boliviano e na preparação dos trabalhos da Comissão Internacional de Jurisconsultos, que seria realizada no Rio de Janeiro em junho de 1912.

No entanto, quem colaborou decisivamente para o ingresso de Hélio Lobo no IHGB foi um de seus professores na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, Augusto Olympio Viveiros de Castro, sócio efetivo do IHGB desde 1907. Embora Viveiros de Castro ministrasse as disciplinas de Direito Administrativo e Civil, foi na cadeira de Direito Internacional que ele e Hélio Lobo se aproximaram, dadas as funções que o jovem diplomata havia assumido no Itamaraty no final da década de 1910. Na ata da reunião de 23 de abril de 1912, o então relator da Comissão de História do Instituto, Viveiros de Castro expôs a proposta:

Propomos para sócio efetivo ou correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Dr. Hélio Lobo, autor dos seguintes trabalhos por ele oferecidos ao Instituto: “O Tribunal Arbitral Brasileiro - Boliviano”, 1910, e “Diplomacia Imperial no Rio da Prata” - (Contribuição para um estudo definitivo da história diplomática da guerra do Paraguai). O Sr. Dr. Hélio Lobo, funcionário do Ministério das Relações Exteriores, é um dos nossos mais jovens e distintos investigadores de assuntos de história pátria. Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1912 - Max Fleiüss. - Manuel Cícero. - Arthur Guimarães. - Carlos Lix Klett¹⁷⁸.

Pode-se considerar que o campo de estudos que Hélio Lobo vinha se aprofundando - a história diplomática - não só estava em sintonia com a política externa brasileira cada vez mais marcada pelo recurso ao campo jurídico, mas igualmente, com a presença de Rio Branco na presidência do Instituto, que legitimou naquele espaço a recepção de novos diplomatas.

A admissão no Instituto perpassava etapas que contemplavam ordinariamente a proposta ao ingresso, a votação pela Comissão de História, que avaliava o mérito da produção do

¹⁷⁷ Ibidem, p.30-32. Cf. MALATIAN, op. cit., 2001, p.142-145.

¹⁷⁸ Ata da reunião de 23 de abril. **RIHGB**, Tomo LXXV, parte II, 1912, p. 243-244.

candidato e por fim, a aprovação da Comissão de Admissão dos Sócios, processo que normalmente era demorado chegando a gerar reclamações¹⁷⁹. A candidatura do jovem Hélio Lobo foi aprovada pouco mais de um mês após o pronunciamento de Viveiros de Castro, fato que poderia indicar não somente a proximidade de Hélio Lobo com seu “antigo” professor e o próprio Rio Branco, mas o desejo daquela comunidade o ter como confrade.

Como era praxe, todo proponente a membro oferecia ao IHGB um estudo inédito sobre sua área de interesse, posto que fosse esse o ato de demonstração e dedicação à pesquisa e aos estudos. Nesse sentido, o diplomata apresentou um texto que historiava a atuação da diplomacia do Império na região do Rio da Prata intitulado “A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865)”, balizando-se em uma enorme quantidade de fontes do Poder Legislativo, da imprensa e da diplomacia brasileiras, sendo composto em oito capítulos que mapeavam as condições internas do Uruguai e a eclosão da guerra civil naquele país, bem como os debates no Brasil para a intervenção e o envio da Missão Saraiva com o intuito de defender os interesses do país na região. Esses seriam republicados na *Revista Americana* e iriam compor no futuro a obra “Antes da Guerra”, publicada em 1914¹⁸⁰.

A breve carreira de Hélio Lobo na diplomacia, acompanhada pelo interesse pessoal nos estudos históricos, pode ser entendida através de conceitos desenvolvidos pela sociologia e - guardadas as devidas proporções - apropriadas pela história. Nesse caminho vem à tona outro tema recorrente na obra de Pierre Bourdieu, ao tratar da noção de campo no qual um indivíduo intelectualizado está inserido. Cada campo possui autonomia e suas próprias regras de funcionamento, bem como hábitos dos quais os indivíduos aceitam e utilizam como pano de fundo para a ação na sociedade e na vida profissional. A ideia de campo está diretamente vinculada à de capital, que na visão de Bourdieu significa uma teia de contatos, relações e até obrigações que podem ser usadas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória¹⁸¹.

¹⁷⁹ ANHEZINI, Karina. Comemoração, memória e escrita da história: o ingresso de Afonso de Taunay no IHGB e a reintegração do pai. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300634352Comemoracao.pdf>>. Acesso em 02/03/2012

¹⁸⁰ LOBO, Hélio. **A diplomacia imperial no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: s/ed., 1911-1912. Arquivo do IHGB. Cf. Idem. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): A Câmara em 1864 - A Agitação Liberal - O impulso para a intervenção no sul. **Revista Americana**, v. VII, 1912, pp.17-33. Idem. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): O emissário brasileiro José Antônio Saraiva - As instruções do governo imperial (continuação). **Revista Americana**, v. VII, 1912, pp.146-157. Idem. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): Aguirre a intransigência “Blanca” - Como são acolhidos os primeiros ensaios de pacificação. **Revista Americana**, v. VIII, 1912, p. 595-615.

¹⁸¹ BOURDIEU, op. cit., 2009, p.188-190 e VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº. 78, Abril/2002, pp.77-87.

Entende-se que a inserção de Hélio Lobo no IHGB representa apropriadamente o entrelaçamento desses conceitos, pois era notadamente uma estratégia de aperfeiçoar os laços profissionais que permitiriam a manutenção de suas publicações e ascensão na carreira diplomática, haja visto o grande número de diplomatas-historiadores ali. Sob outro olhar, pode-se assumir que o desejo dos membros do Instituto de tomá-lo como um dos seus, era um eco da força política de Rio Branco, o que poderia contribuir não apenas para a manutenção da obra empreendida em sua gestão no Itamaraty, mas para uma indefinição da carreira de Hélio Lobo, dada a morte do chanceler e a necessidade de constante adaptação às circunstâncias políticas e diplomáticas.

Em outras palavras, esse processo pode ser entendido como uma estratégia nomeada de *socialização política*, dividida em três etapas sucessivas. A primeira etapa nomeia-se de *orientação para a comunidade*, a segunda, *orientação para o regime* e a terceira, *atitude em relação aos representantes políticos e suas decisões*.

A escolha pelo conceito se justifica pela relevância que as experiências políticas, sociais e culturais têm no processo de formação da identidade do indivíduo perante o sistema e suas instituições. Nesse sentido, tendências e atitudes sobretudo perante o campo político são objetos de análise fundamentais do processo de socialização que ocorrem ao longo da vida profissional e pessoal do indivíduo.

Se a relação indivíduo-instituições políticas é importante em qualquer tipo de formação política e em qualquer situação histórica, ela se torna fundamental nos sistemas democrático-representativos, cujo funcionamento regular exige a ativa participação dos cidadãos no processo político e, por conseguinte, a existência neles de motivações, valores, aptidões e conhecimentos que favoreçam tal participação. Por isso, nestes sistemas, a socialização política não é apenas um problema de maior relevância que em outras formas de governo historicamente existentes, mas também um fenômeno mais complexo, levados em conta pelo menos dois aspectos que, embora conexos, se podem considerar analiticamente distintos: o da aceitação ou não aceitação do sistema, ou seja, o problema da sua legitimidade, e o da formação de indivíduos-sujeitos políticos, capazes e dispostos a participar do processo político democrático¹⁸².

Como todo conceito concebido anteriormente à análise histórica, fazem-se necessárias algumas precauções na sua utilização. No caso específico de Hélio Lobo socialização política é pertinente pela necessidade de se explicar seu comportamento na carreira diplomática, bem como a utilização da história como instrumento legitimador de suas ações, por revelar o grau

¹⁸² OPPO, Anna. Socialização Política. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 2007, 2º vol., p. 1202.

de sua adesão em relação ao regime político estabelecido e seu posicionamento diante das circunstâncias dispostas no horizonte de sua atuação¹⁸³.

Para fundamentar a utilização do conceito de socialização política, Mário Brockman Machado apresenta quatro pressupostos. O primeiro considera que dentro do campo político, com o passar do tempo e o amadurecimento da experiência profissional, vão se acirrando as disputas pelas posições de prestígio na sociedade, haja vista que há uma escassez dessas mesmas posições. Em consequência, como segundo pressuposto, toma-se que os indivíduos que conseguem ter acesso a elas, para garantirem-se em seus postos, irão procurar arranjos e acordos políticos, sociais e intelectuais. Nessa tarefa, as ameaças empreendidas pelos indivíduos que não ocupam as posições “de dominação” serão constantemente efetivadas com o escopo de reverter o *status quo*, o terceiro pressuposto. Por fim, no quarto pressuposto, entende-se que como parte da estratégia para a manutenção da condição de prestígio, os indivíduos irão procurar disseminar sua visão de mundo, influenciando comportamentos e ações por todo o campo político¹⁸⁴.

Através dessas dimensões é que analisar-se-á a trajetória e a visão de mundo de Hélio Lobo, respectivamente, parte integrante e produto da socialização política estabelecida na Primeira República no Brasil. Por isso foram elencadas as - três - etapas que permitem a condução e a compressão dos valores defendidos pelo diplomata-historiador, bem como a evolução de seu conteúdo.

Associada à socialização política, a visão de mundo, inclusive no caso de Hélio Lobo, foi adaptando-se em razão da necessidade do indivíduo se manter nos postos alcançados e em contrapartida, a manutenção da ordem vigente.

A primeira etapa da socialização política, a de *orientação para a comunidade*, pode ser identificada entre os anos de 1908 até 1912, possuindo características como a internalização de valores e noções que permitiam a identificação de Hélio Lobo aos grupos (Itamaraty, IHGB), bem como a lealdade a eles. Assim, ao participar dos tribunais arbitrais e da Conferência Interamericana em Buenos Aires como secretário, foi integrado ao quadro de colaboradores da

¹⁸³ Ibidem, p.1206

¹⁸⁴ MACHADO, Mário Brockman. Ideologia, socialização política e dominação. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Ideologia_socializacao_politica_dominacao.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2012. Cf. Idem. Ciência política e socialização política nos Estados Unidos. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Ciencia_politica_socializacao_EUA.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2012. A intenção em se utilizar o conceito e os pressupostos apresentados pelo autor não seguiu esquema arbitrário. O que se procurou fazer foi a testificação de tais ideias ao longo da pesquisa a fim de se verificar sua pertinência explicativa.

Revista Americana, onde pode publicizar textos consoantes com a redefinição da política externa do país, marcada pelo primado do Direito, e pouco tempo depois foi cooptado pelo IHGB, tradicional reduto de diplomatas e intelectuais. É o que fica explícito na data de sua posse como sócio efetivo no Instituto, dado que possuía apenas vinte oito anos e o “pouco de história” que havia escrito, ambos notados em discurso proferido no dia 29 de junho de 1912, na sessão presidida pelo Conde de Afonso Celso, substituto de Rio Branco falecido no início do mesmo ano.

Esquivando-me, vai para três meses, à iniciativa dos que, mal grado o meu nada, ensaiaram minha admissão no seio desta ilustre assembleia, eu disse minguar-me, para a merecer a autoridade dos cabelos brancos. Recanto de serena deliberação, o Instituto só deve povoar-se de sabedores e competentes. A bondade dessa casa não esteve, porém, pela minha defesa. E aqui me acho entre vós, sob o peso de vossa generosidade, atônito ante a grandeza de uma investidura cujos motivos, por mais que lide, não chego a atinar. Não lhe dá por certo o ingresso o pouco que deixei escrito, em jornais e revistas, sobre a história diplomática americana. [...] Escrevi um pouco de história, porque a ideei em idade descuidosa; e na voz de certos letrados essa é a que sobrevive, ao cabo. Soa ainda aos vossos ouvidos a ironia derradeira daquele erudito amável, para quem a história, após vigílias aturadas na decifração de pergaminhos, passou a resumir-se numa forma de arte, que só vinga pela força da imaginação. [...] Crede que vai fundo em mim o amor do passado. É tão lindo o aspecto das cidades mortas! Na convivência de que, neste grêmio e fora dele, foi um dos maiores cimos da nossa cultura histórica e diplomática, eu aprendi a querer no Brasil de hoje o Brasil de ontem. Abençoado o nome de Rio Branco, bastante grande para inspirar a mocidade, que bem quis, o culto perene da História brasileira. [...] Só o passado é fecundo e grande. Nele está a força majestosa de vossa atitude, em meio do atropelo contínuo dos sucessos terrenos. [...] Para o neófito de hoje guardai, pois, um pouco de vossa indulgência. Ele vos agradecerá no empenho, com que entra, de bem merecer esta alta companhia¹⁸⁵.

No discurso, o tom elogioso ao IHGB, justificável em razão da formalidade do ato, somava-se à “oração” a Rio Branco, referência constante ao longo da carreira de Héliio Lobo no Instituto e na escrita sobre a história diplomática brasileira. “Aplaudir” Rio Branco no IHGB e no Itamaraty era uma prática social que certamente garantiria benefícios para um diplomata jovem, obtidos quase simultaneamente ao ingresso naquela casa no ano seguinte.

Dias antes, em 22 de junho de 1912, Héliio Lobo foi nomeado Secretário da Comissão Internacional de Jurisconsultos com o fito de representar o Brasil em evento que seria realizado no Rio de Janeiro a partir do dia 26. O evento fora proposto na Terceira Conferência Internacional Americana, realizada na mesma cidade em 1906 e tinha por objetivo “preparar um Código de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Público que regulassem as relações entre os países da América”. Os relatórios do Ministério das Relações Exteriores mostram que a participação de Héliio Lobo foi no sentido de centralizar os trabalhos

¹⁸⁵ **RIHGB**, Tomo LXXV, parte II, 1912, p.396-398.

das diversas comissões no Palácio do Itamaraty, organizando documentos e a programação do evento, composto por sete sessões ordinárias que deliberaram pela criação de comissões que funcionariam nas capitais de seis países do continente¹⁸⁶. Como resultado desse trabalho, em 8 de abril de 1913, Hélio Lobo foi nomeado adido à legação de Buenos Aires para continuar os trabalhos no campo jurídico interamericano, tarefa que lhe permitiu maior visibilidade e a consequente promoção ao cargo de 1º Oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores em 16 de maio do mesmo ano.

A promoção do jovem diplomata estava associada a um conjunto de esforços pela manutenção da “aliança” junto aos Estados Unidos após a morte de Rio Branco, em 1912. Hélio Lobo seguiu imediatamente com o secretário do Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller para visita oficial ao país da América do Norte. Lauro Müller, sucessor de Rio Branco, havia sido ministro da Viação e Obras Públicas na presidência de Rodrigues Alves e não possuía experiência em assuntos internacionais. No momento de sua elevação à chancelaria, Müller deixou exposta sua visão sobre a política exterior brasileira, que deveria priorizar - e aprofundar - o relacionamento com os Estados Unidos em detrimento das potências europeias. Para demonstrar essa postura, uma viagem àquele país seria suficientemente oportuna, condição percebida pelos estadunidenses, que fizeram o convite, aceito calorosamente pelo ministro recebido pelos representantes estadunidenses. Clodoaldo Bueno assinala que o contexto da viagem de Lauro Müller favorecia a aproximação, dada à crescente dependência dos Estados Unidos pela produção cafeeira do Brasil e a ascensão de Woodrow Wilson à presidência, que poderia garantir o prestígio do produto naquele país, sem taxações que o encareceriam¹⁸⁷.

Segundo a historiografia da política exterior brasileira, a gestão de Lauro Müller foi o início da expressiva “subserviência” aos Estados Unidos, combinada com traços notadamente conservadores onde imperava a dominação do campo político pelo jurídico. Nas palavras de José Honório Rodrigues,

Ficamos a discutir códigos jurídicos, questões jurídicas, direito internacional, direito, direito e mais direito. O jurídico voltou a dominar totalmente o político e a diplomacia é, como antes, uma dinastia de classe, pelo menos até a criação do Instituto Rio Branco. O papel do direito internacional, embora reduzido nas relações entre os Estados, é exaltado e a política deve subordinar-se ao direito, que é uma espécie de camisa de força, que os diplomatas usam para disfarce de sua inexpressividade política, ou de sua incapacidade na defesa dos interesses do Estado. O lado conservador do

¹⁸⁶ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 31 e p.121. Dezesete países enviaram delegados para o congresso. Optou-se por não abordar neste trabalho os debates das comissões, dado o volume de dados e debates, além de fugir ao objeto de pesquisa proposto.

¹⁸⁷ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p.VIII. Cf. BUENO, op. cit., 2003, p.364-366.

direito casa-se maravilhosamente bem com alguns figurões da Casa. Antes servira como instrumento de preservação de alguns de nossos objetivos nacionais. Mas, agora, como adaptá-lo à situação nova?¹⁸⁸

A crítica do historiador notabilizado pelo nacionalismo e realismo da política exterior do Brasil¹⁸⁹, é coerente com a dificuldade do governo brasileiro no período pós-Rio Branco, manter autonomia nas relações internacionais, especialmente com as potências europeias e os Estados Unidos. Segundo Rodrigues, inicia-se um processo de descaracterização no qual era possível perceber divergências dentro do Itamaraty. Era o caso de Domício da Gama, embaixador em Washington e fiel aos princípios de Rio Branco. Ele indignava-se com a pretensão dos estadunidenses dizerem-se pertencentes a uma civilização superior, não poupando também os países latino-americanos que se submetiam a imposições e não preservavam suas soberanias, contribuindo para a construção de uma imagem, perante os europeus, de inferioridade. Domício da Gama chegou a sugerir a Lauro Müller o distanciamento dos Estados Unidos nos negócios travados entre o Brasil e os países sul-americanos, dado que consultar Washington em todas as situações, bem como solicitar certa “aprovação” política daquele governo não era algo admissível. Müller respondeu ao embaixador brasileiro argumentando que o afastamento dos estadunidenses nos negócios brasileiros, mesmo que indiretamente, poderiam enfraquecer as relações bilaterais e a amizade já consolidada¹⁹⁰.

Em meio às discordâncias, as primeiras obras de Hélio Lobo foram exemplos da progressiva dependência da política externa do país ao Direito, característica perceptível em seus estudos históricos que se balizavam nos aspectos jurídicos internacionais no passado brasileiro. Nesse contexto foram publicados os trabalhos “Brasil, Terra Cara”, em 1913, e “Antes da Guerra: A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai”, em 1914¹⁹¹. “*Brasil, Terra Cara*” era uma compilação de documentos acerca do posicionamento brasileiro nas reuniões interamericanas desde o século XIX, nos quais ficava explícito o objetivo de Hélio Lobo em demonstrar o pioneirismo da iniciativa estadunidense em 1889-1890 ao convocar a reunião interamericana em Washington. Considerando-se os textos referentes à mesma temática já publicados pelo autor, a obra não apresentava nenhum ineditismo, ao que se

¹⁸⁸ RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1966, p.57.

¹⁸⁹ GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (orgs.). **História das Relações Internacionais: teorias e processos**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007, Col. Comenius, p.37.

¹⁹⁰ AHI, ofício reservado de Domício da Gama a Lauro Müller, 3/3/1912 e telegrama de 25/5/1912.

¹⁹¹ **Antes da Guerra: A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1914a. Idem. **Brasil, terra cara...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

induz certa facilidade no processo de publicação quando o assunto era história diplomática, bem como de um membro do Itamaraty e IHGB.

As publicações sobre história diplomática de Hélio Lobo, que eram de grande interesse editorial, se deram em um momento representativo de sua carreira, que saía da categoria de 1º oficial para ser promovido a de 1º secretário de legação paralelamente à eclosão da Grande Guerra, em julho do mesmo ano. O autor, na costumeira seção “Duas Palavras” que abria suas obras, indicava o quão carente eram os estudos sobre a diplomacia brasileira, especialmente aquela realizada às margens do Rio da Prata, justificando a pertinência do estudo, feito à custa de volumoso material existente no Arquivo Histórico do Itamaraty¹⁹². Em termos metodológicos, a história que Hélio Lobo se lançava a escrever era aquela pautada pela utilização de fontes oficiais como cartas trocadas entre diplomatas, documentos do Poder Legislativo e despachos ministeriais e presidenciais. Qualificava-se como história “institucional”, pois ao fim, centralizavam-se no Estado todas as questões, fossem elas jurídicas, culturais, sociais ou econômicas. A “verdade histórica” era aquela contida somente nos documentos referenciados, cabendo ao pesquisador executar uma tarefa de ordená-la da forma mais isenta possível, não interferindo no processo de seu desvendamento, conforme apontavam Langlois e Seignobos¹⁹³.

Através dessa construção, não era frequente o direcionamento de Hélio Lobo ao leitor. O autor “aparecia” somente para comentar o que as fontes, reproduzidas em abundância, demonstravam. Tal postura, representativa e hegemônica na historiografia do final do século XIX e início do XX, fez a história diplomática - e política - adquirir um rótulo negativo e identificado com o positivismo, no qual se gerou a desqualificação dos trabalhos e autores ao longo do século, que presenciou a emergência de novos paradigmas, esses voltados para campos desconsiderados pelos historiadores das “fontes oficiais”. No entanto, na busca pela revalorização e atualização desse ambiente historiográfico, René Rémond argumenta que:

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem¹⁹⁴.

¹⁹² Idem. op. cit., 1914a, p.II.

¹⁹³ GONÇALVES, op. cit., p.21-22.

¹⁹⁴ REMOND, René. Por uma história presente. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003a, p.22.

René Rémond esclarece que o ambiente ideológico e o contexto são decisivos na produção do conhecimento histórico, tanto na época em que Hélio Lobo escreveu sobre o passado da diplomacia brasileira quanto no século XXI, quando se assiste a um processo de ampliação dos domínios da ação política e das atribuições do Estado. Em síntese, as fronteiras do político não são fixas e o campo não pode ser ignorado simplesmente como ineficaz para a pesquisa histórica.

Antes da Guerra pode ser considerada uma iniciativa pioneira na historiografia brasileira sobre a diplomacia, que não a cita com a mesma frequência de autores como Heitor Lyra, João Pandiá Calógeras e Hildebrando Accioly, que publicaram posteriormente obras com o mesmo fundo temático¹⁹⁵. De outra forma, pode-se justificar a relevância da publicação de Hélio Lobo em razão de traduzir-se em uma leitura harmonizada com a conjuntura internacional da década de 1910-1920 e dos interesses do Estado brasileiro do qual era agente. Ao reportar-se ao passado político e diplomático do país no século XIX, Hélio Lobo pretendia indiretamente apresentar uma visão distinta daquela formada nos primeiros anos republicanos, marcada pelo discurso negativo acerca das instituições monárquicas. É essa a premissa presente na obra e em outras subsequentes, quando procurou definir a história diplomática do Brasil como um processo vazio de tensões profundas e marcado pelo espírito pacifista. Em outras palavras, o autor historiava os conflitos dos quais o Brasil havia participado ressaltando que o posicionamento belicista somente se efetivava por “necessidade” ou pelo receio que os vizinhos nutrissem pelo país, percebido pela postura supostamente conquistadora do Brasil. Do lado brasileiro, Hélio Lobo acreditava que as desconfianças inspiravam no Império uma posição de “altivez” e por vezes de agressividade quando eram atacadas ou questionadas suas três instituições básicas - unidade territorial Monarquia e escravidão - dado que sua sobrevivência estava diretamente ligada à manutenção desses pilares¹⁹⁶.

O recorte cronológico feito pelo autor partia dos momentos imediatamente anteriores ao conflito do Império brasileiro contra a República uruguaia do presidente Atanásio Cruz Aguirre em 1864 e apresentava o processo de negociação entre os representantes brasileiros e o governo uruguaio, em especial a Missão *ad hoc* de José Antônio Saraiva, conselheiro do Império. Nesse sentido, Hélio Lobo não economizou a transcrição de ofícios diplomáticos e de citações de obras e autores que lhe eram contemporâneos, mapeando o comportamento dos representantes brasileiros no Parlamento e as noções de diplomacia aplicadas à resolução do contencioso. A

¹⁹⁵ Cf. Heitor Lyra, “Ensaio diplomático” (1922); João Pandiá Calógeras, “A política exterior do Império” (1927); Hildebrando Accioly, “Limites do Brasil - a fronteira com o Paraguai;

¹⁹⁶ FERREIRA, op. cit., p.16-18.

princípio, o Brasil manteve uma postura de neutralidade com relação à guerra civil uruguaia em virtude das experiências anteriores na mesma região e para o autor, o objetivo da Missão era apenas “garantir a paz, a ordem e a tranquilidade daquele Estado”¹⁹⁷. Ressaltava expor como o fracasso de Saraiva no Uruguai e a alteração do posicionamento brasileiro da neutralidade à intervenção militar estavam permeados pelo exercício equivocado da diplomacia que Hélio Lobo entendia ser a adequada.

O diplomata tem que zelar, acima de tudo, essa faculdade de adaptação pessoal que vincula o indivíduo ao cenário estrangeiro onde opera, sem se deixar seduzir por ele. O aproveitamento dos recursos do terreno, por pequenos que sejam, há de vir assim de um exame que, dia a dia, se transforma. Não bastará, então, para vitória de uma negociação, a nobreza dos gestos e muito menos a franqueza das atitudes. Será de mister alguma coisa a maior, que faz do espírito um prodígio de flexibilidade e arma o negociador com todos os recursos de uma defensiva magistral. Esgrima de alta escola, a ciência diplomática põe acima de tudo *l'art de se dérober*, a arte da esquiva, que aza ocasião nos grandes lances finais, bem pensados; ainda ofendendo, é defensiva, mesmo agredindo, transige¹⁹⁸.

Hélio Lobo compreendia a diplomacia como “arte da esquiva” em razão da postura do representante brasileiro enviado ao Uruguai, que ao invés de seguir as instruções do Império, de tom violento, preferiu entender-se de modo mais ameno com o ministro do exterior uruguaio. Tal postura seria questionada em diversas ocasiões e apesar do Parlamento brasileiro não aprovar a medida de Saraiva, o Gabinete Monárquico referendou o ato, mantendo-se a ilusão de resolução pacífica da questão¹⁹⁹.

Havia outra questão implícita no conflito com o Uruguai, a qual foi secundada em importância pelo autor. Para o Império, a conduta da diplomacia brasileira orientava-se pelo paradigma do Direito Internacional Público vigente na Europa da época, que entendia haver responsabilidade por parte do Estado mesmo em caso de guerra civil, ou seja, o Uruguai deveria zelar pelos interesses dos súditos brasileiros residentes naquele país mesmo em tempos de conflito. Caso não se observasse o cumprimento da regra, poderiam ser tomadas medidas como o bloqueio marítimo e militar, de modo que foram essas as instruções levadas pela Missão brasileira e inicialmente deixadas de lado. O que se observa no texto de Hélio Lobo é o fito de legitimar a intervenção brasileira através do viés jurídico sem considerar a contradição da própria diplomacia do país, que responsabilizava o governo uruguaio pelos atos praticados na fronteira pelos revoltosos liderados por Venâncio Flores - contrário ao governo do presidente

¹⁹⁷ LOBO, op. cit., 1914a, p.40.

¹⁹⁸ Ibidem, p.65.

¹⁹⁹ Ibidem, p.100-109.

Atanásio Aguirre - embora muitos desses fossem brasileiros. O equívoco ou a omissão no texto de Hélio Lobo era apresentar através da instabilidade interna dos uruguaio a justificativa da intervenção brasileira, ao contrário do que requeriam os acordos entre os países, que pressupunham o reconhecimento da beligerância dos revoltosos e a comunicação com o Estado de sua atuação. No entanto, a Missão Saraiva mantinha uma condição indefinida, exigindo da República uruguaia a proteção dos interesses do Império por meio de medidas que beiravam as ameaças²⁰⁰.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil lidava com fatores de ordem regional para resolver as questões relativas ao Rio da Prata, envolvendo na empreitada não somente seus vizinhos, mas as potências europeias. A Inglaterra, por exemplo, era o principal parceiro comercial, investidor e detentor do débito público da América Latina, o que reforçava a necessidade de sua presença na região no sentido de equilibrar interesses de brasileiros e argentinos. Os interesses ingleses não impediram que na região se desenvolvesse uma política externa própria a cada país, ainda que sua condução fosse acompanhada de perto, como Edward Thornton o fez, no certame uruguaio-brasileiro, historiado por Hélio Lobo. Thornton era diplomata de carreira enviado a Argentina e ao lado de Rufino de Elizalde, ministro das Relações Exteriores daquele país, passou a acompanhar as negociações ao lado do representante brasileiro²⁰¹. Das reuniões entre os países, foi deliberado um plano de pacificação interna que anistiava os indivíduos armados contra o governo de Aguirre, liderados pelo General Venâncio Flores, que tinha por intenção promover a estabilidade político-militar interna e cessar os ataques aos cidadãos brasileiros na fronteira com o Uruguai. As dificuldades agravaram-se, conforme documentação apresentada por Hélio Lobo, após o presidente uruguaio acertar condições diversas das combinadas, anulando os esforços multilaterais²⁰². A resistência de Venâncio Flores contrastava com a de Aguirre, paralisando qualquer entendimento diplomático. Em 5 de julho, Saraiva enviou um ofício ao Brasil declarando que “tudo estava perdido”, pois Aguirre estava cercado de ministros de “inteligência política acanhada” e se nada o fizesse para resolver tal situação, “nada será possível conseguir amigavelmente”²⁰³.

Hélio Lobo conduz a narrativa sobre o conflito expondo as frequentes vacilações de Saraiva, que procurava entender-se sem apresentar o *ultimatum* do Império. Paralelamente, a conduta do representante brasileiro foi duramente criticada no Parlamento. Do Senado, Silveira

²⁰⁰ ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. **A diplomacia brasileira no Prata: injúrias, motivos e pretextos (1863-1864)**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009, p. 99-102.

²⁰¹ Ibidem, p.158. Cf. SILVA, op. cit., p.90-91.

²⁰² Ofício confidencial de José Antonio Saraiva de 9/6/1864 apud LOBO, op. cit., 1914a, p.162.

²⁰³ Ofício confidencial nº14, 5/7/1864 apud LOBO, op. cit., 1914a, p.184-185.

da Mota e Paranhos afirmavam que a missão brasileira andava na esteira dos diplomatas argentino e inglês, retirando a autonomia nas negociações. De outro lado, Zacarias de Góis e João Pedro Dias Vieira, respectivamente presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, endossavam a postura do enviado brasileiro ao sul do continente, bem como o auxílio estrangeiro, que contribuía “sinceramente” para o estabelecimento da paz. Em razão da inércia da diplomacia praticada por Saraiva e amparado na retórica senatorial, Hélió Lobo afirmava a necessidade da intervenção no conflito, apesar de não dirigir críticas ao Império²⁰⁴.

Em meio às tensões, despontavam declarações do governo paraguaio, o qual “destoava do convívio mais ou menos tumultuário das Repúblicas sul-americanas”²⁰⁵. Para Hélió Lobo, o ostracismo e uma política externa propriamente organizada geravam dúvidas acerca das intenções do país perante a região do Rio da Prata, que chegou a oferecer “bons ofícios” ao Império na solução da questão uruguaia, sendo prontamente negados pelo Conselheiro Saraiva dada a desconfiança pré-existente. O ambiente de tensão só agravar-se-ia com a apresentação do *ultimatum* em 4 de agosto de 1864, após as negociações fracassarem por “inércia dos uruguaios”. O documento “solicitava” ao governo uruguaio que cessasse as hostilidades junto aos brasileiros residentes naquele país e os indenizasse de acordo com os prejuízos aos quais foram submetidos. O ministro das Relações Exteriores uruguaio, Juan José de Herrera devolveu o documento e criticou a postura brasileira, que interferia nas questões internas do governo e território daquele país, postura que levou o governo brasileiro a despachar instruções para tropas de mar e terra marcharem para o sul e redirecionar o chefe da missão brasileira para Buenos Aires, de onde observaria o desenrolar dos fatos²⁰⁶.

O entendimento de Hélió Lobo de que as represálias se justificavam baseava-se em princípios jurídicos igualmente observados pelo Império na época: a culpa *in elegendo*, quando o Estado é responsável pela (má) escolha de seus funcionários e a culpa *in custodiando*, quando o Estado é acusado de não ter exercido a devida vigilância sobre seus agentes²⁰⁷. Destarte,

Estava-se, portanto, em face de um momento grave, de incalculáveis consequências. Quase em guerra com a República Oriental do Uruguai, com o território prestes a ser invadido pelas hostes paraguaias, cujo chefe em nota de 30 de agosto [de 1864] protestara contra qualquer ocupação temporária ou permanente do oriental, sem saber dos próprios recursos; alheio, muito alheio à tormento circunstante, o Brasil inaugurava, mau grado seu, o período mais doloroso de sua existência de povo livre.

²⁰⁴ LOBO, op. cit., 1914a, p.200-203.

²⁰⁵ Ibidem, p.207.

²⁰⁶ Ibidem, p.244.

²⁰⁷ ALMEIDA, op. cit., p.108.

Ninguém enxergou nada. O espectro da guerra anunciava, entretanto, bem perto, cinco longos anos de sangue que dificilmente se encerrariam²⁰⁸.

De forma complementar, era conveniente responsabilizar não o Uruguai em si, mas o governo daquele país e do Paraguai, em detrimento de qualquer contradição da diplomacia brasileira no certame. Tal hipótese se reforça na observação das pretensões que a diplomacia brasileira vinha assumindo desde Rio Branco - a busca por hegemonia regional - e na importância que um estudo de história diplomática pioneiro possuía dentro de uma Instituição como IHGB, a quem Hélio Lobo dedicou *Antes da Guerra*. O mesmo tema seria complementado em 1916, com a apresentação de documentos relativos ao conflito com as tropas e o governo uruguaio de Aguirre, entre 1864-1865, na obra “Às portas da Guerra”, que teve sua publicação postergada em razão dos trabalhos realizados por Hélio Lobo no gabinete da presidência da República de Venceslau Brás, entre 15 de novembro de 1914 e 23 de fevereiro de 1916²⁰⁹.

Nesse ínterim, publicou um livro relativo aos princípios de neutralidade do país ao longo do século XIX e no início do século XX, um produto dos debates na Comissão Internacional de Jurisconsultos da qual participou e do trabalho com os arquivos no Itamaraty. “O Brasil e seus princípios de neutralidade” pode ser interpretada como uma tentativa de Hélio Lobo compreender o seu tempo aos olhos do passado, balizando-se no posicionamento de neutralidade brasileira face ao ambiente hostil da Guerra, iniciada em julho de 1914. Para cumprir essa tarefa, Hélio Lobo fez uma compilação das ações do governo brasileiro entre 1853, quando ocorreu a Guerra da Crimeia, e em 1907, data da II Convenção de Haia²¹⁰. Compreende-se que o envolvimento de Hélio Lobo com o governo brasileiro e a publicação de obras que justificassem a atuação do país no cenário internacional eram práticas consideradas diretamente relacionadas à segunda etapa do processo de socialização política, caracterizada como *orientação para o regime*. Nesse sentido, a inserção no IHGB e os textos publicados demonstravam um aumento das atitudes específicas para com o campo político bem como certa avaliação da política externa brasileira ao analisar historicamente os princípios de neutralidade do país. É o que se pode notar na introdução da obra:

O estudo da neutralidade não supõe somente abstenção. O neutro deixa de tomar partido nas operações. Deve também impedir que de parte sua se auxilie, de qualquer maneira, um dos contendores. Ativa ou negativa, a neutralidade está

²⁰⁸ Ibidem, p.259-260.

²⁰⁹ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p.108, anexo B.

²¹⁰ LOBO, Hélio. **O Brasil e seus princípios de neutralidade**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914b.

subordinada a certo número de regras e preceitos, que se foram tornando pouco a pouco de aceitação universal. O Brasil, neste particular, sempre se esforçou por cumprir da mais honesta forma os princípios de neutralidade. Há nos seus arquivos diplomáticos, sobretudo no que respeita à guerra marítima, muita coisa que colher²¹¹.

O primeiro conflito abordado foi a Guerra da Crimeia, que envolveu de um lado forças da França e Grã-Bretanha, e de outro, o Império Russo entre 1853-1856²¹². Por sugestão dos ingleses o Brasil declarou-se neutro e comprometido a não auxiliar nenhuma das partes. Era, segundo Hélió Lobo, a “primeira declaração formal do Brasil em matéria de neutralidade”. O conflito entre as potências europeias e ausência de regulamentação específica sobre o assunto foi tema do Congresso de Paris em 1856, certame em que o Brasil aderiu aos princípios de direito internacional reguladores do comércio e seu bloqueio em caso de conflito. A partir do tratado de 30 de março, seguiram-se as diretrizes:

- 1º O corso é e fica abolido;
- 2º O pavilhão neutro cobre a mercadoria inimiga, com exceção do contrabando de guerra;
- 3º A mercadoria neutra, com exceção do contrabando de guerra, não pode ser apresada sob pavilhão inimigo;
- 4º Os bloqueios, para serem obrigatórios, devem ser efetivos, isto é, mantidos por força suficientes para proibir realmente o acesso ao litoral inimigo.

Ainda que a influência política dos Estados Unidos no Brasil fosse pequena à essa época, foi questionado no Parlamento brasileiro a adesão aos princípios supracitados, dado que os estadunidenses não o fariam. A resposta do gabinete imperial foi a de que o contingente da Marinha brasileira não poderia ser equiparado ao dos Estados Unidos, mais numerosa do que a do país, tese que invalidava qualquer entendimento bilateral.

À frente, foram dedicados dois capítulos a questões relativas ao posicionamento brasileiro durante a Guerra de Secessão, que ocorreu nos Estados Unidos entre 1861-1865. Hélió Lobo relatou dois casos que testaram a neutralidade do Brasil, declarada em 1 de agosto de 1861.

O primeiro ocorreu quando o cruzado *Sumter*, pertencente aos Confederados, parou no Maranhão (no mesmo ano) para reabastecer e James Watson Webb, ministro dos Estados Unidos, exigiu satisfações, pois qualificava intolerável o procedimento do Presidente do

²¹¹ Ibidem, p. I.

²¹² A Guerra da Crimeia foi um conflito que ocorreu entre a Rússia e a coalização de França, Grã-Bretanha, Império Turco-Otomano e Piemonte-Sardenha nos anos de 1853 a 1856. Os motivos para sua eclosão residiam na tentativa de franceses, britânicos, piemonteses, sardenhos e turcos-otomanos de conter a expansão dos russos na região da Crimeia, região próxima aos Balcãs. A Rússia foi derrotada na cidade de Sebastopol, na Crimeia, no ano de 1856 e aceitou as condições do Tratado de Paris, que devolvia parte de território turco-otomano até então ocupado.

Maranhão, Francisco Primo de Sousa Aguiar, que permitiu a entrada da embarcação no porto após seu comandante, não nomeado nas fontes apresentadas por Hélio Lobo, dizer “ter patente militar, cruzar por ordem de seu Governo e não estar armado por particulares”²¹³. Os reiterados ofícios de explicação do governo brasileiro, que entendia não haver quebrado a neutralidade, geraram mais notas de protestos do governo estadunidense, dessa vez assinadas pelo Secretário de Estado William Seward²¹⁴.

O segundo episódio ocorreu em 1863, quando outros cruzadores - *Alabama*, *Florida* e *Georgia* - fundearam no litoral brasileiro para executar reparos e reabastecerem. Apesar de serem informados pelas autoridades pernambucanas e baianas acerca da impossibilidade dos procedimentos, notícias desses fatos chegaram às autoridades da União e uma nova crise internacional se instalou. Em razão da suposta inobservância da neutralidade por parte do Brasil, ao cruzado *Wachussets* foi determinada a captura da embarcação confederada *Florida*, sob o pretexto de ter incendiado um navio unionista²¹⁵. A embarcação foi levada de dentro da Baía de Todos os Santos e sem autorização do governo brasileiro, evento que provocou inúmeras reclamações de violação da jurisdição territorial. Após negociações, relata Hélio Lobo, “a Casa Branca nos deu todas as satisfações, lamentando a ocorrência, desaprovando o procedimento do comandante Collins”²¹⁶.

O modo de elaboração do livro obedece a um raciocínio por vezes contraditório. Os documentos e a posição brasileira eram obviamente defendidos pelo autor, mesmo quando o Império assinalava ser “prejudicado” por um país neutro, como foi o caso da corveta Brasil, construída no estaleiro francês de Toulon. O governo francês, observando a neutralidade nos conflitos brasileiros com o Uruguai e Paraguai, não permitiu que a embarcação deixasse o porto, suscitando protestos do cônsul, Barão de Penedo. Hélio Lobo justificava que o entendimento francês era equivocado, pois,

Dos dois países em guerra, o Brasil e o Paraguai, era o primeiro que aderira à declaração do Congresso de Paris, abolindo as cartas de corso; ao passo que o segundo, não só não se associou àquele grande ato, como também empreendia a guerra com crueldades inauditas²¹⁷.

²¹³ Ibidem, p.20.

²¹⁴ Ibidem, p.19-23. Cf. BANDEIRA, op. cit., p.100-101.

²¹⁵ Ibidem, p. 43-47.

²¹⁶ Ibidem, p.50-52.

²¹⁷ Ibidem, p.56.

Ao recorrer aos princípios do Congresso de Paris, o Barão de Penedo, que à época travou as negociações, acabou por obter a autorização das autoridades francesas para tomar posse da embarcação.

Demais episódios da neutralidade brasileira foram apresentados por Hélio Lobo, em sua grande maioria envolvendo a proteção às partes dos conflitos, como na guerra Franco-Prussiana (1870), quando o Brasil admitiu a entrada de embarcações francesas no porto do Rio de Janeiro por razões “humanitárias” e na Guerra do Pacífico (1879), em que o vapor inglês *Maranhense*, carregado com armamentos para o Chile foi impedido de aportar no Brasil dado que o ato configuraria a violação do 2º princípio do Congresso de Paris (no qual o pavilhão neutro deveria cobrir a mercadoria inimiga, com exceção do contrabando de guerra)²¹⁸.

Durante o período republicano, foram relacionados dois episódios: o primeiro acerca da guerra hispano-americana em 1898 por ocasião da publicação de uma nota circular de neutralidade regulamentando o trânsito de pessoas e mercadorias durante o conflito. No entendimento de Moniz Bandeira, o governo brasileiro simpatizava com os estadunidenses e chegou a ceder três embarcações ao país, que contava com simpatias do próprio corpo diplomático brasileiro. Observa-se que a transição da Monarquia para a República foi exemplar na americanização das diretrizes da política exterior. Americanização pode ser explicada por um distanciamento progressivo da Europa, porém restrita aos Estados Unidos, pois não cessam integralmente as desconfianças mútuas com os países vizinhos²¹⁹.

O último capítulo apresentava o evento contemporâneo, a “Grande Guerra” qualificada ainda como *européia*²²⁰. É possível entrever que, propositadamente, sua inserção no livro devia-se ao conflito que havia se iniciado e os exemplos dos capítulos anteriores serviam para justificar a postura do governo brasileiro no certame do presente. Hélio Lobo recorreu às Convenções de Haia (1899,1907) para elogiar os avanços do direito internacional em matéria de guerra marítima, qualificando-as como um “modelo de técnica jurídica e simplicidade de enunciação”, além de expor o debate entre Rui Barbosa e José Maria Drago, da Argentina, acerca da permanência de navios beligerantes em águas neutras. Rui Barbosa defendia que as embarcações encomendadas pelos menos seis meses antes das guerras deveriam ser entregues,

²¹⁸ A Guerra Franco-Prussiana (1870) teve origem nas intenções do chanceler prussiano Otto von Bismarck em unificar a Alemanha. Em oposição, o imperador francês Napoleão III tinha como objetivo reconquistar o prestígio do país, perdido após derrotas políticas e diplomáticas na Europa. O Tratado de Frankfurt (1871) acabou com a Guerra, impondo aos franceses a perda das regiões da Alsácia e Lorena, além de indenização aos prussianos, unificados. A Guerra do Pacífico colocou o Chile contra a Bolívia e o Peru entre 1879 a 1883 e envolveu a disputa por regiões economicamente importantes e limítrofes entre tais países. Uma das principais consequências do conflito foi a perda da saída para o mar dos bolivianos para os chilenos.

²¹⁹ BANDEIRA, op. cit., p.150-151 e LOBO, op. cit., 1914, p.104-109.

²²⁰ A data de publicação da obra de Hélio Lobo era 24/8/1914. A Guerra iniciou-se “oficialmente” em 28/7/1914.

ao passo que o representante argentino entendia haver no procedimento a quebra da neutralidade do país fabricante. Dos debates ocorridos em Haia, foram elaborados dois decretos que passaram a regulamentar as questões jurídicas brasileiras relativas à guerra marítima internacional, atualizando os princípios do Tratado de Paris²²¹. Os decretos apresentados por Hélio Lobo relativos à neutralidade do Brasil foram elogiados pelas potências em guerra, especialmente a Inglaterra²²². De forma geral, os princípios impediam o alistamento de estrangeiros (§1º e §2º), compra de material bélico ou reparos nos portos do país (§3º, §4º e §5º) e sanções em caso de descumprimento das medidas (§19º) e foram “eficientes” até o ano de 1917, quando Venceslau Brás decretou estado de guerra contra o Império Alemão.

2.3 A Grande Guerra e os novos rumos da carreira

O conflito que se desenrolava inicialmente nos palcos europeus tomou novas proporções entre 1914-1917, envolvendo interesses das potências europeias em regiões extracontinentais. No caso do Brasil, que havia se declarado neutro, o debate sobre seu posicionamento era cada vez mais acirrado no Congresso e na opinião pública. Formaram-se grupos de defesa da neutralidade e partidários tanto da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Império Russo) quanto da Tríplice Aliança (Alemanha e Império Austro-Húngaro). Políticos como Dunshee de Abranches e Capistrano de Abreu, manifestavam simpatia aos alemães justificando a ingenuidade daqueles que acreditavam na suposta boa vontade dos ingleses em luta contra a “barbárie”. Do outro lado, vinham acusações no mesmo sentido. Abranches chegou a ser rotulado de germanófilo e ter se “vendido” à Alemanha e ser simpático ao imperialismo praticado por aquele povo ao redor do mundo.

A campanha em prol da Tríplice Entente, em linhas gerais, era mais eficiente em razão da interdependência econômica e cultural do Brasil com a França e a Inglaterra, tanto que um comitê de defesa desses países chegou a ser criado e nomeado “Liga Brasileira dos Aliados” em 1915 e outra guerra, a de informações, atingiu inclusive o Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller. Segundo os defensores da “Liga”, a ascendência germânica de Müller poderia identificá-lo aos alemães e colocar em risco a total neutralidade do Brasil²²³.

²²¹ Decretos nº 11.037 de 4/8/1914 e nº 11.093 de 24/8/1914. Hélio Lobo inseriu como anexo a Convenção de direitos e deveres das potências e das pessoas neutras em caso de guerra terrestre e marítima (18/10/1907).

²²² BUENO, op. cit., 2003, p.458.

²²³ Ibidem, p.453-457.

Em termos estratégicos, quem ganhava com a posição brasileira de neutralidade eram os estadunidenses, que passaram a assumir papel cada vez mais importante e de liderança no comércio bilateral. As lutas pelo controle de setores estratégicos do Brasil como as fontes de matérias primas e comunicações, foram amplamente exploradas pelos Estados Unidos, representadas pelo empresário Percival Farquhar. Nesse sentido, houve uma tentativa dos países da região se protegerem da *dominação* capitalista vinda do norte do continente, com a criação do Pacto ABC entre Argentina, Brasil e Chile, idealizado desde a gestão de Rio Branco.

Segundo ele, essa aliança permitiria que houvesse uma “nobre emulação com os Estados Unidos”. Tratava-se, principalmente, de uma tentativa de estabelecer limites à rápida expansão política e econômica de Washington. Entretanto, a tímida resistência sul-americana era insuficiente. No mesmo ano, a Primeira Conferência Financeira Pan-Americana constatou a rápida penetração dos Estados Unidos nas economias dos países latino-americanos²²⁴.

Entre os debates sobre a neutralidade e a americanização do país, Hélio Lobo terminou mais uma obra sobre a história diplomática do Brasil, a segunda parte dos documentos relativos à Guerra contra Aguirre: “*Às Portas da Guerra*”²²⁵. Na obra seguia-se o mesmo método de apresentação dos documentos, priorizando a transcrição e preterindo a reflexão.

Ali, como aqui, prevaleceu, sempre que possível, o documento sobre a exposição. Pode ser até menos literário, mas parece mais fiel. Cada de um nós tem, para seu agrado, uma arte de imaginar. Dela dispomos a nosso capricho nas coisas do futuro. Justo é que lidemos de reduzi-la nos sucessos do passado²²⁶.

A análise do livro, combinada com sua “primeira parte” *Antes da Guerra*, complementava os traços da visão de Hélio Lobo sobre a diplomacia brasileira e a política exterior do país, permeada pelo que Heitor Lyra apontava como “legado imperial”. Nessa interpretação, a política de limites, de equilíbrio e de intervenções que caracterizou o período monárquico foram princípios interiorizados pelo estamento diplomático brasileiro, especialmente aquele que amadureceu em meio à gestão de Rio Branco, possivelmente uma personificação intelectual desse legado. Esse seria complementado pela aproximação ora oportunista e estratégica dos Estados Unidos, ora ingênua e aliancista da parte do Brasil no final do século XIX, notadamente após 1889²²⁷. Portanto, a compreensão de Hélio Lobo sobre as

²²⁴ VALLA apud SILVA, op. cit., p.153.

²²⁵ LOBO, Hélio. **Às portas da guerra: do ultimatum Saraiva, 10 de agosto de 1864, à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916b.

²²⁶ Ibidem, p. VII.

²²⁷ LYRA apud MAGNOLI, op. cit., p.223.

relações diplomáticas na década de 1860 revelam-se fruto desse processo passível de ser lido em suas obras sobre o conflito do Brasil contra os uruguaios.

Nos primeiros capítulos, Hélio Lobo manteve a preocupação em demonstrar - via documentação diplomática - as diversas tentativas de paz propostas pelo governo brasileiro e as críticas da imprensa uruguaia que dizia ser o Brasil um país poderoso e que se irritava contra os fracos; era opulento e atacava os Estados pobres; era ilustrado e patrocinava a barbárie nômade. Em resumo, o nome do Brasil “tinha ficado como a síntese do adversário perigoso, contra cujos lances de conquista fora mister uma vigília permanente”²²⁸. Esse período de tensão seria explicado no capítulo intitulado “Sós na América”.

Achávamo-nos sós na América. Vinha de longe a desconfiança, quando portugueses e espanhóis, prolongando as rivalidades da península, aqui testilhavam de suas posses territoriais. Relembra-lo seria escrever a história mesma da colônia. É uma perpétua defensiva a de nossa vida, seja contra o avanço do lindeiro cobiçoso, seja para aparar a surpresa do oceano²²⁹.

O que concorria para a manutenção desse estado de coisas, na visão de Hélio Lobo, eram diversas causas. A primeira, a abstenção do Brasil em participar das iniciativas pan-americanas, inspiradas na colonização espanhola e, portanto invalidavam, no entendimento dos gabinetes do Império, a sua participação; a segunda, a existência da “águia imperial”, ou seja, a forma de governo monárquica que contribuía para o olhar desconfiado dos vizinhos; a terceira, sustentava-se no impedimento à livre navegação na bacia amazônica, postura contraditória se comparada aos interesses brasileiros na bacia platina e perceptível aos olhos de argentinos, uruguaios e paraguaios. Não menos importante, a questão da mão de obra escrava entravava qualquer diálogo interamericano, conforme notado pelo Visconde do Rio Branco à época, e a questão de limites, que punha de resguardo as administrações vizinhas²³⁰.

Em razão do conflito iminente, as potências europeias representadas pela Inglaterra e França, passaram a criticar o posicionamento brasileiro, que agia por reação e criava dificuldades para a manutenção do desembarque de mercadorias na região, além do *ultimatum* dado pelo governo paraguaio ao brasileiro em apoio ao Uruguai. Para Hélio Lobo, a situação agravara-se ainda mais com o “desarmamento” do Brasil, que não possuía forças suficientes em mar e em terra para empreender os objetivos projetados²³¹. Ainda assim o Império saiu

²²⁸ LOBO, op. cit., 1916, p.26-28.

²²⁹ Ibidem, p. 33.

²³⁰ Para o Visconde do Rio Branco “[...] a mais influente das antipatias, ódios, prevenções e algumas vezes até desdém com que somos vistos nos Estados sul-americanos, nasce de uma falsa apreciação sobre o Brasil em consequência do elemento servil”. RIO BRANCO apud LOBO, op. cit., 1916, p.40-41.

²³¹ Idem, p.79-80.

vitorioso nos enfrentamentos contra as tropas de Aguirre em duas localidades uruguaias: *Villa del Salto* e *Paysandu*, tomadas pelas forças brasileiras aliadas aos homens do General Venâncio Flores, do partido *colorado*²³².

A aliança brasileira no território uruguaio gerou inúmeras críticas na imprensa sul-americana, que coube a José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, responder ao ser designado em “missão de paz”. Em capítulo extenso dedicado ao senador, Hélió Lobo tratou de compor uma figura singular na história política do Brasil, descrevendo qualidades e momentos importantes na trajetória do senador do Império.

O que o homem era, dava a ser o que tinha de ser. Do reinado se escreverá que Silva Paranhos foi a consciência mais lúcida das coisas exteriores, a mão mais segura a que estiveram entregues. Ninguém conhecia como ele as molas da administração, os princípios da política, os recursos parlamentares, a força da palavra animadora e convincente²³³.

Ao mesmo tempo, Hélió Lobo não elucidava a contradição inerente à indicação do Visconde para a região, pois:

Ora, durante a Missão Paranhos em Montevideú, a denominada pacificação brasileira revelou as contradições da política exterior do Império na Bacia do Rio da Prata: por um lado, as hostilidades às vilas de Salto e Paissandu, o bloqueio de Montevideú e a ocupação do território uruguaio; por outro, a atuação da diplomacia em missão de paz, que se converteu em uma empreitada para regularizar o Estado de beligerância do Brasil contra o governo dos blancos²³⁴.

A construção da figura de José Maria da Silva Paranhos inseria-se no texto de Hélió Lobo para valorizar a negociação da paz no conflito e em razão das críticas que aquele diplomata receberia posteriormente após buscar apoio junto ao presidente argentino, Bartolomeu Mitre. Ainda que seja possível notar esse esforço de construção no texto Hélió Lobo, a ausência da análise conjuntural - das contradições - da diplomacia brasileira em 1864 e 1865 revela o método historiográfico utilizado pelo autor, calcado nas ações dos “grandes homens”.

Nesse aspecto, o autor mostra que as críticas ao Visconde do Rio Branco partiram do Almirante Tamandaré, defensor de ações enérgicas contra o governo de Aguirre, que por sua

²³² O capítulo 5º, intitulado “Salto e Paysandu” trata das batalhas que resultaram na vitória de Flores e do Brasil. Hélió Lobo apresenta de forma detalhada o número de envolvidos (o Brasil enviou cerca de dezesseis mil homens), liderados pelo Almirante Tamandaré e General Mena Barreto.

²³³ LOBO, op. cit., 1916, p.131-132.

²³⁴ ALMEIDA, op. cit., p.120.

vez havia rasgado os tratados com o Brasil e arrastado a bandeira brasileira pelas ruas de Montevideú, logo dominada pelas forças de Flores e do Brasil²³⁵. E termina o livro com a análise da demissão de Paranhos da missão, após a assinatura dos tratados de paz em 20 de fevereiro de 1865, os quais se julgavam ineficientes por “não haver devidamente atendido as graves ofensas cometidas no último período da administração Aguirre [...] para exercer atos de vandalismo contra a população inofensiva rio-grandense [...]”²³⁶.

O caso gerou celeuma no Parlamento, que pediu explicações a Paranhos, defendendo-se ao considerar que o governo havia legitimado suas ações ao nomeá-lo para a missão e aprovado o convênio de paz inicialmente, antes das manifestações do Almirante Tamandaré²³⁷. Paralelamente às críticas, despontaram elogios ao chefe da missão brasileira, inclusive do presidente argentino, que reiterou os esforços de Rio Branco em nome da pacificação da região e do presidente uruguaio eleito, Venâncio Flores: “[...] o governo brasileiro deixou-se cegar por alguma nuvem, e que não tardará o dia da reparação devida a V. Ex. [...]”. Sua reparação viria na no conflito contra o Paraguai, quando foi encarregado de organizar o governo provisório após a conclusão da guerra em 1870. Nas palavras de Joaquim Nabuco,

O que o conflito de 1864 vem a provar, a moralidade que se deve tirar dele, é que é sempre preferível evitar a ingerência, mesmo a do benefício e a do sacrifício, em país estrangeiro. Nessa espécie de incêndio, quem apaga o da casa contígua há de ver a sua abrasada por esse mesmo vizinho. Não é por ingratidão, nem por esquecimento do auxílio recebido, da vontade que ele mesmo reconheceu; é um ato irresponsável da maldade humana, dessa maldade que os melhores têm no fundo de si mesmos, que a razão, o verdadeiro sentimento, nestes, quase sempre converte em motivo de novo reconhecimento, mas que às vezes parece ter a função das grandes descargas elétricas, indispensáveis para a purificação do ar e renovação da vida²³⁸.

A interpretação de Joaquim Nabuco sintetizava o princípio do intervencionismo da política exterior brasileira na segunda metade do século XIX, mantida na guerra contra o Paraguai nos anos seguintes à intervenção no Uruguai. O Estado brasileiro ao seguir essa política obteve a manutenção do *status quo* territorial, bem como as rotas de navegação na bacia platina. Ao mesmo tempo, o Império enfrentou os problemas a ela inerentes, exemplificados na

²³⁵ Citando um jornal da capital uruguaia, Hélio Lobo diz que “A bandeira brasileira percorreu todos os pontos da linha e as casas de nossos principais chefes, sendo arrastada a vista da esquadra inimiga [...] o general Lamas pisou a bandeira, selando com este ato solene sua consagração à causa da pátria [...]”. Ibidem, p.189-190.

²³⁶ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia de Laemmert, 1865, p. 26-28.

²³⁷ A demissão de Paranhos foi qualificada por Lobo como um “golpe inopinado” e justificado pelo gabinete do império àquela altura ser ocupado pelos Liberais. O conservador Paranhos seria uma “vítima” de perseguição política. Sua casa passou a ser guardada pela polícia e sua família se viu forçada a procurar asilo na vizinhança. Quanto ao acordo negociado por Paranhos, apesar das críticas, foi mantido pelo Império. LOBO, idem, p.253-254.

²³⁸ NABUCO, op. cit., 2010, p.433-434.

Guerra do Paraguai e somente no século XX, com Rio Branco, iria resolvê-los²³⁹. Se é possível associar o processo histórico de construção do Estado brasileiro no tocante ao território, ao elogio a Rio Branco (nesse caso tanto o pai quanto o filho), pode-se compreender o interesse de Hélió Lobo pelo conflito entre 1864-1865, enquanto no século XX os arquivos relativos às disputas na região do Rio da Prata ainda estavam sendo descobertos por historiadores e diplomatas. Completava o quadro a estratégia de ascender na carreira diplomática e nos espaços de sociabilidade que lhe eram disponíveis, como na construção de personagens-símbolos para a história brasileira a exemplo do Visconde do Rio Branco.

No IHGB, a publicação da obra não passou despercebida. Na seção “Bibliografia” da Revista, foi apresentada uma resenha, provavelmente da autoria de Max Fleiüss sobre a obra, na qual o método do autor foi elogiado:

Não abandonando nunca o método que adotou, o autor foge das narrativas estiradas, das referências copiosas, para preferencialmente resumir os fatos e precisar quanto possível, mercê dos documentos, a psicologia dos protagonistas e a evolução dos acontecimentos. Isso não quer dizer que o jovem e esforçado investigador de nossa História diplomática se haja adstringido às peças oficiais. Ao contrário - em mais de um lance, caem-lhe da pena, senhora do assunto versado, tersos períodos de comentários apropositados, de conceitos expressivos [...]. Estamos certos de que o Sr. Hélió Lobo há de aproveitar-se oportunamente desses e outros bons elementos para prosseguir na sua bem iniciada e bem tracejada empresa, - qual a de por a verdade inteira quanto à ação de nossa diplomacia em relação aos países vizinhos²⁴⁰.

A recente carreira de Hélió Lobo no ofício de historiador era facilitada pelo exercício da diplomacia, que lhe permitia o contato com vasta documentação, dado o objeto de estudo que escolhera. Era prática comum dos membros do corpo diplomático brasileiro a procura por documentos em arquivos, bibliotecas, museus e institutos de história quando estivessem no exterior, casos de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco. Essa postura era normalmente associada com as pretensões territoriais do Brasil defendidas por Rio Branco e poderiam servir como ponto de sustentação dos interesses do Estado nacional republicano.

De fato, entre 1916 e 1917 o Brasil estava às portas do conflito mundial, dado o agravamento das relações com o Império alemão, que havia requisitado à legação do país em Berlim o bloqueio das operações comerciais do país junto à Inglaterra. Após protestar, o governo brasileiro não aceitou o bloqueio, agravando a situação²⁴¹. Logo depois, em fevereiro

²³⁹ FERREIRA, op. cit., 229.

²⁴⁰ RIHGB, Tomo 80, 1916, parte II, p. 876-879. Grifo nosso. A seção “Bibliografia” da RIHGB não era assinada, portanto deduz-se que quem a organizava era o secretário perpétuo do Instituto, Max Fleiüss.

²⁴¹ BRASIL, **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917-1918, p. VI-VII.

de 1917, os Estados Unidos romperam as relações diplomáticas com o Império Alemão, induzindo conduta semelhante do Brasil, que manteve a neutralidade até abril do mesmo ano, após um submarino alemão torpedear o vapor *Paraná*, que se localizava na França. As cobranças ao Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, passaram a se intensificar em razão da postura inerte do ministério, que não acompanhava os Estados Unidos na declaração de guerra e destoava da opinião pública nacional. O desfecho do caso contou com a renúncia de Müller em maio do mesmo ano, sucedido por Nilo Peçanha, antigo vice-presidente do país e simpático aos Aliados.

Ainda em maio, outras duas embarcações brasileiras foram torpedeadas na França e o Congresso brasileiro autorizou a revogação da neutralidade no conflito, postura que permitia entender-se com os Estados Unidos, país pelo qual “estávamos ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos pelo Direito Internacional”²⁴². O relatório do Ministério das Relações Exteriores narrava ainda que, dado a gravidade daquele momento na história da humanidade, a política externa brasileira aparecia para justificar a ideia de solidariedade continental expressa na Doutrina Monroe. A aliança bilateral era então consolidada, faltando apenas a declaração formal de estado de guerra, publicada em 16 de novembro de 1917. Como Estado beligerante, o Brasil participou de reuniões com os aliados e chegou a enviar uma missão médica para o conflito composta por quase uma centena de profissionais. Na prática, a participação das Forças Armadas do Brasil na I Guerra foi mínima. O país enviou 13 oficiais aviadores que fizeram parte da RAF inglesa, médicos à França e formou a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) composta por cruzadores e contratorpedeiros sob o comando do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin. Na costa africana, em 1918, após sofrer com deficiências materiais, grande parte da tripulação foi acometida da epidemia de gripe espanhola fragmentando a DNOG, que chegou à Europa um dia antes do armistício, anulando qualquer contribuição efetiva²⁴³. Na interpretação de Amado Cervo,

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial decorreu em grande medida da subordinação da segurança nacional aos interesses da segurança norte-americana. Embora o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães tenha induzido a pressão da opinião sobre o governo, era clara a disposição dos sucessores de Rio Branco de “marchar ao compasso da diplomacia norte americana” [...] ²⁴⁴.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ BUENO, op. cit., 2003, p. 462-463, Cf. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. São Paulo [s. n.], 1984 (tese de doutorado) e GONÇALVES, op. cit., p. 152-160.

²⁴⁴ CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008, p.127.

A Grande Guerra encerrada em 1918 com a vitória da *Tríplice Entente*, não trouxe apenas ganhos econômicos para o Brasil, que se tornou no fim da década, um mercado significativo para os estadunidenses, principais compradores das mercadorias do país. Na diplomacia e os valores atrelados ao seu exercício, houve mudanças substanciais, como a emergência de paradigmas de reação à velha ordem eurocêntrica.

Nesse contexto, o modelo *wilsoniano* da história e da diplomacia passou a questionar e a propor métodos de superação dos males do passado fundamentando-se em ideologias totalizantes. Em linhas gerais, Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, defendia a legitimidade do regime democrático e a autodeterminação dos povos como mecanismos de se equilibrar a balança de poder até então centralizada na Europa, e ao mesmo tempo, fundava um ponto de vista filosófico e político que se amparava na crítica ao sistema em voga - o europeu - idealizando um novo cenário global²⁴⁵.

Ao avançar-se nesse paradigma é possível encontrar um profícuo campo de análise, dado que ele se baliza entre as diversas teorias das relações internacionais e a própria historiografia. Como aponta Brunello Viguzzi, as fragilidades e as dificuldades de intersecção da história com as relações internacionais representam hostilidades que não contribuem para o entendimento do cenário internacional no passado. O desejo de reler clássicos, visitar “eras da história” e formular hipóteses explicativas sobre o comportamento dos atores internacionais deve ancorar-se na reciprocidade, não no isolamento²⁴⁶.

No mesmo sentido e em obra introdutória ao campo das relações internacionais, Cristina Pecequillo aponta para o caráter multidisciplinar das relações internacionais, demarcando no período entre guerras mundiais o advento dos primeiros estudos específicos da área. Portanto, é um marco que deve ser analisado do ponto de vista crítico, uma vez que há a possibilidade de se compreender os fenômenos internacionais sob diversos prismas, como o histórico, que funciona como um campo de reavaliação constante das relações interestatais dos valores e interesses específicos a cada um e em cada tempo²⁴⁷.

Para se entender o ambiente de surgimento dos padrões de questionamento da ordem vigente eurocêntrica, a teoria serve como ferramenta explicativa, portando noções flexíveis,

²⁴⁵ GARCIA, Eugenio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/FUNAG, 2000, p.49-50.

²⁴⁶ VIGUZZI, Brunello. In: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 470-483.

²⁴⁷ PECEQUILLO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2010, p.20-21. Cf. CERVO, op. cit.

ainda que se estabeleçam generalizações. As teorias das relações internacionais podem ser divididas em três grandes matrizes (realismo, liberalismo e marxismo) com categorias específicas.

O realismo, nesse sentido, apresenta como premissas o conflito e a busca por poder em um cenário anárquico de inspiração hobbesiana, onde a guerra pressupõe um resultado de “soma zero”, ou seja, prevalecendo o poder a dominação dos mais fortes. Nessa interpretação, a perspectiva weberiana revela-se pertinente, pois compreende que há uma separação entre o poder e a moral da qual derivam as ações políticas baseadas na lei, tradição e no carisma. O Estado, por exemplo, além de deter o monopólio legítimo da força, possui uma razão própria, a *raison d'état* (na França do século XVII-XVIII) e *realpolitik* (na Alemanha de Bismarck, século XIX).

O liberalismo contempla o idealismo, paradigma no qual residiam os princípios *wilsonianos*, além do funcionalismo e construtivismo, modelos que são diametralmente opostos ao realismo e ao marxismo. Dentro do idealismo, encontram-se três princípios básicos: a defesa pela democracia e seus valores; a segurança coletiva e a autodeterminação. Ainda nesse princípio, entende-se que há uma extensão da política interna no cenário internacional, sendo que a proposição de mecanismos e instituições que organizem o relacionamento nesse ambiente podem constantemente contribuir para o aperfeiçoamento da paz interestatal. A anarquia, perceptível pelos realistas, é nesse modelo tomada como passível de organização e regulação através de regras, como o Direito Internacional, ao passo que os realistas a interpretam como demasiadamente utópica²⁴⁸.

Em meio a esse debate, a diplomacia, a política externa e as relações internacionais despontam como campos complementares e dialéticos onde as ondas de transformações históricas, como o percebido após o conflito mundial, geraram progressivas mudanças no papel do Estado, bem como suas funções perante o sistema internacional e sobre o comportamento diplomático, expressando ao fim uma visão de mundo²⁴⁹.

A composição desses paradigmas seria colocada à prova no período de atuação de Hélio Lobo. A proximidade política entre Brasil e Estados Unidos, embora datada do período de independência brasileira, começou a dar sinais de crescimento na segunda metade do século XIX, quando foi sustentada pelo interesse comercial estadunidense, posição intensificada com

²⁴⁸ PECEQUILO, op. cit., 2010, p. 140. O terceiro viés interpretativo, focado em uma interpretação marxista das relações internacionais parte da crítica ao sistema capitalista e foca-se na compreensão e superação dos processos de dominação econômica e material interna e externamente aos Estados.

²⁴⁹ LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.20-21.

o advento da República. A gestão de Rio Branco acabou aprofundando o relacionamento bilateral, gerando como tarefa imediata a seus sucessores a manutenção desse quadro. E a oportunidade aparecia com os momentos finais do conflito mundial em 1918 e a declaração do presidente estadunidense Woodrow Wilson com seus “Quatorze Pontos”, defendidos em janeiro de 1918 referindo-se a uma série de definições territoriais, além da proposição (14º ponto) de uma “Associação Geral das nações”, que deveria ser formada “com o fito de dar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos grandes e pequenos Estados”²⁵⁰.

O Brasil, considerado aos olhos de alguns estadistas e oligarcas, era uma “nação satisfeita”, conforme expressão de Garcia²⁵¹. O crescimento relativamente estável das exportações e a participação em conferências internacionais conferia-lhe certo prestígio, traduzido em escritos elogiosos não somente ao maior expoente político-econômico da América, os Estados Unidos, colocado ao lado dos países sul-americanos, importantes parceiros estratégicos do país. Os estudos históricos apareciam como instrumentos legitimadores da tese de que havia um relacionamento positivo entre o Brasil e seu continente, reafirmando a importância da diplomacia como seu sustentáculo.

Pode-se afirmar que Hélio Lobo seguiu esse caminho ao publicar diversos ensaios em 1918, sendo a maioria oriunda de conferências nos Estados Unidos e no Brasil. O livro “Cousas diplomáticas”²⁵² era um exemplo, ao reunir textos apresentados nas Universidades de Harvard e Columbia e na Associação Cristã de Moços, todos em 1917.

O primeiro texto do livro, ainda que se referisse ao passado, procurava responder uma questão do presente, método bastante utilizado por Hélio Lobo. Era intitulado “A guerra marítima e as tradições internacionais do Brasil” e como subtítulo “a propósito do torpedeamento do Rio Branco”, referindo-se à embarcação brasileira que fora atacada por navios alemães, em maio de 1916. No texto, a documentação utilizada pelo autor segue aquela presente em “O Brasil e seus princípios de neutralidade”, de 1914. A tese apresentada era a de que o torpedeamento do “Rio Branco” era incongruente com as tradições liberais do Brasil no

²⁵⁰ MATTOSO, K. (org.). **Textos e documentos da História Contemporânea (1789-1963)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977, p.161-163.

²⁵¹ GARCIA, op. cit., p.51.

²⁵² LOBO, Hélio. **Cousas diplomáticas**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918d. Cf. Idem. Relações entre os Estados Unidos e o Brasil: uma nuvem que passa (1860-1870). **Revista Americana**, v. XV, 1917, pp. 52-90. Idem. Relações entre os Estados Unidos e o Brasil. **Revista Americana**, v. XVIII, 1917, pp. 79-102. Idem. Relações entre os Estados Unidos e o Brasil: Conferências realizadas na Universidade de Harvard. **Revista Americana**, v. XX, 1918a, pp.12-56.

que tangia à guerra marítima e não estavam de acordo com os preceitos jurídicos em voga, fatos que demonstravam a legitimidade da indenização reclamada pelo governo brasileiro²⁵³.

O segundo capítulo referia-se às relações entre o Império e o Paraguai entre 1844-1856, nomeado de “Esforço malogrado”, era uma continuação das pesquisas sobre os momentos e negociações diplomáticas que antecederam a guerra contra o Paraguai. Hélio Lobo buscou mostrar as intenções “autênticas e respeitadas” do Brasil face ao comportamento turbulento de seus vizinhos, que hostilizavam contra sua postura na região do Rio da Prata, de onde o Paraguai de López, que desrespeitara o Tratado de Aliança mútua de outubro de 1844, fazia uma série de reclamações relativas aos limites entre os dois países. Somava-se a tais fatos o expansionismo de Juan Manuel de Rosas, ditador e presidente argentino, desejoso em reunir o Vice Reino do Rio da Prata, ambição que colocava em risco o poder de influência brasileira na região, especialmente no Uruguai.

Munido da documentação trocada entre as legações brasileira, uruguaia e argentina entre 1844 e 1856, Hélio Lobo construiu um painel histórico das intervenções brasileiras e as diversas tentativas de alianças na região explicitando a ideia de que a manutenção do *status quo* imperial prolongava-se na defesa e intervenção no *status quo* territorial de toda a região. Portanto, acabar com qualquer alteração territorial na região era objetivo primordial da política externa brasileira, bem como de seus agentes. O fracasso decorrente das negociações e a instabilidade das alianças do Império com argentinos, uruguaios e paraguaios representava, ao fim, a busca pela consolidação do Estado nacional brasileiro apesar dos projetos vizinhos²⁵⁴.

A terceira parte de *Cousas Diplomáticas* trazia três capítulos sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Os textos foram apresentados em *lectures* realizadas nos Estados Unidos por ocasião de uma visita no início de 1917 a convite das universidades de Harvard e Columbia²⁵⁵. “Uma velha amizade internacional”, título de seu ensaio, era subdividido em “Uma amizade que se funda”; “Nuvem que passa” e “Uma só estrada”, contemplando o período de 1822-1916. Em função do convite (feito pela União Pan-americana) e dos espaços em que realizou suas conferências, Hélio Lobo, procurou elaborar textos elogiosos acerca do relacionamento entre os dois países, ao passo que seriam dedicados ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan²⁵⁶.

²⁵³ Ibidem, p. 25-26.

²⁵⁴ Ibidem, p. 29-79.

O debate historiográfico sobre o assunto pode ser encontrado especificamente em FERREIRA, op. cit., p. 200-220 e forma mais geral em RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. (org.). **Uma história diplomática do Brasil: 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

²⁵⁵ *Luncheon for Dr. Helio Lobo*. **New York Times**. New York, 17 de janeiro de 1917.

²⁵⁶ LOBO, op. cit., 1918d, p.79.

O esquema adotado por Hélió Lobo seguia a visão de mundo da diplomacia da Primeira República, na qual o argumento jurídico e as referências intelectuais desse campo de estudos eram instrumentos que validavam a sua interpretação da história. É o que se nota nas primeiras páginas, quando evoca as palavras de Antonio Pereira Pinto, jurista, político e membro do IHGB no século XIX, para referendar o pioneirismo dos Estados Unidos no reconhecimento da independência do Brasil. Na citação, os estadunidenses são apresentados como a primeira potência que havia realizado o feito, ao passo que os ingleses pediam benefícios comerciais em troca do ato político, e os austríacos, ligados por “vínculos bem estreitos ao fundador do Império”, procuravam manter seus compromissos com a Santa Aliança e afastar qualquer elogio indireto a uma colônia que aspirasse a independência. A citação não era feita ao acaso. Além de Pereira Pinto ser uma referência intelectual - em 1864, data de publicação de seu livro sobre o direito internacional, era diretor do Arquivo Público do Império - qualificava os Estados Unidos como “a mais poderosa nação do Novo Mundo”, nota que servia como elogio ao poder político desse país no continente em pleno século XIX²⁵⁷.

Para Hélió Lobo, o americanismo do Brasil, especialmente aquele voltado para os Estados Unidos, datava do período da independência, ao passo que haviam sido os brasileiros os requerentes da criação de uma “aliança ofensiva e defensiva” entre os países americanos, invalidando a tese de que havia rechaçado a participação na reunião proposta por Bolívar em 1826. Além disso, seriam os brasileiros os primeiros a reconhecer a Doutrina Monroe como um “anteparo eficiente às ambições da Europa”. Assim, “ter vergonha de manifestar a simpatia pelos Estados Unidos era incompatível com os países conscientes de sua força como eram os latino-americanos”²⁵⁸.

A historiografia brasileira sobre as relações com os estadunidenses apresenta argumentos que servem para compreender de forma distinta o momento debatido por Hélió Lobo. Moniz Bandeira não entende que havia qualquer tipo de “simpatias sinceras” por parte do país de James Monroe, que “desprezavam as monarquias, mas neutralizavam diante da esperança de vender o algodão e o sabão mais caro” aos brasileiros, argumento endossado por Lars Shoultz. Nessa esteira Villafañe Santos interpreta a aproximação junto aos Estados Unidos no período como uma necessidade decorrente da forma de governo brasileiro, na forma em que

²⁵⁷ Ibidem, p. 86-87. Cf. PINTO, Antonio Pereira. **Apontamentos para o Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1864.

²⁵⁸ Ibidem, p. 92-93.

o “americanismo brasileiro [...] nunca passou do plano das intenções e não se traduziu em políticas concretas, perseguidas de modo consistente”²⁵⁹.

De outro lado, não se pode afirmar que a interpretação de Hélió Lobo era ingênua. O diplomata-historiador procurava enviesar sua explicação histórica de modo a interpretar os atritos bilaterais como atitudes equivocadas de indivíduos, não dos governos em si. Em outras palavras, responsabilizam-se as ações subjetivas e não o que seria provavelmente a política exterior de um país, no caso, os Estados Unidos. Um dos exemplos foi o ocorrido entre o governo brasileiro e Conty Raguet, representante dos Estados Unidos no Brasil em 1825-1827, que teria qualificado a esquadra brasileira de “covarde” e os habitantes do país de “não civilizados”, em razão de uma indenização requerida pelos estadunidenses. O afastamento ocorreria de fato na década de 1860, período abordado no segundo capítulo, “Uma nuvem que passa”, quando problemas internos (Estados Unidos e a eclosão da Guerra Civil) e regionais (Brasil e as Guerras Platinas com o Uruguai de Aguirre e Paraguai de López) forçaram-lhes a “introversão”. Os problemas com o general da União James Watson Webb exemplificavam tal hipótese explicativa de Hélió Lobo. O suposto abrigo das embarcações confederadas em portos brasileiros gerou reclamações do representante estadunidense, que atentou contra a soberania territorial do Império ao retirar à força o cruzador *Wachussets* do porto de Salvador, ao passo que o desenrolar dos fatos mostrou que “acima do general Webb e seus requisitórios, estava a justiça americana na sua mais serena compreensão” e “ausente Webb [por ocasião de outros desentendimentos] tudo volveu à tranquilidade e harmonia primitivas”²⁶⁰.

Às contingências e ressentimentos daqueles momentos, sucedeu-se o progressivo entendimento entre os dois países a partir da década de 1870 até o início do século XX. O marco de virada seria a visita do Imperador brasileiro aos Estados Unidos em 1876, centenário da independência do país, e o convite para arbitrar uma questão indenizatória contra os ingleses em 1871.

O advento da República foi outra demonstração da proximidade dos dois países. Falando ao público daquele país, Hélió Lobo afirmava que “levada daqui para o sul foi nossa Constituição de 24 de fevereiro. Também daqui recebemos, na lição de vossos arestos, a arte de interpretar, código em punho, as franquias individuais”²⁶¹. A americanização decorrente da republicanização do Brasil após 1889, representava a confluência de interesses mútuos, que se

²⁵⁹ BANDEIRA, op. cit., p.54; SHOULTZ, op. cit., p.407-410; SANTOS, op. cit., 2004, p.74.

²⁶⁰ LOBO, op. cit., 1918d, p.146 e p.178.

²⁶¹ Ibidem, p.190. O autor comenta a utilização das obras do jurista John Marshall (1755-1835) no Brasil, que servia como modelo de direito constitucional. A obra “Decisões constitucionais de Marshall” havia sido traduzida pelo tio de Hélió, Américo Lobo em 1903.

ampliaram com o acordo de 1891, negociado por Salvador de Mendonça e James Blaine²⁶² e na realização das conferências interamericanas em Washington (1889-1890), México (1902), Rio de Janeiro (1906) e Buenos Aires (1910). No esteio dos primeiros anos sob a forma republicana, a voz destoante nesse processo de americanização era a de Eduardo Prado, o qual Hélio Lobo qualificava como um “talento de exceção e alma de bondade”, porém marcado pela reprovação ao regime. No entendimento de Hélio Lobo, essa postura “desconfiada”, típica do período de mudança da forma de governo, não cabia nos anos 1910.

Acaso seria lícito duvidar hoje da amizade americana, da solidariedade americana, da harmonia internacional americana? [...] Bastaria considerar a já formada opinião pública americana e as assembleias em que se expressa, para deduzir-se o interesse brasileiro. Livros nossos, hoje já sem número, insistem em atestar a identidade política internacional nos dois países. As reuniões internacionais na América, neles não se esquecem, e o movimento pan-americano é uma verdade. Quem negará a estas horas a eficiência de tais comícios?²⁶³

A conclusão da conferência não poderia deixar de elogiar o *mito político* Rio Branco, “quem mais nobremente compreendeu o sentimento pan-americano” e a inspiração dele decorrente, que valorizava a paz e a “confraternidade internacional na América”²⁶⁴.

A quarta parte da obra continha uma conferência proferida na Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro intitulada “A defesa da nacionalidade: uma página de história colonial”. O tema do texto era uma seara ainda inexplorada por Hélio Lobo e apresentava-se destoante dos textos produzidos até então pela ausência de longas citações e permeado da sua visão sobre a colonização do Brasil, “[...] uma perene defensiva na orla do oceano [...]”. Em torno dessa consideração é que, na visão de Hélio Lobo, se constituirá a vida colonial, seja defendendo o território das invasões francesas na baía de Guanabara e no Maranhão, os holandeses em Pernambuco, ou pela “[...] têmpera da raça que, audaz e heroica, se expandia sob os céus do Brasil”²⁶⁵. O elogio da raça portuguesa, “raça de navegadores”, permeava-se por todo o texto, combinando-o com o paulista bandeirante cuja obra seria consagrada pelo Tratado de Madri em 1750 e ao mesmo tempo, lançado as bases para a diplomacia brasileira,

²⁶² Ibidem, p.196. O tratado bilateral assinado em 1891 foi denunciado pelos Estados Unidos em 1894 por não ter cumprido as aspirações iniciais de promover a intensificação do comércio de produtos dos quais os dois países dependiam. O debate pela assinatura do convênio, bem como sua denúncia, geraram enorme polêmica envolvendo o diplomata brasileiro, acusado de negociar sem autorização do governo brasileiro. Cf. BUENO, op. BUENO, Clodoaldo. **A República e sua Política Exterior**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995 e PEREIRA, op. cit., p.67-107.

²⁶³ Ibidem, p.200-201.

²⁶⁴ Ibidem, 212.

²⁶⁵ Ibidem, p.216 e 222.

marcada pela “defesa dos seus direitos e o respeito dos alheios pela discussão pacífica, o tratado e o arbitramento”²⁶⁶.

No fim de 1918 outras conferências do diplomata-historiador foram publicadas. Nas universidades de Buenos Aires e Montevideu, no Círculo Militar Argentino e no Ateneu Hispano-Americano, *Aos estudantes do Rio da Prata*²⁶⁷ aparecia como mais um esforço de Hélio Lobo em expor suas teses sobre o papel do Brasil no cenário internacional e ao mesmo tempo, conseguir distinguir-se entre seus pares. Outrossim, torna-se significativo o modo de apresentação que o indivíduo faz de si, nesse caso, por meio de sua obra.

O interesse que as diferentes classes atribuem a apresentação de si, a atenção que lhe prestam e a consciência que têm dos ganhos que ela traz, assim como os investimentos de tempo, esforços, privações, cuidados que elas lhe dedicam, realmente, são proporcionais às oportunidades de lucros materiais ou simbólicos que, de uma forma razoável, podem esperar como retorno; e, mais precisamente, eles dependem, por um lado, da existência de um mercado de trabalho em que [...] possam receber valor (em graus variáveis, segundo a natureza do ofício) no próprio exercício da profissão ou nas relações profissionais e, por outro, das oportunidades diferenciais de acesso a este mercado, e aos setores deste mercado, em que a valorização profissional recebe [...] de uma conduta digna²⁶⁸.

A análise em perspectiva da carreira de Hélio Lobo revela um progressivo desprendimento das longas citações documentais, possibilitando conhecer sua visão de mundo. Percebe-se que a busca por divulgar seu trabalho em espaços acadêmicos e através da frequente publicização de suas ideias através dos livros - aos trinta e cinco anos já havia publicado oito, além de diversos artigos - ligava-se às pretensões comuns à diplomacia de sua geração, órfã de seu *founding father*. A ausência de Rio Branco em meio a um cenário inédito, dada a Grande Guerra de 1914-1918, engendrou por um lado a multiplicação de estudos sobre a política exterior do país e por outro, uma queda de “qualidade” nos processos de negociação onde o Brasil envolveu-se, considerando a dependência financeira de Londres, passando-se ao alinhamento político e posteriormente econômico, com os Estados Unidos²⁶⁹.

Assim, esse contexto tem por pressupostos a idealização do passado diplomático brasileiro em contraste com o presente, assombrosamente realista. E se ao historiador do político cabe a tarefa de captar o movimento das ideias, ações, regularidades e rupturas para dar um significado ao passado, é autorizado dizer que Hélio Lobo o fez estritamente, ampliando o

²⁶⁶ Ibidem, p.232.

²⁶⁷ LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918e.

²⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p.194.

²⁶⁹ CERVO, op. cit., p.43.

ideário pan-americanista sob a égide estadunidense, por vezes idealizando-o. Esse tom fica cada vez mais claro entre 1910 e 1920, possibilitando sua visibilidade e reconhecimento, tanto no Brasil quanto na América.

O livro abria com uma carta endereçada a Egberto Penido, diretor geral da Agência Americana e amigo de Hélio Lobo, datada de 6 de junho de 1918. Os traços da visão pan-americanista do autor são explicitados em diversos trechos permeados de idealismo.

Eu não sei o que seria da humanidade, hoje, se os antigos puritanos da Nova Escócia não tivessem acudido à Europa exangue, levando para a glória marítima britânica, para a bravura francesa, para o lenitivo de todos os pequenos povos mutilados [...]. Dos Estados Unidos virá a vitória final. [...]. Do eclipse em que se esvai surgirá ainda mais formosa a lei das nações. Não há outra coisa que liga fundamentalmente os povos, e esta é o culto dos direitos próprios com o maior respeito dos alheios. E com especial desvio o vem praticando o Brasil, cujos anais são de uma nobreza sem jaça, e para o qual a moral internacional é o maior bem que jamais os homens conheceram²⁷⁰.

Os temores sobre o desfecho da Grande Guerra na Europa ecoavam nos discursos proferidos por Hélio Lobo ao mesmo tempo em que falava para os estudantes da Universidade de Montevideú. A explanação partia de sua usual consideração das tradições liberais do Brasil, “imperial no nome e em essência profundamente republicano”, e que nunca teve ambições danosas perante os vizinhos. Da mesma forma, a postura brasileira sob a República só era possível dado o respeito à legalidade internacional, mantida mesmo em momentos de conflito, como as diversas questões de limítrofes onde imperou o arbitramento²⁷¹.

Ainda no Uruguai Hélio Lobo conferenciou sobre a conjuntura internacional em 1918. Em *A América e a Guerra* dissertou sobre Otto Von Bismarck, que no seu entender havia projetado a eclosão de uma grande potência proporcional à ambição do povo prussiano, o qual “quem o quisesse impedir seria inexoravelmente esmagado”. Para o autor, a guerra no presente nascera da guerra dos prussianos contra os franceses em 1870, complementada pelo Congresso de Berlim em 1878, onde a lição das “baionetas suplantava a do direito”²⁷². O espírito belicista do início do século XX, nas palavras de Hélio Lobo, só seria vencido pela América, especificamente os Estados Unidos, cuja trajetória de formação política, social e econômica tornou-se modelo para os demais países do mundo. Os elogios também foram direcionados aos uruguaios, pois possuíram como líder José Artigas (1764-1850), herói do processo de independência daquele país e digno de relevância perante a história americana. Assim,

²⁷⁰ LOBO, op. cit., 1918e, p. X-XI.

²⁷¹ Ibidem, p.19-21.

²⁷² Ibidem, p. 30-34.

Nessa tragédia colossal de um continente inteiro levantando-se, entre o fumo da peleja, para a conquista de seu desejo mais caro, se vários são os obreiros, uma só é a finalidade benemerita. [...] Praticando esses princípios salutareos, estava a América naturalmente fadada a uma união cada vez mais íntima e bela entre os que a compunham como de fato sucedeu. O pan-americanismo, ou melhor, o interamericanismo, ligou cada vez mais as nações do continente, e fez dele uma região à parte, de unidade pacificadora e de trabalho²⁷³.

O discurso em louvor à América ainda enumerava as contribuições à “civilização”: a opção pelo arbitramento em detrimento da guerra, a tolerância religiosa, o sufrágio popular, a aptidão para o uso da liberdade política e o bem estar material da população. Nesse sentido era possível ligar a gênese dos princípios de liberdade do continente proclamados em 1823 por James Monroe - contra a dominação europeia - ao momento em Woodrow Wilson professava os princípios norteadores da política internacional, onde se batia a democracia contra a autocracia. Se de um lado estavam os povos orgulhosos e ambiciosos, de outro estavam os americanos, “para os quais o direito existe, a moral liga os homens e justiça e honra não são palavras vãs”²⁷⁴.

A viagem prosseguiu em Buenos Aires em 1918. Como não estava lotado em nenhuma legação do Brasil no exterior, Hélio Lobo intensificou as visitas em instituições acadêmicas, e como no Uruguai, sem caráter oficial. No dia 28 de junho, conferenciou no Círculo Militar Argentino com o tema “San Martin e Belgrano”, personalidades do processo de independência política da Argentina e comparou o Círculo Militar à nação argentina, justificando, pois que “[...] o exército é a nação, sim, mas a nação para a garantia de seus direitos e não a sujeição dos alheios”²⁷⁵.

No início de julho, falou ao Ateneu Hispano-Americano sobre o papel da diplomacia. De maneira bem humorada, principiou citando Talleyrand (1754-1838), político e diplomata francês ao afirmar que “o primeiro dever de um diplomata era mudar conforme as circunstâncias; o segundo medicar o fígado, depois de um congresso”. Na mesma conferência, enumerou as virtudes características da diplomacia: a vigília constante e a adequação da linguagem ao momento em que o representante é convocado.

Por essa razão é que sempre cuidei que temperamento e cultura são dois equivalentes no meneio da política exterior, e que, quando ambos não possam coexistir na mesma pessoa, seja a segunda sacrificada ao primeiro. [...] Aqui está a razão pela qual, às vezes, sobrelevam os pequenos onde os grandes sucumbem. É também esse um argumento em favor da carreira permanente, que sempre se quis deitar por terra, e que, entretanto, nenhum país pode sem dano dispensar. [...] Digam o que quiserem os

²⁷³ Ibidem, p.41 e 45.

²⁷⁴ Ibidem, p.48.

²⁷⁵ Ibidem, p.60-62.

descontentes, constitui o *fauteuil* diplomático uma escola insubstituível de tato, moderação e entendimento²⁷⁶.

Para além dos valores supramencionados, Hélio Lobo ressaltava um dos pontos que o próprio Rio Branco ajudou a consolidar no Itamaraty: a manutenção da carreira diplomática permanente e a ampliação das representações brasileiras ao redor do mundo. Era no continente americano, onde não havia espaço para “doutrinas de equilíbrio e intenções dúplices”, que a vida internacional era cultivada em sua pureza e a diplomacia aparecia como instrumento de estabelecimento da paz. O final da década de 1910 propiciava esse ambiente, no qual surgiam novas tarefas para a diplomacia, entre elas um perfil “propagandista”, no qual o agente das relações internacionais procura transmitir imagens favoráveis de seu país perante os vizinhos em diversas instituições (públicas ou privadas), alternando com a premissa fundamental da carreira, o segredo²⁷⁷.

A tônica das conferências de Hélio Lobo, tanto nos Estados Unidos quanto na América do Sul foi basicamente elogiosa e de acordo com a ampliação das funções da carreira. Como já foi mencionado, as visitas não faziam parte da agenda oficial do diplomata, mas poderiam ser encaradas como tal, dada a publicação dos textos pela Imprensa Nacional.

A última parte de *Aos estudantes do Rio da Prata* contemplava quatro textos apresentados em ocasiões distintas na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires. O fio condutor eram as relações entre brasileiros e argentinos, bem como suas trajetórias. Hélio Lobo encontrava a gênese da suposta rivalidade bilateral nas divergências coloniais, logo dissipadas na luta dos povos latino-americanos contra a dominação metropolitana e inspirada pela “União Americana”, pioneira no continente. Nesse cenário, a desconfiança (dos argentinos) acerca da forma política brasileira logo se provou enganosa, pois (o Brasil) havia promovido o entendimento e a paz na região ao longo de todo o século XIX. É o que demonstravam as atitudes do Imperador brasileiro - Rei, mas da liberdade - que “encarnava magistralmente a nação, vivendo com ela e para ela, na mais completa comunhão de sentimentos e ideais”²⁷⁸.

Na segunda e terceira conferências, *Pela liberdade e o direito das gentes e Cinco anos de glórias e sacrifícios comuns*, o representante brasileiro procurou expor sua visão sobre os conflitos na bacia do Rio da Prata onde os dois países alternaram alianças e animosidades. A identidade pan-americana que no século XX os unia não poderia se concretizar em tempos

²⁷⁶ Ibidem, p.79.

²⁷⁷ DUROSELLE, op. cit., p.113-114.

²⁷⁸ LOBO, op. cit., 1918, p.103-105.

anteriores, face à configuração do campo político brasileiro, interno e externo, que entre outros fatores não havia superado o trabalho escravo, possuía questões lindeiras igualmente em disputa não só com os argentinos, mas com outros vizinhos e por fim, as polêmicas envolvendo a livre navegação nos rios internacionais, tanto no Amazonas quanto no Rio da Prata. O que conferia significado para aquele momento, nas palavras de Hélio Lobo, era a resolução pacífica da maioria das questões, as quais se fiaram pela utilização do direito internacional e pela Doutrina Monroe²⁷⁹. Quando a aplicação desses recursos não foi possível, houve a guerra, a qual ninguém melhor do que os argentinos haviam compreendido a nobreza da causa brasileira (contra o Paraguai de López), bem como os uruguaiois, visando a manutenção das “democracias insuspeitas”. Para Lobo, “a guerra foi contra um homem, não contra um povo”²⁸⁰.

O *Epílogo* era uma reiteração dos princípios defendidos pelo diplomata-historiador ao longo de suas obras: a valorização do arbitramento, ideal da política externa do Brasil que demonstrava a valorização da cultura jurídica do país, a seu ver uma “das mais completas”. Adjetivos elogiosos também foram direcionados à casa dos diplomatas brasileiros:

Não vos é estranho o nome, aqui já o pronunciei eu, está nos livros, na linguagem dos jornais, no conhecimento do mundo. É o Itamaraty. A serenidade do ambiente vos terá comovido, tão pausada ali é a lição das coisas, tão segura a prática do serviço, tão discreta a atitude dos homens. Velhos e moços só têm um fito, o de que o Brasil não desmerezca da tradição internacional em que nasceu e viveu, honrado, sereno e justo²⁸¹.

Ao louvar o Itamaraty, Hélio Lobo não deixou de ressaltar uma de suas principais ocupações naquela instituição: a pesquisa histórica. Ainda que houvesse mais retórica do que crítica em suas palavras, a passagem era significativa por revelar um indivíduo que compreendia a história através dos documentos oficiais e da trajetória dos grandes líderes, dos quais “o país deveria se orgulhar”.

E o que então vi, o que desde então me pus a verificar dia a dia, num trabalho de beneditino, eu poria em livros sem conta, traria para a gazeta, a tribuna, desfraldaria como uma bandeira gloriosa ao sol tropical. [...] Reviviam os homens para minha admiração, renasciam as idades da papelada informe, sem o mais leve deslize na linha diretiva, sem o mais pequeno [sic] recuo na significação generosa. [...] Mas um pensamento não vi, que não pudesse publicar, papel não topei, que acaso nos fizesse corar, instrução não surpreendi cujo conteúdo nos não enobrecesse²⁸².

²⁷⁹ Ibidem, p.135-140.

²⁸⁰ Ibidem, p.156.

²⁸¹ Ibidem, p.163-164.

²⁸² Ibidem, p.164-165.

A conferência terminava com os agradecimentos à Universidade de Buenos Aires e à “mocidade argentina” que ouvia Hélio Lobo naquele certame. A viagem à Argentina e Uruguai, bem como as palavras de consagração à história diplomática americana permitiram-lhe subir mais um degrau na carreira: o ingresso na Academia Brasileira de Letras.

CAPÍTULO 3 AS (RE)LEITURAS DA POSIÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO REGIONAL E GLOBAL

3.1 A participação na Conferência de Versalhes e o ingresso na ABL

O ingresso na Academia Brasileira de Letras não era procedimento simples. Contemplava, pelo contrário, uma série de etapas que iam da vacância de uma cadeira em razão do falecimento de um membro à posse de fato. No meio desse processo, o bom relacionamento com seus integrantes, o encontro em eventos da casa ou fora dali, o envio de cartas solicitando apoio e votos eram bastante comuns. Com Héliio Lobo o processo não foi diverso. Coube ao diplomata lançar mão de sua rede de contatos políticos e intelectuais para mostrar-se interessado em estar naquele espaço e, na prática, testar o *status* de sua sociabilidade política.

Em agosto de 1917, com o falecimento de João Carneiro de Sousa Bandeira, então ocupante da cadeira 13, Héliio Lobo passou a figurar como candidato à vaga, aproximando-se de três membros da ABL, Lauro Müller, Afonso Celso e Rodrigo Otávio, secretário da instituição²⁸³. O primeiro era conhecido de Héliio Lobo e juntos, haviam visitado os Estados Unidos em missão oficial do governo brasileiro em 1913. Lauro Müller havia sucedido Rio Branco não somente no Ministério das Relações Exteriores. Na ABL, herdou a cadeira do chanceler em 1912 e até 1918, manteve contato regular com o diplomata - agora candidato - Héliio Lobo nos trabalhos do Itamaraty. O segundo, Afonso Celso, era membro fundador da ABL e após a morte de Rio Branco foi nomeado “presidente perpétuo” do IHGB, instituição da qual Héliio Lobo era membro desde 1912. Afonso Celso nutria apreço pelo jovem diplomata, postura perceptível nos comentários feitos em reuniões do Instituto Histórico e até no discurso de recepção a Lauro Müller, qualificando Héliio Lobo como um dos “luminares da nova geração” da diplomacia brasileira²⁸⁴.

O grau de influência e respeitabilidade nos respectivos círculos de poder dos dois integrantes garantiu que Héliio Lobo fosse eleito para a ABL em 6 de junho de 1918²⁸⁵. A posse seria marcada para o fim do mesmo ano, porém, foi postergada em razão do fim da Grande

²⁸³ Carta de Héliio Lobo a Rodrigo Otávio. Arquivo da ABL, pasta 3, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1917.

²⁸⁴ CELSO, Afonso. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos. Tomo I (Volumes I a IV) 1897-1919**. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p.860.

²⁸⁵ Não foi possível encontrar os nomes dos concorrentes à vaga pretendida por Héliio Lobo na ABL. No entanto, sabe-se que ele angariou quase todos os votos dos integrantes da casa pela influência dos padrinhos supramencionados. Carta de Héliio Lobo a Lauro Müller. Arquivo da ABL, pasta 4, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1918.

Guerra, momento em que Hélio Lobo esteve participando diretamente de negociações em prol da paz no continente europeu.

A Conferência de Paz foi instalada em 18 de janeiro de 1919 em Versalhes, contando com a presença de 27 países que haviam se unido contra a Alemanha e seus aliados. O Brasil participava do certame pelo interesse em debater a questão dos navios alemães confiscados durante o conflito e as reclamar as dívidas contraídas pelo país europeu antes da declaração de guerra em 1917, relacionadas à compra de café. Com essa plataforma, o governo brasileiro nomeou Eptácio Pessoa como chefe da delegação, além do diplomata Olinto Magalhães e os deputados Pandiá Calógeras e Raul Fernandes. Hélio Lobo ia como secretário geral do grupo²⁸⁶.

A composição dos nomes que iriam representar a República brasileira em Versalhes estava carregada mais de interesses políticos internos do que externos. Quando se aventou o nome de Rui Barbosa para chefiar a delegação do país considerando sua retórica e experiência em matéria jurídica internacional, os interesses pela manutenção do *status quo* das oligarquias no poder prevaleceram, ao que se chegou ao nome de Eptácio Pessoa, simpático aos Estados Unidos e, ao contrário de Rui Barbosa, *persona non grata* ao Governo de Washington. Identificado com os interesses ingleses, o jurista era à época concorrente de Eptácio à presidência da República e, tendo o nome barrado para ir a Versalhes, acabou prejudicado nas eleições do ano seguinte, em 1919²⁸⁷.

Na Conferência, a delegação brasileira vivenciaria uma série de dificuldades em razão dos diversos interesses das potências, especialmente os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Itália e o Japão, que se reuniam para debater as questões mais relevantes e excluía países como o Brasil, com pequena participação no conflito. Entende-se que em Versalhes, duas concepções acerca das relações internacionais apareciam no horizonte dos debates: o idealismo de Woodrow Wilson e, em menor escala de interesse para a delegação brasileira, o revanchismo francês.

A França chegava à Conferência como responsável pela derrota alemã e, ao mesmo tempo, como uma grande potência militar, além de sediar as negociações que colocariam termo à guerra. Nas palavras de Saraiva, “a França faria prevalecer, sobre os outros grandes e sobre a conferência como um todo, sua percepção de que a paz resultaria do enfraquecimento alemão e do controle a longo prazo a ser exercido sobre seu rival”²⁸⁸.

²⁸⁶ AHI. Documentos da delegação brasileira na Conferência de Versalhes (1919) e BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1918-1919, p.20-21.

²⁸⁷ BANDEIRA, op. cit., p.203-204.

²⁸⁸ SARAIVA, op. cit., p.133.

O que de fato importava ao Brasil era aproximar-se dos Estados Unidos, entusiastas da criação de uma associação de países que viria mais tarde ser a Liga das Nações. Do lado estadunidense, ter o Brasil como aliado político era um fato visto de forma positiva, pois era preciso garantir os laços comerciais existentes que poderiam se expandir em caso de apoio às demandas brasileiras. A eleição de Epiácio Pessoa à presidência da República nos moldes do sistema eleitoral da República Velha em abril de 1919 veio sacramentar o bom relacionamento entre os dois países.

Pessoa, eleito à distância, foi elogiado pela delegação dos Estados Unidos em Versalhes, o que indiretamente conferia um capital simbólico ao Brasil e suas proposições. Entende-se que este capital simbólico traduzia-se no prestígio, por vezes ilusório, que a delegação do país passou a ter perante os demais, reforçada pela posição dos estadunidenses que legitimavam as teses brasileiras naquele campo de poder²⁸⁹. A chance de colocar à prova esse prestígio veio na questão do café, na qual se entendia haver “restituição de depósito” da parte dos alemães aos cafeicultores paulistas. Ela foi resolvida pelo artigo 263 do Tratado de Versalhes, no qual “a Alemanha ficaria obrigada a restituir a soma proveniente da venda do café do Estado de São Paulo com base no câmbio válido ao dia do depósito, feito em 1914”²⁹⁰.

O ponto de consonância mais explícito entre Brasil e Estados Unidos veio na comissão que discutia a criação da Liga das Nações. O chefe da delegação brasileira manifestou em diversos documentos a simpatia pelo projeto wilsoniano e sua compatibilidade com o pan-americanismo. Nesse contexto, a posição de Epiácio Pessoa não era de pura e simples adesão: procurava angariar uma posição privilegiada para o Brasil no contexto que se desenhava, buscando nos Estados Unidos o apoio necessário. E assim, conseguiu dos estadunidenses a indicação a um dos assentos temporários no órgão executivo da Liga ao lado de Espanha, Bélgica e Grécia.

No fim das negociações, sobrava a questão dos navios alemães, que independentemente de quem os havia retido, deveriam ser partilhados proporcionalmente entre os países com perdas marítimas. As embarcações presas no Brasil eram de tonelagem maior às perdas do país no conflito, fato que anulava qualquer vantagem na questão. Em diversos protestos a delegação brasileira manifestou o direito de manter a posse dos navios, sendo questionada por franceses e ingleses acerca dos diferentes graus de colaboração na guerra. A disputa seria resolvida com apoio e intervenção dos Estados Unidos, que estavam em situação similar. A França propôs a

²⁸⁹ Cf. BOURDIEU, 2003.

²⁹⁰ GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Ed. UnB/FUNAG, 2006, p. 65.

compra de algumas embarcações e o Brasil comprometer-se-ia a indenizar a Alemanha para compensar a disparidade das perdas desse país²⁹¹.

Do ponto de vista político, a Conferência sinalizava uma profunda alteração nas relações internacionais, até porque não resolvia de forma satisfatória questões anteriores ao conflito. A responsabilização da Alemanha era um dos marcos dessa mudança, submetida tanto ao revanchismo francês quanto às propostas idealistas de Wilson. As multas e a perda de territórios previstas no Tratado induzem à interpretação de que somente os interesses dos vencedores foram considerados nas negociações, mantendo e até aumentando a tensão mundial.

No Brasil, a imprensa atacou sistematicamente a atuação da delegação brasileira, apontada como caudatária das potências europeias e dos Estados Unidos. O porta-voz desse grupo, Rui Barbosa, entendia haver uma contradição na atuação dos representantes do país, que se manifestavam discursivamente idealistas ao defenderem a importância do Brasil no contexto continental e global, e posicionavam-se de forma realista, ao tentar a todo custo, inserir o país nos círculos decisórios internacionais²⁹².

Essa contradição pode ser interpretada possivelmente, como uma estratégia de mão dupla por parte das elites brasileiras: manter seu poder no plano interno e, conseqüentemente, alimentar a ilusão de grande prestígio internacional alcançado pelo país no final da década de 1910. As lições que Versalhes vinha anunciando eram sintomáticas para uma geração de diplomatas que se esforçavam para “reviver” os tempos de Rio Branco, ou pelo menos, seus métodos de atuação.

Hélio Lobo se pronunciou sobre o período, em artigos publicados pela “Revista do Brasil” entre 1918 e 1921. Os textos eram publicações de conferências realizadas no exterior pelo diplomata-historiador com o objetivo de apresentar a visão do governo brasileiro sobre a Grande Guerra e a evolução dos debates ao redor da Sociedade das Nações, em formação. Em três artigos publicados nos números 58, 59 e 71 da Revista dirigida por Monteiro Lobato, Hélio Lobo exaltava a participação do Brasil naquela empreitada, baseando-se na ideia de que a igualdade jurídica dos Estados deveria prevalecer sobre a pretensa hierarquia internacional de poder até então existente.

Além das recorrentes referências ao campo jurídico como instrumento de legitimação política, a visão de mundo de Hélio Lobo, permeada por esse espírito liberal - que falava em

²⁹¹ Ibidem, p.66-68.

²⁹² BARROS, O. Sinopse das Relações Externas Brasileiras. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (orgs.). **História das Relações Internacionais: teorias e processos**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007, Col. Comenius, p.71 e GARCIA, Eugenio Vargas. **Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Ed. UnB/FUNAG, 2006, p.63.

tom oficial - tomava o apoio dos Estados Unidos como fundamental para consagrar ao Brasil a responsabilidade de ser o único país americano com assento no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, dado que o Congresso daquele país não havia ratificado os Tratados de Paz de 1919, em tese, abrindo caminho para os brasileiros²⁹³.

Embora tenha participado ativamente dos debates em Genebra para a criação da SDN, Hélio Lobo não chegou a assumir cargo algum nas delegações brasileiras ali instaladas. O entusiasmo ao “americanismo de matriz estadunidense” fez o Ministério das Relações Exteriores nomeá-lo para o consulado de Nova Iorque, atitude que correspondia à postura de um agente comprometido com as diretrizes do governo de Epitácio Pessoa.

Na análise dos relatórios ministeriais é curioso notar que Hélio Lobo, então Cônsul Geral de Primeira Classe, foi designado para o consulado de Londres em outubro de 1919 e pouco depois, em março de 1920, removido para Nova Iorque²⁹⁴. A relativa rapidez da remoção, em tempos onde o apoio dos Estados Unidos era precioso aos olhos da diplomacia brasileira, indicava a crescente relevância que o diplomata adquiria dentro do Itamaraty.

A posse na Academia Brasileira de Letras viria confirmar esse contexto, realizando-se em meio aos debates de Versalhes e a ida para os Estados Unidos, no dia 26 de novembro de 1919. Quem o recepcionou foi o ex-ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, que como já mencionado, foi um dos responsáveis pela aceitação de Hélio Lobo naquela instituição. A cerimônia iniciava-se com a fala do ingressante e era completada pelas palavras de um acadêmico, que analisava a trajetória do neófito.

As primeiras palavras foram de homenagem ao pai, Fernando Lobo. De acordo com o diplomata, fora ele quem lhe ensinara a amar e a servir ao Brasil, o que ajuda a compreender o peso que tal herança política e intelectual teve em sua trajetória. Assim, “uma existência, tal a como a dele, cursada inteira no zelo da nação, havia por força de transfundir-me esse amor das coisas brasileiras, em que cedo comecei, e será, no curso da sua política exterior, o mais grato prazer de evocação para meus velhos dias”²⁹⁵.

No protocolo de posse era tradição que o ingressante percorresse a trajetória dos antigos ocupantes e a do patrono da cadeira, postura seguida por Hélio Lobo ao abordar as biografias de Francisco Otaviano, Visconde de Taunay, Francisco de Castro, Martins Júnior e Sousa

²⁹³ LOBO, Hélio. A caminho da Sociedade das Nações. **Revista do Brasil: publicação mensal de sciencia, letras, artes, historia e actualidades**. N°58, v.15; n°59, v.15; n°71, v. 18. Rio de Janeiro, 1918,1919,1920.

²⁹⁴ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1919-1920)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.50-51.

²⁹⁵ LOBO, Hélio. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos. Tomo I (Volumes I a IV) 1897-1919**. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p.1172.

Bandeira. Em torno da cadeira que seria ocupada por Héliio Lobo havia entre os próprios acadêmicos o rótulo de mau-agouro, dados os breves períodos de tempo ocupados pelos quatro membros anteriores. Para desfazer o estigma, o diplomata procurou formular um elogio que contemplava a seletividade da ABL, casa em que poucos poderiam fazer parte.

Esta é, ao parecer, a cadeira sinistra, que as sombras povoam. Se nomes de porte nela pouco perduram, outros de tomo nem à posse logram chegar. Entendeu a Academia de burlar da morte, preservando com a minha desvalia aos vivos eminentes, e assim interrompendo a ceifa ingrata²⁹⁶.

Ao longo do discurso, nota-se o esforço do diplomata-historiador em fornecer um encadeamento lógico entre as biografias de seus antecessores e sua própria trajetória, como no caso de Francisco Otaviano, patrono da cadeira, além de político e diplomata no Segundo Reinado. Para além dos óbvios elogios inerentes ao momento em que falava aos demais presentes, Héliio Lobo justificava a importância de seu patrono na lida com os arquivos da política exterior do Brasil, onde era possível perceber a atuação de Francisco Otaviano em uma “época caluniada”. A referência era aos momentos que antecederam a Guerra do Paraguai, quando o diplomata foi enviado ao Uruguai para assinar o “Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva” com uruguaios e argentinos, contexto que o próprio Héliio Lobo havia pesquisado ao longo dos anos 1910-1920.

Na fala de Héliio Lobo fica explícita sua visão sobre o conflito, quando considerava que “erramos, sim, porque não vimos que no nosso flanco, com a anuência da América também desprevenida, uma nação heroica se rebaixava ao jugo da tirania para lançar sobre a vizinhança inerme e pacífica a vaga dos seus regimentos”²⁹⁷. O palestrante voltava então à visão construída nas obras *Antes da Guerra* e *Às Portas da Guerra*, em que responsabilizava Solano López pela deflagração da contenda militar e completava o argumento com a interpretação sobre a transição da Monarquia para a República. A visão de mundo de Héliio Lobo não era uma narrativa descompromissada. Poderia ser percebida em obras e falas de outros intelectuais e políticos simpáticos ao governo das oligarquias, figurando como estratégia de manutenção do *status quo* político interno e externo. Assim, era fundamental que ela fosse reproduzida na ABL, espaço de debates literários, porém carregados de olhares politizados.

Adverso nos apareceu, ao tempo, o juízo do mundo; mas cedo a justiça se fez por obra mesma dos que mais nos injuriaram. Em vez de oprimirmos, viu-se que libertamos. Sacrifícios se não pouparam na porfia terrível. Ninguém se engrandeceu à

²⁹⁶ Ibidem, p.1171.

²⁹⁷ Ibidem, p.1172.

custa do glorioso vencido. E, afinal, presenciou a civilização o espetáculo singular de uma monarquia, a única existente na América, montar a máquina de um governo republicano, facilitando assim à terra, onde se inaugurava pela vez primeira, o gozo da ordem, da liberdade e da justiça²⁹⁸.

Na fala sobre o Visconde de Taunay (Alfredo d'Escragnole Taunay), o primeiro ocupante da cadeira número 13, Hélio Lobo manteve a linearidade do discurso ao enaltecer a obra *Retirada da Laguna*, publicada em 1869 pelo “soldado bravo que soubera evocar uma hora trágica da vida brasileira (...) deixando na História essa página de heroísmo e abnegação”.

Após abordar rapidamente a importância de Francisco de Castro e José Isidoro Martins Júnior, ocupantes da cadeira por dois anos cada um, Hélio Lobo teceu elogios a João Carneiro de Sousa Bandeira, seu antecessor. Não faltaram adjetivos à atuação jurídica e diplomática de Sousa Bandeira, que participou da Comissão Internacional de Jurisconsultos como secretário, ao lado do então jovem diplomata Hélio Lobo, em 1912. Para selar e justificar seu ingresso na ABL, aproveitou para conceituar a diplomacia brasileira, da qual a cadeira número 13 estava intimamente ligada.

Existiu o diplomata [em Sousa Bandeira] eventualmente. Mas quase fora como se entre embaixadas e representações lhe tivesse corrido a existência. Dizem que a carreira, – essa *roulotte correcte*, na frase de Vogüé, – é frívola porque anda a galantear e só se apegas às mundanidades. Eu a vi, entretanto, sempre operativa e digna, assim no cenário estrangeiro como no desdobramento quase secular de nossa vida independente, qual a concebeu e executou a plêiade de homens capazes, obscuros uns, aureolados outros, meritórios todos, que formam através do tempo o elo de nossa representação internacional. (...) Mas o depoimento de um arquivo raro, orgulho de uma nacionalidade, atestará invariavelmente, para os que transitarem o Itamarati na confiança da matéria diplomática, o que é a honra e o lustre de uma profissão. Meu foi o dom de versá-lo cedo, quando a vida se me abria em surpresas e as mais formosas desabrochavam para mim, entre aquelas paredes austeras, da linguagem dos seus velhos papéis. Vi, então, passar uma a outra, entre canseiras e vigílias, ora arrebatado ora comovido, as sombras dos que, a cadeia magistral dos chanceleres, nos fizeram grandes pelos feitos e o renome²⁹⁹.

Em seguida e na mesma sessão, respondeu-o Lauro Müller, que iniciou destacando a timidez de Hélio Lobo.

Mas ainda que assim seja, ou que assim fosse, – porque eu não afirmo e apenas admito, – a verdade é que conservais aquela expressão de íntimo e invencível constrangimento, sempre que percebeis a evidência de um louvor, o que para mim, que vos conheço mais de perto, é também, para vos louvar, um constrangimento de que não participaria quem, vos conhecendo o nome, não vos conhecesse a pessoa. (...) Por isso

²⁹⁸ Ibidem, p.1173.

²⁹⁹ Ibidem, p.1178.

bem fazeis sendo modesto e retraído até o ponto em que se não perde o dever de trabalhar e com ele o direito de ascender³⁰⁰.

Tal traço de personalidade, falava Lauro Müller, era compensado pela profunda dedicação aos estudos, chamando a atenção de Rio Branco, que o designou secretário da Quarta Conferência Internacional Americana em Buenos Aires e, posteriormente, o iniciou no Itamaraty como terceiro oficial. O mesmo contribuía para a escrita da história diplomática brasileira, da qual Hélio Lobo era intenso contribuinte e propugnador de um método específico. Assim,

Antes da Guerra, estudando a missão Saraiva, e *Às Portas da Guerra*, examinando os fatos que àquela se seguiram, destes à narrativa o apoio vigoroso e decisivo de uma abundante documentação tirada dos nossos arquivos. Não querendo alegar, mas provar, compusestes um livro em que apenas colaborais para dar nexos aos documentos e ordená-los de forma a destruírem de vez graves injustiças que o desconhecimento dos nossos propósitos e instruções criara entre publicistas estrangeiros³⁰¹.

Lauro Müller interpretava o conjunto de obras de Hélio Lobo como fruto de “inspiração patriótica” e demolidor de “inverdades ou injustiças que a crítica apaixonada de adversários ia sedimentando nas páginas da História Continental”. Podia-se medir o valor de tais contribuições, emendava o ex-Chanceler, pela constante presença do autor em universidades nos Estados Unidos e na América do Sul para conferências e reuniões.

Especialmente “ao norte”, Hélio Lobo era o agente responsável por demonstrar o “quão cordiais eram as relações entre o Brasil e os Estados Unidos (...) elemento poderoso da segurança na vida internacional do continente”. O discurso de recepção terminava com um questionamento em forma de metáfora, no qual Hélio Lobo era instado a refletir sobre a democracia em face do contexto de fim da Grande Guerra e organização da Sociedade das Nações.

(...) me fora dado ver, com surpresa e quase repugnância, um exemplar vivente de planta carnívora. Com os meus olhos curiosos e aterrados, eu a vi, fechando as folhas, comprimir e devorar insetos incautos que ousavam tocá-las. E naquela espécie de alucinação, perguntei então a mim mesmo timidamente e hoje ousou perguntar- vos – depois de ter visto autocracias atirarem-se ferozes sobre democracias para dominá-las e devorá-las, e as democracias reagirem varonilmente para acabar retrucando domínio contra domínio, arbítrio contra arbítrio – se também, como nas ásperas e desertas serranias, nas maiores alturas da grandeza humana, floresce a civilização como planta carnívora?

³⁰⁰ MÜLLER, Lauro. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos. Tomo I (Volumes I a IV) 1897-1919**. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p. 1183.

³⁰¹ Ibidem, p.1188.

Ainda que a politização do trecho do discurso fosse abrandada pela metáfora, Lauro Müller expunha o momento de incerteza vigente no cenário internacional colocando em debate os limites da atuação das potências internacionais, muitas vezes sobrepondo seus interesses em detrimento da decisão com os demais países. Em um contexto de redefinição das relações internacionais, após um conflito que deixou milhões de mortos, era justificável examinar a definição de “civilização”.

Era esse o momento de posse de Hélio Lobo, que representava sua consagração como escritor-historiador da diplomacia brasileira, ao mesmo tempo em que se encontrava inserido nos quadros da burocracia estatal, onde gozava de ampla consideração, vide o patrocínio de suas obras pela Imprensa Nacional e a nomeação para o consulado de Nova Iorque. Do mesmo modo, a cerimônia “garantia visibilidade não apenas ao novo imortal, mas sobretudo aos seus relacionamentos”³⁰². O discurso elogioso combinado com a recepção de um imortal eram partes indispensáveis de um protocolo que tinha por consequência a atribuição de crédito e consagração do indivíduo que ali adentrasse. Não era de se estranhar, portanto, o excesso de louvor de ambas as partes, especialmente de dois diplomatas, cada um a seu tempo, dependentes da figura de Rio Branco³⁰³.

Ao se interpretar o discurso de Hélio Lobo bem como a resposta de Lauro Müller, entende-se que a valorização do ofício diplomático tinha endereço certo: o Itamaraty. Louvá-lo como centro de pensamento e atuação na diplomacia brasileira garantiria a ele reconhecimento e distinção perante outros confrades-diplomatas como Graça Aranha, Oliveira Lima e Domício da Gama, ex-chanceler e presidente da ABL em 1919. Parte-se desse pressuposto por considerar que “para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos ou posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições”³⁰⁴, corroborado pelo o que aponta Bourdieu:

Dado que os interesses diretamente envolvidos na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade no mundo social tendem a ser o equivalente específico dos interesses dos ocupantes das posições homólogas no campo social, os discursos acham-se tocados de uma espécie de duplicidade estrutural: na aparência diretamente destinados aos mandantes, e na realidade, dirigidos aos concorrentes no campo³⁰⁵.

³⁰² MALATIAN, op. cit., 2001, p.172-173.

³⁰³ A recepção de Hélio Lobo foi noticiada pelos jornais do Rio de Janeiro. Cf. “A recepção de Hélio Lobo na ABL”, Arquivo da ABL, pasta 6. O jornal não está identificado.

³⁰⁴ PROST, Antoine. As palavras. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.317.

³⁰⁵ BOURDIEU, op. cit., 2006, p.155-156.

Pode-se perceber que os argumentos apresentados por Hélió Lobo seguem ambas colocações: de um lado, refletem a defesa da ação diplomática dirigida pelo Itamaraty, do qual era uma espécie de porta voz histórico. De outro, sintetizam uma posição definida contra as críticas recebidas pelo governo brasileiro na condução dos assuntos internacionais pós-Versalhes, que eram conduzidas principalmente por Rui Barbosa, candidato derrotado nas eleições de 1919 e até então presidente da ABL. Nesse mesmo contexto, contribuiu para o direcionamento das palavras de Hélió Lobo a conferência “O perigo americano”, proferida pelo escritor Medeiros e Albuquerque, no mesmo ano, na ABL. Naquele espaço, criticou a megalomania e o excessivo patriotismo dos estadunidenses, que na sua visão queriam fazer do Brasil seu protetorado³⁰⁶.

Apesar desse direcionamento Hélió Lobo não se envolveu diretamente nessa disputa de poder que abarcava a candidatura à presidência da República e o relacionamento com os Estados Unidos. O fez, pontualmente, no discurso de posse para demarcar a posição do governo brasileiro e do Ministério das Relações Exteriores. Essa postura, perceptível então menos na prática diplomática do que em seus escritos, havia lhe garantido no limiar da década de 1920 a importante posição como cônsul geral em Nova Iorque, que aparecia como “candidata” a credora da dívida externa brasileira em detrimento de Londres. Do mesmo modo, o fim da Guerra de 1914-1918 apresentou às oligarquias brasileiras a necessidade de manutenção dos preços do café e de se aprofundar (ainda mais) nas relações com os principais compradores do produto. Para essa concretização, “a competição estrangeira utilizaria as mais diversas armas na busca por novos mercados: de acordos econômicos à criação de embaixadas; de atos concretos a simbólicos”³⁰⁷. Nessa onda, somente no governo de Epitácio Pessoa foram criadas as embaixadas em Londres, Roma, Paris, Bruxelas, México, Santiago, Buenos Aires e Tóquio³⁰⁸.

O consulado do Brasil em Nova Iorque, ainda que dependesse das decisões tomadas pela embaixada em Washington, era como seu equivalente ou complemento, dado que *Wall Street* era o centro financeiro dos Estados Unidos. A tarefa primordial da representação brasileira ali era tornar o Brasil conhecido aos olhos dos investidores estadunidenses e esses aos olhos dos brasileiros, fomentando as relações comerciais. Para a missão, Hélió Lobo e seu entusiasmado pan-americanismo foram destacados³⁰⁹.

³⁰⁶ BANDEIRA, op. cit., p.204 e GARCIA, op. cit., 2006, p.73 e 139.

³⁰⁷ GARCIA, op. cit., 2006, p.118.

³⁰⁸ BARROS, op. cit., p.73.

³⁰⁹ GARCIA, op. cit., 2000, p. 53-53.

Considerando a ABL, Hélio Lobo não chegou a assumir qualquer cargo na instituição em razão da ida para os Estados Unidos, mas de lá, enviou periodicamente artigos sobre o desenvolvimento artístico e literário do país, de modo a cumprir uma das prerrogativas como imortal. Visto por outro ângulo, fazer parte da ABL (e do IHGB) vivendo em terra estrangeira era algo que aparentemente, não traria quaisquer benefícios individuais. No entanto, foi se utilizando dessas credenciais, canceladas pela de cônsul brasileiro que Hélio Lobo conseguiu se inserir no circuito universitário nova-iorquino e ali, aperfeiçoar e disseminar sua visão de mundo acerca do Brasil, dos Estados Unidos e do pan-americanismo.

3.2 Nos Estados Unidos

A ida de Hélio Lobo para os Estados Unidos promoveu grandes mudanças na sua carreira de diplomata e historiador, apesar da visão positiva pré-existente acerca da hegemonia estadunidense se manter e se aprofundar no período de tempo em que residiu em Nova Iorque. As mudanças compreendiam uma alteração do foco de suas pesquisas, centralizadas agora nas relações comerciais e políticas entre Brasil e Estados Unidos, escolha que relegou a um plano secundário os estudos de história diplomática, ocupando pequenos espaços nas três obras publicadas entre 1920 e 1926. Metaforicamente, as preocupações de Hélio Lobo passaram a ser o presente e depois o passado.

As primeiras ações como cônsul foram de caráter comercial e econômico. O diplomata brasileiro entrou em contato com a casa *Dillon Read & Co.*, de Nova Iorque, para negociar um empréstimo ao governo brasileiro no valor de 50 milhões de dólares. O contrato concretizado no ano de 1921 estabelecia que fossem cobrados juros de 8% ao mês e o prazo para o pagamento seria dividido em vinte anos.

O que chamava atenção no documento intermediado por Hélio Lobo e os empresários estadunidenses eram as garantias de pagamento do empréstimo: em primeiro lugar as rendas dos impostos relativos ao consumo interno, e em segundo, as rendas aduaneiras³¹⁰. Interpretado sob a ótica econômica, o contrato mantinha a relação de dependência do Brasil no contexto internacional, da qual os empréstimos eram símbolos significativos e representavam a alteração de uma relação histórica do Brasil com os ingleses, agora sucedidos pelos estadunidenses como maiores credores da dívida externa brasileira.

³¹⁰ Cópia datilografada do Contrato entre o Governo do Brasil e a firma *Dillon & Co.*, Arquivo do IHGB, 1921. Cf. BANDEIRA, op. cit., p.204.

As relações comerciais com os Estados Unidos, de fato, tornaram-se prioridade para os representantes brasileiros naquele país. Para seguir com esse objetivo, Hélio Lobo reuniu vasto material oriundo de correspondência diplomática e jornalística em textos informativos publicados no início do ano de 1923. Patrocinado pela Imprensa Nacional, veio a público a obra *Cousas Americanas e Brasileiras*, contendo material diverso com o objetivo de estreitar as relações bilaterais. A primeira parte da obra reunia informações sobre a sociedade e economia dos Estados Unidos; a segunda, sobre o Brasil. Na apresentação, o diplomata preocupou-se em justificar a publicação, argumentando:

Desde que assumi, nesta cidade, o cargo que me cabe na representação exterior do Brasil [...] entrei a por em papel algumas notas ligeiras. Várias delas, cobrindo o período compreendido entre o último semestre de 1920 e parte do primeiro de 1923 compõem este livro. Pouco mais de dois anos e meio de estada num país estrangeiro quase nada autorizam como juízo definitivo. Se o país tem a feição original, a vida vertiginosa dos Estados Unidos da América, maior deve ser, então, o cuidado no julgar. [...] O que vai ser essa obra, política, comercial, economicamente, mal aquilatamos, tal sua magnitude. Que fique este livro como uma contribuição modesta de quem, crente nela, nos benefícios que trará às duas nações, no bem que vai ser para o continente e até a humanidade, lhe tem consagrado não poucos de seus obscuros esforços³¹¹.

Em “O crédito federal e empréstimos estaduais”, capítulo da obra, Hélio Lobo expôs sua perspectiva sobre o processo de negociação de crédito do Brasil com os Estados Unidos. Para o diplomata, a aproximação comercial bilateral havia criado uma situação excepcional, na qual era possível perceber “uma corrente de atração” para o lado brasileiro, traduzida na divulgação de notícias sobre o país pela imprensa estadunidense. O clima de euforia era tamanho que a relação de dependência que o endividamento criava não era sequer mencionada, com o objetivo de concretizar os negócios. Assim,

Honra nosso país declarar que a letra de nossos acordos com as finanças americanas supõe implicitamente que somos, isto é, um grande povo, que carece do capital estrangeiro para a exploração de suas riquezas e sabe, pela tradição e o exemplo, honrar a palavra empenhada fora³¹².

A visão quase deslumbrada da postura dos brasileiros, que no exterior gozavam “a fama de ordeiros, trabalhadores e pacíficos”³¹³ fazia parte de um elaborado ato de convencimento do representante brasileiro ao empresariado dos Estados Unidos acerca das potencialidades do mercado brasileiro, ação passível de percepção também na Câmara Americana de Comércio

³¹¹ LOBO, Hélio. *Cousas americanas e brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p.V-VI;

³¹² Ibidem, p.441.

³¹³ Ibidem, p. 442.

para o Brasil com sede no Rio de Janeiro e sua sucursal em São Paulo. Ambas tinham como função recepcionar e acompanhar as atividades das empresas dos Estados Unidos que viriam ou já estavam no país. Os efeitos dessa política de reciprocidade não demoraram a chegar: os setores de automóveis, petróleo, bens de consumo duráveis e farmacêuticos foram os que mais registraram avanços, ainda nos primeiros anos da década de 1920³¹⁴.

Esse novo padrão de relacionamento econômico inaugurado após a Grande Guerra pelos Estados Unidos ao sul do continente trazia o Brasil como o melhor campo para os investimentos e produtos daquele país, argumento defendido pelo diplomata brasileiro em seu artigo. A parte final da “propaganda comercial” levada a cabo por Hélio Lobo continha um lampejo de posicionamento crítico sobre a desmedida assinatura de empréstimos:

A esse respeito, devo explicar que a intervenção do cônsul do Brasil em Nova Iorque tem sido solicitada mais frequentemente para a assinatura de títulos do que para a redação e discussão dos contratos. É esse um ponto sobre o qual devemos ter política assentada. [...] O aparelho de crédito de uma nação no estrangeiro é tão delicado que todos os cuidados são poucos no bem velá-lo³¹⁵.

Tais avisos eram destinados aos representantes estaduais e municipais do Brasil que iam a Nova Iorque para conseguir empréstimos, postura que, impensada, poderia lograr dificuldades ao governo federal brasileiro.

No mesmo sentido foram elaborados outros artigos que refletiam sobre as possibilidades de comércio com o Brasil, intitulados “A parte dos portos no comércio exterior” e “Agricultura e política agrária”. Em todos os textos prevalece a informação numérica e estatística sobre o comércio dos Estados Unidos, bem como a visão de um diplomata preocupado em fazer com que o Brasil ultrapassasse a aliança política e intensificasse suas exportações para o país.

Nosso sistema de aproximação com este grande país não deve ficar no entendimento político, já secular e garantia de paz para todo o continente, tão pouco no intercâmbio comercial, iniciado em maior escala recentemente e de infinitas probabilidades, senão também no aproveitamento inteligente do que o cenário industrial dos Estados Unidos oferece sem precedentes e que constitui para quem aqui se acha objeto de lição cotidiana³¹⁶.

A expectativa de Hélio Lobo era, igualmente, que as elites brasileiras se aproveitassem dos ensinamentos dados pelos estadunidenses no terreno comercial e agrícola para se protegerem. Era o que dava a entender o representante brasileiro a julgar pela “crise de 1921”,

³¹⁴ GARCIA, op. cit., 2006, p.133-135 e BANDEIRA, op. cit., p.208.

³¹⁵ LOBO, op. cit., 1923, p.446-448.

³¹⁶ Ibidem, p.123-124.

quando a excessiva oferta e escassa demanda de produtos agrícolas prejudicou grande contingente de produtores. Não importava o campo: político ou econômico, cultural ou social; Hélio Lobo priorizava a troca de experiências como forma de “educar” as elites e camadas médias da sociedade brasileiras. Isso tornava sua obra e seus textos revestidos de um caráter original, pois era um instrumento de comunicação inédito no corpo diplomático brasileiro. Pode-se perceber essa postura também em “Finanças públicas e tributação”, que era mais do que a explicação pormenorizada do orçamento público estadunidense. Significava indicar, conforme apontado acima, o *modus operandi* do sistema de impostos e arrecadação dos Estados Unidos de onde os brasileiros poderiam se espelhar.

De outra feita, Hélio Lobo procurou mapear as condições socioculturais nos Estados Unidos para que os brasileiros conhecessem o “espírito do norte-americano”, intensificando assim o processo de aproximação. Um dos tópicos abordados foi o “grau de valorização” que os estadunidenses conferiam à cultura geral, em especial as artes e a literatura. Hélio Lobo manteve contato no ano de 1921 com a *American Academy of Arts and Letters*, com sede em Nova Iorque, presenteando a instituição com exemplares da Revista do Brasil que continha artigos de sua autoria³¹⁷.

O contato não era despretensioso na medida em que a aproximação cultural poderia servir como instrumento de legitimação da política comercial entre os dois países, além de acentuar a transferência do conjunto de referências culturais até então europeias, para as estadunidenses. Nesse sentido, ainda em 1921, Hélio Lobo enviou carta ao então secretário da ABL, José Vicente de Azevedo Sobrinho, com o intuito de apresentar Samuel G. Irman, membro do Comitê de Cooperação na América Latina que estava em missão no Brasil. O propósito era estimular o intercâmbio literário entre a ABL e a instituição que Irman representava³¹⁸. Em dezembro o diplomata brasileiro relatou em correspondência à ABL seu contato com Oliveira Lima, confrade na instituição, no IHGB e no Itamaraty, com o intuito de parabenizá-lo pela futura instalação da *Oliveira Lima Library* no campus da *Catholic University of America*³¹⁹.

Completava o panorama cultural traçado pelo agente brasileiro a diversidade presente em uma cidade como Nova Iorque, a qual o diplomata brasileiro classificava de “colmeia cosmopolita” e centro aglutinador da imprensa do país, onde “as artes e as letras vão ter nela

³¹⁷ Carta de Hélio Lobo, a José Vicente de Azevedo Sobrinho. Nova Iorque, 1 de outubro de 1921 e Ofício diplomático (cópia) de 5 de setembro de 1921, Arquivo da ABL, pasta 3.

³¹⁸ Idem, 4 de março de 1921. Arquivo da ABL, pasta 3.

³¹⁹ Idem, 2 de dezembro de 1921. Arquivo da ABL, pasta 3. A biblioteca de Oliveira Lima foi inaugurada e aberta ao público somente em 1924. Cf. MALATIAN, op. cit., 2001, p.356-357.

pouso favorito”³²⁰. Na visão de Hélio Lobo, a cidade era um símbolo do crescimento dos Estados Unidos, contemplando homens e mulheres de todas as partes do mundo e que a mantinha pulsante. Milhares de passageiros nos trens que batiam recordes de extensão e a indústria imobiliária que verticalizava a *urbe* de forma assustadora eram exemplos da importância de Nova Iorque para o mundo, inclusive na perspectiva financeira. O comércio exterior da cidade, anotava Hélio Lobo, era superior a de muitos países estrangeiros, e a bolsa de títulos da cidade tinha movimento não comparável nem à *City* de Londres³²¹. Amparando-se em F. Jackson Turner, o diplomata brasileiro concluía que “Nova Iorque é aquela cidade de Babel, de Waldo Franck, situada como um monstro enorme, entre o país e a invasão transoceânica. Não é uma parte dos Estados Unidos, senão ponto e transição para eles”³²².

A escolha temática concentrou-se em seguida nos aspectos sociais da sociedade estadunidense, com um rosário de artigos que versavam sobre a composição étnica e a imigração para o país. O cônsul brasileiro apresentava dados do censo de 1920 para expor argumentos que ao fim, revelavam a disparidade existente entre brancos e negros nos Estados Unidos. Com essa finalidade deixava escapar contrassensos tal como o “o negro é fisicamente menos resistente que o branco” para explicar o alto índice de mortalidade negra. E narrava a profunda disparidade relativa aos direitos civis e políticos de negros e brancos, além das condições de moradia e trabalho que enfrentavam em uma sociedade em que duas raças não se misturavam e o linchamento do negro era enraizado na cultura.

Em todos os argumentos transparecia a ideia de que o problema poderia ser entendido pela composição cultural e moral dos negros, não pela estruturação desigual de oportunidades do sistema capitalista.

O assunto era justificável por se aproximar da realidade brasileira, pois “incorporamos à nossa vida e à nossa história, lentamente o negro que nos procurou e é hoje parte da nossa existência nacional, mas o advento dele agora, em grandes massas inassimiláveis, só poderia constituir motivo de cuidado”³²³. As palavras de Hélio Lobo iam de encontro com a dinâmica interna do Brasil, que em meados da década de 1920, iniciava seu processo de industrialização ladeado pela crescente entrada de imigrantes no país como mão de obra para a empreitada. Se à época surgiram os primeiros sindicatos de trabalhadores vindos da Europa, os negros no país

³²⁰ LOBO, op. cit., 1923, p.15 e 20.

³²¹ Ibidem, p.25-28.

³²² Ibidem, p.36. Hélio Lobo grafou Waldo Franck, embora a grafia correta não usasse a letra “c” no sobrenome do autor. Waldo Frank (1889-1967) foi um escritor estadunidense notabilizado pela crítica social e política. Também se interessou pelo desenvolvimento da sociedade latino-americana.

³²³ Ibidem, p.52.

continuavam majoritariamente marginalizados, constituindo uma preocupação para as elites brasileiras que queriam evitar - e não resolver - o problema da falta de oportunidades enfrentadas por esse grupo social.

De forma similar, a imigração lhe chamava a atenção nos Estados Unidos, que havia aprovado em 1921 o *Immigration Act*, o qual visava limitar o contingente de estrangeiros admitidos no país. De acordo com essa lei, a imigração seria “limitada a 3% do número de indivíduos de idêntica nacionalidade residentes segundo o recenseamento de 1910 nos Estados Unidos”, servindo como justificativa o receio de um movimento ilimitado em razão do fim do conflito mundial e a consequente busca por melhores condições de vida de indivíduos que, de acordo com o governo daquele país, poderiam causar danos à população americana. A polêmica era indiretamente endossada pelo representante brasileiro que argumentava:

Para aqui vieram os *pilgrim fathers*, fugindo à perseguição e em busca da liberdade individual inalienável; e até beber já é crime na nação que fundaram. Para aqui emigraram os homens de toda a Europa, fugindo à miséria e buscando uma terra melhor; e para os do mesmo sangue tentar entrar é hoje vedado. País de individualismo extremo, é este o do centralismo onipotente. A evolução americana fez-se sempre na direção dos ideais nacionais, para defender e exaltar, quais que sejam. E entre eles figura hoje a preservação de sua população por intermédio de uma política de imigração drástica mas inevitável³²⁴.

Em outro texto de *Cousas Americanas e Brasileiras* Hélio Lobo explicitou sua admiração pelo sistema político dos Estados Unidos comentando a volta do Partido Republicano ao poder a partir de 1921. Tal consideração tinha como pressuposto a alternância de poder com o Partido Democrata, “os melhores fiscais das coisas públicas”. Com base nesse argumento, elogiou a postura dos representantes de tais partidos no Congresso ao atender as necessidades dos pequenos agricultores do país, que formaram a *National Farm Bureau Federation* para defender seus interesses no contexto comercial após a Guerra de 1914-1918.

Em consequência, identificava que o contexto requeria uma nova etapa de aproximação com a Europa, pois “se se fala ainda, no sentido político, de uma Doutrina Monroe, ela não pode certamente existir no econômico” e “a guerra de ontem deixou um ensinamento aos povos - o de que devem pensar mais internacionalmente que antes”³²⁵.

A leitura do momento político e econômico internacional feita por Hélio Lobo era adequada, mas não continha críticas aos Estados Unidos, que de fato, estavam prontos para se aproximar e investir no exterior e, ao mesmo tempo, proteger-se da concorrência. Presentes em

³²⁴ Ibidem, p.100-101.

³²⁵ Ibidem, p.234.

conferências internacionais onde negociavam empréstimos aos países europeus, os banqueiros daquele país representavam na prática essa “arma política” que eram as dívidas de guerra³²⁶.

O estudo sistemático da política externa estadunidense gerou o artigo “Reorganização dos serviços consulares”, inserido na mesma obra de 1923. Para um diplomata formado nas fileiras do “Itamaraty de Rio Branco”, a comparação com a estruturação da carreira diplomática dos Estados Unidos era algo relevante se considerar o momento político internacional de incerteza e redefinição da própria diplomacia.

Hélio Lobo apontava o grande esforço do governo estadunidense, via Departamento de Estado, para melhorar os serviços dos órgãos consulares e diplomáticos americanos a despeito da tradicional alternância partidária no poder, que determinava as melhores nomeações e demissões. A julgar pela formação do representante brasileiro, seus argumentos eram direcionados a um elogio indireto ao Itamaraty, que passou a ter seu sistema de carreira diplomática “copiado” pelo governo daquele país na década de 1920. Em consequência, a tarefa teve considerável desenvolvimento ali, principalmente com a evolução do comércio exterior, na medida em que o país precisa de agentes e “do maior número possível de informações comerciais de fora, que salvaguardem também as iniciativas financeiras do governo e as dos cidadãos americanos nos quatro cantos do globo”³²⁷.

Na segunda parte da obra, Hélio Lobo elaborou artigos que deveriam servir como estratégias de promoção do Brasil nos Estados Unidos, indicando possibilidades e obstáculos para a manutenção do comércio bilateral. O primeiro tema abordado foi o café.

O produto era fundamental para a economia brasileira, tanto que o governo passou a promover uma série de ações que visavam defender o produto no mercado nacional e internacional. No plano interno, houve “concessão de empréstimos aos cafeicultores; compra e retirada provisória do produto do mercado, visando regularizar a oferta; além do financiamento da propaganda no exterior, destinada para aumentar o consumo do produto”. Essas ações culminaram com a criação de órgãos públicos estaduais voltados para a defesa do café no período, objetivando regularizar e controlar os principais pontos de recepção do produto no mundo³²⁸.

Ancorando-se a tal política, as informações repassadas pelo cônsul brasileiro apontavam que Nova Iorque era o principal porto de recepção do café brasileiro nos Estados Unidos,

³²⁶ SARAIVA, op. cit., p.151 e MILZA, op. cit. s/d, p.50.

³²⁷ LOBO, op. cit., 1923, p.154.

³²⁸ FREITAS FILHO, Almir Pita. A política de defesa permanente do café na década de 1920 e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-1931): notas para uma história institucional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

recebendo cerca de 3,2 milhões de sacas em 1920, em um total de 10,5 milhões de sacas importadas. A despeito de dados específicos transcritos no artigo, Hélio Lobo alertava o governo brasileiro para a concorrência internacional do produto, acentuada cada vez mais em razão da qualidade do café nacional, que era “vagarosa, mas definitivamente repellido” ³²⁹. A solução era aproveitar-se do grande mercado cafeeiro que entrava sem tributação naquele país e trazer melhoramentos para ambos os países, consolidando “uma troca, velha de serviços, que constituindo a prosperidade do Brasil e benefício dos Estados Unidos da América, forma exemplo singular na história das nações” ³³⁰.

O fortalecimento das relações comerciais era de alta prioridade na rotina consular de Hélio Lobo, fato observando na correspondência diplomática trocada com o Ministério das Relações Exteriores entre 1920 e 1922. Nesse ínterim, preocupou-se não só com o café, sustentáculo da economia brasileira, mas com produtos de segunda importância, que se fortalecidos os meios de sua promoção, poderiam ganhar os mercados do país da América do Norte. O alto volume de ofícios com informações relativas a produtos como o cacau, couro e peles, madeiras, óleos vegetais, fumo, algodão e açúcar manifestavam a dimensão que o Brasil desejava conferir a tais matérias primas ³³¹.

Analisando em retrospectiva esse posicionamento internacional, vê-se que, no período de transição política da Monarquia para a República, a prioridade dada aos assuntos econômicos era secundária, dado que o governo brasileiro prescindia de legitimidade entre seus vizinhos e principalmente os Estados Unidos. Na gestão de Rio Branco essa atitude foi ligeiramente modificada tornando o Brasil (e seus agentes) um dos centros de amparo da política e economia estadunidenses. Nos anos de guerra e no início dos anos 1920, as informações trocadas pela representação brasileira e igualmente transcritas no livro de Hélio Lobo indicavam a consolidação dessa atitude, havendo o fortalecimento de uma postura diplomática voltada para a combinação entre política e economia, ao invés de priorizar apenas um dos campos. Investido dessa mudança, explicava que:

O consumo de cada uma dessas matérias é aqui cada vez maior; e o que podemos produzir não tem limites, tal nossa riqueza. [...] só de nós, de nosso atilamento, de nossa perseverança, de nossa iniciativa, depende tudo. O Brasil está fadado a ter, hoje, um papel decisivo nos destinos políticos da América do Sul e amanhã nos do mundo. Sem o desenvolvimento de nossas correntes comerciais, sem a exploração adequada de nossas riquezas de exportação, tudo nos faltarão. E entre essas correntes a maior, a mais

³²⁹ LOBO, op. cit., 1923, p.299.

³³⁰ Ibidem, p.318-319. O assunto seria abordado novamente em obra de 1925, *Brasileiros e Yankees*.

³³¹ Consulado do Brasil em Nova Iorque ao Ministério das Relações Exteriores (Vários documentos) março a outubro de 1921 e janeiro a julho de 1922, AHI.

natural, a mais cheia de benefício mútuo, sem dúvida, é a que tende a ligar cada vez mais as duas maiores repúblicas do novo mundo³³².

Esse empenho em estreitar as relações entre Brasil e Estados Unidos passava, segundo Hélio Lobo, pela melhoria dos serviços diplomáticos brasileiros naquele país. Em sua apreciação, o consulado de Nova Iorque e o Ministério das Relações Exteriores deveriam retribuir adequadamente aos funcionários que nele trabalhavam, pois “as dificuldades da vida de cada dia” eram ali, “muito maiores” e os vencimentos não davam para as necessidades ordinárias do cotidiano na cidade. Assim, “os sacrifícios de dinheiro, para quem não o possui e toma a crédito, quando mesmo para o mais comprometido desempenho de funções públicas, tem por certo, seu limite”.

As críticas do cônsul brasileiro significavam um alerta para o governo brasileiro no sentido de conferir importância àquele posto diplomático, que era objeto de atenção dos próprios cidadãos estadunidenses. Relatava, por exemplo, que entre os anos de 1921 e 1922, cerca de quatro mil correspondências chegaram ao escritório do consulado requisitando informações sobre a economia e a sociedade brasileiras, indicando o interesse em se investir no Brasil³³³. Eugênio Vargas Garcia aponta que “faltava informação e tampouco havia ligação entre os mercados no exterior e os produtores na década de 1920”, forçando o governo a ampliar as ações de divulgação empreendidas pelas embaixadas e consulados, como o caso de Nova Iorque³³⁴.

Ao solicitar essa postura ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil pode-se entrever que Hélio Lobo procurava formular uma justificativa para sua obra, que servia ao mesmo tempo como uma forma de se distinguir e de revelar sua posição dentro do campo de poder no qual estava inserido. O documento que atestava essa distinção era o Relatório Ministerial de 1923, onde se reconheciam as deficiências no setor de divulgação das informações sobre o país com exceção de algumas representações que já desenvolviam o trabalho, caso de Nova Iorque.

Notava-se à época um profundo conservadorismo da política comercial brasileira “apegada a produtos e mercados tradicionais”, ao passo que as informações apresentadas por Hélio Lobo iam no sentido contrário dessa corrente, apontando oportunidades de negócios onde aparentemente não havia alguma³³⁵. Resumindo as deficiências brasileiras, o diplomata

³³² LOBO, op. cit., 1923, p.435.

³³³ Ibidem, p.471-477.

³³⁴ GARCIA, op. cit., 2006, p.128.

³³⁵ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1922-1923, p.49-53.

indicava que havia um descompasso entre o volume de trabalho do consulado e a importância dada pelo governo a tal fato, pois havia “um mundo de coisas a fazer”, e quanto mais tardia fosse a iniciativa, maiores seriam nossos prejuízos na competição mercantil entre as nações³³⁶.

O que se percebe nas críticas de Héliio Lobo era, além de alertar o governo brasileiro da necessidade de reorganização diplomática, a preocupação em estruturar a política externa do país em bases comerciais e econômicas, questionando:

Por que há de a parte comercial e econômica ficar atrás? Ela pode e deve dar o que dela esperamos. Não há hoje política e economia, mas toda a política é econômica, assim como toda ação econômica redunde em efeito político. [...] A burocracia brasileira é, na verdade, um fato, mas reflete um estado nacional e para o espírito nacional é que deve haver transformação. Burocracia, afinal de contas, todos os povos a têm, mas não são dignos de seus destinos os que não sabem dela desvencilhar-se. Homens não nos minguem; a mão de obra é das melhores; excelente e abundante, o material. E bem sabemos, quando queremos, aonde vamos e o a que vamos³³⁷.

Nos Estados Unidos, Héliio Lobo manteve a postura de conferenciar em espaços de intelectuais como pode ser observado na obra “Aos Estudantes do Rio da Prata”, de 1918. Era uma atitude comum aos diplomatas brasileiros, que se utilizavam desses momentos para divulgar informações sobre o país e, sobretudo, ganhar respeito entre seus pares.

Em fevereiro de 1921, foi convidado pela Universidade da Pensilvânia para falar sobre as contribuições do Brasil ao regime democrático na América, oportunidade que resultou no texto “O Brasil e a democracia no Novo Mundo”, uma comparação entre as trajetórias políticas de Brasil e Estados Unidos. Ao longo do escrito fica explícita sua intenção de aproximar os dois países via interpretação histórica, dado que o regime político criado na América do Norte não havia deixado de inspirar nenhuma das Repúblicas que iam surgindo, figurando como um “código completo de liberalismo, numa época em que a opressão dos reis dominava onipotente e as prisões se abarrotavam ao capricho do absolutismo”.

O pioneirismo político e jurídico estadunidense logo havia contaminado o sul do continente, que se libertou do domínio colonial após três séculos. Sem citar o ideal bolivarista, Héliio Lobo afirmava que a despeito dos grandes tormentos com a Europa, a Doutrina Monroe auxiliou no processo de independência das colônias espanholas formando países simpáticos às ideias vindas dos Estados Unidos³³⁸.

O Brasil era uma exceção na evolução política do continente. Não houve ali a fragmentação da América espanhola nem forma de governo republicana. A Monarquia que se

³³⁶ LOBO, op. cit., 1923, p.479.

³³⁷ Ibidem, p.492-493.

³³⁸ Ibidem, p. 500.

formou no país era calcada “nos mais adiantados padrões liberais”, podendo ser classificada como democrática e inspirada nos ideais estadunidenses. Essa inspiração poderia ser vista nos eventos de 1789 em Minas Gerais e de 1817 em Pernambuco, que antecederam a independência em 1822.

E, ao longo do século XIX, o processo de aproximação com os Estados Unidos havia evoluído, ao ponto de D. Pedro II visitar o país em 1876 e relatar as inúmeras demonstrações de amizade e cordialidade conferidas a ele. Não havia antinomia entre Brasil e Estados Unidos. Ambos completavam-se, considerando que “Tocqueville não teria escrúpulo em escrever também para o Brasil o que disse da liberdade das instituições nesta vossa grande terra”³³⁹.

A conferência repercutiu no governo brasileiro e em espaços de sociabilidade que receberam elogios pela atitude do diplomata. Em março de 1921, Hélio Lobo enviou à ABL uma cópia do texto exposto onde comentava a importância de se publicizar informações do Brasil no exterior, fato notado pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Charles Evans Hughes³⁴⁰. No IHGB, Afonso Celso elogiou em carta a ação diplomática de Hélio Lobo ao trabalhar em prol do Brasil e de sua história nos Estados Unidos, além de agradecer o envio de uma cópia do texto proferido naquele país³⁴¹.

A posição de Hélio Lobo como diplomata e historiador da política externa brasileira, bem como suas ações no sentido de promover o comércio do país ia, progressivamente, garantindo-lhe espaço no campo diplomático, fato perceptível na intensificação das conferências feitas nos Estados Unidos e na divulgação realizada no Brasil por periódicos como a Revista do Brasil, que se inseria em um contexto de exacerbado nacionalismo que a guerra europeia só fez aumentar. “Parecia urgente não só compreender o país, mas também explorar de fato suas decantadas riquezas, de modo a garantir-lhe efetiva integração na nova ordem que se estabeleceria com o fim do conflito”³⁴².

No ano do centenário da independência brasileira mais duas conferências foram feitas pelo diplomata, com destaque para “Brasil, potência mundial”, realizada na Universidade de Yale em 27 de abril de 1922 e publicada pela Revista do Brasil, em junho do mesmo ano. Além dessa e um mês antes, na *United Engineering Societies Building* e sob o título “Uma velha amizade internacional”, o cônsul brasileiro também falou sobre o relacionamento bilateral³⁴³.

³³⁹ Ibidem, p.511.

³⁴⁰ Carta de Hélio Lobo a Carlos de Laet. 24 de março de 1921. Arquivo da ABL, pasta 2 e cópia na pasta 5.

³⁴¹ Carta de Afonso Celso a Hélio Lobo. 27 de maio de 1921. Arquivo IHGB.

³⁴² DE LUCA, Tania Regina. **Leituras, projetos e (Re)Vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, p.15-16.

³⁴³ O mesmo título havia sido dado a um texto publicado em “Cousas diplomáticas”, de 1918. Na obra de 1923, Hélio Lobo manteve o mesmo sentido de suas reflexões, compactando as informações abordadas.

Os argumentos desse texto baseavam-se em teses já apresentadas, como a do pioneirismo dos Estados Unidos ao reconhecer a independência brasileira e a consequente amizade desenvolvida com o Brasil, que tal qual aquele país, salvara-se da fragmentação da nação pelas mãos de um líder político: Diogo Feijó. Nos Estados Unidos, George Washington. Ao voltar-se para o presente, mostrava que ambos os países eram “um tesouro um para o outro”, redescobrimdo-se e revalorizando-se após a guerra de 1914. Concluía dizendo que:

Têm falhas o Brasil, como as tem todos os povos, mas na balança entre elas e as qualidades já tereis visto, os que nos conheceis, o que prevalece. [...] Um país vale pela sua história, sua alma, a lição dos seus homens e de suas coisas na corrente do destino julgadora e eterna. E é à luz desse juízo que os nossos dois, ligados por uma amizade invariável, hão de servir-se cada vez mais de sua força dos seus recursos não só para benefício mútuo como também para proveito da humanidade³⁴⁴.

Na Universidade de Yale, Hélio Lobo havia sido convidado a conferenciar pelos professores Edwin Borchard, jurista e professor da *Yale Law School* e Clarence Haring, professor na *History Faculty* e um dos pioneiros nos estudos sobre a América Latina e a influência do Brasil nos Estados Unidos.

“Brasil, potência mundial” pode ser considerado um texto audacioso, dado o título de impacto, em que não bastava exaltar o país. Era preciso torná-lo o “maior do mundo”. Essa percepção não era específica a Hélio Lobo, pois estava presente em jornais, revistas e livros didáticos, sendo repetida por intelectuais e homens do campo político. Era comum a ideia de que “um país só pode ser considerado como tal quando é constituído por uma só nação, por uma só nacionalidade, com as mesmas aspirações nacionais... [...] O maior país dentro dessa definição é o Brasil. O segundo os Estados Unidos”³⁴⁵.

Argumentos interessantes saltavam do texto de Hélio Lobo. O Brasil era tomado como uma terra sem ditaduras ou revoluções, possuindo na evolução política a preservação dos direitos fundamentais do homem. Era a maior potência militar e naval do continente sul-americano e nunca havia abusado de tal prerrogativa. O “liberalismo” brasileiro era traduzido na tradicional neutralidade do país em questões internacionais ao longo do século XIX e era motivo de orgulho para os brasileiros³⁴⁶.

³⁴⁴ LOBO, op.cit., 1923, p.528-529.

³⁴⁵ VIANNA, V. apud DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p.87-88.

³⁴⁶ LOBO, op. cit., 1923, passim..

A construção de um panorama tão coeso e indefectível para o Brasil era, na visão do diplomata brasileiro, a oportunidade dos Estados Unidos se aproveitarem de um país aberto aos melhoramentos materiais de toda ordem. O elemento catalisador era o povo brasileiro.

Raça empreendedora, inteligente, ordeira, vivendo sob instituições políticas livres e estáveis e cultivando os mais altos ideais internacionais, a raça dos brasileiros tem a peito mostrar, em futuro não remoto, que merece a profecia de um grande presidente americano, o qual depois de nos conhecer, percorrendo o país de sul a norte, disse ser o século XX o século do Brasil³⁴⁷.

Se a retórica de Hélio Lobo era condizente com a realidade, a convocação da V Conferência Internacional Americana em 1922, pela União Pan-Americana, a colocaria à prova. Comparativamente às anteriores, a agenda do evento trazia um grande número de assuntos relativos à política americana, diferentemente do que os Estados Unidos desejavam. Destacavam-se os tópicos IX (Consideração de medidas tendentes a uma associação mais estreita das Repúblicas do continente americano no sentido de promover os interesses comuns), XII (Consideração da redução e limitação de despesas militares e navais em uma base justa e praticável) e XVI (Consideração das questões que resultem de um ato de uma potência não americana atentatório aos direitos de uma nação americana)³⁴⁸. Esses pontos respondiam aos interesses de países como Argentina, Brasil e Chile, que vinham debatendo a reestruturação de suas forças armadas. A Argentina, por exemplo, acusava o Brasil de reeditar uma política de imperialismo “com que sonhara o Barão do Rio Branco”, aumentando o efetivo naval. Do lado brasileiro, defendia-se que as forças navais deveriam ser proporcionais ao tamanho da costa de cada país, tese que não alcançou popularidade inclusive entre os chilenos³⁴⁹.

Hélio Lobo participou ativamente desses debates, haja vista sua nomeação como membro da delegação brasileira no certame em 10 de fevereiro de 1923. Ao seu lado estariam Silvino Gurgel do Amaral, embaixador do Brasil em Santiago e Afrânio de Melo Franco, presidente do grupo e homem de confiança do presidente Arthur Bernardes³⁵⁰.

Os trabalhos da Conferência duraram aproximadamente três meses. A delegação brasileira, recebida em fins de março pelo presidente chileno Arturo Alessandri e pelo Chanceler Luis Izquierdo, alertou-os sobre os possíveis problemas que encontraria no evento

³⁴⁷ Ibidem, p.555.

³⁴⁸ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1923-1924, p.23-26.

³⁴⁹ GARCIA, op. cit., 2006, p.242-243.

³⁵⁰ BRASIL, BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1922-1923, p.98.

caso houvesse desinteligência com a Argentina e o Uruguai, países que haviam recebido friamente os representantes brasileiros a caminho da capital chilena.

Na opinião de Afrânio de Melo Franco, “forças ocultas estariam interessadas em perturbar a ordem da conferência”, ouvindo do presidente chileno, em tom confidencial, a proposta de reunir os presidentes argentino, brasileiro, chileno e uruguaio para debater a questão dos armamentos fora do âmbito da conferência, evitando o desgaste nos debates do evento³⁵¹.

No entanto, o Itamaraty preferiu definir a estratégia para o evento oficial. Nas palavras de Garcia, “o governo brasileiro queria, no máximo, a aprovação de uma fórmula teórica ou texto genérico que afirmasse solenemente não estarem os Estados americanos se armando uns contra os outros”, servindo não para fomentar o conflito, mas “para atender às exigências de segurança interna e defesa”³⁵².

Sobre o evento, Hélio Lobo publicou o texto “O Brasil e seus ideais internacionais”, que integrava a obra *A passo de gigante* de 1925, mas veio à público em julho de 1923 por ocasião dos trinta anos de fundação da Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro. Na visão do diplomata, qualificar a postura brasileira no período como armamentista era incoerente, dado que na realidade se pretendia apenas efetivar um “modesto programa de defesa” e as opiniões dos países se ofuscavam nas comemorações do centenário da independência brasileira em 1922³⁵³.

Nesse mesmo sentido, e em artigo inserido na mesma obra de 1925, Hélio Lobo narrou os trabalhos da Conferência de Armamentos que havia sido realizada em Washington em 1922, com o objetivo de diminuir a sobrecarga dos armamentos dos países americanos e convidados. Entre os debates, foram discutidos os tipos de armas que poderiam ser usados em conflitos internacionais, servindo mais como recomendações aos países signatários do protocolo do que como normas a seguir. O contexto internacional contribuía para que esses temas estivessem na ordem do dia, haja vista a enorme perda de vidas na Guerra e os meios que se utilizaram para tal.

Ainda que os trabalhos do evento ocorressem de forma tranquila, a participação dos representantes brasileiros - liderada pelo embaixador Augusto Cochrane de Alencar, além de membros das Forças Armadas - foi destacada por expor o desejo do país em modernizar seu aparelhamento, projeto tentado sem grandes sucessos até por Rio Branco no início do século

³⁵¹ . Telegrama confidencial de Afrânio de Melo Franco a José Félix Alves Pacheco. Santiago, 23 de março de 1923, AHI.

³⁵² GARCIA, op. cit., 2006, p.253.

³⁵³ LOBO, Hélio. **A passo de gigante**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p.26.

XX. A cobertura da imprensa internacional e do Brasil publicizou esse anseio, que passou a ser interpretado com reservas pelos países da América do Sul³⁵⁴.

Outro motivo concorria para a desconfiança dos países vizinhos: a missão naval estadunidense de 1922, que teria como objetivo avaliar as condições da marinha brasileira, bem como apontar mudanças no seio da corporação. O Brasil havia se decidido pela marinha dos Estados Unidos, baseando-se no histórico de aproximação com aquele país, que interviu na Revolta da Armada de 1893-1894 e havia se destacado nas operações da Guerra de 1914-1918.

A missão representava para o governo brasileiro a manifestação de simpatia dos Estados Unidos pelo país e a consolidação da transição da esfera de influência britânica para a estadunidense no tocante aos assuntos militares. Como consequência, suscitou uma série de manifestações negativas por parte de países vizinhos como a Argentina, que qualificou o ato como “hostil”, ficando dali em diante “obrigada a recorrer à Grã-Bretanha para instruir sua armada”³⁵⁵. A desconfiança dos argentinos forçou o Secretário de Estado Charles Evan Hughes a se explicar, afirmando que não havia qualquer alteração no compromisso dos Estados Unidos quanto ao sentimento pan-americano.

O grupo iniciaria seus trabalhos no fim de 1922 e seria mantido nos anos seguintes, até a elaboração de relatórios completos sobre o *status quo* da armada brasileira. Nos trabalhos da Conferência, volta e meia a suposta necessidade do Brasil em se munir de armas mais modernas era apontada, coagindo os representantes brasileiros a dar explicações. Nos documentos analisados no Itamaraty, ficam explícitas as queixas de Melo Franco à delegação argentina, que parecia criar uma suposta atmosfera de hostilidade contra o Brasil, acusado nos trabalhos do evento de emperrar a solução da tese XII³⁵⁶. Hélio Lobo qualificava o episódio como exagerado, pois:

[...] a missão naval, encarregada apenas de por de pé um simulacro de esquadra, nunca organizada adequadamente, pode-se dizer, em trinta e quatro anos de República. E, também, necessidade imprescindível nossa, teve-se dessas circunstâncias notícia além de nossas fronteiras? [...] Não íamos, numa palavra, empreender senão reduzidamente o que outros fizeram em escala maior, anos antes. Mas, então, o drama tenebroso da guerra mundial pendia sobre a Terra e, em consequência, o ambiente era para armar; [...] Não são armas que desencadeiam num furor os homens contra os outros, mas o espírito de competição maligna, o desamor da paz, as discórdias funestas. [...] Vede a incoerência dos fatos, que nos enredam uma malha de suspeitas, porque mal grado um passado diáfano que é a maior garantia de um futuro sem malícia, queiramos talvez, completando um programa modesto de defesa, adquirir um couraçado!³⁵⁷

³⁵⁴ Ibidem, p. 12-15.

³⁵⁵ GARCIA, op. cit., 2006, p.218.

³⁵⁶ Documentos da delegação brasileira à V Conferência Internacional Americana – Santiago (1923), AHI.

³⁵⁷ LOBO, op. cit., 1925, p.26.

A campanha antibrasileira se intensificou quando foi noticiado que o governo de Artur Bernardes iria expandir as unidades de seu exército no sul do país, tornando a posição da delegação brasileira em Santiago, extremamente delicada. Em 23 de abril, o presidente brasileiro chegou a convocar uma reunião extraordinária em seu gabinete para estudar a posição do país e instruiu o Ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, a pedir a abstenção do Brasil no debate sobre armamentos. Não foi o que Melo Franco fez, pois redigiu uma “Declaração de Princípios” justificando que a finalidade dos programas relativos às forças armadas eram puramente pacíficos e sem qualquer caracterização imperialista³⁵⁸.

Paralelamente, Gurgel do Amaral anunciou a existência de uma carta confidencial em que o Brasil se comprometia a debater a tese XII, caso houvesse entendimento prévio a realizar-se em Valparaíso. A intenção dessa reunião encabeçada pelo Chile antecederia a Conferência de Santiago e trataria das questões sobre armamentos somente entre os países do ABC (Argentina, Brasil e Chile), dado que os demais países presentes à reunião não priorizavam a questão. As negociações para a realização da “Preliminar de Valparaíso”, como ficou conhecida a reunião, não foram bem sucedidas, embora os argentinos desejassem ver a questão discutida na conferência de forma oficial. A atitude do embaixador brasileiro causou forte polêmica nos trabalhos da Conferência, principalmente entre os argentinos, que classificaram o acordo de brasileiros e chilenos como um “pacto secreto”³⁵⁹.

Semanas antes, Hélio Lobo enviou ao Ministro das Relações Exteriores um documento reservado, no qual comentava a questão. Para ele, o Brasil aparecia ao mundo naquele contexto como “o propugnador de armamentos, adversário de sua limitação e criador, na América do Sul, do princípio da paz armada” e ao mesmo tempo, tinha nos encouraçados uma “expressão de soberania”, pois revelavam a imagem de um país forte. No mesmo documento é possível entender que as críticas que o país vinha recebendo ecoavam na política interna ao referirem-se à “segurança militar” necessária à manutenção da ordem e da política externa, ao que nomeou de “realização diplomática”, na medida em que as relações com a Argentina eram, àquela altura, sensíveis, sendo tarefa dos agentes brasileiros conduzi-las de modo adequado³⁶⁰.

³⁵⁸ GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 23, nº 46, 2003, p.190-191.

³⁵⁹ Ibidem, p.192.

³⁶⁰ Carta de Hélio Lobo a Afrânio de Melo Franco intitulada “As Conferências de Washington e Santiago, a limitação dos armamentos e a situação internacional do Brasil”. Santiago, 8 de abril de 1923. Biblioteca Nacional, Coleção Afrânio de Melo Franco, pasta 53.

Em que pese esse momento das relações bilaterais, é importante explicitar que o ano anterior à Conferência Internacional Americana foi de frequentes trocas de simpatias entre os países, culminando com a elevação da legação brasileira em Buenos Aires ao posto de embaixada.

O encerramento da Conferência de Santiago ocorreu no dia 3 de maio, após o fracasso nos debates do tema XII. Do ponto de vista prático, na cerimônia foi assinado o “Pacto Gondra”, referente aos temas IX e XVI do evento. Em linhas gerais, o tratado estabelecia que qualquer dificuldade entre dois ou mais países americanos deveria ser submetida a uma comissão investigadora, caso falhasse a via diplomática e o arbitramento. Como aponta Garcia, “esse seria um meio de mostrar que o Brasil estava realmente comprometido com a paz na região (o que muitos já punham em dúvida) e que também estava disposto a cooperar construtivamente para esse nobre fim”³⁶¹.

Cumprindo o protocolo, o chefe da delegação argentina Montes de Oca discursou e referiu-se ao espírito pacifista do país, afirmando que ali “havia dois professores para cada soldado”, dados que confirmavam as intenções apresentadas na Conferência. Do lado brasileiro, Afrânio de Melo Franco referiu-se à manutenção da soberania e à igualdade das nações como instrumento que os conduziria ao “reinado da paz, do direito e da justiça”³⁶².

No texto apresentado à Associação Cristã de Moços, Hélio Lobo terminou sua fala abordando outra questão sensível àquela época envolvendo a diplomacia brasileira: a experiência na Sociedade das Nações, na qual o Brasil lutava por um assento permanente no Conselho da Liga, ao invés do posto temporário. O trecho abaixo refletia não só a posição de Hélio Lobo sobre os fatos, mas a atitude do Brasil nas relações internacionais da década de 1920.

Agora passamos de vez a ser uma nação que sai do seu continente, para tomar parte e ser ouvida nas deliberações permanentes que respeitam ao mundo. Já se meditou bastante nessa fase de responsabilidade e renome, em que entramos? Eu creio na Sociedade das Nações, porque para mim o fato de 52 países da Terra se reunirem anualmente, a fim de tratarem dos interesses comuns, é um acontecimento auspicioso, nunca ocorrido nos anais humanos. [...] Nos cinquenta anos que vemos pela frente está preparado o caminho para que o Brasil tenha seu lugar entre as nações primazes. Depende de nós alcançá-lo. [...] E o Brasil, espelho e pátria nossa, nos recompensará. Grande ele há de ser, muito grande, além de todas as nossas esperanças. Que na realização dessa grandeza material não perca jamais a linha de honra, de idealismo, de sentimento da justiça internacional, que constitui, sem dúvida, seu mais belo patrimônio espiritual³⁶³.

³⁶¹ GARCIA, op. cit. 2006, p.267.

³⁶² MELO FRANCO apud LOBO, op. cit., 1925, p.27.

³⁶³ LOBO, op. cit., 1925, p.28-29.

A postura do Brasil no âmbito regional e, conseqüentemente, global, pode ser compreendida como exercícios de uma diplomacia que havia sido criada sob os princípios de Rio Branco, mantenedora de respeito no contexto internacional e que após a Grande Guerra, correspondia a um processo de adequação também da política externa face à transição da hegemonia britânica para a estadunidense, contemplando os desafios da I Guerra Mundial e da Sociedade das Nações. Esse contexto, bem como suas dificuldades subjacentes, revelava o caráter periférico do posicionamento brasileiro de “menor poder relativo” e subordinado às potências hegemônicas. Pecequilo aponta que diante disso, tendemos a desenvolver uma agenda de Relações Internacionais que relativizasse esta situação e melhorasse nossa inserção por meio de diferentes táticas³⁶⁴.

A estratégia adotada pela diplomacia brasileira sob a pena e a ação de Héliio Lobo era a de compreender quais seriam os limites do relacionamento com os Estados Unidos. Já havia se estabelecido o comércio como uma das prioridades da política externa do país, no entanto, temia-se uma postura mais agressiva e imperialista por parte dos estadunidenses pelo fato de possuírem, por exemplo, metade do ouro do mundo em seus cofres em meados de 1925.

Para o diplomata brasileiro, “não adiantavam declamações retóricas, ligas latinas ou apelos à velha Europa”. Era preciso conhecer as reais intenções dos países americanos e principalmente as dos Estados Unidos. Afirmava também que a “vida entre os povos vai ficando de tal modo interdependente” e “a distribuição da riqueza se vai revelando de tal maneira desigual, que a competição para posse de certos artigos fundamentais se agrava a cada dia, conduzindo não raro, à guerra”³⁶⁵. A solução para evitar a “dominação perniciosa” seria adotar os princípios de cooperação conjugados à postura que deveria preservar o país dos excessos do capital estrangeiro, pois:

Não dará frutos, certamente, a política econômica do Brasil, que se não inspirar no conhecimento exato dos fatores internacionais. Essa política ainda está por fazer, sendo insignificante nosso lugar nas tabelas de compras e vendas, comparado com o de outros países de menor população e recursos naturais infinitamente mais limitados³⁶⁶.

Nas palavras de Moniz Bandeira, Héliio Lobo “preferia aconchegar-se da águia, julgando que assim o Brasil se defenderia melhor de sua fúria, quando ela alçasse o voo para rapina”³⁶⁷.

³⁶⁴ PECEQUILO, op. cit., p.225.

³⁶⁵ LOBO, op. cit., 1925, p.42-43.

³⁶⁶ Ibidem, p. 47.

³⁶⁷ BANDEIRA, op. cit., p.215.

É a mesma percepção que se encontra na correspondência com o Ministério das Relações Exteriores no ano de 1924, quando o diplomata priorizava a divulgação de informações relativas à organização do movimento operário nos Estados Unidos e acerca do processo eleitoral no mesmo ano.

A preocupação com esses temas foi convertida em dois longos textos publicados em *A passo de gigante*, analisando não somente o histórico de organização dos trabalhadores naquele país, mas as reivindicações da época, um contexto do qual o Brasil poderia se mirar para não enfrentar dificuldades no plano interno.

O primeiro deles, “Reforma pela evolução” era um tema até então inédito na carreira de Hélio Lobo, costumeiramente preocupado com as questões internacionais. Referia-se à crescente movimentação dos trabalhadores das indústrias dos Estados Unidos, que requeriam direitos e melhorias das condições de trabalhos existentes. Ao se procurar entender as intenções do autor ao elaborar tal ensaio, encontra-se a preocupação em indicar quais eram as ações do governo estadunidense no sentido de conter a desordem decorrente das manifestações dos trabalhadores, considerando que no Brasil começavam a surgir as primeiras organizações sindicais e de operários, além da criação do Partido Comunista do Brasil em 1922.

A primeira metade da década de 1920 nos Estados Unidos foi marcada pelo crescimento de protestos sociais, levando os governos de Warren Harding (1920-1924) e Calvin Coolidge (1924-1928) a adotarem diversas medidas favoráveis à classe empresarial e contrárias à regulação estatal. Do outro lado da sociedade, os trabalhadores - grupo no qual se inseriam negros, mulheres e imigrantes - passaram a enfrentar violências e preconceitos crescentes, engendrando a organização de sindicatos que não encontravam respaldo na legislação do país. A elaboração de leis trabalhistas que atenuassem os conflitos entre trabalhadores e patrões ironicamente permaneceu “estacionada ou até retrocederam por causa de decisões da Suprema Corte e de governos estaduais que reafirmaram a liberdade de contrato”³⁶⁸.

Nesse sentido, o diplomata brasileiro espantava-se não só com o rápido crescimento do setor industrial nos Estados Unidos, mas com a profunda organização dos trabalhadores que haviam criado estruturas complexas de defesa de seus interesses em resposta à passividade do governo republicano. As reivindicações fundamentais (horas de trabalho, exclusão de menores nos postos de trabalho, compensação por acidentes e desemprego) estavam sendo progressivamente incorporadas mediante um grande número de greves e boicotes que atrasavam a produção. As alternativas de solução desses conflitos, de forma paralela, iam

³⁶⁸ KARNAL, Leandro (org.). **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2008, p.200-201.

evoluindo na forma de tribunais de conciliação, arbitramento ou os chamados “ajustes industriais”, nos quais representantes das empresas negociavam acordos diretamente com os trabalhadores-reclamantes.

Na exposição dos fatos, Hélio Lobo criticou as posições radicais de socialistas e anarquistas, minorias radicais que prejudicavam a maioria dos trabalhadores daquele país por propor um “igualismo anônimo contra a aristocracia das aptidões”. Elas também podem ser percebidas ao longo de todo o texto, quando se formula a tese de que a diminuição dos problemas entre capital e trabalho poderia ser resolvida através da evolução das instituições (jurídicas, políticas e sociais), não pela via revolucionária defendida por esses grupos, certamente influenciada pelos acontecimentos de 1917 na Rússia e fortalecidos com o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922³⁶⁹.

Gigantesco laboratório político são os Estados Unidos da América, por isso, um vasto campo de renovação social e econômica. Grandes problemas ainda os esperam no futuro, além deste do capital e do trabalho, apesar de toda sua grandeza e todos seus feitos [...] Quando observo este país na plenitude de sua vida criadora, quando o admiro na sua lição diária de democracia, oportunidade para todos disciplina coletiva, quando o antevejo no futuro ainda maior e mais próspero, é no Brasil que penso. Nestes cinquenta anos, que se nos vão abrir pelo diante, com imensos destinos a cumprir, as bacias fluviais a se povoarem, cidades a se erguerem, uma ilimitada riqueza natural a explorar-se, grandes indústrias a surgirem, vamos também mediar, saibamos ser dignos dos recursos que nos couberam, educando a consciência nacional pelo voto e a instrução, desenvolvendo a iniciativa privada ao lado e em harmonia com a geral e preferindo sempre à novidade das renovações superficiais e violentas o caminho mais longo mas seguro da reforma pela evolução³⁷⁰.

O segundo texto escrito pelo cônsul brasileiro referia-se às eleições presidenciais de 1924 nos Estados Unidos e que culminaram com a vitória de Calvin Coolidge, do Partido Republicano, em novembro do mesmo ano. O objetivo do texto era apresentar, via interpretação histórica, a evolução das instituições políticas estadunidenses, bem como a formação e funcionamento dos partidos e dos três poderes do país, indicando o significado da democracia que ali havia se constituído.

O Estado norte-americano era, nas palavras de Hélio Lobo, uma criação inédita na história das civilizações em que os princípios liberais (inspirados em John Locke) figuravam como a mola mestra do desenvolvimento individual e social do país. Aí residia a essência da democracia estadunidense, baseada “na igualdade de oportunidades para todos e não no grau

³⁶⁹ LOBO, op. cit., 1925, p.181-190.

³⁷⁰ Ibidem, p.226-227.

de subordinação em que viviam sob o Estado”, mostrando que “democracia é isso mesmo, a sucessão de erros para a devida correção, quer numa quer em gerações sucessivas”³⁷¹.

A publicação desses textos sobre a sociedade e a política dos Estados Unidos, marcados pelo elogio por vezes desmedido ao seu regime democrático, mascaravam os problemas daquela sociedade e demarcavam o grau de dependência que o Brasil deveria se balizar para aproveitar as oportunidades que fossem aparecendo no horizonte internacional. Em outras palavras, demonstravam a adesão de Hélio Lobo pelas instituições estadunidenses e por seu *modus operandi*, e as dificuldades da própria política externa brasileira, que sob a gestão dos sucessores de Rio Branco não conseguia manter a autonomia decisória do período de 1902-1912.

Assim, parecia adotar uma posição de alinhamento com subserviência³⁷². Ironizando o quadro, José Honório Rodrigues afirmou que “ninguém discordava do pan-americanismo dirigido pelos Estados Unidos”, e que este era um projeto que não tinha opositores³⁷³.

A vivência de Hélio Lobo nos Estados Unidos foi significativa porque permitiu ao diplomata brasileiro observar e anotar impressões sobre a conjuntura internacional em um país cada vez mais relevante do ponto de vista econômico para o Brasil. Se os primeiros cinco anos naquele país foram marcados pelo clima de estreitamento comercial e político, o ano de 1926 representou um grave “ponto de inflexão” para a política externa brasileira, considerando-se num primeiro momento a experiência constrangedora da discussão sobre armamentos na V Conferência Internacional Americana de Santiago e o desgaste na Sociedade das Nações, em que a busca por um assento permanente no Conselho levou o Brasil a se retirar da instituição no mesmo ano³⁷⁴.

Essa inflexão ressoou na terceira obra publicada pelo diplomata especificamente sobre os Estados Unidos e o Brasil. Em “Brasileiros e Yankees”, seguiu-se o esquema das publicações anteriores “Cousas americanas e brasileiras” e “A passo de gigante”, onde as informações técnicas eram destacadas com a finalidade de fomentar o comércio entre os dois países. No entanto, essa tríade, que serviu para a distinção e publicização dos valores de Hélio Lobo, não era tomada como uma simples transmissão de dados, mas, de outra feita, como uma busca pela compreensão da opinião pública, dos grupos políticos e sociais, bem como sua importância, seu grau de influência sobre as lideranças e seus métodos³⁷⁵.

³⁷¹ Ibidem, p.376-377.

³⁷² CERVO, op. cit., p.230.

³⁷³ RODRIGUES, op. cit., p.107.

³⁷⁴ GARCIA, op. cit., 2006, p.423.

³⁷⁵ DUROSELLE, op. cit., p.123-124.

Partindo-se da premissa de que essas ações são inerentes ao ofício diplomático, a carreira de Hélio Lobo foi bastante produtiva nos Estados Unidos, onde pode oferecer um quadro complexo de características sobre a política interna e externa do país na década de 1920, e especialmente no turbulento ano de 1926.

Em “Brasilianos e Yankees” as intenções do representante brasileiro pareciam se acentuar em prol da preservação dos laços de amizade com os Estados Unidos, ao que o fez recorrer à análise histórica para justificá-los. Tais ações, igualmente presentes nas obras anteriores nos Estados Unidos, distinguiram-se pelo momento de sua produção, na qual o Brasil era considerado pelo próprio Itamaraty como um país abandonado no próprio continente. Essa qualificação feita pelo próprio Itamaraty era responsabilidade única e exclusivamente do Brasil, que se deixou enfraquecer paulatinamente³⁷⁶.

Hélio Lobo notava as dificuldades do país na execução de sua política exterior especificamente no campo comercial, por ter perdido, por exemplo, sua importância na produção de borracha para os países orientais por falta de investimentos em novas técnicas de aumento da produtividade. Os casos do café e do açúcar eram semelhantes, haja vista que os próprios países vizinhos ao Brasil vinham crescendo suas exportações para os Estados Unidos e gerando certo decréscimo do produto brasileiro naquele mercado. A preocupação de Hélio Lobo, ao fim, era a mesma do governo brasileiro, que preferia manter a exportação de alimentos e matérias primas ao invés de modernizar a economia do país, mantendo-se inclusive a ideia de que os recursos aqui seriam infinitos e nossa situação privilegiada se comparada aos demais países³⁷⁷.

Para contornar a situação houve, no tocante ao café, uma política de valorização sistemática, iniciada com o Convênio de Taubaté em 1906 e acentuada na década de 1920. Um dos símbolos dessa política foram (os já mencionados) institutos de defesa do café que deram força a instituições semelhantes, mas na visão do diplomata brasileiro não encontravam um contexto favorável de atuação em razão da estrutura oferecida pelo governo brasileiro e pelo Itamaraty, que não repassava as informações aos produtores e exportadores. O tom das palavras de Hélio Lobo expunha seu grau de preocupação em relação ao descompasso entre a diplomacia brasileira e o assunto.

Quando, depois da guerra, os países da Europa e América reorganizaram seus serviços no estrangeiro, dotando-os do necessário aparelho para a competição a surgir, nós ficamos no que estávamos. Não há remodelação real do serviço, não há estímulo,

³⁷⁶ GARCIA, op. cit., 2006, p.430-431.

³⁷⁷ LOBO, Hélio. **Brasilianos e Yankees**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1926, p.98-100.

não há cooperação, não há inspiração de acordo com as necessidades atuais; o que existe é um precário mecanismo de diplomacia nos velhos modos, ou apenas política.

Veja-se um dos maiores postos de interesse brasileiro, além de nossas fronteiras, os Estados Unidos da América. Todo nosso aparelho de vigilância e expansão se resume numa Embaixada desprovida, invariavelmente, devido às condições materiais de existência, do pessoal regulamentar, já de si escassíssimo; de um adido comercial ausente há dois anos e há um inexistente; de dois consulados gerais, de cinco consulados simples e vários vice consulados honorários. Em todos, sem exceção, os recursos, a orientação são tão pobres que mal dão para a rotina de cada dia. [...] Esperamos em tudo que o mercado venha a nós, em vez de nós chegarmos até ele. Pois não está aí ainda o café como exemplo?³⁷⁸

Se a questão era apenas contornada e não solucionada pelo governo brasileiro, o desenrolar dos fatos iria agravar o quadro porém, a partir dos Estados Unidos. Em outubro de 1925, o Secretário de comércio Herbert Hoover discursou para inúmeros representantes de importadores de café, criticando a atuação de países como o Brasil, que pareciam monopolizar o produto. Para o político estadunidense, era preciso fortalecer a legislação contra os monopólios e favorecer a concorrência internacional, que obviamente levaria à redução do preço do produto naquele mercado, além de induzir a redução de empréstimos aos países que executavam tais práticas, estimular a produção em outros países e iniciar uma campanha de diminuição da compra e uso dos produtos vendidos por preços extorsivos. Os jornais dos Estados Unidos chegaram a afirmar que o próprio Hoover não mais beberia café em sinal de protesto contra os “preços artificiais”³⁷⁹.

Do lado do governo brasileiro, procurou-se desconstruir tal campanha via embaixada em Washington. Gurgel do Amaral reiterou em ofício que não havia “monopólio envolvido na política cafeeira brasileira e que discussões públicas sobre o tema poderiam perturbar as relações amigáveis entre o Brasil e os Estados Unidos”³⁸⁰.

Os desentendimentos entre Brasil e Estados Unidos chegaram ao ápice quando uma série de empréstimos pretendidos pelo Estado de São Paulo via Itamaraty foram negados não só pelo Departamento de Comércio, mas pelo Departamento de Estado daquele país, que reiterava a acusação de monopólio. De Nova Iorque, Hélio Lobo manteve o tom de alerta:

“O falado predomínio do Brasil no café os não menos discutidos meios empregados para garanti-lo, vão sugerindo certo número de medidas de resistência, de efeito futuro, que, se podem deixar de realizar-se, ou se se realizarão parcialmente, não nos devem

³⁷⁸ Ibidem, p.116-117. O assunto foi objeto de atenção na imprensa brasileira. O Jornal do Commercio publicou uma nota intitulada “A cooperação como segredo do sucesso americano”, comentando a obra de Hélio Lobo e sua atuação em prol do estreitamento dos negócios entre Brasil e Estados Unidos. A ênfase dada pelo cônsul à cooperação era, segundo a reportagem, um dos mecanismos mais eficazes em matéria política internacional. 16 de agosto de 1926, pasta 6, Arquivo da ABL.

³⁷⁹ GARCIA, op. cit., 2006, p.323.

³⁸⁰ Ibidem, p.327. Cf. Ofício de Gurgel do Amaral ao Itamaraty. 16 de setembro de 1925.

desinteressar. [...] E como é coisa que tomará tempo, insiste o Departamento do Comércio no seu plano de reorganização de grandes companhias ou *trusts*, para a dominação dos mercados fora e suprimento de artigo a preço equitativo. Anuncia-se a legislação federal necessária para breve”³⁸¹.

A contenda foi “resolvida” com a obtenção de um empréstimo do governo brasileiro em Londres, que representava o contraponto ao crescimento dos Estados Unidos na América do Sul e no Brasil.

De outra parte, não é forçoso reconhecer que as palavras cada vez mais ásperas de Hélio Lobo e o recrudescimento da campanha contra o café brasileiro, ao invés de lhe injetarem fôlego, acabaram por minimizar suas críticas, até porque não houve qualquer reestruturação do consulado brasileiro em Nova Iorque.

Uma das razões que pode contribuir para o relativo descaso ao consulado brasileiro notado por Hélio Lobo foi a transição presidencial brasileira em 1926, quando Washington Luís sucedeu o governo - conturbado - de Artur Bernardes (1922-1926). Apesar de o novo presidente ter procurado seguir os passos de seu antecessor, a composição do ministério não teve como critério o preparo técnico, sendo distribuído a lideranças regionais de diversos estados.

No Ministério das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, que era engenheiro por formação, não possuía qualquer experiência no plano internacional. Ao mesmo tempo, o governo de Washington Luís herdava os problemas do governo anterior, caracterizados pela Revolta Paulista de 1924 e pela eclosão da Coluna Prestes em 1925, representando sinais de protesto contra a ordem vigente, sendo liderados por setores das Forças Armadas descontentes.

Para o diplomata brasileiro, tais problemas repercutiam negativamente nos negócios do Brasil nos Estados Unidos, considerando a ação da “mão oculta estrangeira” na política interna brasileira. Em sua análise, as leis brasileiras eram demasiadamente liberais com os estrangeiros que vinham para o país com o único intuito de alterar a ordem e instituir o “reino da anarquia”, sendo necessário corrigi-las urgentemente. Essa externalidade da causa dos problemas internos brasileiros era o panorama em “O Brasil visto de fora”, artigo em que conjecturava sobre os impactos dos problemas brasileiros nos Estados Unidos.

Os que vêm os sucessos ocorridos em São Paulo, durante o mês de julho de 1924, à luz de fatores exclusivamente brasileiros, desconhecem o que vai hoje pela nação. Houve neles, é certo, fatores políticos nacionais, mas houve também a ação do braço estrangeiro, não do que tem cooperado conosco para nosso progresso, mas do abusivo e anárquico, que só vive de agitação. Cerca de um quarto das forças em rebelião, apanhadas pelo governo federal, eram estrangeiros, recentemente chegados ao país. Não foi assim uma revolta de São Paulo, mas em São Paulo, se estudada adequadamente. E

³⁸¹ LOBO, op. cit., 1926, p.122-123.

ali explodiu pelo combustível do descontentamento político, que deparou em seu favor³⁸².

Outros assuntos foram abordados pelo diplomata e, considerando sua harmonização com as elites do campo político, poderiam ser tomados como provocações a tais grupos. Ao analisar a escassa participação do eleitorado nas eleições presidenciais, Hélio Lobo criticou a inação do governo em não estimular a participação do povo nos processos de decisão política, levando-se em consideração que 80% da população brasileira não sabia ler nem escrever, entregando nas mãos de um pequeno grupo a direção dos destinos do país. Completava o contexto recomendando a instituição do voto secreto, ao contrário do voto aberto previsto na Constituição de 1891, como “bom começo para a reforma da educação política nacional de que tanto precisamos”³⁸³.

Para Hélio Lobo a questão a ser resolvida pelo Brasil entre 1925 e 1926 era a instituição de uma série de reformas políticas que tinham como eixo a revisão das atribuições dos estados e da União a fim de aperfeiçoar seu relacionamento. É importante lembrar que a segunda metade da década de 1920 somente representava o já referido “ponto de inflexão da política externa brasileira” em razão de problemas internos, envolvendo uma progressiva quebra da aliança política entre as elites donas do poder. Essa justificativa mostrava-se tão relevante na opinião do representante brasileiro que apesar da imprensa internacional considerar o “fantasma da secessão” como algo possível no Brasil, a força da cultura brasileira era maior.

O Brasil tem uma uniformidade de caracteres nacionais ainda maior, pela identidade de língua, religião e costumes, uniformidade não minorada pelo advento em massa de grandes levas imigratórias. O que será o resultado desse advento, agora que essas grandes levas vão sem dúvida povoar nossas bacias fluviais, pondo em valor nossas riquezas, só o futuro pode dizer. A resistência do caráter nacional, no preservar sua unidade étnica e política, tem por si, porém, boas credenciais. O rádio, o aeroplano, esses e outros meios de aproximação vãos, aliás, compensar nosso atraso facilitando a obra invisível, mas profunda da coesão nacional³⁸⁴.

Esse traço da visão de Hélio Lobo pode ser percebido em outro texto publicado nos Estados Unidos em que defende a educação política como modo de se prevenir os conflitos e os tumultos em “praça pública”. Percebe-se que ele mantinha uma crença quase permanente na existência de um destino para o Brasil e excetuando-se o grau de retórica em seus argumentos, esse seria cumprido pela ação coletiva dos brasileiros, que deveriam se aproveitar dos recursos

³⁸² LOBO, op. cit., 1926, p.141.

³⁸³ Ibidem, p.143.

³⁸⁴ Ibidem, p.147.

oferecidos pelo país (tanto naturais quanto culturais) para evoluir no contexto internacional. Esse simples argumento poderia ser o guia da renovação do Brasil em matéria financeira, campo onde se multiplicavam as críticas à atuação do governo federal³⁸⁵.

A publicação de informações características ao ofício diplomático foi constantemente objeto de atenção de Hélio Lobo nos Estados Unidos. Nesse campo, Jean-Baptiste Duroselle explica que o agente diplomático deve continuamente elaborar uma síntese das informações quantitativas, técnicas e qualitativas disponíveis às suas mãos, caso contrário, a coleta de informações não tem serventia alguma. Dentro dessa perspectiva de análise, três tipos de síntese são identificáveis: a síntese sobre a situação maleável e de curta duração, relacionada às experiências adquiridas; a síntese sobre a conjuntura, isto é, ligada a uma evolução relativamente efêmera dos acontecimentos; e por fim, a síntese sobre a estrutura, calcada na evolução lenta de uma estrutura. Em outras palavras, a tipologia contempla a síntese de curta, média e longa duração, certamente análoga à teoria da história (guardadas as devidas proporções e aproximações) defendida por Fernand Braudel ao longo do século XX³⁸⁶.

Avaliando-se o conteúdo e o objetivo das obras de Hélio Lobo entre 1920 e 1926, podem ser localizadas as três modalidades de síntese arrogadas por Duroselle, haja vista que seus textos não miravam o imediatismo e sim a compreensão da estruturação dos campos político, social e econômico dos Estados Unidos.

Em “Brasileiros e Yankees” tem-se um exemplo: a síntese de curta duração estava centrada nos artigos sobre a vida política do país, quando dissertou sobre a atuação do candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1924, Robert La Follette (um crítico do jogo partidário entre democratas e republicanos, do qual havia se desligado para criar o partido progressista) ou ainda, nos aspectos comerciais, referindo-se à votação do orçamento estadunidense e da carga tributária do país. A conclusão do diplomata era, nesses casos específicos, tirar proveito das situações de modo a fazer com que o Brasil se instrísse acerca do funcionamento da máquina política daquele país.

Na média duração encontram-se os artigos referentes às possibilidades de exportação dos produtos brasileiros para os Estados Unidos, como o caso do café, açúcar e da borracha, dos quais o Brasil precisava fazer valer seu peso como país exportador majoritário dessas mercadorias e recuperar a fatia de mercado perdida nos últimos anos para outros países.

³⁸⁵ Ibidem, p. 160-164.

³⁸⁶ DUROSELLE, op. cit., p.124-125. Cf. BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.

Por fim, sua síntese sobre a longa duração, perceptível na análise histórico-diplomática sobre o relacionamento bilateral. Em dois artigos - “Rio Branco e seu círculo de ouro” e “Um criador da boa amizade” - encontram-se sinopses baseadas no passado brasileiro.

“Rio Branco e seu círculo de ouro” tinha como subtítulo “a propósito do entendimento brasileiro-americano” e fora escrito para justificar historicamente o relacionamento amigável entre os dois países, além de indiretamente elogiar a figura de Rio Branco, mito da política exterior brasileira e dos diplomatas que estavam ao seu redor. No texto, Hélio Lobo procurou combinar as trajetórias individuais com sua ascensão à diplomacia, tendo como pano de fundo o aprofundamento das relações entre Estados Unidos e Brasil.

A esse tempo já começava o barão a fazer o que sempre o distinguiu depois - ter ao seu lado, com ele cooperando estreitamente, uma plêiade de homens es escol, todos quantos, com luzes e patriotismo, queriam trabalhar por esta nossa pátria, nas letras, nas artes, na advocacia, na diplomacia, na engenharia, na medicina, na poesia, cartógrafos, doutores, pintores, geógrafos, professores, em cujo número estavam Enéas Martins [...], João Pandiá Calógeras [...] e também, grande na capacidade e na tragédia que o ia tragar depois esse genial Euclides da Cunha [...]. Do grupo de sua predileção, que Gastão da Cunha aqui comandava, contavam-se, lá fora, Joaquim Nabuco e Domício da Gama. [...] Se Domício era o mais íntimo dos amigos do Barão, no exterior, Nabuco era, pela idade e pelo papel histórico, o de mais ascendência³⁸⁷.

Para Hélio Lobo, o traço distintivo da gestão de Rio Branco foi considerar o Brasil como um país americano, sobretudo; não um “enxerto” da Europa. A lição era manter o edifício iniciado pelo Chanceler brasileiro entre 1902-1912 baseado no ideal de entendimento do país com os Estados Unidos “não para diminuição de terceiros, mas, ao contrário, para melhor desenvolvimento geral”³⁸⁸.

O segundo artigo de caráter histórico era “Um criador da boa amizade”, que abordava o processo de reconhecimento da independência do Brasil pelo diplomata José Silvestre Rebello nos Estados Unidos. As justificativas para a elaboração de tal texto atendiam aos interesses imediatos da política externa brasileira naquele país, além de significar indiretamente uma comemoração do centenário da independência do país.

Tendo em vista que um dos objetivos desse ato é “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador” ou ainda “a sacralização dos grandes valores ou ideais de uma comunidade”³⁸⁹, o cônsul brasileiro procurou elaborar um texto em que instituía o ato de reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos e a ação

³⁸⁷ LOBO, op. cit., 1926, p.166-167.

³⁸⁸ Ibidem, p.168.

³⁸⁹ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 22, nº44, p.431.

de Silvestre Rebelo como criadores da amizade do Brasil com aquele país. Assim, entendia que “em diplomacia, mais talvez do que qualquer outro ofício humano depende o êxito em grande parte da personalidade” e José Silvestre Rebelo a tinha, pois havia coroado “de complexo êxito a missão”³⁹⁰.

A interpretação do reconhecimento elaborada pelo autor nessa obra partia do pressuposto de que a missão era demasiadamente complexa, pois na América do Norte emergia uma nação com bases republicanas e no Brasil, principiava a Monarquia ligada à Europa pelo sangue real, além de internamente, haver uma revolta em Pernambuco (a Confederação do Equador) e o país não possuir ainda uma Constituição.

O grande artífice do contexto era o representante brasileiro, em torno do qual Hélió Lobo construiu uma narrativa de suas relações com o Secretário de Estado John Quincy Adams. Na complicada transação em que chefiava Rebelo, não faltaram referências à Doutrina Monroe, da qual se utilizou para obter sucesso em prol de sua causa, apesar do Secretário dos Estados Unidos relutar em reconhecê-la por ver na Monarquia um possível posto de aliança com a Inglaterra e potências europeias³⁹¹.

A missão comportava três objetivos: obter o reconhecimento formal do Império pelo governo norte-americano, sondar as possibilidades de um tratado de aliança defensiva e ofensiva entre os Estados Unidos e o Brasil e, por fim, articular a compra de navios para a nascente Armada brasileira.

No curto texto, Hélió Lobo encontrou espaço para criticar (como vinha fazendo ao longo de “Brasileiros e Yankees”) os escassos recursos destinados à diplomacia brasileira pelo governo. Ainda que em tempos diferentes, notava que “as necessidades de uma administração contínua, nem sempre existem para os dirigentes do Brasil, os quais esquecem que, para fora, o Estado é um só, embora guiado por homens diversos nos vários governos que se sucedem”. Eram muitas as reclamações, segundo o cônsul brasileiro, dos diplomatas que precisavam fazer empréstimos pessoais no exterior em razão da ausência de pagamentos ou de despesas urgentes³⁹².

Igualmente era manifestada a visão de Hélió Lobo sobre a história, em que predominava a psicologia de personagens-símbolo e as constantes descrições sobre os fatos selecionados. Essa visão partia do “pressuposto de que o homem, naturalmente levado a lutar com seus semelhantes pela obtenção de bens naturais, dele necessita para estabelecer a ordem social e,

³⁹⁰ LOBO, op. cit., 1926, p.173.

³⁹¹ Ibidem, p.192.

³⁹² Ibidem, p.194-195

como governante autorizado, promover as relações exteriores”³⁹³. Podem-se perceber esses traços gerais nas primeiras obras sobre a história da diplomacia brasileira no Rio da Prata, quando transcrevia exaustivamente os documentos da chancelaria do país limitando-se a fornecer uma visão oficial dos fatos. A instituição desse método de se escrever a história pautada nos documentos diplomáticos prevaleceu até a Grande Guerra de 1914-1918 e foi seguida nos anos seguintes.

Assim foi tratado Silvestre Rebello, que a despeito da desconfiança de Adams, foi apresentado junto a James Monroe, presidente dos Estados Unidos, como representante do Império brasileiro. O feito foi tomado como reconhecimento, apesar dos estadunidenses não o declararem oficialmente e o clima de incerteza se espalhar no governo brasileiro por não receber comunicação oficial sobre o feito até o fim de 1824. Hélio Lobo tratava a questão com certa “naturalidade” por entender que o enviado brasileiro nos Estados Unidos não possuía experiência em assuntos internacionais apesar de ser um exímio negociador. A questão seria resolvida definitivamente em 1825, quando os Estados Unidos nomearam um representante para o Brasil por saberem do (bom) andamento das negociações do país com Portugal pelo reconhecimento³⁹⁴.

3.3 Na América do Sul: entre Montevidéu e o Rio de Janeiro

A inflexão ocorrida na política externa do Brasil no ano de 1926 ressoou profundamente na trajetória intelectual de Hélio Lobo. O momento foi de mudanças práticas na carreira diplomática, representadas por sua transferência do consulado de Nova Iorque para o de Montevidéu - e a promoção - como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, em 20 de maio de 1926. A saída dos Estados Unidos não se deveu a nenhuma desinteligência entre o diplomata e o Itamaraty, haja vista que o mesmo fora promovido e estava a um degrau do posto mais alto da carreira, o de embaixador.

Em dezembro de 1926, o país possuía apenas onze embaixadores e treze ministros plenipotenciários, números que demonstravam o quão seletos eram o alto escalão da diplomacia brasileira, apesar de ser plausível considerar que a remoção de Hélio Lobo também se deveu

³⁹³ MALATIAN, op. cit., 2001, p.152.

³⁹⁴ BANDEIRA, op. cit., p. 52-57. Cf. BRASIL. **Brasil – Estados Unidos, 1824-1829**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

minimamente, às críticas presentes em seus textos nos Estados Unidos sobre a precariedade de recursos destinados aos representantes ali residentes³⁹⁵.

O contexto de sua transferência pode ser interpretado como o de reaproximação do Brasil no continente após a saída da Sociedade das Nações e a necessidade de se reforçar o comércio com os países vizinhos, há muito “abandonado”. Vista do campo da política interna, a mudança representava a necessidade do governo recém-empossado em colocar diplomatas mais experientes em legações até então não muito valorizadas. O mesmo poderia ser considerado no campo cultural, onde o Brasil pouco conhecia sobre as artes e letras do Uruguai, relatava Hélio Lobo ao presidente da ABL Coelho Neto³⁹⁶. Visando tal promoção, a ABL e o governo brasileiro doaram centenas de livros a bibliotecas públicas no Uruguai, sendo homenageados com a nomeação de uma escola pública como “*Escuela Republica del Brasil*”³⁹⁷

Um dos documentos mais relevantes e referentes ao processo de retomada da política exterior brasileira para a América do Sul foi produzido no início de 1927, por Ronald de Carvalho, oficial do gabinete de Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores. No relatório elaborado por Carvalho constavam informações estratégicas que foram transmitidas para Hélio Lobo, como a de que a política uruguaia dependia daquela feita em Buenos Aires pelos vínculos históricos, políticos e culturais e os cidadãos daquele país faziam uma péssima imagem do Brasil. A síntese do autor não era positiva. Pelo contrário, afirmava o abandono do Brasil no continente e recomendava uma atitude discreta³⁹⁸.

O relatório terminava com a enumeração de objetivos a serem estudados e colocados em prática nos próximos anos, como a resolução definitiva de questões de fronteiras; instruir as legações e representantes brasileiros a fim de aumentar a propaganda sobre o país no continente; desconstruir o rótulo feito sobre o Brasil, acusado injustamente de imperialista e evitar acordos de qualquer ordem e que fossem negociados unilateralmente junto aos países sul-americanos.

Chamavam atenção os três últimos tópicos, pois era justamente o que Hélio Lobo vinha executando nos Estados Unidos. Eles eram: manter um serviço regular de informações nos principais órgãos de imprensa americana sobre todos os setores da atividade brasileira; facilitar a publicação de obras sobre a história diplomática do Brasil, de modo a acabar com falsas

³⁹⁵ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1926)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, anexo B, p.9.

³⁹⁶ Carta de Hélio Lobo a Coelho Neto. Montevideu, 1 de setembro de 1926, pasta 4, Arquivo da ABL.

³⁹⁷ Carta de Hélio Lobo a Fernando Nery. Montevideu, 3 de dezembro de 1927, pasta 2, Arquivo da ABL.

³⁹⁸ CARVALHO, Ronald de. Relatório reservado sobre a política exterior do Brasil e dos países da América do Sul. Rio de Janeiro, 1927. AHI. Cf. GARCIA, op. cit., 2006, p.425-434, em que o autor faz referência ao mesmo texto.

interpretações sobre o passado do país e por fim, disseminar nas universidades sul-americanas e conhecimento das tradições e cultura brasileiras³⁹⁹.

No Uruguai, Hélio Lobo procurou seguir as recomendações do relatório de Ronald de Carvalho, negociando o estabelecimento das fronteiras pendentes com o Brasil no trecho que se referia às áreas dos rios Jaguarão-Rio Branco e Quaraí, ainda não demarcadas. Em 24 de dezembro de 1927 foram trocadas notas em que os dois países iniciariam a delimitação a partir do trabalho de uma comissão mista com representantes dos dois países⁴⁰⁰.

O relatório elaborado por Ronald de Carvalho teve um impacto mais significativo e objetivo na carreira de Hélio Lobo. É o que indicava o ofício endereçado a Montevideu em 9 de dezembro de 1927, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores. O documento ia de encontro às indicações que o diplomata vinha apontando nos Estados Unidos sobre o *status quo* da diplomacia brasileira, ao considerar que:

A situação atual, em que os que trabalham no país não tem meios de saber com segurança a que vai pelo exterior, nos diferentes domínios da atividade econômica, e em que os diplomatas, cônsules e adidos comerciais não sabem propriamente a que fazer, ou, no muito, se limitam a funções puramente burocráticas, ou a propagandas desconexas e, pois, afinal, inúteis, não deve continuar, nem há motivo por que se não corrija, dentro da boa razão e do bom senso. Acordos, convênios, tratados de comércio, muito há a examinar e a resolver sobre a espécie⁴⁰¹.

Otávio Mangabeira notava que, apesar do país possuir representações ao redor do mundo, pouco se sabia sobre o trabalho realizado pelos agentes comerciais, cônsules e diplomatas em geral, pois as informações eram mal divulgadas e desorganizadas. Ao mesmo tempo reconhecia que os recursos destinados para a reversão desse quadro não eram suficientes, fato que o levou a se reunir junto ao presidente da República e deliberarem a necessidade de se organizar no âmbito do Itamaraty, uma comissão que trataria dos assuntos internacionais especificamente no campo econômico e comercial.

Hélio Lobo seria nomeado o responsável pelos trabalhos de tal comissão, trabalhando no exterior⁴⁰². A resposta veio no dia 21 de dezembro.

Senhor Ministro,

³⁹⁹ Ibidem, p.155-162.

⁴⁰⁰ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1927)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p.22 e anexo A, p.21-24. Cf. Notas de 24 de dezembro de 1927, AHI.

⁴⁰¹ Otávio Mangabeira a Hélio Lobo. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1927, AHI.

⁴⁰² Ibidem. Cf. Circular do MRE número 192 (31 de março de 1928), 193 (2 de abril de 1928) e Aviso aos Estados brasileiros, 22 de maio de 1928. AHI.

1. Honrou-me, sobremaneira, Vossa Excelência com o Despacho G/3, de 9 do corrente cuja recepção tenho a honra de acusar.
2. Tarefa complexa e relevante, como bem diz Vossa Excelência, essa vem, há muito tempo, sendo reclamada, e por ela me tenho pronunciado, embora obscuramente, há longos anos.
3. Outros certamente há, na carreira, mais à altura do encargo, como o compreende Vossa Excelência. E isso aumenta meu reconhecimento.
4. Declarando-me ao inteiro serviço de Vossa Excelência e renovando os agradecimentos que tive ocasião de dirigir pelo telégrafo, aproveito o ensejo para renovar os protestos de minha respeitosa consideração⁴⁰³.

Em 1928 Hélio Lobo debruçou-se sobre o trabalho da comissão, paralelamente à rotina em Montevideu. Nessa seara, o ministro brasileiro concluiu a assinatura de tratado relativo à extradição, renegociou o saldo da dívida entre os dois países, do qual o débito seria investido em obras de benefício comum e publicou uma nova obra: “A democracia uruguaia”, que mantinha a proposta de divulgar informações sobre países onde houvesse legações do Brasil.

Para a empreitada, realizou consultas aos arquivos diplomáticos da legação brasileira em Montevideu, no Itamaraty e no IHGB, aonde chegou a conferenciar sobre o processo de independência uruguaio no dia 27 de agosto. Nas palavras de Afonso Celso, Hélio Lobo era naquele momento não só o intérprete do instituto, mas de todo o Brasil no Uruguai: “A Guerra da Cisplatina e a Convenção de 1828” foi publicada na Revista do IHGB e no Jornal do Comércio e representava sua ampla inserção nos espaços de sociabilidade brasileiros.

O texto era um panorama histórico no qual entendia que a autonomia do Uruguai se consolidara, apesar das dificuldades, mediante ação conjunta de Brasil e Argentina, que trabalharam “unicamente pela paz”. Para o conferencista era possível perceber, já naquele período, a semente de um modelo de democracia, dada a organização da sociedade e política uruguaia.

Pequeno pelo território, mas grande pelos sacrifícios de sua formação, no passado, e o conjunto de suas realizações, no presente, o Uruguai provou, assim, que merecia as esperanças dos que, há cem anos, o viram nascer para a vida internacional: e estes o Brasil e a Argentina, que iniciaram, com sua independência, a política invariável do desenvolvimento pela paz e pelo trabalho, que constitui, no século decorrido, motivo de orgulho para a civilização nesta parte da América⁴⁰⁴.

⁴⁰³ Hélio Lobo a Otávio Mangabeira. Montevideu, 21 de dezembro de 1927, AHI.

⁴⁰⁴ LOBO, Hélio. A guerra da Cisplatina e a convenção de 1828 (Conferência no IHGB). **Jornal do Comercio**, 28 de agosto de 1928. Cf. RIHGB, Tomo 104, vol. 158, p.1032. O texto aludia ao centenário da independência uruguaia e no contexto de realização do I *Primer Congreso de Historia Nacional* do Uruguai, realizado no ano de 1928.

Em seu livro sobre o Uruguai, Hélio Lobo manifestou a extrema importância que aquele país tinha para o comércio do Rio Grande do Sul e para o Brasil, mostrando-se preocupado por causa da diminuição do comércio bilateral nos últimos anos da década de 1920 e do crescente protecionismo do governo uruguaio. O Brasil respondia por apenas 5% das importações do país, ao passo que os argentinos, 9%; os Estados Unidos lideravam com 26%. O trabalho do governo brasileiro, pregava Hélio Lobo, não era muito diverso do que deveria ser feito pelo Brasil no restante da América: era preciso “cooperar para resolver”.

Ensina o prodigioso progresso americano que o segredo está no sucesso. Está não em cabeças primazes ou gênios de realização fora do comum, mas na identidade de ação, que, unindo e coordenando esforços, os multiplica e revigora ao infinito. Os grandes *trusts*, as combinações industriais, que desafiaram homens e leis e criaram naquela terra um novo ritmo de viver, não têm outra origem⁴⁰⁵.

Em sua visão sobre o perfil do homem americano, fazia uma distinção que explicava a evolução de um país como os Estados Unidos e os da América do Sul. Completava sua recomendação ao considerar que:

Não conhece o latino esse poder associativo e sua ação é, antes, insulada, e por isso, lenta e menos eficaz. No próprio E.U.A. só conheceram os agrários a força que tinham nas mãos quando, depois da Guerra de 1914, se viram pela necessidade, constrangidos a reunirem-se e ampararem-se⁴⁰⁶.

A proposta de Hélio Lobo para incrementar os negócios brasileiros no Uruguai era específica. Dever-se-ia abandonar o sistema *ad valorem* pelo sistema de direitos específicos, dado que as taxas do primeiro variavam de 37 a 51%, e, em segundo lugar, acabar com o “nacionalismo” de uma pequena parcela da população uruguaia que se recusava a comprar mercadorias vindas do Brasil. A correspondência trocada pela legação do Brasil em Montevideu com o governo do Rio Grande do Sul nos anos seguintes demonstrava o caráter de urgência que tinha a aproximação comercial com os Uruguaios⁴⁰⁷.

Não é desmedido lembrar que 1928 era um ano significativo para os cidadãos da banda oriental do Rio da Prata por representar o centenário de sua independência em um conflito justamente contra o Brasil. No entanto, Hélio Lobo avaliava que o quadro era favorável à expansão comercial brasileira, apontando que o país tinha terras pobres e caras, além de focar

⁴⁰⁵ LOBO, Hélio. **A democracia uruguaya**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p.24.

⁴⁰⁶ Ibidem, p.25.

⁴⁰⁷ Carta de Hélio Lobo a Décio Coimbra. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1929 e Carta de Décio Coimbra a Hélio Lobo, 28 de junho de 1929, Arquivo Getúlio Vargas/CPDOC.

seu comércio quase que exclusivamente na pecuária, fatos dos quais os produtores brasileiros não tinham conhecimento ou não se interessavam⁴⁰⁸.

Houve espaço para diversos elogios. Admirava-se Hélio Lobo pelo sistema escolar e pela organização burocrática do Estado uruguaio, que inspirava-se no patriotismo e focava-se nas políticas de bem-estar social. No Uruguai já estavam regulamentadas medidas como a carga horária diária de 8 horas diárias, o salário mínimo e a aposentadoria desde 1918, ações que haviam se desenvolvido graças ao surgimento da assistência social⁴⁰⁹.

Na perspectiva política, chamavam a atenção do diplomata brasileiro os progressos relativos ao desenvolvimento da democracia a despeito do caudilhismo: Na Constituição Uruguaia, apontava Hélio Lobo, “está ausente a palavra *estado de sítio*”. A eleição direta do presidente e o voto secreto, proporcional e obrigatório, eram igualmente avanços notáveis e que traduziam a ampliação dos direitos de cidadania no país do qual o Brasil precisava se espelhar⁴¹⁰.

No final de 1928, Hélio Lobo foi ao Rio de Janeiro para cumprir a tarefa que onze anos antes coube a Lauro Müller: participar da recepção de um acadêmico na Academia Brasileira de Letras. O ingressante era Alberto de Faria, abolicionista e republicano histórico eleito para a cadeira número 39, vaga em razão do falecimento de Oliveira Lima, diplomata e fundador da ABL. Hélio Lobo foi escolhido para o ato pela ligação simbólica a Oliveira Lima, pioneiro nos estudos de história diplomática e a quem Hélio Lobo nutria apreço por serem confrades nos mesmos espaços de sociabilidade: Itamaraty, IHGB e ABL.

Em seu discurso, Alberto Faria abordou, tradicionalmente, a trajetória de seu antecessor, destacando a importância que teve na consolidação da escrita da história do Brasil, bem como a do patrono da cadeira, Francisco Adolfo de Varnhagen, “o primeiro desbravador da história do Brasil”.

Os dois nomes inscritos na Cadeira que me cabe a honra de zelar, são os dos dois criadores da História do Brasil. A vida desses ilustres historiadores parece ser uma o prolongamento da outra; elas se seguem cronologicamente e de tal modo se assemelham sob o aspecto da psicologia dos dois eméritos cultores de letras históricas e na finalidade dos respectivos trabalhos e aptidões, que o estudo de Oliveira Lima sobre a personalidade de Varnhagen, na belíssima oração proferida nesta Academia em 1903, tem aparências de autobiografia. A uniformidade das trilhas por ambos seguidas é curiosa. A cinquenta anos de distância, os dois partiram do mesmo ponto, viajaram os mesmos caminhos, exploraram as mesmas veredas para fim comum, – “investigar a

⁴⁰⁸ Ibidem, p.34, 50 e 65-66.

⁴⁰⁹ Ibidem, p.128-135.

⁴¹⁰ Ibidem, p.158-166.

história pátria, ressuscitar crônicas esquecidas nas bibliotecas e documentos soterrados nos arquivos, valiosos corretores de falsidades e ilustrados colecionadores de fatos”⁴¹¹.

Analisando-se as trajetórias dos nomes envolvidos, tanto os elogiados quanto os ali presentes, entende-se que o discurso de Alberto de Faria reverenciava aquilo que não somente Varnhagen e Oliveira Lima fizeram, mas Hélió Lobo vinha fazendo: a associação entre a diplomacia e a escrita da história.

Com o auxílio dos vencimentos do cargo, onde buscavam confessadamente os recursos materiais de viver e os auxílios oficiais para devassar bibliotecas e arquivos, andaram os dois cobiçando, com meio século de intervalo, os postos onde houvesse História do Brasil a descobrir⁴¹².

Alberto de Faria não poupou louvores a Oliveira Lima, alvo de tantos protestos anteriores por ser rotulado de monarquista e adversário de Joaquim Nabuco, e recentemente, por ter deixado no estrangeiro sua biblioteca. No seu entender, “lhe devemos a solene reparação de levantar até este recinto tão injustas acusações [...] à figura moral do ilustre compatriota e para aprendermos no seu exemplo a amar a pátria com sacrifício e a servi-la com inteligência”⁴¹³.

Respondendo ao ingressante, Hélió Lobo lembrou-se do quão contrastante era aquele momento, considerando que, aos sessenta e três anos, Alberto de Faria já era uma personalidade tarimbada nas colunas da imprensa brasileira, ao passo que ele próprio era um “iniciante” aos quarenta e cinco anos de idade. Referindo-se a Varnhagen e a Oliveira Lima, o diplomata brasileiro não deixou de falar sobre a característica que os reunia: o fascínio pela história.

Vós vos referistes, com justeza, em Francisco Adolfo Varnhagen e Manuel de Oliveira Lima, à índole combativa, para não dizer acaso bravia. Trabalhadores infatigáveis, não procuraram o lado cômodo das coisas, preferindo-lhe, por vezes, a atitude beligerante. Mas não é a vida mero espelho do que nos vai por dentro? Cada um conforme seu fígado, diziam os físicos de antanho, quando melhor acertaríamos, hoje, afirmando que a cada qual seus devaneios. O encanto da história consiste em que, sendo a mesma, é sempre outra; e o dos homens não está menos no mosaico de seus humores e predileções. Pois aqueles, como escreveu Vieira, “amam as cousas não como são, senão como as imaginam e o que se imagina e não é, não o há no mundo”⁴¹⁴.

⁴¹¹ FARIA, Alberto de. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos. Tomo II. 1920-1935**. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p.709.

⁴¹² Ibidem, p.711.

⁴¹³ Ibidem, p.727.

⁴¹⁴ LOBO, Hélió. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos. Tomo II. 1920-1935**. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p.734.

Não faltaram alusões à diplomacia, entendida como uma prática pautada pela disciplina, cultura e temperamento, sendo esse o ingrediente mais importante no meneio dos interesses nacionais. Tais menções não eram direcionadas a Alberto de Faria, que havia ocupado brevemente um posto diplomático no exterior, mas a si próprio, que vinha criticando a escassez de recursos direcionados às reproduções brasileiras no exterior.

O que sucede é que, de sua natureza reservada, vive a carreira na disciplina; pouco do que constitui seu esforço total sai da reserva e vem a conhecimento público; e o sacrifício em silêncio, malgrado serviços cabais, forma, não raro, o drama íntimo, irrevogável e tremendo, como esse em que se finou nosso Domício da Gama, tão cedo apartado de nós, exemplar vivo de doçura, zelo também da profissão e amor do Brasil. O estancear por terras peregrinas, na representação oficial, traz ao espírito um equilíbrio de julgamento e um trato de coisas e gentes, muito de encarecer; mas vai acumulando suas horas crescentes de melancolia, à medida que os anos avançam e a Pátria, sempre perto no coração, se afasta cada vez mais, na escala do tempo⁴¹⁵.

Seguindo o protocolo, Hélio Lobo comentou as publicações de Alberto de Faria: “Política Fluminense” (1900) e “Mauá” (1928), contextualizando essa última no panorama político do Segundo Reinado. Mauá era o modelo a ser seguido pelos brasileiros que desejavam ver o país se desenvolver, dada sua genialidade ao empreender e inovar não só no Brasil, mas no Uruguai, onde o diplomata brasileiro contou ter se admirado com a quantidade de locais públicos e privados que estampavam o nome de Irineu Evangelista de Sousa. Associando-o ao contexto, também destacou a importância que o Imperador teve no processo como “pêndulo fiel entre nossas deficiências e exaltações”, ainda que a República colocasse termo em seu governo.

A lição do segundo reinado é a do homem, que, pelo equilíbrio de suas faculdades e o conhecimento do meio, nos permitiu crescer na integridade territorial e política, já que o progresso geral, sacrificado, acima de tudo, pela escravidão, só a República podia trazer em suas fórmulas e sua época, ensinando com a escola, descentralizando com a federação, povoando com o braço estrangeiro, unido pelas vias de penetração. E gêmea da felicidade espiritual, irradiada dos centros em moldes sempre melhores, é a outra, da prosperidade econômica, que ao Brasil vai também caber: uma zona igual à da Europa, mas sem barreiras alfandegárias nem questões de raça, na qual circulem livremente, num mercado de milhões de almas, todos os produtos da terra e da manufatura nacionais⁴¹⁶.

⁴¹⁵ Ibidem, p.746.

⁴¹⁶ Ibidem, p.753.

O discurso de Hélio Lobo ecoou na imprensa, que noticiou sua carreira e a de Alberto Faria, além de transcrever trechos das falas e destacar a associação entre a diplomacia e as letras presente na Academia Brasileira de Letras⁴¹⁷.

As viagens do diplomata entre o Rio de Janeiro e Montevideu passaram a ser frequentes desde 1926. Em meio a essa intensa movimentação, o diplomata-historiador foi convidado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) para conferenciar sobre o patrono de sua cadeira na ABL, Francisco Otaviano⁴¹⁸. A conferência inseria-se em um projeto originalmente do IHGB, em que se procurava valorizar os “grandes vultos da história nacional” na década que se comemorava o centenário da independência do Brasil. Para tanto, Francisco Otaviano foi demasiadamente elogiado por ter participado ativamente dos grandes questionamentos pelos quais o Império brasileiro havia atravessado através da imprensa e do campo político, do qual participou como deputado e senador até sua morte em 1889⁴¹⁹.

As palavras de Hélio Lobo remetiam ao discurso realizado por ocasião de sua posse na ABL dez anos antes, no entanto, percebe-se que o rebuscamento e o estilo narrativo por ele adotado estavam em harmonia com o que requeria o IHGB desde 1914, que se mostrava familiarizado com as principais tendências europeias que orientavam o estudo da história. Em outras palavras, através da escrita da história era preciso fornecer de modo pragmático “bons exemplos e lições de civismo”: era o que cumpria o diplomata-historiador⁴²⁰.

Os compromissos não se resumiam ao comparecimento em sessões da ABL ou do IHGB, pois contemplavam os trabalhos da comissão que organizava o serviço de informação comercial do Itamaraty e que vinham se reunindo ao longo dos anos de 1927 e 1929, ano em que foram criados, como resultado desses esforços, os Serviços Econômicos e Comerciais. Eles estariam no âmbito da Secretaria de Estado e trabalhariam junto ao Itamaraty para garantir o repasse de informações e oportunidades aos exportadores e importadores brasileiros.

No Decreto de 24 de setembro de 1929 estavam enumerados os objetivos dos Serviços: a) coligir dados a fim de manter, em relação às repartições no exterior, um serviço permanente de informações sobre o Brasil, com ênfase nos aspectos de natureza econômica e comercial; b) elaborar para as missões diplomáticas e consulados instruções que os orientassem sobre o que deveriam desempenhar; c) recolher informações da imprensa e da opinião pública em geral,

⁴¹⁷ O Imparcial, 27 de dezembro de 1928 e O Estado de S. Paulo, 13 de dezembro de 1928, pasta 6, Arquivo da ABL.

⁴¹⁸ LOBO, Hélio. O cantor que venceu as sereias (Conferência realizada no IHGSP). **RIHGB**, Tomo 105, v. 159, 1929, p. 149-169. Cf. Cópia da conferência no Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, GV c 1929.00.00/10.

⁴¹⁹ Ibidem, p.159-160.

⁴²⁰ GUIMARÃES, op. cit., 2007, p.89-90.

fontes de investigação; d) organizar e manter um serviço de acompanhamento de informações que interessasse ao comércio exterior; e) criar e manter atualizado um arquivo de leis, impostos, acordos comerciais e estatísticas que possam ser úteis ao Brasil no sentido de ampliar suas exportações; f) tomar conhecimento de notícias publicadas no exterior sobre o Brasil para promover a retificação de falsas ou imprecisas informações; g) criar e publicar o Boletim dos Serviços Econômicos e Comerciais⁴²¹.

No Relatório que sintetizava os trabalhos da comissão, Hélio Lobo apontava alguns avanços, afirmando que as informações recebidas de fora melhoravam gradualmente em razão da publicação de boletins sobre o Brasil em mais de um idioma estrangeiro e da elaboração de questionários sobre os principais artigos de exportação do Brasil e os países concorrentes. A partir de 1928 passaram a ser distribuídas duas vezes por semana informações vindas do exterior a 448 entidades no Brasil, número que havia aumentado para 687 em 1929. Na lista de recomendações, o ministro brasileiro considerava que era importante fazer com que os membros do corpo diplomático e consular, quando em férias no país, visitassem instituições e consultassem os Serviços para aperfeiçoarem o conhecimento sobre os negócios brasileiros⁴²².

Os trabalhos realizados entre 1927-1929 indicam que Hélio Lobo não os tomou como tarefas meramente burocráticas, pois foram sintomáticas suas sugestões no tocante à composição e aos trabalhos do corpo diplomático. Muitos membros dissociavam os assuntos políticos dos econômicos, compartimentando um trabalho que não era reunido e repassado ao Itamaraty, além de haverem inúmeros postos ocupados por gente despreparada. Por isso era urgente o estabelecimento de critérios não só quanto à seleção de pessoal, mas do tempo de permanência de cada um no exterior e acerca das gratificações, precárias em alguns postos⁴²³.

Para efetuar a divulgação dos Serviços Econômicos e Comerciais, o Ministério das Relações Exteriores requisitou que Hélio Lobo elaborasse textos a serem publicados na imprensa e realizasse conferências em instituições que se interessassem pelo assunto. Dessa forma, discursou no Club Rotário do Rio de Janeiro em janeiro; na Universidade de Minas Gerais em abril; na Associação Comercial de São Paulo, em junho e na Federação das Associações Comerciais do Brasil no Rio de Janeiro, em dezembro. A tônica era semelhante em todas as ocasiões, ou seja, defendia a aproximação dos empresários exportadores e

⁴²¹ Decreto de 24 de setembro de 1929. In: BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores: Serviços Econômicos e Comerciais (sua organização e seus trabalhos)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p. XIV-XV.

⁴²² Carta de 30 de novembro de 1929, Ibidem, p. XV-XX.

⁴²³ Ibidem, p. XXI-XXIII.

importadores brasileiros e representantes dos estados brasileiros com os Serviços Econômicos e Comerciais a fim de aumentar a competitividade do Brasil no contexto internacional.

Pelas suas funções, está o Ministério das Relações Exteriores em posição de chamar a atenção do país para tais problemas. Órgão intermediário, seu papel é, entretanto, imenso, pois forma nosso traço de união com o estrangeiro. Até ontem todo entregue á parte política, que nele foi a preocupação fundamental e que nos permitiu, ainda agora, pela mão de seu eminente titular, fechar definitivamente a extensa linha de fronteira, está hoje empenhado, sob a mesma alta iniciativa, em nos integrar na economia universal, pela melhor compreensão de nossas necessidades materiais no mundo⁴²⁴.

Hélio Lobo também defendeu que o Brasil deveria mudar a política de prestigiar determinados países na eliminação de tarifas alfandegárias, como os Estados Unidos, dado que a abertura de tal precedente estimularia outros países a fazê-lo, prejudicando a arrecadação nacional. Justificando a pertinência da criação dos Serviços, atentava para o fato de que:

O problema econômico do Brasil tem um duplo aspecto: a produção e seu escoamento para os mercados estrangeiros. Se para ele trabalham outros órgãos do Governo Federal e dos Estados, não será de menor relevo a ação do Ministério do Exterior, através do organismo agora iniciado. Épocas de competições rudes, não permite figuremos atrás. Nossas crises, sem exceção, não se filiam a outra causa mais do que o desconhecimento, em que sempre temos vivido, das necessidades mundiais e seu jogo de competições. Sem educação técnica, econômica e comercialmente falando, não se faz nenhuma nação; e essa educação só pode advir do contato diuturno com o mundo, contato que os Serviços Econômicos e Comerciais estabelecem e melhoram gradativamente. Lembremo-nos de que a lição do estrangeiro nos deve aproveitar em todos os sentidos, se é que queremos competir vitoriosamente com outros⁴²⁵.

Notado e requisitado nos espaços de sociabilidade tradicionais do país e tendo feito valer sua perspectiva de trabalho dentro do Itamaraty, entende-se que o encerramento das atividades que engendraram os “Serviços” marcou o fim uma nova etapa na trajetória de Hélio Lobo. Sua ampla produção intelectual e os resultados práticos alcançados no período demonstravam a força de sua distinção perante seus pares e a complexificação de sua visão de mundo, que incorporou maciçamente os temas relativos ao comércio exterior brasileiro. Comparados à década anterior, seus escritos focaram-se menos na reflexão histórica do que no comércio exterior, não representando, ao fim, a diminuição do conhecimento de seu nome e suas ações, mas na associação cada vez mais estreita entre o diplomata e o historiador.

⁴²⁴ LOBO, Hélio. A ação dos Estados e o Ministério das Relações Exteriores (Na Universidade de Minas Gerais), 24 de abril de 1929, *ibidem*, p.65.

⁴²⁵ *Idem*, Conclusão (Na Federação das Associações Comerciais do Brasil, 18 de dezembro de 1929), *ibidem*, p.92.

CAPÍTULO 4 CONTRA O GOVERNO PROVISÓRIO E O RETORNO AO PAN-AMERICANISMO

4.1 Os novos tempos e o exílio

No final da década de 1920 os representantes da política externa brasileira direcionavam suas atenções ao continente americano visando a diminuição do relativo “isolacionismo” obtido após a saída da Sociedade das Nações e as discussões acerca dos armamentos. Contribuiu para a empreitada a VI Conferência Internacional Americana realizada em Havana em 1928, da qual Hélio Lobo não participou em razão dos serviços prestados ao Itamaraty no Rio de Janeiro. Em Cuba, a delegação brasileira chefiada por Raul Fernandes defendeu a bandeira da conciliação entre os países americanos, secundarizando tensões entre os presentes.

O desafio imposto à delegação brasileira era o de atravessar a Conferência sem enfrentar diretamente os países americanos e resgatar a postura de “solidariedade continental” referendada pelo Ministério das Relações Exteriores. Essa ação passava pela sintonização com os interesses estadunidenses, que entre os diversos assuntos debatidos ali, defendiam o direito de intervir em países “desgovernados” para socorrer cidadãos do país. O tema foi tratado pelo Itamaraty como algo polêmico e Otávio Mangabeira recomendou que os diplomatas brasileiros não se opusessem aos Estados Unidos justamente pelo fato da postura brasileira ser contrária e entender que nenhuma justificativa se sobrepunha à soberania dos Estados. Ao longo dos debates, a delegação brasileira procurou se esquivar de tal polêmica e votou as demais questões, relativas à cooperação intelectual e comercial, ao lado dos Estados Unidos⁴²⁶. Ao término da Conferência a manutenção das boas relações com os Estados Unidos foi aplaudida pelo Itamaraty, que considerou favorável a ausência de desgostos com a Argentina naquele certame, e para Otávio Mangabeira, o Brasil havia cumprido seu “objetivo político”⁴²⁷.

Ao se fazer um balanço das reuniões interamericanas realizadas em 1923 e 1928, bem como do teor das pautas de cada uma, entende-se que o pan-americanismo dividia-se em três matrizes ligadas à formação histórica de cada região do continente representadas pela posição estadunidense, argentina e brasileira.

Desde meados da década de 1880, os Estados Unidos eram os propositores de uma visão economicista orientada pela assinatura de acordos e tratados com os países do continente e que

⁴²⁶ Telegrama de Otávio Mangabeira a Raul Fernandes, 10 de fevereiro de 1928, AHI.

⁴²⁷ Telegrama de Otávio Mangabeira a Gurgel do Amaral, 24 de fevereiro de 1928, AHI.

visava a expansão de seus mercados e produtos. Essa visão foi aperfeiçoada nas primeiras décadas do século XX não somente pela ampliação de sua presença em outras regiões da América, mas pelos contornos políticos que o entrelaçamento com sua economia revelava. Em outras palavras, aproximar-se economicamente dos Estados Unidos significava em muitas ocasiões obter sua suposta simpatia em questões políticas. Esse era o entendimento do Brasil, que acreditava haver um pan-americanismo utópico, do qual os Estados Unidos eram os líderes. Na visão do governo brasileiro e do Itamaraty a tese da “aliança não escrita” com os estadunidenses era autêntica e fora testada não somente nas conferências americanas, mas na Sociedade das Nações, conforme abordagem feita no capítulo 3. Os argentinos eram representantes da herança bolivarista, que apelava a uma posição independente e que supostamente conferia autenticidade à sua liderança na porção sul do continente. Essa perspectiva chocava-se com a brasileira, que procurava se distanciar da “hiperatividade político-diplomática” do governo de Arthur Bernardes e manter uma profunda discrição nos assuntos internacionais⁴²⁸.

No entanto, a equação entre as circunstâncias da política interna somadas às da externa sintetizaram uma ampla exposição do Brasil no contexto internacional. No plano interno, as oligarquias no poder digladiavam-se pela indicação do próximo candidato à presidência da República. Em meados de 1929, as lideranças paulistas romperam com a chamada “política do café com leite” indicando Júlio Prestes à presidência e os mineiros por sua vez, levantaram o nome de Getúlio Vargas, garantindo o apoio de outros estados do país ao formar a Aliança Liberal. Esse processo de desgaste no campo político interno chegou ao ápice com a quebra da bolsa de Nova Iorque, no mesmo ano.

As causas que auxiliam o entendimento desse evento eram praticamente as mesmas notadas por Hélio Lobo em suas obras sobre os Estados Unidos, tais como o protecionismo alfandegário, a especulação financeira e a alta produção industrial, que atingia cerca de 40% do total mundial. Somavam-se ao contexto o fato dos Estados Unidos serem os credores do mundo europeu pós-guerra e do Brasil ser progressivamente dependente de seus empréstimos e da exportação de café, características que influenciaram diretamente o comportamento do campo político brasileiro. Esse conjunto de fatores foi fundamental para a crise na bolsa de valores em Nova Iorque e os impactos no Brasil que chegou a vender as ações das empresas por cerca de 10% do seu preço anterior, engendrando uma ampla restrição de crédito no mercado internacional e a falência de centenas de empresas.

⁴²⁸ GARCIA, op. cit., 2006, p.450-453.

Para o Brasil, que vinha enfrentando dificuldades na exportação do café devido à superprodução, a crise foi fatal. O país dependia da estabilidade econômica mundial para manter o desempenho de suas atividades comerciais e o que se viu foi a profunda diminuição das importações de seu principal produto nos Estados Unidos, além do estrangulamento do orçamento de estados e da União que tiveram investimentos e crédito cortados abruptamente.

A consonância dessas circunstâncias com a crise política interna brasileira denunciou a convulsão do modelo agroexportador e os alicerces do Estado oligárquico, que entrou definitivamente em colapso após a vitória do candidato indicado pelos paulistas, Júlio Prestes, e a contestação dos resultados pela Aliança Liberal, em março de 1930. Associando-se às camadas militares descontentes, membros das oligarquias dissidentes partiram do sul do país com o objetivo de derrubar o regime e impedir a posse do presidente eleito no início de outubro.

O Itamaraty cuidou para que as notícias sobre qualquer “movimentação revolucionária” fossem desmentidas e que os diplomatas negassem todas as informações divulgadas pela imprensa estrangeira, especialmente dos países vizinhos e os Estados Unidos. Temia-se que os boatos fortalecessem o movimento liderado pela Aliança Liberal e freá-los era uma ação prioritária, embora os diplomatas pouco soubessem do que estava se passando no território brasileiro. Foram emitidas notas circulares sobre a situação política do Brasil nas quais se afirmava o espírito de tranquilidade interna, bem como a inexatidão das notícias divulgadas via revolucionários. Essas ações expunham uma disputa entre quais eram grupos os que detinham a suposta verdade sobre os fatos, movimentando a troca de correspondências no Itamaraty. Os diplomatas de todas as partes do mundo passaram a requerer informações diariamente, recebendo como resposta sucintas palavras: “tudo falso” ⁴²⁹.

Nesse contexto, Otávio Mangabeira comentou à época que Hélio Lobo havia se recusado a participar de um banquete oferecido por Júlio Prestes, que iria apresentar suas propostas ao corpo diplomático do país. Tal posicionamento acabou gerando desconfiças ao diplomata brasileiro, as quais geraram a suposição de que havia aderido à Aliança Liberal. Hélio Lobo só conseguiu desfazer essa imagem após intervenção de Mangabeira, que “batalhou pela índole sem manchas” do ministro brasileiro no Uruguai⁴³⁰.

De outra feita, parecia haver um desmedido otimismo por parte do governo brasileiro na medida em que as notícias sobre a organização dos revoltosos, bem como sua movimentação não eram transmitidas aos representantes brasileiros no exterior, favorecendo sua ação. A única ação que demonstrou preocupação foi a instituição de um salvo-conduto aos representantes

⁴²⁹ Ibidem, p.555-557.

⁴³⁰ VIANA FILHO, Luiz. **Otávio Mangabeira: um homem na tempestade**. Brasília: s/e, 1986, p.52.

internacionais residentes no Brasil, que poderiam transitar pelo território a fim de transmitir informações ao exterior, haja vista que as comunicações nos estados dominados pela Aliança Liberal haviam sido cortadas. Era o caso do Rio Grande do Sul, de onde havia saído Getúlio Vargas no início de 1930 rumo ao Rio de Janeiro. Ali, mesmo com a censura imposta pelo governo federal algumas correspondências acabavam chegando ao exterior, incendiando a batalha pela sua veracidade.

Em Montevideu, Hélio Lobo foi informado do andamento do processo pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Oswaldo Aranha, amigo de Getúlio Vargas.

Eminente amigo ministro Hélio Lobo

Estou informado de que aí se propalam notícias inverídicas a respeito do momento político brasileiro. Respeitando, embora, a sua situação oficial perante o Catete, não só devido ao conceito de que é justamente merecedor, como ao apreço pessoal que lhe consagro, tomo a liberdade de assegurar-lhe que o movimento está vitorioso do norte ao sul do país. No instante em que lhe escrevo, acabo de ter comunicação oficial da queda do Sergipe, cujo governador fugiu. A Bahia também está gravemente perturbada. A sua generosa terra mineira tem se excedido a todas na ação vitoriosa. Estou em correspondência diária com o presidente Maciel, varão que encheria de orgulho a mais nobre estirpe. Restam ao presidente da República São Paulo, atacado e invadido por nossas vanguardas e perturbado em seu interior, o Estado do Rio, também invadido pelos mineiros, a Capital Federal, sufocada pela polícia, e o pobre Amazonas. Esses elementos são mantidos pelo terror e pela mentira. Aproveitando a viagem do coronel Ganzo Fernandes para aí, achei de bom aviso apresentá-lo ao ilustre amigo, que por seu intermédio, poderá ter ciência da realidade dos acontecimentos, que já empolgaram todas as consciências. Está é a verdade, meu nobre amigo, que confirmo com a minha honra. Não demorará muito para que penetre por todos os olhos e ouvidos. Aguarde e verá. Transmita à sua senhora nossas homenagens e creia-me muito pelo seu afeto e admiração⁴³¹.

Oswaldo Aranha havia sido informado dias antes acerca da missão de Lindolfo Collor na Argentina, que tinha como objetivo divulgar os propósitos da “Revolução Brasileira”, expor a marcha dos acontecimentos e caso necessário, prover os revolucionários de elementos como armas, munições e outros materiais⁴³². E encarregou-se de fazer o mesmo papel no Uruguai ao comunicar-se com o diplomata brasileiro, com o qual possuía bom relacionamento, perceptível em comunicações anteriores em que o diplomata repassava sobre o comércio do charque gaúcho no Uruguai e se desculpava por não poder comparecer à posse de Aranha como secretário do interior no governo do Rio Grande do Sul⁴³³.

⁴³¹ Carta de Oswaldo Aranha a Hélio Lobo. Porto Alegre, 16 de outubro de 1930. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, rolo 2 fot. 0152/1 a 0152/2.

⁴³² COLLOR, Lindolfo apud GARCIA, op. cit., 2006, p.558.

⁴³³ Cartas de Hélio Lobo a Oswaldo Aranha. Montevideu, 30 de abril de 1925 e 01 de junho de 1927. Arquivo Oswaldo Aranha, CPDOC, rolo 1, fot. 631, 917 a 918; Ibidem, Montevideu, 16 de janeiro de 1928, Arquivo Oswaldo Aranha, CPDOC, rolo 1, fot.990.

Do Itamaraty, Hélio Lobo recebeu instruções para propagandear a favor do governo de Washington Luís nos jornais uruguaio e reiterar a estabilidade do *status quo*. Montevideu, era ao lado de Buenos Aires, um posto estratégico para o Brasil contrarrevolucionário, sendo indispensável o controle das informações divulgadas na região. Ciente desse fato, o diplomata brasileiro manifestava seu temor pela eclosão de uma guerra civil e pelos excessos que uma revolução traria ao país.

Penso que o movimento que separa em dois campos a família brasileira tem causas muito mais fundas do que parece. Ele exprime o choque de duas correntes buscando leito próprio, conservadora, uma, avançada outra, inspiradas ambas na mesma finalidade nacional. Encaminhar essas correntes, evitando que desfechem em desintegração e ruína será obra de estadista, digna de realização. As personalidades, nos dois lados, contam pouco. Sua disposição atual é mesmo tão contraditória, que faz supor uma anarquia espiritual irremediável. Entretanto, são, nesta crise de crescimento, intérpretes todas conscientemente ou não, de forças maiores - a profunda transformação por que vamos passando, mais difícil no Brasil do que em qualquer outro país, porque somos de fato, a muitos respeito, mais uma reunião de nações do que uma só, pela diversidade de zonas, os interesses agrários e industriais antagônicos, o choque entre o federalismo e o centralismo, as prerrogativas individuais e o poder do Estado, tudo agravado com as dificuldades de transporte, a pobreza da exploração econômica, o latifúndio, a educação política deficiente, o atraso da instrução geral, as paixões em paroxismo, o eco da desordem mundial, a própria natureza de nossa gente, ao mesmo tempo impulsiva e resignada, arrebatada e contemplativa num contraste que torna quase milagre a unidade brasileira. É a vastidão do território nosso orgulho e é também nosso mais árduo inimigo. No equilíbrio das divergências regionais com as necessidades superiores da Nação, está para mim através uma luta perene, cada vez mais rude, um dos maiores obstáculos do Brasil de amanhã⁴³⁴.

Percebe-se nas palavras de Hélio Lobo a síntese sobre o momento de transição brasileiro, conjugando elementos como a diversidade de interesses das regiões, os problemas políticos, sociais e econômicos que o país possuía. A visão do diplomata expunha a realidade de um país que estava ciente, mas parecia estar conformado diante de tantas dificuldades, postura confirmada em carta endereçada a José Wanderley de Araújo Pinho, vice-presidente do IHGB à época⁴³⁵.

Em meio ao processo, são significativas as notas divulgadas pelo Itamaraty no fim de outubro, sendo que uma reiterava o espírito de tranquilidade no Brasil e o esmagamento das tropas rebeldes em diversos pontos do país e a segunda, dois dias depois, anunciava a instalação

⁴³⁴ LOBO, Hélio. Ironia da história (a pedidos). **O Jornal**. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1934c, pasta 7, Arquivo da ABL. Esse arquivo é a única fonte encontrada que contém o processo de transição no Itamaraty no tocante a Hélio Lobo e apesar de ter sido publicado quatro anos após a queda de Washington Luís,

⁴³⁵ Carta de Hélio Lobo a José Wanderley de Araújo Pinho, s/d, Arquivo do IHGB. Na carta Hélio Lobo fala de suas impressões sobre o artigo “Ironia da história”, reafirmando seu entendimento sobre o Brasil naquele momento: um país dividido por diversas questões políticas, sociais e econômicas.

de uma Junta de Governo e a deposição do presidente Washington Luís, cabendo a Ronald de Carvalho responder pelos assuntos do Itamaraty⁴³⁶.

Em nota circular de 26 de outubro, Afrânio de Melo Franco já respondia como Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório e recomendava ao corpo diplomático e consular brasileiro que não faltasse com “dedicação e zelo patrióticos de que já tem dado provas”. Tal advertência repetiu-se nas comunicações dos dias seguintes em que se assegurava a ordem em todo o território nacional e informava aos diplomatas a transmissão do governo da Junta Governativa para Getúlio Vargas. O objetivo do Itamaraty, nesse contexto, era obter o reconhecimento do novo governo e assegurar os compromissos financeiros contraídos no exterior, tarefas que caberiam ao corpo diplomático brasileiro⁴³⁷.

Do Uruguai, Hélio Lobo respondeu colocando seu cargo à disposição do Governo Provisório, instado por rumores de que havia recebido uma quantia em dinheiro para auxiliar representantes do governo decaído, forçando-o a dar explicações. Em telegrama endereçado ao Itamaraty explicava que:

Se apesar disso [dos rumores] foi necessária a intervenção amiga de v. ex., pergunto se não haverá, em face de minha ação, sugerindo e praticando medidas todas constantes dos arquivos dessa secretaria de Estado, e das quais não tenho por que justificar-me. Cumpri meu dever representando a Nação até o momento em que foi deposto o governo federal que aqui me acreditou, com as mesmas reservas íntimas com que declarei intenção de não permanecer no posto, caso a guerra civil perdurasse. A revolução entrou no seu momento mais grave quando venceu e nenhum brasileiro deve por isso negar seu concurso ao país. Nesse espírito, o meu está, embora obscuro, à disposição de v. ex. Caso assim não seja entendido, peço licença para renovar a afirmação que fiz através do chefe do meu gabinete, segundo o qual o posto no Uruguai, como a cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário estão ao inteiro dispor do governo central⁴³⁸.

A resposta do Ministério foi contemporizadora. O Ministro reiterou os préstimos do diplomata ao país sem mencionar qualquer destituição. A intenção era aguardar o início do ano de 1931 para decidir sobre remoções e exonerações no corpo diplomático⁴³⁹.

A Revolução de 1930, ao fim, não visou promover uma “faxina geral” nos quadros do Itamaraty, haja vista que muitos de seus representantes, eram até recentemente, membros do regime dominado pelas oligarquias, como o próprio Afrânio de Melo Franco. O mesmo pode ser percebido nas diretrizes da política externa brasileira, que procurou manter o sistema

⁴³⁶ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1930, anexo C, p. 441-442. As notas datavam de 22 e 24 de outubro de 1930.

⁴³⁷ Ibidem, p. 443-446. Cf. Circular nº536, de 3 de novembro de 1930, AHI, endereçada aos chefes de estado/governo com os quais o Brasil mantinha relações.

⁴³⁸ Telegrama de Hélio Lobo ao MRE. 27 de outubro de 1930, AHI.

⁴³⁹ LOBO, op. cit., 1934.

administrativo e o pessoal, afastando rumores de uma ruptura profunda. Na prática, o que houve foram remoções de postos considerados estratégicos para o novo governo, como o caso de Washington, Buenos Aires e Montevideu. Gurgel do Amaral foi removido dos Estados Unidos para a embaixada de Tóquio em maio do ano seguinte; José de Paula Rodrigues Alves foi colocado em disponibilidade e Hélio Lobo transferido para Haia, na Holanda. Os novos enviados seriam respectivamente, Rinaldo de Lima e Silva, Assis Brasil e Araújo Jorge⁴⁴⁰.

No relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1931, Afrânio de Melo Franco deixava claro que as remoções não tinham qualquer finalidade política e sim financeira, pois o novo governo desejava tornar as finanças daquele ministério mais enxutas, além de promover o ingresso no Itamaraty mais democrático⁴⁴¹.

Ainda assim, a transição vista dessa instituição parecia mais dar sequência ao *modus operandi* anterior do que um rompimento integral. Na concepção de Gerson Moura tratava-se de uma *redefinição*, “limitada pela posição do país diante dos grandes sistemas de poder, mas ao mesmo tempo vantajosa”, pelo fato do Brasil ter procurado obter ganhos práticos no processo de emergência e consolidação da hegemonia político-econômica dos Estados Unidos em termos globais. Para Moniz Bandeira, foram as *dificuldades externas* que “deram rumo e sentido à Revolução de 30 e mais uma vez funcionaram como fator de desenvolvimento para o país”. Em outras palavras “o atraso serviu como açoitado para o progresso”⁴⁴². As duas análises sobre o período de transição, ainda que em sentidos opostos, revelam o peso que a conjuntura internacional teve na definição das estratégias do Estado brasileiro no início da década de 1930 sustentadas pela ação diplomática.

Para se compreender a intensidade desse processo de redefinição na trajetória de Hélio Lobo é preciso analisar o significado de sua remoção para a Europa a partir do campo político e dos ambientes frequentados pelo diplomata-historiador. Nessa análise, torna-se perceptível um progressivo desgaste de suas relações com o Itamaraty e o Governo Provisório, analisado a seguir.

No início da década de 1930, Hélio Lobo era considerado um tradicional representante do pensamento pan-americanista, com ampla inserção nos círculos políticos e espaços de sociabilidade do Brasil, atributos confirmados pelas obras publicadas sobre a história

⁴⁴⁰ BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1931, p. 70-71.

⁴⁴¹ Ibidem, p.10-12.

⁴⁴² MOURA, Gerson. A Revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade? In: CPDOC. **A Revolução de 30: seminário internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1982, p.577-580. BANDEIRA, op. cit., p.228.

diplomática americana e as frequentes conferências realizadas em universidades e centros congêneres sobre a história diplomática do país.

Em correspondência trocada com o secretário do IHGB Max Fleiuss entre 1929 e 1931, esse predicado ficava à mostra, por ocasião da preparação do II Congresso de História Nacional organizado pelo Instituto. Ainda transitando entre o Rio de Janeiro e Montevideú, por ocasião dos trabalhos de organização comercial no Itamaraty, Hélio Lobo recebeu o convite para participar da seção de teses sobre “história administrativa, econômica e diplomática”. Ele apresentaria o trabalho que havia escrito sobre a ação de George Canning e o reconhecimento da independência brasileira pelas potências europeias em 1929, publicado pela Revista do IHGB no fim da década de 1920⁴⁴³.

O II Congresso de História Nacional vinha sendo discutido no IHGB desde 1926, quando Max Fleiuss propôs sua realização no ano de centenário da abdicação de D. Pedro I: 7 de abril de 1831. O evento contemplaria eixos interpretativos definidos que deveriam considerar a efeméride como um “complemento e nacionalização da independência” e ao mesmo tempo, “uma revolução indispensável à preservação do Império” dos quais os apresentadores deveriam se guiar⁴⁴⁴.

Em carta do início de 1930⁴⁴⁵, Hélio Lobo justificou ao secretário do IHGB a dificuldade em conciliar os compromissos junto ao Itamaraty e o Congresso de História Nacional, declinando ao convite. Ainda que seja forçoso reconhecer alguma ligação entre essa atitude e a configuração do campo político brasileiro após a queda da Primeira República, é possível notar que as restrições do diplomata à cisão dos interesses políticos brasileiros que culminaram com o advento do Governo Provisório contribuíram para seu distanciamento definitivo dos trabalhos do Congresso, realizado entre 7 e 14 de abril do ano seguinte.

É autorizado defender essa hipótese na medida em que os presidentes de honra do evento, foram além do presidente do Instituto, Afonso Celso, o chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, ministro da Justiça, Afrânio de Melo Franco das Relações Exteriores e Francisco Campos da Educação. Além disso, uma das teses do Congresso corroborava simbolicamente a ascensão do Governo Provisório ao considerar que o 7 de abril havia sido um rompimento amigável entre o Imperador e a nação. Interpretá-la como um evento

⁴⁴³ LOBO, op. cit., 1929.

⁴⁴⁴ IHGB. **Anais do II Congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro, 1931, vol. 2.

⁴⁴⁵ Carta de Hélio Lobo a Max Fleiuss. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1930. Arquivo do IHGB, lata 510, pasta 128.

indispensável à preservação do Império era uma analogia pertinente àquele momento que havia rompido com o *status quo* anterior⁴⁴⁶.

Outro traço da carreira de Hélio Lobo que auxilia na elucidação desse distanciamento era seu profundo compromisso com a “diplomacia das oligarquias”, que haviam perdido o poder e, colocado à luz dos “novos tempos”, carecia da *redefinição* mencionada por Gerson Moura.

À soma desses fatores, longe de significar uma interrupção na carreira, representava mais uma reacomodação no momento em que poderia aspirar ao patamar mais elevado da diplomacia: o de embaixador. No entanto, se a escolha de Haia como seu novo endereço profissional poderia ser interpretada igualmente como uma ação pragmática por parte do Itamaraty, ao colocá-lo na cidade-sede do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, em entrevista, o diplomata diria que a escolha do posto fora sua.

Nos primeiros anos do Governo Provisório, a diplomacia “teve de esforçar para esclarecer as cambiantes posições brasileiras” principalmente em matéria de política e ideologia. Em meio a esse processo de reacomodação de diplomatas, houve atritos desses com os representantes do governo, no qual não faltaram ingredientes como interceptação de correspondências, censura e exonerações.

Foi o que aconteceu com Hélio Lobo por ocasião da eclosão do movimento constitucionalista em São Paulo no ano de 1932, que opôs forças do Estado de São Paulo contra as do Governo Provisório entre 9 de julho e 2 de outubro. Insatisfeitos com a nomeação de um interventor no Estado e com a não convocação de eleições pelo grupo getulista, os paulistas que haviam sido aliçados do poder em 1930, exigiam que uma nova constituição fosse elaborada. Em meio aos protestos contra Getúlio Vargas, a morte de populares e o acirramento da comoção pública conduziu-se a um conflito armado das forças militares paulistas contra as forças armadas brasileiras.

Uma das armas do Governo Provisório foi a diplomacia, que deveria trabalhar e cooperar com o novo regime não somente na luta pelo seu reconhecimento, mas na obtenção de recursos materiais indispensáveis à sua manutenção⁴⁴⁷. Dois anos depois do conflito Hélio Lobo dizia que na Holanda:

De reserva era ali, havia algum tempo, o sentimento a nosso respeito. Basta conhecer a mentalidade do país para ver que era antítese do declive que descíamos. [...]

⁴⁴⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. História e Brasilidade. **Anais do XVI Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 1991, p.73-75.

⁴⁴⁷ BARROS, Orlando de. Sinopse da História das Relações Externas Brasileiras. In: LESSA e GONÇALVES, op. cit., p.73.

Recentemente havíamos enveredado pela anarquia, de que as deportações em massa eram cá fora a triste prova e a terceira moratória, em contraste com despesas até suntuárias, constituía o depoimento definitivo. [...] O estancear por terras forasteiras apura o julgamento, ao mesmo tempo que o isenta de paixão. Havia naquele tumulto (em São Paulo) mais do que a vibração do Estado, o sentimento de todo o país, cansado de tanto arbítrio e de tanta incerteza⁴⁴⁸.

O conflito interno no Brasil, segundo o diplomata, inspirava editoriais nada favoráveis ao Brasil na imprensa europeia, despertando desconfianças a respeito da segurança dos cidadãos estrangeiros residentes no país. Esse clima de tensão era igualmente perceptível na correspondência diplomática trocada entre o diplomata e o Ministério das Relações Exteriores que passou a requisitar a diversas representações brasileiras a compra de armas e munição, supostamente para serem utilizadas no conflito.

Nesse sentido, transmitindo ao governo brasileiro o “Telegrama nº 12”, Hélio Lobo dizia:

Fábrica austríaca munições com sede em Dordrecht pediu-me hoje intervenção obter Ministério Negócios Estrangeiros permissão embarque 10 milhões de cartuchos encomendados pela Missão Militar Paris cinco dos quais prontos. Ministro do Brasil para servi-lo não me seria possível nem mesmo penosamente subscrever documento. Aguardo instruções sobre Legação⁴⁴⁹.

Na prática, Hélio Lobo estava se recusando a intermediar a compra de material bélico para o governo brasileiro, que seria utilizada pela Missão Militar francesa no Brasil desde 1920 a fim de modernizar as estruturas do exército nacional.

Um dia depois, em telegrama, Hélio Lobo foi ordenado a entregar o comando da legação ao segundo secretário, Mário da Costa Guimarães, que se recusou a aceitá-lo por “motivos espontâneos que não eram apenas de escrúpulos entre companheiros de trabalho sob o mesmo teto, mas se inspiravam também num alto sentimento brasileiro”⁴⁵⁰. As instruções foram passadas à embaixada de Paris, chefiadas por Luís Martins de Sousa Dantas, que executou o serviço.

Ainda que esperasse o afastamento do serviço, Hélio Lobo telegrafou a Afrânio de Melo Franco no fim da semana afirmando que “cumprisse o Governo Provisório, sem nenhum constrangimento, o que lhe parecesse seu dever, como eu estava certo de haver cumprido o

⁴⁴⁸ LOBO, op. cit., 1934.

⁴⁴⁹ Telegrama de Hélio Lobo a Afrânio de Melo Franco, 15 de setembro de 1932. AHI.

⁴⁵⁰ LOBO, op. cit., 1934. Haroldo Valladão transcreve as palavras que Mário da Costa Guimarães teria dito àquela altura: “Nem como brasileiro e paulista, nem como signatário da carta de 16 de julho seu Chefe Gabinete poderia assumir Legação ou de qualquer modo participar no que se exigiu do meu chefe imediato”. Cf. VALLADÃO, op. cit., p.245-246.

meu”⁴⁵¹. No Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1932, consta que o diplomata fora removido de Haia para a legação de Cuba e América Central (com sede em Havana) a partir do dia 18 de outubro, posto que não chegou a assumir por ser colocado em disponibilidade inativa e não remunerada no primeiro dia de novembro⁴⁵².

O castigo era, dessa arte, completo, pois aos próprios chefes militares da revolução se mantinham os vencimentos. Estava satisfeita certa ambição instalada em Haia, buscando recompensa. Dizer aos que conhecem que só então me achei bem, seria supérfluo. Depois, eu nada sou, o país é que valeu tudo. E o nosso não é o que aí se vê, mas uma tradição, apesar de tudo, de cultura e governo livre. Quanto mais estancio por terras estrangeiras, mais me rendo à evidência de que o Brasil mal grado erros graves, não tem por que corar-se do seu passado. Se para os Robespierres genuínos lá chega um dia seu Termidor, para os de arremedo, que nos doutrinam, reserva a história com aquela ironia em que se fez mestra a generosidade do seu esquecimento⁴⁵³.

Hélio Lobo voltou ao Brasil apenas em maio do ano seguinte, sendo recebido por diversos amigos e membros do corpo diplomático no Rio de Janeiro. Entre os presentes estavam Miguel Couto, da Academia Brasileira de Letras, Olegário Mariano, Laurentino Freire, Ciro de Freitas Vale do Itamaraty e o embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo, que manifestaram solidariedade ao diplomata. O *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e *A Pátria* noticiaram sua chegada sem criticar explicitamente a atitude do Governo Provisório, apesar de enaltecer a postura patriótica de Hélio Lobo ao se recusar a trabalhar contra os paulistas⁴⁵⁴.

É autorizado afirmar que Hélio Lobo se tornou a partir de então, um exilado dentro da própria carreira, lutando pela manutenção de um *status* construído desde 1908. Para fazê-lo, manteve colaboração ativa com diversos periódicos pelo Brasil, como o *A Tarde* (Bahia), *Diário de Santos* (Santos), *Estado de Minas* (Belo Horizonte) *Jornal do Comércio*, *O Jornal* (Rio de Janeiro) e o *Diário de Notícias* (Porto Alegre). Ao mesmo tempo, o regresso ao Brasil significava participar das reuniões da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico, ocupando cargos diretivos. Na ABL, por exemplo, elegeu-se secretário durante as gestões de Fernando de Magalhães (1931/1932), Gustavo Barroso (1932/1933) e Ramiz Galvão

⁴⁵¹ Telegrama de Hélio Lobo a Afrânio de Melo Franco, 22 de setembro de 1932, AHI.

⁴⁵² BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1932, p.56.

⁴⁵³ LOBO, op. cit., 1934.

⁴⁵⁴ A chegada do Sr. Ministro Hélio Lobo. **O Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1933, p.12. Cf. recortes dos demais jornais *O Jornal do Brasil*, *A Noite*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e *A Pátria*, todos datados de 16 de maio de 1933, pasta 11, Arquivo da ABL.

(1934), chegando a participar da elaboração do projeto de reforma ortográfica no ano de 1934 e que veio a ser concluído em 1945.

No entanto, como a obra jornalística não lhe proporcionava meios de subsistência, Hélio Lobo foi convidado a compor um trabalho diferente do que já havia feito.

Não fosse um nobre amigo, que me chamou para trabalhar ao seu lado, não poderia eu ter feito face às despesas do meu lar, pois, não remunerada a princípio, a disponibilidade mais tarde deu direito apenas a um terço dos vencimentos. Assim se explica por que me dispus espontaneamente a corresponder à generosidade de Guilherme Guinle, escrevendo a história de sua grande companhia⁴⁵⁵.

Guilherme Guinle era à época, presidente da Companhia Docas de Santos, responsável pelo armazenamento e transporte de cargas no porto do litoral paulista, além de membro da direção do Centro Industrial Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro. O contato com Hélio Lobo havia sido feito no início do ano de 1933 quando propôs ao diplomata narrar a história da empresa. De acordo com a imprensa, esse foi o único motivo que o havia trazido ao Brasil, pois considerou se estabelecer nos Estados Unidos, após o episódio do “Telegrama nº 12”⁴⁵⁶.

A obra fugia do escopo das anteriores pois remetia a um objeto de estudo puramente comercial. Contudo, pode-se analisar a atitude de Guinle como significativa para a carreira de Hélio Lobo, considerando os objetivos que vinha traçando o governo recém-eleito de Getúlio Vargas em prol da industrialização do país e sua ligação com a política exterior.

O contexto internacional, assinala Amado Cervo, requisitava mudanças, às quais o Brasil teve de se adaptar, como a inconveniência de se prolongar o modelo agroexportador; a percepção de que a crise iniciada em 1929 e alongada pela década de 1930 estava ligada a um processo de transição “que permitia que o desenvolvimento fosse convertido em objetivo-síntese da política exterior” e por fim, a convicção de que a diplomacia poderia ser utilizada para alcançar resultados guiando-se por estratégias eficientes⁴⁵⁷. Em outras palavras, a publicação da obra⁴⁵⁸ permitiu a Hélio Lobo atentar-se ao desenvolvimento da política externa brasileira varguista de modo periférico, pois do período em que foi colocado em disponibilidade inativa (em 1º de novembro de 1932) até a publicação da obra em 1936, não conseguiu em momento algum a retomada da carreira.

⁴⁵⁵ LOBO, Hélio. Página de um diário. **Jornal do Brasil**? /1945. Pasta 7, Arquivo da ABL.

⁴⁵⁶ CORREA FILHO, op. cit., p.89.

⁴⁵⁷ CERVO, op. cit., p.43-44.

⁴⁵⁸ LOBO, Hélio. **As docas de Santos: suas origens, lutas e realizações**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do commercio, Rodrigues & c., 1936a.

Em linhas gerais, pode-se compreender que a carreira de Hélió Lobo entrou em decadência a partir de uma *atitude em relação aos representantes políticos e suas decisões*, ao que se pode abalizar como a terceira etapa de seu processo de socialização política, marcada pelo posicionamento contrário ao Governo Provisório.

Esse processo pode ser entendido como um conjunto de experiências que contribuem para plasmar a imagem que um indivíduo tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições no decorrer de uma trajetória. No caso de Hélió Lobo, as experiências que teve foram fundamentais para determinar, a partir de 1932, seu afastamento do campo político brasileiro.

Entende-se que entre o momento de sua entrada no Itamaraty até o fim da Primeira República, a trajetória de Hélió Lobo comportou tanto uma *orientação para a comunidade*, marcada pela iniciação na carreira diplomática quanto uma *orientação para o regime*, por ocasião da publicação das obras de caráter histórico que procuravam expor uma visão de mundo idealizada sobre o pan-americanismo e o passado diplomático brasileiro. Ao mesmo tempo, ambas as etapas revelavam seu compromisso com as elites que detinham o poder no campo político quebrado com a Revolução de 1930, postura demonstrada na década de 1920, principalmente nos trabalhos do consulado em Nova Iorque que lhe legaram prestígio junto ao Itamaraty.

Os dois primeiros anos após o advento do Governo Provisório, foram para Hélió Lobo, permeados de um desgaste justificado pelo alijamento das elites que apoiavam o poder político, culminando com sua “exclusão” em 1932. Nesse momento, entende-se que houve uma terceira etapa de seu processo de socialização política, ao que se intitula uma *atitude em relação aos representantes políticos e suas decisões*. Essa atitude pode ser identificada na ocasião do telegrama nº12 quando se recusou atender ao pedido de um governo do qual não era “filiado”.

Na análise desse processo, é possível afirmar que o campo político brasileiro nas primeiras décadas do século XX, imiscuído de relações de poder, possuía uma escassez de posições de mando das quais Hélió Lobo passou a cobiçar. Ao ingressar em espaços como o Itamaraty, IHGB e depois a ABL, o diplomata não só passou a ocupar posição de destaque no campo político e social brasileiro, mas preocupou-se em consolidar seu *status* através de arranjos que o expunham a toda uma sorte de ataques. No entanto, não se pode compreender sua remoção exclusivamente pelo julgamento de suas atitudes, fazendo-se necessário olhar para as instituições das quais ele se fez dependente, a partir de 1908.

Como já foi afirmado anteriormente, espaços de sociabilidade como IHGB, ABL além do Itamaraty, não escolhiam seus membros aleatoriamente. Pelo contrário, os rituais de

indicação, votação e posteriormente, ascensão dentro dos quadros dessas instituições eram demasiadamente complexos, envolvendo quase sempre a preferência política dos indivíduos, bem como de seus antepassados. Nesse sentido, a contribuição intelectual de um recém-eleito na ABL era menos importante do que o desejo de outros para que ele estivesse ali.

Com Hélio Lobo não foi diferente. Ao ser convidado a aproximar-se de Rio Branco, conseguiu o capital simbólico que lhe deu condições para galgar novos degraus na carreira diplomática e complementarmente, na história. Para tanto, lhe foi facilitado a publicação de obras e a participação em conferências que versavam sobre um tema que ao fim, representava a aglutinação de seus afazeres: a história diplomática do Brasil. Assim ingressou no IHGB e na ABL, instituições que procuravam cooptar os membros do regime para lhes garantir sustentação e ao mesmo tempo, divulgar suas posições. Por isso, após duas décadas de inserção nos principais espaços de sociabilidade do país, Hélio Lobo não apresentou qualquer exemplo de confronto político direto, demonstrando a força dos espaços que ocupava.

Considerando que sua visão de mundo - elaborada dentro dos limites do Itamaraty - era compartilhada por membros do IHGB e da ABL, não se pode esperar outro contexto, a não ser aquele permeado por uma trajetória de rápida ascensão e respeito dos pares. Essa apreciação adquire força ao se tomar as ações do diplomata-historiador e as das instituições como altamente carregadas de um sentido político, ou seja, aquelas que objetivam o conhecimento e o domínio sobre o mundo social. São essas ações que estão “em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo”⁴⁵⁹.

Em outras palavras, havia uma simbiose entre as instituições e o indivíduo em prol de um objetivo comum, a legitimação de uma visão de mundo que no caso específico de Hélio Lobo, era manter de pé os princípios da República Oligárquica brasileira. As ameaças à manutenção desse projeto sócio-político, que eram em maior ou menor escala, reprimidas ou secundarizadas fortaleceram-se e, somadas à dissensão das elites brasileiras, impuseram outra configuração no campo político, não muito diferente da anterior em razão do adesismo de diversos membros do quadro anterior.

Outro ponto que pode ser notado nessa análise é o de que não somente a socialização política foi relevante para motivar a pausa profissional de Hélio Lobo. As dificuldades internas de sustentação de um Estado por parte das elites que o compunham e o contexto internacional

⁴⁵⁹ BOURDIEU, op. cit., 2006, p.142.

de crise (pós-1929 e insucesso da Sociedade das Nações) foram igualmente determinantes para o fato. Sobre o tema, Pierre Milza aponta que

A “Grande Depressão” dos anos trinta traumatizou profundamente a Europa e o mundo. Aos efeitos habituais de uma recessão desta envergadura - as falências bancárias e industriais, a derrocada dos preços agrícolas, a quebra da produção, os milhões de desempregados -, vieram juntar-se os efeitos de uma “depressão” profunda na mentalidade coletiva - talvez porque a “crise” vem imediatamente a seguir a um período de grande desenvolvimento, talvez porque apareceu muito mais subitamente do que as anteriores, talvez porque a memória da guerra é ainda muito viva e talvez também porque se tinha acreditado, um pouco ingenuamente, verdade se diga, que a humanidade tinha finalmente entrado num período de tranquilidade e estabilidade⁴⁶⁰.

Não é exagerado afirmar que a “depressão coletiva” apontada por Milza incidiu fortemente na trajetória de Hélio Lobo. Após 1932, sua carreira historiográfica foi retomada no intuito de manter a distinção já obtida.

4.2 O retorno aos estudos históricos

No plano interno, o campo político brasileiro ainda não havia se tranquilizado. A promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934 incorporava em seu texto uma ampla legislação trabalhista, mantinha os princípios federativos (embora diminuísse a autonomia), tornava o voto secreto, incluía as mulheres no contingente eleitoral, introduzia a possibilidade do governo nacionalizar empresas estrangeiras e determinar o monopólio estatal sobre determinadas indústrias. Embora modernizasse os princípios da Carta de 1891, o documento não encontrou unanimidade nos meios políticos e intelectuais brasileiros.

Tal postura pode ser explicada pelo contexto internacional da década de 1930, que impactou a realidade brasileira não só pela dependência que o país nutria pelos mercados compradores de seus produtos primários, mas pela dinâmica interna da sociedade, que assistia a um aumento da população urbana, eclosão de movimentos sindicais e demanda por empregos em uma sociedade cada vez menos controlada por cafeicultores e mais por uma burguesia ainda incipiente⁴⁶¹.

Outro exemplo, foi a formação de duas correntes políticas e ideológicas antagônicas, a saber: a Ação Integralista Brasileira formada em 1932 e identificada com o fascismo, e a Aliança Nacional Libertadora de 1935, que congregava comunistas, democratas e simpatizantes

⁴⁶⁰ MILZA, op. cit., s/d, p.120.

⁴⁶¹ CERVO, op. cit., p.45.

da esquerda em geral. O acirramento das hostilidades entre os grupos conduziu à chamada Intentona Comunista, uma tentativa da Aliança Nacional Libertadora de subverter o governo de Getúlio Vargas, que a havia colocado na ilegalidade no mesmo ano.

Atento aos fatos, Hélio Lobo elaborou uma série de artigos (alguns publicados na imprensa) que tinham por objetivo compreender o cerne do comunismo internacional no período: a União Soviética. Era dali que havia se organizado, pelo menos do ponto de vista ideológico, o levante liderado por Luís Carlos Prestes no Brasil.

Assim apareceu “No limiar da Ásia: a URSS, ensaio de interpretação”⁴⁶². A posição política de Hélio Lobo, orientada pela simpatia a referências capitalistas ocidentais faz-se presente nas primeiras páginas da obra, ao afirmar que “diante do que ali se processa, vãs são todas as perspectivas, inúteis os mais atilados prognósticos. É um ensaio brutal de servidão mecânica, de igualismo social e econômico, cujo desfecho não se pode prever”⁴⁶³.

Ao longo dos capítulos a posição anticomunista de Hélio Lobo ficava cada vez mais clara. Para o autor, a Rússia era a “pátria do terrorismo” pois recorriam constantemente ao exílio aqueles que discordavam publicamente do regime instalado em 1917 e o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas só havia sido possível em razão da Guerra Mundial, momento no qual as potências europeias não estavam atentas ao que se passava a leste do continente. O mesmo tom negativo aplicava-se aos bolcheviques, grupo vitorioso na Revolução:

Julga-se em geral o bolchevismo um regime de classe operária, inspirado e dirigido por ela. E na verdade, não passado do domínio absoluto de uma minoria despótica sobre as massas. É a concepção fundamental do seu chefe. Já na *Iskra* (A Centelha), folha clandestina que dirigia no estrangeiro, Lênin havia assinalado: “A revolução exige a participação das massas, mas só pode levar-se a cabo por uma minoria”. Nada há, com efeito, mais autoritário e antidemocrático do que essa disciplina partidária, de uma rigidez de ferro.⁴⁶⁴

Para Hélio Lobo, os revolucionários não comandavam um projeto de edificação de uma sociedade, e sim um processo de destruição no qual as leis valiam somente para os trabalhadores e serviam como instrumento de opressão da burguesia. Não havia, àquela altura, qualquer separação entre administração, legislação e a justiça, estruturas completamente dependentes da vontade do partido político soviético. Na obra também denunciava a condenação sumária de

⁴⁶² LOBO, Hélio. **No limiar da Ásia: a URSS, ensaio de interpretação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935a. O capítulo integrante da obra, intitulado “O esquife de Tamerlan” já havia sido publicado na Revista da ABL e no jornal O Estado de S. Paulo em janeiro de 1933. Cf. pasta 6 e 7, Arquivo da ABL.

⁴⁶³ Ibidem, p.9.

⁴⁶⁴ Ibidem, p.59.

“inimigos do regime soviético” como Trotsky, que deportados para a Sibéria, revelavam o quão terríveis eram os desmandos dos líderes da revolução⁴⁶⁵.

Sua postura anticomunista revelou-se amplamente no tratamento da história da União Soviética, pois não obstante reconhecer na atuação dos bolcheviques um perigo para os demais países, condenou as atitudes de seus líderes ao se inspirarem na obra de Karl Marx. Em um contexto internacional de profundas redefinições e marcado pela radicalização política no continente europeu, afirmava que:

Na voz comum, principalmente policial, comunismo é todo fator humano de desordem. Regime não há, contudo, de caracterização mais precisa. Sociais democratas, revolucionários de direita e de esquerda, anarquistas, oferecem todos certa fluidez de caracterização, ao passo que os comunistas são rígidos de concepção. [...] É o comunismo mais do que um partido, porque constitui todo um regime. Tudo arrasa para tudo criar. Ao contrário do fascismo, fruto já de outra civilização, só constrói sobre escombros. Que diferença do gênio latino, apelando, sob Mussolini, para todas as forças sociais, a família, a religião, a hierarquia, a cultura, a pátria, na recomposição harmoniosa da Itália! Duvida, acaso, ainda existe de que se trata de um fenômeno asiático, dificilmente adaptável, na sua formação total, ao ocidente humanista e livre? Antinacional, por natureza, despótico, por instinto; de opressão econômica, por ideologia⁴⁶⁶.

A comparação com o fascismo italiano não deixava dúvidas sobre o posicionamento do diplomata-historiador brasileiro. Enquanto na Itália havia a valorização de um legado moral aos padrões ocidentais, o que se construía na União Soviética era sua antítese, a destruição dos valores que defendia.

Cabe nesse aspecto, a consideração de que Hélio Lobo não pretendia apenas se posicionar sobre o comunismo soviético. Sua postura era parte, em menor escala, do processo de crescimento das interpretações de intelectuais na década de 1930, momento no qual o Brasil passava por mudanças políticas, sociais e econômicas sobre a inserção do país no contexto internacional. É autorizado enquadrar a obra sobre a União Soviética nesse sentido apenas porque revelava sua posição conservadora e que indiretamente incidia sobre o Brasil, palco de diversas agitações lideradas pela Aliança Nacional Libertadora. Ao mesmo tempo justifica-se que tal atitude, ainda que se somada às obras anteriores, não permitia classificá-lo como um intelectual sintonizado com o governo de Getúlio Vargas, haja vista a publicação de obras sobre os mais variados temas, e o compromisso em grande parte de sua carreira com a diplomacia e as oligarquias da Primeira República. Nas palavras de José Murilo de Carvalho,

⁴⁶⁵ Ibidem, p.70-74.

⁴⁶⁶ Ibidem, p.79-80.

O Brasil da década de 1920 era (...) um país envolvido no lento processo de construção de uma sociedade liberal e de um sistema democrático de governo. Nestas circunstâncias surgiram pelo menos dois tipos de conservadores: os conservadores no sentido estrito e os conservadores reformistas. Os primeiros colocam ênfase na preservação da autoridade, da ordem e de uma sociedade hierarquizada, quando não na restauração de uma idade de ouro (...). Os segundos, mais importantes, não colocam ênfase na preservação mas na alteração da ordem vigente⁴⁶⁷.

Apesar das complicações decorrentes de toda classificação, não é desmedido apontar que Hélio Lobo na década de 1920 de fato era um “conservador no sentido estrito”, embora seja possível notar ligeiras mudanças desse posicionamento no decorrer dos anos.

Sua carreira foi construída com base no conceito de que os tempos de Rio Branco haviam inaugurado a política externa brasileira, consolidando não só o território mas o sistema de alianças com países vizinhos e, principalmente, os Estados Unidos. Assim, a missão da diplomacia que seguiria seu legado era a de preservar os laços existentes e, oportunamente, ampliá-los. Desse objetivo Hélio Lobo não se desapegou em momento algum, tanto no cotidiano consular quanto nos arquivos diplomáticos do país, interrompendo-o apenas por ocasião do processo revolucionário de 1930.

Esse ponto de inflexão foi fundamental para alijá-lo do campo político a partir do qual se direcionavam interpretações sobre o Brasil e os caminhos que deveria seguir a fim de se separar da imagem e da realidade da República erguida em 1889 e deposta em 1930.

Ao tecer considerações sobre o comunismo e indiretamente elogiando a democracia ocidental, Hélio Lobo estava demarcando sua posição política conservadora ainda ligada à década anterior, postura que revelava certo descontentamento com o novo *status quo*. O assombrava o fato de os comunistas soviéticos abominarem a religião, a família, a liberdade e a propriedade, pilares de uma ordem que na sua concepção liberal-burguesa, diga-se de passagem, eram inabaláveis.

Três conclusões se impõem. Uma política; - regime de uma minoria, confessadamente despótica, como transição para a sociedade proletária futura. Social, a segunda; esmagamento de todas as classes e instituição de uma só, com o desaparecimento gradual da família, da religião, de todos os vínculos com o passado. Econômica, a última: - eliminação da propriedade individual, produção industrial em massa, monopólio do comércio interno e externo. [...]

Há sem dúvida, no compressor russo, um aspecto ameaçador para a sociedade ocidental, o referente à propriedade. De temer não é o “dumping”, a produção com a perda, espantinho imediato da velha burguesia humana, mas coisa mais distante, de efeito já agora seguro, - o confisco gradual da grande propriedade, a divisão mais adequada da menor, num nivelamento que na Rússia se fez violentamente, como uma

⁴⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. Conservadorismo no Brasil República. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000. p.102-103.

operação cirúrgica e que no resto do mundo vai deparando seu campo de realização natural ou forçada⁴⁶⁸.

Encontra-se entre os textos de Hélio Lobo uma continuação dessa discussão publicada na obra *Aspectos da cultura norte-americana*, de 1937⁴⁶⁹. Como o título definia, a publicação visava descrever os papéis dos Estados Unidos na segunda metade da década de 1930, e para tanto, abordava os mais variados temas, da política às ciências em geral. Autores como Gilberto Freyre, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto Carlos Delgado de Carvalho e o diplomata-historiador publicaram seus textos que referendavam o surgimento de uma nova potência mundial, fato apontado nas primeiras páginas. A escolha dos autores deveu-se à experiência pessoal de cada um nos Estados Unidos, a qual se fazia necessária para demonstrar que a produção industrial e agrícola do país dependia de um substrato cultural e moral sólido, arraigado na população.

A contribuição de Hélio Lobo incidia sobre a primazia dos Estados Unidos na elaboração de um *corpus* jurídico inédito no mundo ocidental, bem como suas peculiaridades. Em sua visão, era notável a capacidade de superação dos Estados Unidos, que mesmo possuindo uma sociedade heterogênea em termos culturais, havia enfrentado as crises após sua independência, durante o século XIX e no início do século XX sem fazer desaparecer os “princípios liberais e democráticos de sua origem”. Observava, em consequência, que na década de 1930, o presidente possuía mais do que nunca, poderes que o distinguiam de seus antecessores, ensinando uma lição:

Enquanto noutras terras a revolução foi autoritária, suprimindo a opinião, os partidos, o jogo das instituições, nos Estados Unidos da América ela se fez por cooperação, sem ferir as prerrogativas humanas fundamentais. Abstrata, fruto de um esquema cerebral que só ali, devido a condições especiais, poderia ter eclosão e vingar, a revolução russa aboliu as classes em benefício de uma só, acabou com a propriedade e a hierarquia, suprimiu a religião, estabeleceu a mística da máquina e da produção em massa, num momento em que esta, no resto do mundo, vinha falindo. [...] É com tudo isso que os Estados Unidos da América formam contraste. Chegando, no problema operário, no da moeda, no econômico, além da alemã ou ainda da italiana, a renovação norte-americana, entretanto, é, sob, o aspecto político, profundamente conservadora. Revolução? Inquiria há tempos um observador. Tem ela, nas suas manifestações, audácia nunca antes vista? Indagou outro. Fortalecidos os operários pela nova legislação, em face dos industriais, e dispondo estes de meios de resistência, que a opinião sanciona, pergunta um terceiro, não se abriria ocasião para uma luta de classes, desconhecida no país até hoje? A Casa Branca ensaia, todavia, estabelecer a maior experiência do socialismo de Estado, que livremente se viu, num país de tradição, de consciência pública, de progresso acentuadamente individualista. Quando a força advém para Hitler de seus batalhões pardos, para Mussolini de suas camisas pretas, para Stálin de suas tropas vermelhas, não provem, para Roosevelt, senão do assentimento

⁴⁶⁸ LOBO, op. cit., 1935, p. 144-146.

⁴⁶⁹ LOBO, Hélio. O direito público desde a Constituição de Filadélfia. Idem (et. al.). **Aspectos da cultura norte-americana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937c.

livre de seu povo: mordaza no pensamento, falado ou escrito, por exemplo, é que não se conceberia ali⁴⁷⁰.

A permanência no Brasil e a dedicação aos textos curtos, publicados na imprensa, formavam uma nova etapa na trajetória de Hélio Lobo. A despeito do alijamento do campo diplomático brasileiro, voltou suas atenções para a elaboração de um projeto inédito e que abordaria a vida de seu pai, Fernando Lobo. Esse era o ponto de partida para a elaboração da biografia paterna, analisada no capítulo 1 deste trabalho⁴⁷¹.

Para compreender o sentido dessa publicação torna-se necessário evocar o que Angela de Castro Gomes recomenda como pré-requisito para a análise da biografia: o que o historiador deve fazer, basicamente, é elucidar como foi construída a visão do autor sobre os fatos da vida do biografado e seu contexto, importando menos relatar aquilo que houve “exatamente”. Em continuidade, a biografia é a elaboração de uma imagem de si (do autor) ou de outrem em que identidades e valores são construídas visando um objetivo específico⁴⁷².

O objetivo de Hélio Lobo era claro, considerando o contexto de seu “exílio”: elaborar uma obra elogiosa sobre a trajetória do pai que se confundia com o ingresso na carreira diplomática e justificar perante os pares no campo político brasileiro a estima na defesa de valores republicanos. Partindo dessa perspectiva, a biografia demonstrava a intenção do autor em, tacitamente, responder àqueles que o tinham retirado da diplomacia, haja vista que o pai tinha deixado o cargo de Ministro das Relações Exteriores em razão de uma situação semelhante.

Contudo, essas intenções não tiveram ressonância no plano político e diplomático em função do advento do Estado Novo em novembro de 1937, ocasionado pela divulgação do Plano Cohen dois meses antes. O plano revelava as intenções de uma suposta ação dos comunistas para tomar o poder no país em meio à discussão do sucessor de Getúlio Vargas. Além disso, previa a organização dos trabalhadores na execução de uma greve geral, manifestações populares e a eliminação das autoridades, pontos que engendraram uma reação do governo constitucional, que em meio à intensa campanha anticomunista nas ruas, cancelou as eleições e colocou o país em estado de emergência. Ainda que, posteriormente, a autoria do plano fosse atribuída a um membro da Ação Integralista Brasileira, o capitão Olímpio Mourão Filho, o momento de tensão foi aproveitado estrategicamente para a instalação de um regime em que os poderes estariam concentrados nas mãos do presidente do país.

⁴⁷⁰ Ibidem, p.22-23.

⁴⁷¹ LOBO, op. cit., 1937a.

⁴⁷² GOMES, op. cit., 2004, p.15-20.

O impacto que esse contexto teve em relação à publicação foi significativo, tendo de se considerar que, genericamente, a defesa de qualquer regime republicano e democrático a partir de 1937 no Estado Novo, não era exatamente bem vista pelos donos do poder político brasileiro. Destarte, apesar da obra de Hélio Lobo ter sido um “manifesto pessoal” a favor da República brasileira, ela não chegou em um momento propício para uma reinserção no corpo diplomático, em razão da crescente simpatia de parte do campo político brasileiro pelos regimes de direita europeus.

No aprofundamento dessa situação política era possível perceber que diversos setores da sociedade brasileira estavam comprometidos na tarefa de interpretá-la. A Revolução de 1930 e sua atualização, o Estado Novo, vinham na visão de seus propositores, despertando uma tomada de consciência jamais vista na história do país, transmitindo a sensação de que ambas haviam o retirado de “um estado de natureza, conduzindo-o à maturidade política, identificada à memória e à ordem” ⁴⁷³.

Tal postura redundava em uma ampla mobilização tanto dos intelectuais quanto das instituições que os agregavam, como o IHGB. Naquele espaço, o Estado Novo encontrou ambiente favorável para disseminar seus preceitos. No entender de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, nos anos 1930 o Instituto foi progressivamente percebido como uma “Escola de Patriotismo”, fazendo-o reaproximar-se do poder político igualmente por ter-se convertido em uma espécie de “tribunal da história” ao legitimar o golpe no início da década. Assim, “passou a merecer as benesses do governo de Getúlio Vargas, que, além de prestigiá-lo, não dispensaria as recomendações e os conselhos do *templo das tradições nacionais*” ⁴⁷⁴.

Na esteira desse processo, Hélio Lobo regressou à análise das relações internacionais. É o que se percebe a partir da análise da documentação selecionada.

Em setembro de 1936 conferenciou na Liga de Defesa Nacional sob o tema “O Brasil visto de fora” em que analisava a conjuntura internacional daquela época. Ali indicava que o país não poderia aspirar a uma posição secundária no mundo em razão de uma histórica dependência somente do capital estrangeiro. Ao contrário, deveria aproveitar suas “credenciais” - que eram de duas ordens - para crescer: econômica e moral. Noutros termos, eram representadas pela força econômica do Estado de São Paulo e pelo fato de que a civilização brasileira havia sido construída sem intervenções imperialistas o que engendrou uma nacionalidade fundada em território, religião, família e língua exclusivas. Essa interpretação era

⁴⁷³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p.145.

⁴⁷⁴ GUIMARÃES, op. cit., 2007, p.198.

concluída com um argumento que criticava o direcionamento do campo político brasileiro dado pelo grupo de Getúlio Vargas e a noção de que o país atravessava uma crise política. Para Hélio Lobo, “no exterior não somos o que presumimos e depende só de nós alcançar o que não tivemos. Não há nações em crise, mas indivíduos. Quando a célula é boa, o corpo tem por força que ser sadio”⁴⁷⁵.

Outros exemplos que expunham um direcionamento contrário à postura dos donos do poder no Estado brasileiro vinham nas frequentes menções ao pan-americanismo, sobre o qual Hélio Lobo trataria em diversos textos publicados na imprensa. Desses, destacam-se dois.

O primeiro era um elogio à trajetória de Elihu Root, falecido em 1937. Ele havia colaborado decididamente para o estreitamento das relações entre brasileiros e estadunidenses no início do século XX. Mais do que essa ação, o Secretário de Estado havia sido, ao lado de Rio Branco, o proponente de um pan-americanismo paradigmático e na visão de Hélio Lobo, realista⁴⁷⁶. A mesma visão poderia ser encontrada em uma carta endereçada ao presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos, em que Hélio Lobo afirmava que Brasil e Estados Unidos tinham “afinidades morais e espirituais que tornam histórica a sua amizade”. O importante era saber “dirigi-las para o aproveitamento mútuo e para a grandeza continental”⁴⁷⁷.

O segundo era o artigo publicado no periódico *Diário de Notícias* sob o título “Brasil-Estados Unidos”, no qual abordou a trajetória dos homens e da escola que havia ensinado a aproximação entre os dois países: Rio Branco, Otávio Mangabeira e Lauro Müller. Percebe-se ao longo do texto a intenção de elogiar não somente o *founding father* da política externa brasileira no século XX, mas de seus discípulos e confrades na ABL⁴⁷⁸.

Os usuais elogios às respectivas trajetórias, para além de significarem a retomada de uma época em que era membro ativo da diplomacia brasileira, traduziam o desejo de Hélio Lobo em regressar à carreira e a retomada aos estudos sobre o pan-americanismo. Essa postura vinha se fortalecendo por ocasião da participação do diplomata-historiador no Terceiro Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB em 1938, ano em que a instituição celebraria seu centenário. O Terceiro Congresso orientava-se pelas mesmas regras dos anteriores, de 1914 e 1931, aceitando somente obras inéditas em suas fileiras sobre “quaisquer memórias sobre a história do Brasil”, embora em 1938 não fossem permitidas manifestações,

⁴⁷⁵ LOBO, Hélio. O Brasil visto de fora. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 13 de setembro de 1936. Cf. pasta 7, Arquivo da ABL.

⁴⁷⁶ Idem. Elihu Root. **O Diário de Santos**. Santos, 12 de julho de 1937.

⁴⁷⁷ Carta de Hélio Lobo ao Instituto Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1937. Pasta 7, Arquivo da ABL.

⁴⁷⁸ LOBO, Hélio. Brasil – Estados Unidos. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 de julho de 1938. Pasta 7, Arquivo da ABL.

indicações ou moções na abertura e no encerramento, postura que ia de encontro ao enrijecimento do campo político sob a égide do Estado Novo⁴⁷⁹.

Foram estabelecidos 55 temas a serem abordados pelos participantes, entre eles Hélio Lobo, que estava inserido no de número 50, intitulado “O pan-americanismo no Brasil”, cujos marcos cronológicos deveriam ser entre 1500 a 1900. Nesse sentido, mostrava-se em linhas gerais o apreço do IHGB pela elaboração de uma historiografia tradicionalmente voltada ao campo político, não obstante fossem publicadas teses de assuntos econômicos e sociais.

Apesar da amplitude do recorte cronológico, este último marco temporal demonstra que a corporação permanecia firme na obediência às regras do “tribunal da história”, observando a devida distância do passado recente do país. [...] Em grandes linhas, tal qual ocorrera no evento de 1914, a relação dos conteúdos orientava-se pela divisão cronológica da história do Brasil, segundo os regimes políticos⁴⁸⁰.

O Terceiro Congresso visto da perspectiva de Hélio Lobo, aparecia como uma oportunidade de publicizar seu interesse nos assuntos relativos à política externa brasileira. Era, igualmente, uma tendência presente no IHGB, que vinha debatendo com o Ministério da Educação a necessidade “do culto ininterrupto das tradições da pátria” e assegurar que sua defesa “era tarefa de todo os brasileiros”. Por isso, historiar as relações do Brasil com o pan-americanismo, buscar suas origens e sua evolução era uma postura sintonizada com a instituição promotora da história “oficial” do país, bem como o porto de regresso à carreira, haja vista a profunda simpatia que o Instituto vinha gozando do presidente Getúlio Vargas⁴⁸¹.

Engajado nas pesquisas sobre diplomacia, política externa e relações internacionais, Hélio Lobo publicou no ano de 1938, a partir de iniciativa da ABL, uma curta biografia de Manuel de Araújo Porto-Alegre (ou ainda Barão de Santo Ângelo), professor, artista e diplomata durante o Segundo Reinado⁴⁸².

Embora fosse intitulado um “ensaio biobibliográfico”, a obra demonstrava ser de grande representatividade naquele momento, seja pelo aspecto institucional ou pelo pessoal. Em primeiro lugar, era a materialização do comprometimento de um indivíduo (ele, Hélio Lobo) com as instituições da qual era filiado e que faziam parte da vida, da trajetória de Porto-Alegre. Ele fora sócio honorário e orador do IHGB entre 1853 a 1879 e figurava como patrono da cadeira de número 32 da ABL, o que reforçava a dimensão de sua importância para os círculos intelectuais do país. Outro fato contribuía para a relevância da obra perante as duas instituições,

⁴⁷⁹ GUIMARÃES, op. cit., 2007, p.188.

⁴⁸⁰ Ibidem.

⁴⁸¹ Ibidem, p.190-191.

⁴⁸² LOBO, Hélio. **Manuel de Araújo Porto-Alegre: ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: ABC, 1938a.

bem como a de seu autor: a publicação se dava no momento do falecimento de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, orador perpétuo do IHGB, ocupante da cadeira número 32 e ex-presidente da ABL, fatos que reforçavam a confiança que Hélio Lobo nutria entre seus pares.

Pessoalmente, participar de tal empreitada constituía em manifestar aos integrantes do campo político o quão sólido era seu respeito nos espaços de sociabilidade, merecendo o retorno à diplomacia mesmo sob as restrições e censura do Estado Novo.

Na prática, os efeitos desse processo de retomada aos estudos histórico-diplomáticos entrelaçados com os dois panoramas biográficos que vieram à luz na década de 1930, se fizeram sentir na sua participação como consultor do Brasil nos trabalhos da Organização Internacional do Trabalho que ocorreriam em Genebra a partir de 1938⁴⁸³, apesar do caráter quase extraoficial da função.

A OIT havia sido criada no seio da Sociedade das Nações após a Conferência de Versalhes em meados de 1939 e o Brasil já não participava ordinariamente de suas sessões, embora fosse frequente o país enviar representantes para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. Dos escassos documentos disponíveis sobre a atuação de Hélio Lobo entre 1938 e 1939, é possível notar que o Brasil, a despeito da oscilação da simpatia entre os Estados Unidos e a Alemanha pelo Estado Novo, seguia estritamente os primeiros, endossando a política de boa vizinhança inaugurada por Franklin Roosevelt, em 1933⁴⁸⁴.

Somada aos esforços recentes, a participação na OIT expunha o início de certa harmonização de Hélio Lobo com o Estado Novo ainda que sua disponibilidade não fosse revertida imediatamente. Esse fato pode ser explicado pelo posicionamento - cobrado pelos Estados Unidos - cada vez mais concreto da “amizade internacional” do Brasil com os Estados Unidos e do qual o diplomata era histórico defensor. Nesse contexto de certa ambiguidade, após 1938, “os acontecimentos subsequentes mostrariam que ela serviria também para o distanciamento dos países fascistas e, de maneira autoritária, para a condução do país a uma estreita aliança com os Estados Unidos”⁴⁸⁵.

⁴⁸³ No relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1939 o nome de Hélio Lobo constava como “em disponibilidade”. BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1939, anexo B, p.111. Cf. CORREA FILHO, op. cit., p. 89; VALADÃO, op. cit., p.244.

⁴⁸⁴ O’CONNOR, Emmet (et al.). **Edward Phelan and the ILO: The life and views of an international social actor International Labour Office**. Geneva: ILO, 2009, p.240.

⁴⁸⁵ BARROS, op. cit., p.78. Cf. Carta de Hélio Lobo a Oswaldo Aranha 21 de julho de 1938. Coleção Oswaldo Aranha, CPDOC.

É autorizado afirmar que Hélio Lobo aproveitou-se das oportunidades políticas e intelectuais que surgiram no período para poder compor a obra que, ao fim, sintetizava sua carreira.

Em “O pan-americanismo e o Brasil”⁴⁸⁶ estavam incluídos diversos temas que o haviam projetado como historiador da diplomacia brasileira do século XIX, além de análises sobre a conjuntura internacional no século XX. O fio condutor da obra eram as conferências interamericanas realizadas a partir dos processos de independência no início do século XIX, iniciando-se com o Congresso convocado por Bolívar em 1826 até o de Lima, em 1938.

A publicação escrita no Brasil e finalizada na Suíça, vinha em um delicado momento internacional, marcado pela escalada da violência e desconfianças entre as potências europeias de direita (nazismo e fascismo), as democracias e a União Soviética, ao que aludiu o diplomata-historiador na apresentação:

Na hora sombria, em que a força, simulada ou arrogante, vai a extremos que fora difícil imaginar, a presente resenha histórica vale, pelo menos, como contraste. Entre tropeços vários, ensaios reiterados e desvios eventuais, a América não se apartou de seus ideais da paz pelo direito. Há nisso um esforço perene, que não tem, como expressão continental, paralelo noutras partes do mundo. Persistir no sonho é quiçá uma forma de realização⁴⁸⁷.

No primeiro capítulo da obra, percebe-se que Hélio Lobo procurou deixar marcada sua posição pan-americanista de matriz estadunidense, pois fora naquele país que o termo havia sido utilizado pela primeira vez e dali saíra a Doutrina Monroe, que inaugurou uma “política de solidariedade continental”. Sobre essa declaração, lançou o questionamento sobre a validade de uma doutrina supostamente aplicável a todos os países ou somente aos Estados Unidos.

Havia na declaração o fim primordial da defesa norte-americana; e como para isso, era essencial a do continente, parecia inútil a indagação. O caso, porém, é que, nascida nesse espírito de solidariedade geral, a mensagem encontraria depois duas interpretações: doutrina de aplicação, a juízo norte-americano; e, pois, de proteção sobre o resto; ou, ao contrário, doutrina de interpretação mútua, e, portanto, de igualdade de soberanias; e, pois, de interpretação comum⁴⁸⁸.

Sua resposta encontrava na “repercussão imediata favorável à doutrina” e na preocupação do continente com a “consolidação de sua independência” as expressões de que a

⁴⁸⁶ LOBO, Hélio. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Col. Brasileira), 1939. Trechos que integram a obra foram publicados no volume especial da RIHGB por ocasião do Terceiro Congresso de História Nacional. Cf. Idem. *O pan-americanismo e o Brasil*. **RIHGB**, v. 6, 1938b. p. 317-400.

⁴⁸⁷ Idem, op. cit., 1939, p.I.

⁴⁸⁸ Ibidem, p.5.

proteção mútua prevaleceria. Para legitimar sua tese Hélio Lobo ainda inseriu trechos de declarações dos presidentes do Chile, das Províncias Unidas do Rio da Prata e da Colômbia que confirmavam a simpatia pela declaração de 1823.

O mesmo aconteceria com o Brasil, a despeito da variação de “raça e língua”. Para tanto, havia agido Silvestre Rebello em 1824 ao propor o estabelecimento de uma “política inteiramente americana”, que lançava a pedra fundamental do pan-americanismo e da relação de “amizade” frequentemente abordada pelo diplomata-historiador em suas conferências e textos.

Para a efetivação do pan-americanismo, Hélio Lobo percebia que eram necessários dois entendimentos: um de ordem espiritual e outro de ordem material. No entanto, nenhum dos dois parecia contemplar avanços, primeiro porque, materialmente, os países americanos eram exportadores dos quase mesmos produtos primários, não havendo motivos profundos para o estreitamento comercial. Em segundo lugar, as desconfianças dos países de colonização espanhola aumentaram em razão da expansão territorial, muitas vezes operada com violência pelos Estados Unidos. Sobrelevando a insegurança, despontaram publicações do “lado espanhol” do continente que visavam compreender e propor alternativas à situação. Assim foi a obra de Juan Alberdi, J. M. Carrasco Albano e B. Monteagudo, que idealizavam uma confederação americana em moldes distintos aos dos Estados Unidos. Alberdi por exemplo, pensava que a Europa não pretendia conquistar os territórios americanos politicamente, mas sim o comércio, a indústria e a agricultura, que ao invés de serem dos latino-americanos, seriam dos europeus⁴⁸⁹.

Seguiram-se novas tentativas em Lima (1847 e 1864/1865) e em Santiago (1856), todas mal sucedidas, por não contemplarem a maioria dos países do continente, ou por surgirem desentendimentos durante os encontros. Sobre o Brasil, Hélio Lobo considerava que não havia interesse da Coroa em debater questões de integração porque eram eminentemente antieuropeias, ao passo que, era da Europa que o comércio e a cultura brasileira dependia. Assim, a postura brasileira oscilava entre a reticência e o completo desinteresse⁴⁹⁰. Outras tentativas vieram novamente em Lima (1877) e em Montevideu (1888), nas quais se solidificou a tese de que Brasil e Estados Unidos estavam “sós na América”.

Éramos no continente, ao lado dos Estados Unidos da América, a variante de língua e de costumes. E outros fatores nos isolavam, o primeiro dos quais a forma monárquica, sempre olhada com suspeita, mesmo depois de independente a Banda Oriental e de

⁴⁸⁹ Ibidem, p.20.

⁴⁹⁰ PEREIRA, op. cit., p.56.

concluída a Guerra do Paraguai, interpretada ambas ao tempo, como meio de realizarmos nossas ambições. Se tínhamos terras de sobra, certas atitudes nossas, como a missão de Santo Amaro à Europa, ou ainda a missão Saraiva ao Uruguai, não eram de molde, na sua aparência, a nos inocentarem. Chegamos, mesmo, a reconhecer o Império de Maximiliano, precipitação que não se justificava⁴⁹¹.

Como já mencionado em *Antes da Guerra e Às portas da Guerra*, o escravismo, a navegação nos rios comuns e a fixação dos limites com os países vizinhos eram problemas constantes na realidade continental. Hélio Lobo chegou a evocar novamente Alberdi para referendar o posicionamento. Para o político argentino, todos os países sul-americanos deveriam ser aliados naturais de todos os Estados europeus ou argentinos que tivessem conflitos com o Brasil, pois esse país não possuía senão antípodas ao invés de vizinhos⁴⁹².

A situação se inverteria somente nos últimos anos do século XIX, quando os pontos de entrave entre os países sul-americanos e o Brasil foram resolvidos e, de forma complementar, a Monarquia desaparecera para dar lugar à República. Quanto aos Estados Unidos, o interesse em se aproximar dos demais países do continente era pautado por questões estritamente comerciais, fortalecendo-se a ideia de um encontro periódico que promovesse o entendimento comum. Despontava desse argumento, a convocação para a chamada Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington em 1889-1890.

Entre os pontos tratados no certame, os de interesse comercial - traduzido na formação de uniões aduaneiras - foram notadamente valorizados pelos estadunidenses, que debateram a contragosto a tese do arbitramento obrigatório para questões de desinteligência entre os países integrantes da conferência a partir dali. O mesmo seguiu-se no México em 1901, onde “buscou-se resolver o problema pan-americano no seu lado material e no seu aspecto espiritual”. Hélio Lobo afirmava ser o problema material da América insolúvel, pois tratados e acordos bilaterais eram assinados e logo denunciados por serem considerados injustos ou ineficientes; de outro lado, expunha que no México, a obra espiritual ganhou força sobretudo pela iniciativa brasileira que manteve a discussão sobre o arbitramento e propôs a codificação do direito internacional americano⁴⁹³.

No balanço histórico sobre o pan-americanismo, Hélio Lobo apontava a Conferência do Rio de Janeiro (1906) como o marco da “solidariedade” entre os países do continente por haver diminuído pressões e polêmicas em suas plenárias, postura seguida pela reunião organizada em Buenos Aires em 1910 e da qual havia participado. Sobre esse evento, valorizou a

⁴⁹¹ LOBO, op. cit., 1939, p.38-39.

⁴⁹² Ibidem, p.43.

⁴⁹³ Ibidem, p. 57.

despolitização dos debates, que permitiram o avanço de diversas “questões úteis”, como a construção da ferrovia pan-americana e a codificação do direito internacional do continente.

O mesmo não ocorreu em Santiago, onde questões de gastos militares emergiram em função da guerra mundial de 1914-1918. Ali, qualquer possibilidade de entendimento material ou espiritual, estava afastada.

Quanto à melhor maneira de aproximar as nações continentais, propôs o Uruguai, fruto de um projeto anterior de Baltasar Brum, a criação de uma Sociedade de Nações americanas. Teoricamente, a questão era das mais belas. Na prática, porém, deparava objeções sérias, a primeira das quais estava em que, aceitando pactos políticos gerais, o Novo Mundo acharia mais razões de divórcio que de concordância. [...] Se a América já havia em comum o que a Europa buscava realizar nas margens do Lago Lemán, porque não reduzi-lo a preceito convencional? Idealismo dos mais puros, não pode vencer a realidade fria, passando-se à conferência seguinte⁴⁹⁴.

A disparidade de interesses entre os países americanos e os Estados Unidos, que procrastinavam as questões polêmicas, impossibilitava qualquer entendimento político do tópico levantado pelo diplomata-historiador. O estreitamento via conferências era puramente comercial, não político.

Uma questão que levantou polêmica por questionar a hegemonia estadunidense no continente foi a unificação do direito internacional, terceiro ponto da sexta Conferência realizada em Havana (1928). Na discussão sobre a matéria, alguns países reclamaram as intervenções cada vez mais constantes dos Estados Unidos nos países do continente que se submetiam às regras daquele país em detrimento de uma legislação continental unificada. Hélio Lobo relata que em meio à efervescência do discurso, o representante brasileiro Raul Fernandes acalmou os ânimos da assembleia ao propor o debate da questão na conferência seguinte.

Quanto ao arbitramento obrigatório, os representantes brasileiros e estadunidenses defenderam a distinção de matéria jurídica e política, conspirando que no caso de ocorrência da primeira, o arbitramento seria obrigatório, não na segunda. Para um diplomata com formação jurídica como Hélio Lobo, os avanços do certame foram maiores do que os obstáculos.

Dividida por princípios de ordem política, a VI Conferência pode contudo fazer obra jurídica concreta, porque, não só no campo do Direito Internacional Público, como no do Privado, consolidou matéria relevantíssima até então de difícil uniformização. Nem a apregoada existência de blocos continentais pode confirmar-se. Ao contrário, mesmo separadas por divergências de fato, como as relativas à intervenção, as nações americanas puderam concordar em questões importantes de direito, as quais, afinal de contas, são as que prevalecem⁴⁹⁵.

⁴⁹⁴ Ibidem, p.88.

⁴⁹⁵ Ibidem, p.104.

Cabe notar em diversos trechos da obra a valorização da solução jurídica em detrimento da política para a resolução das querelas internacionais, ao que Hélio Lobo parece transmitir a tese de que o “reino do direito” possuía uma força moral superior ao da política, imoral e inconstante. Essa dicotomia, que não está presente apenas na obra publicada em 1939, imprime por consequência a ideia de que a observância do *corpus jurídico* é inerente a um estado de coisas (a se construir) em que os interesses “impuros” da política ao se transferirem para os do direito promoverão de fato a imparcialidade e a justiça⁴⁹⁶. Ao mesmo tempo, Hélio Lobo parecia esquecer-se de que uma sociedade, ou ainda, um Estado, não pode viver apenas pelas leis e o direito não pode ser a única autoridade suprema. Conforme aponta E. H. Carr,

A arena política é o cenário de uma luta mais ou menos constante entre conservadores que, de modo geral, desejam manter a situação legal existente, e radicais, que desejam alterá-la em aspectos importantes; e os conservadores, nacionais e internacionais, têm o hábito de posarem como defensores do direito, e de denegrirem seus oponentes como agressores das leis. Nas democracias, essa luta entre conservadores e radicais é conduzida às claras, de acordo com regras legais. Mas essas regras são, elas próprias, fruto de um acordo político que precedeu à lei. Todo sistema jurídico pressupõe uma decisão política inicial, explícita ou implícita, alcançada por voto, barganha ou força, como a da autoridade encarregada de fazer e desfazer as leis. Por trás de todo direito existe esse pano de fundo político necessário. A autoridade última do direito deriva da política⁴⁹⁷.

Somente após a Conferência de Montevideu em 1933, especificamente no certame de Buenos Aires (1936), convocado com o nome de “Conferência Interamericana de Consolidação da Paz” é que os temas políticos voltaram à baila. A premissa oficial do evento era demarcar o posicionamento dos países americanos em relação a uma Europa “super-armada e prestes a irromper em novo conflito”. Em outras palavras, representava a tentativa dos Estados Unidos em consolidar a “política de boa vizinhança” instalada em 1933. Hélio Lobo chegou a participar como delegado da comissão brasileira nessa Conferência e após sua realização voltou à disponibilidade não remunerada⁴⁹⁸.

A visão de Hélio Lobo sobre o evento mostra-se amplamente sintonizada com a proposta estadunidense da administração Roosevelt e que se justificava pelo tradicional posicionamento

⁴⁹⁶ CARR, E. H. **Vinte anos de crise: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UnB, 2001, p.221.

⁴⁹⁷ Ibidem, p.233.

⁴⁹⁸ Cf. BRASIL. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1936, p.10-11.

jurídico brasileiro em prol da paz e da justiça internacionais. No evento foram apresentadas sugestões pelas delegações dos Estados Unidos, Brasil, Argentina e México, sintetizadas na convenção de que “qualquer perturbação de paz no continente, ou ainda, qualquer guerra externa que ameace essa paz, obriga a uma consulta entre as repúblicas americanas, para o necessário remédio”⁴⁹⁹.

Na Conferência seguinte, em Lima (1938), foram reeditados os temas do certame de Buenos Aires, com as inclusões de pontos como “Direitos políticos e civis da mulher” e “cooperação intelectual e desarmamento moral”, além de uma avaliação sobre as conferências anteriores. No trabalho das comissões a busca pela solução pacífica dos conflitos interamericanos foi amplamente debatida, ao que se posicionou Hélio Lobo:

Tem a América voz indireta no drama europeu. Mas não podem deixar de lhe chegar, como lhe vão chegando, os ecos dos desvarios de poder, das discórdias de raças e religião, que deliberadamente se inauguraram no Velho Mundo. Como os que neste reagem, ela também julga que a política de cooperação é o melhor remédio contra a de violência. O continente americano fez da fusão do sangue, nacional ou estrangeiro; da tolerância de crenças, sua ou alheia; do sentimento da liberdade, própria ou dos outros, um patrimônio solidário comum. Permitir que tais fundamentais se ameacem, como o indicam certas manifestações regionais, de elementos até ontem assimilados e hoje irrequietos, será faltar ao nosso papel histórico, com prejuízo talvez irreparável para a herança que a todos nos tocou⁵⁰⁰.

Ao se fazer um balanço sobre a obra, entende-se que Hélio Lobo procurou enfatizar alguns pontos constantes nas conferências e, do mesmo modo, analisar a evolução do pan-americanismo. Entre eles estavam: a) a substituição da guerra pela mediação ou arbitramento; b) codificação do direito internacional americano; c) ausência de lutas de raças; d) tolerância religiosa; e) liberdade política e f) repulsa à conquista e ao uso da força⁵⁰¹.

Longe de idealizar a condução plena dessas questões, o diplomata-historiador defendeu a tese de que os princípios que haviam sido debatidos e transformados eram em prol do bem continental, não se esquecendo de que muitos desses pontos ainda eram considerados grandes obstáculos para alguns países.

Chama atenção ao longo da interpretação da obra a separação entre determinados campos, como o político, o jurídico, o econômico e o social, valorizados pelo autor ao analisar a trajetória do pan-americanismo. Esse, do século XIX ao XX, havia se alterado profundamente na perspectiva do autor, passando das dificuldades materiais e espirituais para a edificação de

⁴⁹⁹ LOBO, op. cit. 1939, p.117.

⁵⁰⁰ Ibidem, p.141.

⁵⁰¹ Ibidem, p.143.

uma obra sólida e segura permeada pela paz. Ainda que suas palavras transmitissem uma ideia de “ausência de crises e conflitos no continente”, o que importava para Hélió Lobo era o posicionamento do Brasil perante o processo, o qual se manteve no sentido de cooperar ao bem comum e salvaguardar seus interesses mais no Direito do que na força.

Ao Brasil foi dado colaborar sempre nesse trabalho de solidariedade, evitando extremos para ter caminho seguro. Ao madruguar de sua independência, assentou com os Estados Unidos da América, sobre a interpretação da Doutrina de Monroe, na sua feição de colaboração comum, uma larga política de entendimento. E ampliou essa concepção de sua vida internacional às irmãs continentais, para um resultado geral, como se escreveu ao tempo, “de uma política totalmente americana”. [...] Nossa política no Novo Mundo era tanto mais de relevar quanto, praticando-a, jamais olvidamos o que devíamos ao Velho. Havia naquele uma solidariedade geográfica e histórica a zelar. Havia neste um imenso repositório de homens, capitais, ideias e técnica, que não era para desprezar. Pan-americanismo equilibrado, não excluiu, por isso, nunca um universalismo bem compreendido, quando em jogo as aspirações materiais, as conquistas espirituais comuns. Tal a linha de ação do Brasil no passado, linha que o presente confirma e o futuro não deixará de ratificar⁵⁰².

Composta por capítulos que obedecem a uma sequência cronológica *O Pan-americanismo e o Brasil* ocupou-se mais em relatar o transcorrer dos trabalhos de cada Conferência interamericana do que expor uma visão crítica sobre as mesmas. Ainda assim, pode-se considerá-la como uma referência em sua carreira, pois a obra representou não somente seu retorno definitivo à história diplomática, mas também uma síntese dos temas trabalhados desde 1908.

Dessa perspectiva, ela pode ser tomada como o símbolo ou uma referência de sua carreira, construída em grande medida sob as estruturas do pan-americanismo defendido pelos Estados Unidos. Essa visão esteve presente desde o início da carreira diplomática e fundou-se sob os princípios da política externa instituída por Rio Branco, adaptando-se nos anos seguintes em função das circunstâncias internacionais, embora tenha se mantido essencialmente ligada ao primado do direito na leitura das questões internacionais.

Outro ponto a ser notado e que confere representatividade à obra é a estratégia de Hélió Lobo ao elaborar de forma linear sua visão acerca do pan-americanismo, recorrendo para tal, à citação de obras do início de sua carreira, sem qualquer revisão ou mudança na leitura dos fatos.

Ainda que a obra em si não tenha sido apresentada junto ao IHGB, que admitiu no Terceiro Congresso recortes temporais até 1900, pode-se tomá-la como uma postura ousada em termos historiográficos, haja vista o conservadorismo reinante no meio naquele período. Os

⁵⁰² Ibidem, p.149-150. Cf. JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1940, Pasta 11, Arquivo da ABL.. Na matéria do jornal, elogiou-se o trabalho de Hélió Lobo como um “serviço à causa da fraternidade americana na medida em que os acontecimentos do Velho Mundo” faziam “sangrar o coração da humanidade”.

impactos decorrentes dos *Annales* demorariam a serem sentidos no Brasil e não chegariam a “contaminar” a visão de Hélio Lobo sobre a história.

Pelo contrário, o diplomata-historiador estava imbuído de uma visão paradoxal da história balizada pelo político, que ao mesmo tempo, deveria ser subtraído em relação ao direito. Em outras palavras, a referência maior era o campo político, arena em que os atores internacionais debatiam-se no sentido de influenciar o curso dos acontecimentos e do comportamento das sociedades. A explicação possível para tal visão é que em 1939, sua exclusão da diplomacia e do campo propriamente dito fez com que o *modus operandi* jurídico fosse preponderante ao do político, ao contrário de um equilíbrio.

4.3 Os últimos anos

O período de 1940 a 1960 foi significativo para Hélio Lobo porque representou, em meio ao afrouxamento da censura no contexto político interno do país e uma reorganização no plano internacional, sua aposentadoria na carreira diplomática. Embora o recorte cronológico da pesquisa se limite a 1939, seus últimos anos são mais uma oportunidade de conhecer sua visão de mundo, bem como sintetizá-la em meio à sua trajetória.

Após a publicação de *O pan-americanismo e o Brasil*, Hélio Lobo voltou-se aos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, que depois se transferiram para Montreal. Ali Hélio Lobo interessou-se em conhecer a realidade do Canadá, que no seu entender era um país pouco conhecido nos aspectos históricos, sociais e culturais aos brasileiros. Para tanto, podem ser encontradas artigos na imprensa aonde iam surgindo textos relativos ao assunto⁵⁰³.

No tocante à correspondência, chama a atenção uma carta de Hélio Lobo endereçada ao confrade da ABL Levi Carneiro, que também era jurista na área do Direito Internacional. Datada de 4 de julho de 1941, abordava questões relativas às eleições na ABL e os planos para o futuro.

Meu caro Levi Carneiro,

Tive o prazer de receber sua carta de 23 do mês passado e o felicito pela publicação da Revista. Ainda não recebi o número, que bondosamente enviou, mas estou certo de que correspondeu aos fins que V., desejou. Não há nada como a gente andar bem na vida; os escolhos aparecem, por vezes, como nesse caso, mas ao cabo a justiça se faz. [...] Não sei como acha tempo para tanta coisa. O endereço do Ministro

⁵⁰³ No arquivo de Hélio Lobo na ABL, pasta 6 e 7, encontram-se textos avulsos mas sem identificação sobre o Canadá. A única identificação é que são do ano de 1940.

Mangabeira é Hotel Weylin, 54 *street and Madison Avenue*, New York City U.S.A. [...] Até hoje não sei em que condições se vai travar a eleição da Academia. A secretaria poderia talvez, em condições como as deste pleito, anunciar os candidatos que não residem perto. De qualquer maneira, eu me absteria porque me envergonho, membro obscuro que sou, que se haja reformado o regimento para os fins hoje notórios. E aquilo que Guizot, à propósito de certa época na França: “*La servilité est plus grande que la servitude*”. Não desejo por isto, que haja segredo sobre minha abstenção. E não há nela julgamento sobre ninguém. A cada um suas razões. [...] A este propósito não deixe de ler *Good Neighbours*, de Herring, que nos retrata como uma água forte. Se o não houver por aí, a censura proibirá, enviarei. [...] Quanto à minha colaboração, estou imaginando um artigo sobre o Canadá francês, uma das coisas mais interessantes e surpreendentes que vi em minha vida itinerante. [...] Homenagens à senhora e lembranças a todos os seus. Um abraço de seu amigo, Hélió Lobo⁵⁰⁴.

Se a situação de Hélió Lobo já era delicada em razão do posicionamento de 1932, ter a correspondência interceptada pela censura do Estado Novo era outro fator que contribuía para a manutenção de seu alijamento da diplomacia.

Várias razões explicavam o fato. A principal delas era a de que a eleição sobre a qual Hélió Lobo criticava na carta referia-se a Getúlio Vargas, que também era bastante próximo de Levi Carneiro, à época, presidente da ABL. Apesar de admitir em texto anterior⁵⁰⁵ que aquela instituição comportava um poder de atração perceptível na variedade de suas fileiras, Hélió Lobo parecia não concordar com a mudança do sistema eleitoral dali, feita notadamente para aceitar o chefe do Estado Novo. Antes, todos os candidatos deveriam apresentar sua inscrição pessoalmente e com a mudança, poderiam ser feitas indicações desde que os candidatos concordassem posteriormente com o ato.

A ABL procurava integrar em suas fileiras não apenas o presidente Getúlio Vargas, mas o poder e o apoio decorrentes de sua presença naquele espaço. Durante o processo de sua eleição, que alcançou trinta e seis votos entre quarenta disponíveis, a candidatura de José Júlio de Carvalho chegou a ser cancelada pela presidência da academia, ao passo que os demais - Basílio de Magalhães, Menotti del Picchia e Mateus de Oliveira - já haviam desistido por saberem do concorrente vindo do Palácio do Catete⁵⁰⁶.

Em consequência da discordância de Hélió Lobo manifestada na carta, deu-se o ponto final de sua trajetória diplomática, quando foi aposentado do serviço em razão do artigo 177 da Constituição de 1937 no ano de 1942. O artigo dizia que:

⁵⁰⁴ Carta de Hélió Lobo a Levi Carneiro, 4 de julho de 1941, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, série confidencial.

⁵⁰⁵ LOBO, Hélió. As portas da Academia. **La Nación** (Argentina), 15 agosto de 1935. Pasta 5, Arquivo da ABL.

⁵⁰⁶ Faltam estudos sobre o período com foco nas relações do Estado Novo com a ABL. A única referência encontrada foi a dissertação de mestrado de João Paulo Lopes. LOPES, João Paulo. **A nação (i)mortal: identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras (1931-1943)**. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime⁵⁰⁷.

Em outras palavras, o artigo previa a exclusão do serviço público qualquer servidor que por razões políticas, mascaradas nos termos “conveniência do regime”, desautorizasse o Estado Novo. No caso específico do diplomata era não concordar com a admissão de Getúlio Vargas na ABL.

No artigo “Página de um diário”, datado de 1945, o próprio diplomata iria abordar a polêmica correspondência retida e os motivos que levaram à sua aposentadoria por ocasião da visita do mesmo Hubert Clinton Herring, autor de obra sobre as relações entre Argentina, Brasil e Chile com os Estados Unidos⁵⁰⁸. Para ele, a obra de Herring descrevia “as deficiências e as realizações da América Latina, num momento tão grave para todos” e ao mesmo tempo, não poupava palavras para descrever como se achava o Estado Novo, “sob a máscara democrática”.

Contendo observações de ordem pessoal, que fora preferível omitir, o livro dava, contudo, uma impressão objetiva de nossa duvidosa posição internacional àquela época. Eu não conhecia nem de vista o Sr. Herring, nem com ele tivera correspondência verbal ou escrita, direta ou indireta. Somente agora fiz o seu conhecimento, na visita com que me distinguiu. Vinha pedir-me desculpas pelo mal que me fizera, pois, segundo soubera, eu havia sido demitido e aposentado por sua causa. Por mais que meditasse, não podia achar ligação entre o seu livro e a minha retirada do serviço diplomático. [...] Expliquei-lhe que o fato era verdadeiro, mas que ele não tinha culpa⁵⁰⁹.

Segundo o diplomata, o então Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha havia enumerado dois motivos que levaram à demissão em 1942: a propaganda do livro de Herring no Brasil feita por ele e a manifestação de “sentimentos íntimos sobre a administração brasileira” em cartas para amigos no Brasil. Das cartas, espantava-se Hélio Lobo ao saber que haviam sido retidas pela censura varguista tanto a supramencionada e outra, em que falava sobre o encontro que tivera com Otávio Mangabeira e Washington Luís nos Estados Unidos. Em suas palavras, “eu havia cometido o crime de os esperar naquela cidade [Nova Iorque] e de referir-me aos mesmos em termos do mais alto apreço”.

Sobre as eleições na ABL, enfatizava que sua posição no pleito de Getúlio Vargas ia de encontro com os propósitos da instituição, “guarda por excelência da liberdade de pensamento”.

⁵⁰⁷ _____. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituiC3A7ao37.htm> Acesso em 3 de novembro de 2012.

⁵⁰⁸ HERRING, Hubert. C. **Good Neighbors Argentina Brazil Chile and Seventeen Others Countries**. New Haven: Yale University Press, 1941.

⁵⁰⁹ LOBO, Hélio. Página de um diário. **Jornal do Brasil**?/1945. Pasta 7, Arquivo da ABL.

No entanto, havia ela admitido “em seu seio e em regime especial a quem havia suprimido essa liberdade como jamais acontecera no país”.

Cada um dos companheiros terá votado como melhor lhe pareceu. Para mim a questão era fundamental, só podendo resolver-se pela negativa. Estávamos no fastígio do poder pessoal, quando a nação parecia morta, e apenas se preparava para a grande reação que ia vir. Assim acontece sempre que a tirania flagela os homens. Lembrou-me o Brasil de então a Roma dos Césares, comparado Augusto a Júpiter, com a vantagem para o primeiro, deus visível, enquanto o outro não passava de imaginário⁵¹⁰.

Dentre as perdas de Hélio Lobo para além da diplomacia, estava a exclusão como integrante das Conferências da Organização Internacional do Trabalho e também da Universidade de Princeton nos Estados Unidos, onde trabalhou com o ensino de português entre 1941 e 1942, por intermédio da ABL. Naquela universidade, o diplomata era respeitado não por ter somente inaugurado a cadeira de português, mas por tê-la incorporado ao currículo de línguas modernas da instituição valorizando a cultura do país. Em nota sobre uma conferência do diplomata, de 1943 a Universidade de Princeton o qualificou como “um fascinante escritor, tão bom quanto um eminente diplomata”, ao mesmo tempo em que transcrevia excertos elogiosos do discurso de Hélio Lobo sobre os métodos de ensino e a qualidade da instituição⁵¹¹.

Até o fim do Estado Novo, Hélio Lobo não conseguiu sua reinserção formal na diplomacia, embora tenha ocupado uma posição de destaque na vida pública em 1945, a convite do embaixador Hildebrando Accioly no contexto de comemoração do centenário de Rio Branco. Nesse sentido, Hélio Lobo se tornou diretor do Instituto que levou o nome de Rio Branco e deveria cuidar da formação dos diplomatas brasileiros. Não permaneceu no cargo mais do que três meses, justificando sua saída por motivos de saúde⁵¹².

Apenas em 1947 a possibilidade de reversão lhe apareceu através da lei de número 171, aprovada em 15 de dezembro, que regularizava a situação dos reformados e aposentados pelo artigo 177 da Carta Constitucional de 1937⁵¹³. Apesar de formalizar o pedido de reforma junto ao Estado Brasileiro, Hélio Lobo não conseguiu a reintegração em um primeiro momento, pois teve o pedido indeferido. Em carta a Rosalina Coelho Lisboa, jornalista defensora dos direitos da mulher, Raul Fernandes, então chanceler, comentou a recusa de Hélio Lobo em aceitar a

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ PRINCETON. Former professor of portuguese describes Princeton's aims and methods in Brazil talk. **The Princeton Bulletin**. New Jersey, 18 de outubro de 1943, p.3.

⁵¹² DIÁRIO DA NOITE. São Paulo, 24 de janeiro de 1947. Pasta 11, Arquivo da ABL.

⁵¹³ Cf. BRASIL. Lei nº 171, de 15 de dezembro de 1947. Regulariza a situação dos reformados e aposentados pelo artigo 177, da Carta Constitucional de 1937. **Senado Federal**. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=79149>> Acesso em 10 de dezembro de 2012.

renovação de sua participação na OIT em razão da negação de seu pedido e explicou o quão difícil seria conseguir a reversão do diplomata em tempos tão nebulosos⁵¹⁴.

O diplomata-historiador parecia não vislumbrar mais qualquer oportunidade na carreira de forma oficial. É o que expunha em carta, à mesma Rosalina Lisboa, manifestando-lhe as dificuldades financeiras que vinha suportando e o constrangimento decorrente da negativa de seu pedido, sem deixar de agradecer o empenho tanto de Raul Fernandes quanto de Hildebrando Accioly para que o conseguisse⁵¹⁵.

A querela foi resolvida dois anos depois com a intervenção contínua de Raul Fernandes, chanceler durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que pediu a reconsideração do pedido e conseguiu - mediante parecer do Consultor Geral da República Haroldo Valadão - a reversão ao corpo diplomático. Nas palavras deste,

A lei nº171 não subordinou a reversão, que veio conceder como uma satisfação aos funcionários e militares, vítimas de arbitrariedade da ditadura, a outras condições além das que, expressamente, prescreveu. A reversão estabelecida na Lei 171 constitui um ressarcimento, não apenas de ordem material, mas sobretudo de natureza moral. É, no caso, o reconhecimento da injustiça que representou para o funcionário a sua disponibilidade, a juízo do Governo ditatorial, sob a alegação de conveniência dos interesses da nação. A questão da aposentadoria é problema independente da reversão, a ser estudada posteriormente, em processo distinto⁵¹⁶.

O processo de reintegração à diplomacia deixou algumas “sequelas” à carreira de Hélio Lobo para além das já mencionadas. Entre elas, a repercussão de suas obras, que já não possuía o mesmo alcance de antes de *O pan-americanismo e o Brasil*. Foi o caso de *O domínio do Canadá*, *A lição suíça e Rio Branco e o arbitramento com a Argentina*, além de obra em conjunto com Afonso Bandeira de Melo intitulada sobre os trabalhos entre Genebra e Montreal⁵¹⁷.

A obra sobre o Canadá, conforme o diplomata havia mencionado em carta a Levi Carneiro, era fruto das impressões sobre “aquele país cujos brasileiros desconheciam” mesmo estando em seu próprio continente. Nota-se que o objetivo da obra era superficial, ou seja, apenas divulgar informações de modo enciclopédico sobre o domínio do Império Britânico na

⁵¹⁴ Carta de Raul Fernandes a Rosalina Coelho Lisboa, 18 de agosto de 1948. Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, CPDOC, classificação RCL.

⁵¹⁵ Carta de Hélio Lobo a Rosalina Coelho Lisboa, 27 de agosto de 1949, Arquivo Rosalina Coelho Lisboa, CPDOC, classificação RCL c 1948.08.27.

⁵¹⁶ VALLADÃO, op. cit., p.247. Sobre a reversão ao corpo diplomático e a aposentadoria, conferir A Gazeta de São Paulo em 8 de janeiro de 1949, que noticiou o fato relatado por Haroldo Valadão.

⁵¹⁷ LOBO, Hélio. **O domínio do Canadá**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1942. Idem. **Rio Branco e o arbitramento com a Argentina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952 (Col. Documentos brasileiros) e BANDEIRA DE MELLO, A.; LOBO, Hélio. **Genebra e a paz**. Rio de Janeiro, 1944 (separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros).

América, como geografia, raça e população, economia, instituições políticas e as relações exteriores. Esse tópico, especificamente, chamou atenção do autor, que entendia haver no Canadá um elo entre a América e a Europa perceptível na duplicidade dos idiomas e na “expressão espiritual” dos habitantes. Percebia-se o fato no presente, em tempos de guerra, não no passado, distante e que os opunha aos Estados Unidos e ao pan-americanismo. Embora a integração canadense fosse concreta apenas com os britânicos, o diplomata-historiador notava um “entendimento crescente” entre aquele país e seu continente, intermediado pelos estadunidenses⁵¹⁸.

Em *Genebra e a Paz* foram narrados os trabalhos das comissões brasileiras perante a OIT e a Corte de Justiça Internacional, além de tarefas relativas à cooperação intelectual e econômica no início da década de 1940. Da primeira parte da obra encarregou-se Hélio Lobo de tecer comentários, apesar de explicitar que não era seu intuito “versar sobre a obra política da Sociedade das Nações através dos vinte anos de sua agitada existência, senão lembrar alguns aspectos de sua obra técnica”⁵¹⁹.

No entanto, sua visão de mundo faz-se presente quando procura explicar o processo que levou ao fracasso da Sociedade das Nações, certame do qual havia indiretamente participado em sua gênese, em 1919. O diplomata entendia que o “tamanho dos países, grandes ou pequenos” não era a principal causa da fragmentação de interesses daquela instituição, e sim o excessivo “zelo” dos países participantes, que passaram a decidir os assuntos mediante votação e aprovação unânimes, dificultando o andamento de seus trabalhos e tornado suas sanções extremamente fortes⁵²⁰. Ainda que a guerra houvesse colocado em xeque a Sociedade das Nações, o diplomata brasileiro ainda acreditava na construção de uma “nova instituição”.

Seja como for, o que não padece dúvida é que, na obra de feição técnica de Genebra, há uma base tal de experiências e de realizações, que seria absurdo dela abrir mão. Os funcionários especializados - cerca de mil - que a guerra dispersou, as diretrizes estabelecidas, em vinte anos de contínua ação, esse complexo trabalho de cooperação entre homens de mentalidades diferentes e línguas diversas, que havia atingido nos laboratórios do Lago Lemano, o mais alto rendimento, tudo isso pode mobilizar-se ao primeiro chamado. Nada se improvisa, na lenta caminhada das nações, para uma vida melhor. O “capital espiritual de Genebra” foi adquirido com muita perseverança e labor. Não o dissipemos por preconceito, imprudência ou falta de visão⁵²¹.

⁵¹⁸ Idem, op. cit., 1942, p.135-147.

⁵¹⁹ Um pequeno texto que enumerava aspectos técnicos da Conferência Internacional do Trabalho em 1947 foi publicado por Hélio Lobo sob patrocínio do Itamaraty. Preferiu-se não abordá-lo em seus pormenores em razão da ausência de reflexões pertinentes ao objeto da tese. O mesmo se deu com outro texto em que o diplomata abordava “O problema dos deslocados” da Segunda Guerra Mundial e que veio integrar a obra “A lição suíça”, que abordava a neutralidade desse país durante o conflito de 1939-1945, sendo publicado em 1949.

⁵²⁰ Idem, op. cit., 1944, p.8-9.

⁵²¹ Idem, op. cit., 1944, p.21.

O último trabalho de Hélió Lobo que veio a público foi *Rio Branco e o Arbitramento com a Argentina*, de 1952, mas que deveria ter sido publicado em 1945 por ocasião do centenário de Rio Branco⁵²². Em nota preliminar, Hélió Lobo explicava aos leitores o fato, justificando que “por circunstâncias alheias à vontade do autor, dois capítulos extraviaram-se e só agora puderam ser refeitos”. Não foi encontrada qualquer explicação para o fato, nem o autor o fez em detalhes, embora não seja desmedido lembrar que em 1945, no período de comemorações da efeméride, ainda era vigente o Estado Novo do qual Hélió Lobo havia sido aliado.

A obra foi editada pela editora “José Olympio”, na tradicional “Coleção Documentos Brasileiros”, dirigida pelo jornalista Octávio Tarquínio de Souza e fora concebida por Hélió Lobo por desejo de Raul do Rio Branco, filho do “Barão”, que “ofereceu [...] os volumes nos quais o Pai transcreveu, para sua coleção particular, a correspondência em Washington sobre aquele arbitramento”⁵²³.

O objeto do livro referia-se ao arbitramento do território de Palmas entre Brasil e Argentina (ou Missões para os argentinos) no início do período republicano brasileiro, que vinha se arrastando desde a década de 1880. O ato fora convocado pelos dois países em razão da polêmica atitude de Quintino Bocaiúva, então Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório de 1889, que dividiu as terras disputadas ao meio de modo a reforçar a “boa amizade e o espírito americano”. Na Argentina, a recepção da notícia foi de vitória diplomática. No Brasil, as críticas da imprensa monarquista multiplicaram-se e acusaram Bocaiúva de irresponsabilidade e inexperiência diplomática. Esses fatos persistiram até a formação da Assembleia Constituinte em 1890, que não aprovou o acordo proposto por Bocaiúva, o qual, mais tarde e certamente pressionado pela declaração inoportuna, postou-se contrariamente à sua proposta⁵²⁴.

Rio Branco foi convidado a chefiar a delegação brasileira no certame em abril de 1893, em meio às turbulências no campo político interno do país. Do lado argentino, Estanisláo Zeballos ocuparia o mesmo posto, ao passo que o árbitro seria o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

⁵²² Trechos que iriam compor apareceram na imprensa do Rio de Janeiro em 1945. Cf. LOBO, Hélió. Rio Branco e o Território de Palmas. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1945. Arquivo Hélió Viana, IHGB. Cf. Rio Branco. **RIHGB**, v. 187, p. 138-141, abr./jun. 1945.

⁵²³ Idem, op. cit., 1952, p.7. O “p” maiúsculo foi colocado por Hélió Lobo.

⁵²⁴ PEREIRA, op. cit., p.64.

Como a obra foi baseada nos diários de Rio Branco, ali estão contidas muitas impressões sobre a personalidade do representante brasileiro na questão, as quais demonstravam a Hélio Lobo um indivíduo notadamente preocupado com os interesses nacionais a despeito de qualquer posição política. O fato no qual se prendia para justificar esse argumento foi o estranhamento de parte da imprensa brasileira e de alguns políticos da assinatura de Rio Branco, que mesmo sob a República ainda assinava usando o título nobiliárquico de “Barão”⁵²⁵.

Ao longo do processo de arbitramento que deu a vitória à causa brasileira, Hélio Lobo parece reviver alguns traços da sua visão de mundo no início de sua carreira: a mitificação de Rio Branco em função das vitórias nos arbitramentos e a consequente delimitação do território brasileiro, que ao fim representava a “segurança nacional”. Outros pontos foram levantados por Hélio Lobo com o fito de elogiar Rio Branco: o profundo conhecimento histórico e geográfico; a simplicidade intelectual ao consultar John Basset-Moore, jurista estadunidense; e a “calma” no transcorrer dos trabalhos. Segundo o autor, “não havia uma palavra de ansiedade pela decisão arbitral”⁵²⁶.

Outro ponto destacado na análise de Hélio Lobo foi a repercussão da vitória brasileira após o laudo favorável de Grover Cleveland, que por um lado, foi exaustivamente elogiada por Eduardo Prado e Rui Barbosa e tacitamente criticada por outros, como Dionísio Cerqueira e Salvador de Mendonça. Como que se projetando “da penumbra para a glória”, Rio Branco havia “conquistado o Brasil”, na visão de Hélio Lobo.

De uma vida obscura em Liverpool e Paris, saía Rio Branco para destinos que não suspeitava. Os longos artigos sobre a Questão de Palmas que a imprensa do Brasil, na Capital e nos Estados, publicou, a atenção que a isso a mesma imprensa deu durante vários meses, marcavam os primeiros passos de uma carreira em ascensão. [...] os jornais dessa e outras unidades da federação, punham em realce trechos da vida de nosso advogado em Washington, tudo se sugerindo como recompensa, desde subscrições populares para seu busto, até a escolha do seu nome para deputado, senador ou presidente da república⁵²⁷.

A obra sobre Rio Branco representou o fim da carreira de historiador de Hélio Lobo, combinada com sua elevação a sócio benemérito do IHGB em 24 de junho de 1953. Foi também nesse ano que o Ministro das Relações Exteriores, Vicente Ráo, promoveu o diplomata à categoria de embaixador e assinou sua aposentadoria em razão de seus problemas de saúde⁵²⁸.

⁵²⁵ LOBO, op. cit., 1952, p. 52.

⁵²⁶ Ibidem, p. 128.

⁵²⁷ Ibidem, p. 187.

⁵²⁸ Poucas fontes além das publicadas pelo IHGB referem-se à elevação de Hélio Lobo à categoria de embaixador por Vicente Ráo. Cf. CORREA FILHO, op. cit., p. 89 e. As pastas 9, 10 e 11 do Arquivo de Hélio Lobo na ABL contém diversos recortes de jornais sobre o falecimento de Hélio Lobo.

Até 1960, Hélio Lobo não publicou textos na imprensa, nem fez pronunciamentos. Os últimos anos de sua vida foram marcados pelo silêncio e não pelos ataques - inclusive pessoais - característicos àqueles que foram de uma forma ou de outra, excluídos da participação de um determinado campo, como o político. No entanto, sua morte foi amplamente divulgada e referida por confrades da ABL como Rodrigo Octávio Filho, Álvaro Lins, Elmano Cardim, Austregésilo de Ataíde, Menotti Del Picchia e Pedro Calmon, que afirmou que a Academia havia perdido “um de seus melhores valores” e um diplomata com enorme firmeza de caráter, com grande dedicação ao Brasil⁵²⁹. E ainda:

Hélio Lobo foi um estadista, um diplomata e um historiador de primeira grandeza. Membro da Academia Brasileira e deste sodalício, autor de numerosos e importantes trabalhos, a vocação de Hélio Lobo era para o estudo severo dos problemas da nacionalidade. Em matéria de história, devemos-lhe contribuições as mais valiosas, sobre o pan-americanismo. [...] Hélio Lobo figura entre os homens que marcaram no Itamaraty a nova orientação da política exterior do país. Dispersa sua obra, é tempo de reeditá-la. Os seus principais livros esgotados não permitem hoje que reconstituamos na sua totalidade a reminiscência biográfica. Podemos porém afiançar que poucos homens têm percorrido os postos de representação no exterior do nosso País, levando tão autêntica mensagem do Brasil. Não um Brasil formal, oficial, um Brasil pautado na tradição humanista, que vinha de sua educação mineira, um Brasil de Fernando Lobo. O que ele defendera nos prelos políticos e que constituía o supremo ideal de sua vida. Uma vida perfeita, de grande servidor da pátria⁵³⁰.

As palavras de Pedro Calmon revelam o quão complexa foi a trajetória de Hélio Lobo, permeada pela tentativa de compreender ainda que de forma harmônica e estável, a história diplomática brasileira. Nessa seara, aventurou-se não somente pela historiografia, mas pelo estudo biográfico de homens que se ligavam a ele notadamente pela prática diplomática, caso de José Silvestre Rebello, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Rio Branco. Completava esse quadro o pano de fundo do pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos, do qual o Brasil deveria se aproveitar para se adaptar a um mundo em profunda metamorfose.

O pensamento de Hélio Lobo não pode ser compreendido sem se ressaltar o processo de socialização política do qual participou desde seu ingresso na diplomacia em 1908 até o ano de 1932, quando rompeu com o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Esse mesmo governo legalizado dois anos depois e transformado em ditadura em 1937, foi o mesmo do qual se manifestou tacitamente adversário, posicionando-se contra a eleição do presidente para a ABL, em 1941.

⁵²⁹ CALMON, Pedro. RIHGB, V. 249, out./dez. 1960, p. 239.

⁵³⁰ Ibidem, p.240.

O que se seguiu foram tentativas sem muito sucesso de reintegração ao serviço diplomático, ocupando posições secundárias nas estruturas e postos do Itamaraty, combinadas com a retomada da participação no IHGB, do qual aproveitou-se para defender seus valores, especificamente no pan-americanismo apregoado por Rio Branco, marcado pela americanização e judicialização da política exterior brasileira.

Em síntese, o diplomata que era historiador e vice-versa procurou defender em seus textos e obras tal qual Pedro Calmon afirmou, “uma visão humanista do Brasil”. Irônico ou não, faltou a Hélió Lobo encontrar *posturas humanistas* entre seus pares no Itamaraty e no campo político brasileiro, excetuando-se colegas como Hildebrando Accioly, Raul Fernandes e Haroldo Valadão. Assim,

Foi um grande nas letras portuguesas que, restringindo estudadamente o uso do falar e do escrever, encareceu numa frase perfeita a reserva entre homens. "Nunca me arrependi do que não disse", assentou profundamente convencido, e parece-me que não errou, sobretudo quando se trata, como é o nosso caso, de atitudes e manifestações internacionais. É a discrição elemento indispensável ao êxito, tanto nos indivíduos como nos Estados. Será talvez por isso que só aos varões se permitiu tradicionalmente o acesso à carreira, em todas as suas formas? Eu não o creio, e convencidamente o digo. Porque, então, em vez de gozarem do encanto matrimonial como sucede, seriam chefes e subordinados, embaixadores e cônsules, secretários e chanceleres, companheiros meus nesta amarga via do celibato...⁵³¹.

⁵³¹ LOBO, op. cit., 1918, p.50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança da Monarquia para a República trouxe consigo uma série de mudanças na vida política brasileira. Gestado em meados da década de 1870, o republicanismo ganhou força no campo político brasileiro e assumiu feições específicas em cada Província, entre elas Minas Gerais, de onde despontou a família Lobo. Fernando Lobo, um dos próceres da tendência política que ganhava destaque no país, simbolizava o quão frágil e controversa era a ideia de uma República na então única Monarquia das Américas. As referências ao modelo advinham sobretudo do paradigma estadunidense, ou seja, o do federalismo que possibilitaria a sonhada autonomia das províncias brasileiras, desencadeando progresso e liberdade econômica para as diversas regiões do Brasil.

A proclamação da República em novembro de 1889 traria novas demandas e configurações ao campo político, seja no plano interno ou externo, sendo esse último o foco de uma remodelação profunda encabeçada por Rio Branco, a partir de 1902. Tendo assumido como Chanceler, Rio Branco possibilitou, entre outras ações, a definição das fronteiras do território brasileiro, combinada com a inserção de jovens diplomatas no Itamaraty. Entre eles, estava Hélio Lobo, bacharel em Direito e filho do republicano mineiro e ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Floriano Peixoto, Fernando Lobo.

No processo de sua formação intelectual, Hélio Lobo conviveu não somente com a republicanização das instituições políticas brasileiras. Pode ao mesmo tempo, assistir a criação de um amálgama que era composto também pela chamada americanização da política externa do país, cada vez mais próximo dos Estados Unidos. Embora esse ajuntamento remontasse às décadas de 1870 e 1880, dado o incremento das exportações de café do Brasil para aquele país, foi no início do século XX que elas se intensificaram, de modo a criar sob Rio Branco e Joaquim Nabuco, a discutida tese da “aliança não escrita”, que ao fim, era alimentada menos pelos estadunidenses do que pelos brasileiros.

A cooptação de Hélio Lobo por Rio Branco deu-se em 1908, momento no qual o Brasil finalizava os processos relativos aos limites territoriais. O jovem advogado chamava atenção basicamente por dois motivos: a formação e tradição familiares, que sustentavam o compromisso com um regime republicano e eminentemente civil; e a utilização do discurso jurídico como argumento para a legitimação dos interesses nacionais, postura que provavelmente interessou a um Chanceler não afeito a querelas político-partidárias, compromissado com a elaboração da imagem de um país dotado de autonomia e soberania regionais.

A morte de Rio Branco em 1912 requisitou dos diplomatas brasileiros, especialmente os mais jovens, como Hélió Lobo, a manutenção do *modus operandi* da diplomacia e da política externa brasileira inaugurada no início do século XX. Para a efetivação da tarefa tornou-se prática recorrente certa mitificação da figura do Chanceler como o “salvador” dos interesses brasileiros, bem como líder da “Era de ouro” da diplomacia nacional.

Através dessa reação, Hélió Lobo pode se inserir em diversos espaços de sociabilidade intelectual, combinando a carreira diplomática com a prática historiográfica. Tal processo tornou-se evidente em suas publicações na Revista Americana a partir de 1909, que fora criada justamente para dar espaço ao entendimento interamericano e no ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – local privilegiado na produção de conhecimento sobre o passado do país e que servia como ferramenta de divulgação da história considerada “oficial”.

À medida que as portas dos espaços de sociabilidade iam se abrindo para Hélió Lobo, cresciam em número as publicações sobre a história diplomática brasileira, como as obras sobre o conflito do Império brasileiro contra Aguirre em 1864 e que antecederam o conflito contra o Paraguai no ano seguinte, além de reflexões que remontavam ao processo de reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos. Sobre elas, especificamente, era cada vez mais forte nos textos de Hélió Lobo a defesa do monroísmo como doutrina político-ideológica hegemônica no continente americano, revelando ao mesmo tempo, o significado do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos às vésperas da Grande Guerra, iniciada em 1914.

Concorria paralelamente seu processo de atuação diplomática por ocasião da IV Conferência Internacional Americana realizada em Buenos Aires em 1910, da qual serviu como secretário da delegação brasileira. A consonância da diplomacia com a escrita da história serviu nesse momento, para reforçar em Hélió Lobo o compromisso com as elites políticas do país, bem como o paradigma instaurado na política externa, por Rio Branco.

A redefinição do contexto internacional em função do conflito mundial em 1914-1918 provocou em Hélió Lobo diversas ponderações sobre a natureza da diplomacia, traduzidas em teses que defendiam a coerência e neutralidade das ações brasileiras em conflitos armados internacionais. A estratégia para divulgar suas ideias era bastante comum à época: conferências em universidades e espaços de intelectuais. Esses, ao abrirem suas portas ao diplomata-historiador, não só referendaram suas teses, mas possibilitaram-no o reconhecimento e distinção necessários ao avanço na carreira.

Para guiar o entendimento dessa trajetória, utilizou-se o conceito de *socialização política*, subdividido em etapas que definiam sua *orientação para a comunidade* (1908-1912) e sua *orientação para o regime* (1912-1920). Entende-se que nesse período de tempo Hélió

Lobo construiu relações sócio-políticas que ao fim, visavam o fortalecimento da República brasileira comandada pelas elites cafeeiras. Essa ação foi traduzida na transição da dependência econômica brasileira da Europa – entenda-se Inglaterra – para os Estados Unidos, para onde Hélió Lobo transferiu-se em meados de 1920. Destaca-se no mesmo período seu estreitamento com outro círculo intelectual tradicional: a Academia Brasileira de Letras, espaço no qual foi eleito em 1918 e empossado no ano seguinte.

Sua presença como cônsul em Nova Iorque foi decisiva não somente para a elevação na carreira diplomática, mas na estruturação do Itamaraty. Em seis anos, Hélió Lobo publicou três obras que divulgavam dados sobre o comércio, a política e cultura dos Estados Unidos, “forçando” o governo brasileiro a criar no final da década de 1920, o Boletim de Serviços Econômicos e Comerciais, encarregado de informar e aperfeiçoar as relações do Brasil com o resto do mundo.

Ainda no campo diplomático, Hélió Lobo trabalhou intensamente pelo ideal pan-americano: participou da Conferência de Versalhes (1919) e da V Conferência Internacional Americana em Santiago (1923) como membro da delegação brasileira. O período foi atribulado para a diplomacia brasileira, alvo de desconfianças regionais e das potências europeias, que não viam com bons olhos a pretensão de hegemonia na América do Sul e as reivindicações brasileiras na nascente Sociedade das Nações. O ápice desse processo, a saída do Brasil dessa organização internacional em 1926, indicava que a geração que sucedeu Rio Branco e representada por Hélió Lobo, embora viesse lutando para manter a altivez e soberania construídas pelo Chanceler, carecia de sua “ajuda”. Ela veio através da história, da qual recorreu Hélió Lobo para legitimar a coerência da postura brasileira naquele tempo através do passado recente.

No entanto, as disputas pelo poder no campo político brasileiro puseram fim à Primeira República e alteraram radicalmente os rumos da carreira de Hélió Lobo. Dos Estados Unidos ao Uruguai e dali para Haia, na Holanda, o diplomata-historiador acompanhou com desconfiança a transição que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930, tendo inclusive colocado seu cargo à disposição.

O rompimento definitivo com o Governo Provisório deu-se em 1932, marcando a terceira etapa do processo de socialização política e nomeada uma *atitude em relação aos representantes políticos e suas decisões*. Essa atitude foi representada no Telegrama nº12, no qual Hélió Lobo se recusou a comprar armas que seriam utilizadas contra os paulistas. Logo veio a colocação em disponibilidade não remunerada, entendida por ele como uma exoneração.

Esse fato, longe de representar o mais grave dos problemas enfrentados por Hélió Lobo diante do novo *status quo*, era o ponto de partida para o encerramento da carreira diplomática. Até 1960, quando faleceu, não conseguiu retornar ao serviço ativo, foi prejudicado pela Constituição de 1937 e teve que lutar politicamente para que conseguisse sua aposentadoria. Pode-se considerar, igualmente, que o ressentimento de Hélió Lobo não foi traduzido em atos silenciosos. Manifestou-se contrário ao ingresso de Getúlio Vargas na ABL, teve sua correspondência retida pelo Estado Novo e fez propaganda para o livro de Hubert Herring que destacava os problemas políticos da América Latina na década de 1940. Tais atitudes contribuíram para a manutenção de sua exclusão.

O “ostracismo”, por outro lado, reconduziu Hélió Lobo aos estudos históricos, levando-o a publicar em 1939 “O Pan-americanismo e o Brasil”, obra sintética sobre as relações do país com o monroísmo, bem como outras obras, com destaque para a União Soviética e a biografia sobre seu pai.

Em retrospectiva, cabe sintetizar que a visão de mundo de Hélió Lobo, em primeiro lugar, não era descompromissada. Seus textos, por exemplo, consistiam, em si, atos e posições políticas com ampla ressonância, seja durante a Primeira República e após sua queda. Somado a esse conjunto de fatores, a prática diplomática significava a complementação dos escritos históricos, referendando suas obras.

Embora escape aos objetivos de um trabalho de pesquisa histórica cobrar coerência de seu objeto de análise, pode-se considerar que Hélió Lobo procurou manter-se alinhado à “educação diplomática” dada por Rio Branco, não distanciando-se da ideia de um Brasil dotado de soberania e próximo dos Estados Unidos, o aliado estratégico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO

Documentos da delegação brasileira à IV Conferência Internacional Americana – Buenos Aires (1910).

Despachos do Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller (1912-1914).

Documentos da delegação brasileira na Conferência de Versalhes (1919).

Documentação (Ofícios e despachos) do Consulado do Brasil em Nova Iorque (1920-1926).

Documentos da delegação brasileira à V Conferência Internacional Americana – Santiago (1923).

Documentação do Consulado do Brasil em Montevideú (1926-1930).

Documentos da Representação brasileira em Haia (1930-1932).

CORRESPONDÊNCIA E DEMAIS PUBLICAÇÕES DE AUTORIA DE HÉLIO LOBO

BANDEIRA DE MELLO, A.; LOBO, Hélio. **Genebra e a paz**. Rio de Janeiro, 1944 (separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros).

Correspondência de Hélio Lobo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro (diversos arquivos).

Coleção Afrânio de Melo Franco, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

Correspondência de Hélio Lobo, Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, entre 1917 e 1960 (diversos arquivos).

LOBO, Hélio. Da unificação do Direito Penal. **Gazeta Jurídica: Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência do Estado de S. Paulo**. São Paulo: Imprensa do Estado, Março-Abril de 1905.

_____. **Sabres e Togas: a autonomia judicante militar.** Rio de Janeiro: Tipografia Bernard Freres, 1906.

_____. **O tribunal arbitral brasileiro-boliviano.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

LOBO, Hélio. A caminho da Sociedade das Nações. **Revista do Brasil: publicação mensal de ciencia, letras, artes, história e actualidades.** Nº58, v.15; nº59, v.15; nº71, v. 18. Rio de Janeiro, 1918,1919,1920.

_____. A criminalidade militar e a escola penal positiva. **Revista Forense.** Belo Horizonte, 1906.

_____. George Canning ou James Monroe? **Revista Americana**, v. I, 1909, pp.86-113.

_____. A assembleia do Istmo. **Revista Americana**, v. III, 1910, pp.229-245.

_____. A assembleia de Buenos Aires. **Revista Americana**, v. IV, 1911, pp. 177-202.

_____. **A diplomacia imperial no Rio da Prata.** Rio de Janeiro: s/ed., 1911-1912.

_____. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): A Câmara em 1864 - A Agitação Liberal - O impulso para a intervenção no sul. **Revista Americana**, v. VII, 1912a, pp.17-33.

_____. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): O emissário brasileiro José Antônio Saraiva - As instruções do governo imperial (continuação). **Revista Americana**, v. VII, 1912b, pp.146-157.

_____. A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865): Aguirre a intransigência “Blanca” - Como são acolhidos os primeiros ensaios de pacificação. **Revista Americana**, v. VIII, 1912c, p. 595-615.

_____. **De Monroe a Rio Branco.** s/edit., 1912d.

_____. **Brasil, terra cara...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

_____. **Antes da Guerra: A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai.** Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1914a.

_____. **O Brasil e seus princípios de neutralidade.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914b.

_____. Gesto malogrado (História diplomática do Brasil). **Revista Americana**, v. XIV, 1916a, pp. 82-122.

_____. **Às portas da guerra: do ultimatum Saraiva, 10 de agosto de 1864, à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916b.

_____. Relações entre os Estados Unidos e o Brasil: uma nuvem que passa (1860-1870). **Revista Americana**, v. XV, 1917, pp. 52-90.

_____. Relações entre os Estados Unidos e o Brasil. **Revista Americana**, v. XVIII, 1917, pp. 79-102.

_____. Relações entre os Estados Unidos e o Brasil: Conferências realizadas na Universidade de Harvard. **Revista Americana**, v. XX, 1918a, pp.12-56.

_____. A defesa da nacionalidade na história colonial brasileira (Conferência realizada na Associação Cristã de Moços), v. XX, 1918b, pp.10-25.

_____. Brasil e Uruguai (Conferência realizada em Montevideu em 12 de junho de 1918). **Revista Americana**, v. XXII, 1918c, pp. 111-121.

_____. **Cousas diplomáticas.** Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918d.

_____. **Aos estudantes do Rio da Prata.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918e.

_____. Na academia de artes e letras, **RABL**, 11 de julho de 1921.

_____. **Cousas americanas e brasileiras.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

_____. **A passo de gigante.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. **Brasileiros e Yankees.** Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1926.

_____. **As tarifas estrangeiras e a política comercial do Brasil.** Cópia do texto da Conferência proferida na Associação Comercial de São Paulo, 1929.

_____. Meu contato com as Universidades americanas, **RABL**, s/d.

_____. A cooperação como segredo do sucesso americano. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1929.

_____. A guerra da Cisplatina e a convenção de 1828 (Conferência no IHGB). **Jornal do Comercio**, 28 de agosto de 1928.

_____. O cantor que venceu as sereias (Conferência realizada no IHGSP). **RIHGB**, Tomo 105, v. 159, p. 149-169, 1929.

_____. George Canning e a América Latina. **Anais do II Congresso de História Nacional do IHGB**, v. 2, 1931, p. 401-428.

_____. A unidade do Brasil e suas forças econômicas. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1931.

_____. Homens civis e nações, **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 5 de novembro de 1933.

_____. Para onde? **A Tarde**, Salvador, 11 de abril de 1934a.

_____. Juiz internacional. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 de maio de 1934b.

_____. A Ironia da História. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1934c.

_____. Entrevista com Hélio Lobo. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1934d.

_____. **No limiar da Ásia: a URSS, ensaio de interpretação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935a.

_____. Glórias anônimas. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 20 de março de 1935b.

_____. As portas da Academia. **La Nación** (Argentina), 15 agosto de 1935c.

_____. **As docas de Santos: suas origens, lutas e realizações**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do commercio, Rodrigues & c., 1936a.

_____. O Brasil visto de fora. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1936b.

_____. **Um varão da República: Fernando Lobo. A proclamação do regime em Minas, sua consolidação no Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937a. (Coleção Brasileira, 5ª série, vol.88).

_____. Elihu Root. **O Diário**, Santos, 12 de julho de 1937b.

_____ (et. al.) **Aspectos da cultura norte-americana.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937c.

_____. **Manuel de Araújo Porto-Alegre: ensaio biobibliográfico.** Rio de Janeiro: ABC, 1938a.

_____. Remanso na tempestade. **A Tarde**, Salvador, 20 de abril de 1938b.

_____. Brasil – Estados Unidos. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 de julho de 1938c.

_____. O pan-americanismo e o Brasil. **RIHGB**, v. 6, 1938c. p. 317-400.

_____. **O pan-americanismo e o Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional (Col. Brasileira), 1939.

_____. **O domínio do Canadá.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1942.

_____. Rio Branco. **RIHGB**, v. 187, p. 138-141, abr./jun. 1945.

_____. Rio Branco e o território de Palmas. V. 188, p. 3-9, 108-112, jul./set. 1945.

_____. **A lição suíça.** Rio de Janeiro: s/ed., 1949.

_____. **Rio Branco e o arbitramento com a Argentina.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1952 (Col. Documentos brasileiros).

RELATÓRIOS E DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em 25 de outubro de 2011.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/Constituicao91.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

_____. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituiC3A7ao37.htm>. Acesso em 3 de novembro de 2012.

_____. **Anais do Senado Federal**. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/anais/>>. Acesso em 01 de outubro de 2011.

_____. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert/Imprensa Oficial, 1865, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1923-1924, 1926, 1927, 1930, 1931, 1936.

_____. **Brasil – Estados Unidos, 1824-1829**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores: Serviços Econômicos e Comerciais (sua organização e seus trabalhos)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

_____. Lei nº 171, de 15 de dezembro de 1947. Regulariza a situação dos reformados e aposentados pelo artigo 177, da Carta Constitucional de 1937. **Senado Federal**. < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=79149>> Acesso em 10 de dezembro de 2012.

PERÍODICOS

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 04 de janeiro de 1875.

NEW YORK TIMES. New York, 17 de janeiro de 1917.

JORNAL DO COMMERCIO, 25 de dezembro. de 1936.

O FAROL, Juiz de Fora, 1891.

THE PRINCETON BULLETIN. New Jersey, 18 de outubro de 1943.

A GAZETA DE SÃO PAULO, São Paulo, 8 de janeiro de 1949.

ARTIGOS

ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v.85, novembro de 2009, pp.131-148.

ANDRADE, Marisa Guerra de & HANRIOT, Renata Notas sobre "O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)". **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n.2, maio/ago. 1990, pp.93-104.

ANHEZINI, Karina. Comemoração, memória e escrita da história: o ingresso de Afonso de Taunay no IHGB e a reintegração do pai. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300634352_ARQUIVO_Comemoracao_memoriaeescritadahistoria.pdf>. Acesso em 02/03/2012.

BAGGIO, Kátia Gerab. Os intelectuais brasileiros e o Pan-americanismo: A Revista Americana (1909-1919). **Anais eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**, Salvador, 2000. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro4/katia_baggio.pdf>. Acesso em 20/01/2012

BERSTEIN, S. Cultura política. In: **Para uma história cultural**. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, pp. 349-363.

BRANCATO, Sandra M. L. O retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa. **Cadernos do CHDD**, Brasília: FUNAG, 2002, ano I, n.1, 2º semestre de 2002.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. **O Pan-americanismo nas páginas da Revista Americana**. Disponível em <<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Pan.pdf>>. Acesso em 15/10/2009.

CORREA FILHO, Virgílio. Hélio Lobo. **RIHGB**, N. ° 248, p.81-91, jul./set. 1960.

GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 23, nº 46, 2003, pp. 173-200.

GUEDES, Max Justo. O Barão do Rio Branco e a modernização da defesa. In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. RJ: EMC, 2002, pp.307-330.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **Culturas Políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 259-284.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. História e Brasilidade. ANPUH. **Anais do XVI Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 1991, pp.72-80.

FREITAS FILHO, Almir Pita. A política de defesa permanente do café na década de 1920 e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-1931): notas para uma história institucional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil – Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007, 10p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A República: oposições e consolidação. In: LAPA, José Roberto do A. **História Política da República**. Campinas: Papirus, 1990, p.51-68.

KROPF, Simone Petrágia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. III, Março/Junho de 1996, p.80-98.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMÓND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003a, pp.141-184.

MACHADO, Mário Brockman. Ideologia, socialização política e dominação. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Ideologia_socializacao_politica_dominacao.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

_____. Ciência política e socialização política nos Estados Unidos. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Ciencia_politica_socializacao_EUA.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2012.

MALATIAN, Teresa. Brasil, Argentina e o Pan-americanismo: de Monroe ao ABC. In: MATHIAS, Suzeley K.; VILLA, Rafael Duarte (orgs.). **Ensaio latino-americanos de relações internacionais**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007, p.43-54.

_____. Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.13, n.º24, 1999, p.377-392.

MARQUES, Maria Cristina da Fonseca. O centenário de Hélio Lobo. **RIHGB**, N.º 342, Jan./mar. 1984, pp. 247-254.

MOURA, Antônio de Paiva. O Movimento Republicano em Minas Gerais. **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 14 de novembro de 1998.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 365- 399.

NABUCO, Joaquim.. **Por que continuo a ser monarquista: carta ao Diário do Comércio** (1890), Disponível em <<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult.php?cod=106>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

PROST, Antoine. As palavras. In: REMÓND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 295-330.

REMÓND, René. Por uma história presente. In: REMÓND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003a, pp.13-36.

_____. Do político. In: REMÓND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003b, pp.441-450.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 22, nº44, pp.425-438.

SILVA, José Luiz Werneck da. A historiografia das relações internacionais do Brasil. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 378/9. Rio de Janeiro, 1993, pp. 154-178.

TASINAFO, Célio Ricardo. Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política e a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, p.115-130.

VALLADÃO, Haroldo. Hélio Lobo internacionalista. **RIHGB**, N.º 252, p. 228-250, jul./set. 1961, pp.228-250.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 78, Abril/2002, pp.77-87.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. **Revista do APM**, ano XLII, n.º1, janeiro/junho de 2006, pp.98-110.

LIVROS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos. Tomo I (Volumes I a IV) 1897-1919.** Rio de Janeiro: ABL, 2005.

_____. **Discursos Acadêmicos. Tomo II. 1920-1935.** Rio de Janeiro: ABL, 2006.

ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. **A diplomacia brasileira no Prata: injúrias, motivos e pretextos (1863-1864).** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil - Império.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Luís Gurgel do. **O meu velho Itamarati; (de amanuense a secretário de legação: 1905-1913).** Brasília: FUNAG, 2008.

AZÊDO, Maria N. C. **Imprensa republicana antes do 15 de novembro.** Niterói, UFF, 1975, dissertação de mestrado.

AZEVEDO, José A. Mendonça de. **Vida e obra de Salvador de Mendonça.** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964).** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BETHELL, L. (org.). **História da América Latina, v.4, De 1870 a 1930.** São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política.** Brasília: Editora da UnB, 2007, 2º vol., p. 1202-1206.

BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à República: história do partido republicano no Brasil (1870-1889).** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura e Educação, s/d.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** SP: Perspectiva, 2009.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua Política Exterior.** São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

_____. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918).** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Do Idealismo ao Realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n.º12, jul./dez 1990, pp.71-82.

BUENO, C.; CERVO, Amado L. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil – Estados Unidos.** Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil.** Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CARONE, Edgard. **A Primeira República: texto e contexto.** São Paulo: DIFEL, 1969.

_____. **A República Velha: evolução política.** São Paulo: DIFEL, 1971a.

_____. **A República Velha: instituições e classes sociais.** São Paulo: DIFEL, 1971b.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: uma introdução ao estudo das relações internacionais.** São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UnB, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Conservadorismo no Brasil República. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000. p.102-103.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó : as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Franca: [s.n.], 2012 (tese de doutorado).

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2007 (tese de doutorado).

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Editora UnB, 1983.

_____. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: FUNAG, 2009, Vol. I-II.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CPDOC. **A Revolução de 30: seminário internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. **Leituras, projetos e (Re)Vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo III, v.8 e 9.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Felisberto. **História da Revolta da Armada de 1893**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

FUNAG/CHDD. **O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913.** Brasília: FUNAG, 2002.

GARCIA, Eugenio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926).** Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/FUNAG, 2000.

_____. **Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920.** Brasília: Ed. UnB/FUNAG, 2006.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares no Brasil: 1889 – 1898.** São Paulo: Pioneira, 1975, p.26-27.

HERRING, Hubert. C. **Good Neighbors Argentina Brazil Chile And Seventeen Others Countries.** New Haven: Yale University Press, 1941.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

KARNAL, Leandro (org.). **História dos Estados Unidos.** São Paulo: Contexto, 2008.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (orgs.). **História das Relações Internacionais: teorias e processos.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007, Col. Comenius.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales e as bases da decadência da Primeira República brasileira.** São Paulo: Vértice/ Rev. dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LIMA, M. de O. **Memórias: estas minhas reminiscências...** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. **Pan-americanismo (Monroe - Bolívar - Roosevelt)**. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

LINS, Álvaro. **Rio Branco: biografia pessoal e história política**. São Paulo: Alfa Ômega/FUNAG, 1996.

LYRA, Heitor. **História da queda do Império**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, Edusc, 2001.

MATTOSO, K. (org.). **Textos e documentos da História Contemporânea (1789-1963)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **Lúcio de Mendonça**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.

_____. **Salvador de Mendonça: democrata do Império e da Republica**. Rio de Janeiro: FNL, 1960.

MENDONÇA, Salvador de. **A situação internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1913.

MILZA, Pierre. **As relações internacionais de 1918 a 1939**. Lisboa: Edições 70, s/d.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, S. **História do Século XX, v.1, 1900-1945: o fim do mundo europeu**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2009.

NABUCO, Joaquim. Resposta as mensagens do Recife e de Nazaré. In: NABUCO, Joaquim. **Essencial Joaquim Nabuco** (organização e introdução por Evaldo Cabral de Mello). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Civilização Brasileira, 1939.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. da. (orgs). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify 2011.

O'CONNOR, Emmet (et al.). **Edward Phelan and the ILO: The life and views of an international social actor** International Labour Office. Geneva: ILO, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. São Paulo: Brasiliense, 1958.

PORTO, Manoel Ernesto de Campos. **Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

_____. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PESSOA, Reinaldo X. C. **A ideia republicana através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Antonio Pereira. **Apontamentos para o Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C, 1864.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2011.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. (org.). **Uma história diplomática do Brasil: 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

_____. **O dia em que adiaram o carnaval: política externa e construção do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SARAIVA, José Flávio S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, José Luiz Werneck da.; GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SCHOULTS, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: EDUSC, 2000.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2010.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

_____. **Otávio Mangabeira: um homem na tempestade**. Brasília: s/e, 1986.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. São Paulo [s. n.], 1984 (tese de doutorado).

_____. As relações Brasil - Estados Unidos durante a primeira república. In. **RIHGB**, v. 378/9. Rio de Janeiro, 1993, pp. 280-294.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Os liberais e a crise da República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1983.